

PAULO JÚNIOR MELO DA LUZ

CIDADANIA

TRANS COMUNICATIVA

PROCESSOS COMUNICACIONAIS
DE MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS



CAPES



UNISINOS



pimenta
cultural

PAULO JÚNIOR MELO DA LUZ

CIDADANIA
TRANS
COMUNICATIVA

PROCESSOS COMUNICACIONAIS
DE MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS



| SÃO PAULO | 2023 |



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

L979c

Luz, Paulo Júnior Melo da -
Cidadania transcomunicativa: processos comunicacionais
de mulheres transexuais e travestis / Paulo Júnior Melo da
Luz. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-849-2

DOI 10.31560/pimentacultural/2023.98492

1. Cidadania Transcomunicativa. 2. Mídia. 3. Identidades.
4. Transexuais e Travestis. 5. Processos Comunicacionais.
I. Luz, Paulo Júnior Melo da. II. Título.

CDD: 361.15365

Índice para catálogo sistemático:

I. Cidadania Transcomunicativa

Simone Sales - Bibliotecária • CRB ES-000814/0

ISBN formato impresso (Brochura): 978-65-5939-850-8

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2023 o autor.

Copyright da edição © 2023 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Bianca Bieging
Estagiária	Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Edição eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Imagens da capa	Olga Hmelevskaya, Nndanko, Studiodav, nurianti - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Futura
Revisão	Paulo Júnior Melo da Luz
Organizador	Paulo Júnior Melo da Luz

PIMENTA CULTURAL
São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa de Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
*Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willering
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Interamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patrícia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

*Histericamente histórica
Historicamente estoica
Estou cá
Pedindo que você, se saia,
Se top, se vingue, se manque,
Se engane
Pedindo que você, se saia,
Se top, se vingue, se manque,
Se engane
Para que eu possa voltar*

*Da cor do barro, do berro,
Da prata, do preto, do ferro.
Erro.
Da cor do barro, do berro,
Da prata, do preto, do ferro
Erro.*

*Eu vou vingar
Quem mandou morrer
Quem mandou matar
Júnior está morto
Para renascer das cinzas
Antes teve que queimar
Arder
Queimar, arder
Queimar, arder*

*& Se trans for mar, eu rio
& Se trans for mar, água de torneira
& Se trans for mar, eu rio
Contra a correnteza
Pra me lavar*

*Eu matei o Júnior
Se vaia
Se traia
Eu matei o Júnior
(Eu matei)
Se traia
Eu matei o Júnior
(Eu matei)
Se vaia
Eu matei o Júnior
Eu matei o Júnior
Eu matei o Júnior
Eu matei o Júnior
Eu matei o Júnior*

***Linn da Quebrada - Eu matei o
Júnior (com Ventura Profana)***

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Rose, e ao meu pai, Paulo, que me concederam os privilégios, o acolhimento e o amor necessários à realização desse livro e da construção de mim.

À Bianca, minha irmã, que é presente e amor que transcende a existência física.

Ao Vinícius, amor e parceiro de vida, que embarcou, literalmente, em todas as etapas dessa jornada comigo.

Às minhas avós Marias, Celita e Valdeci, mulheres que iluminam e guiam minha existência. E ao meu avô, Salvador, com quem aprendi a arte de conversar.

Às amigas e amoras Maytê, Renata e Vitória, que tanto me ensinam e dimensionam afetos na minha vida. Por vocês e com vocês me fiz pesquisador.

À orientadora/mãe Jiani Bonin, que há mais de 10 anos vem me ensinando a fazer pesquisa comprometida, séria e afetiva. Do Júnior “provinciano” ao pesquisador de hoje tem sido uma longa jornada, mas ele renasceu nesse trabalho para seguir teus passos com amor e dedicação.

Ao professor Efendy Maldonado, que na entrevista de seleção do Doutorado, me questionou sobre a dimensão dos afetos na pesquisa. Hoje eu entendo o afeto que ele dedica a mim desde 2012, e que pude refletir e retribuir a quem esteve nessa jornada investigativa comigo.

À professora Nísia Martins do Rosário, inspiração acadêmica que me acompanha desde os tempos de iniciação científica. Grato

pelas contribuições generosas, o acolhimento e por estar presente em minha trajetória auxiliando de forma efetiva, colaborativa e formadora.

À professora Marcia Veiga da Silva, que me fez ser “sujeito de sorte” como cantaria Belchior, acolhendo-me e salvando-me de limitações e permitindo-me ampliar os olhares. Sem você e sua contribuição (na universidade e na vida), essa pesquisa não existiria.

Ao grupo de pesquisa Processocom e, por extensão, à Rede AmLat. Seria clichê dizer que não sou o mesmo desde que integrei esses espaços, mas há uma gratidão única pela formação crítica e profunda que esses grupos me proporcionaram. O trabalho que aqui está é, também, fruto de nossas relações.

Às amigas: Lívia Saggin, pelo afeto e escuta atenta; Leila Sousa, pela sua calorosidade e disposição incansável por ajudar; Lisiane Aguiar, por ser luz e incentivo quando tudo parecia caos; Yvets Morales Medina, pelas conversas que me desacomodaram e transformaram; e Tamires Coêlho, pela generosidade nas trilhas acadêmicas e de vida; ao amigo Alberto Pereira, que inspira a ver belezas e a tecer bons imaginários para o futuro; à Camila Pereira, nova colega que tem contribuído com seus registros e apoios; e ao Tiago Soares Marques, mestre querido que a vida trouxe, a pandemia aproximou e vida mantém nos diálogos e trocas.

À Neli Costa, cuja presença se faz no apoio psicológico fundamental à escrita, à orientação dos pensamentos e ao equilíbrio mental frente às realidades necessárias de serem enfrentadas.

À Flavia, que você cruze qualquer fronteira que sonhar.

À Rihanna, que sua voz seja ouvida por quem você quiser.

À Cléo, que sua sabedoria inspire sempre as outras gurias.

À Michelly, que ninguém impeça a sua ginga.

À Natália, que nada te pare de seguir.

À Natasha, que continue construindo pontes entre nós.

À Casa Florescer, nas figuras de Alberto, Samantha, Alécia, Alícia, Tiffany, Kaká e todas que me receberam e permitiram a realização de parte dessa pesquisa.

Aos colegas da turma de Doutorado de 2018, em especial Christian Gonzatti, João Damasio, Marlon Dias, Eduardo Romero e Pedro Vasconcelos. Vocês deixaram marcas muito especiais em mim.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos (PPGCC) e às/aos docentes que desempenharam papel fundamental na minha formação, em especial ao Professor Dr. Gustavo Fischer e Dra. Ana Paula da Rosa, coordenadores que me acolheram e auxiliaram durante a jornada no PPGCC. Também à Carol Carlet, Anelise, Jociane e Vanessa pelo suporte sempre que precisei.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por viabilizar a realização dessa pesquisa através da bolsa.

Ao Núcleo Espírita Ciranda de Luz e à juventude espírita desse espaço de amor onde me (re)construo constantemente.

À Editora Pimenta Cultural, que através do Prêmio pelo Concurso 10 Anos, tornou possível o sonho de tornar a tese um livro, ainda mais acessível para que todas as pessoas possam exercer a cidadania transcomunicativa.

SUMÁRIO

Apresentação	17
---------------------------	-----------

Cléo Soares

Prefácio	21
-----------------------	-----------

Introdução	24
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

Transmetodologias aliadas: a jornada metodológica do livro	38
---	-----------

Transformações metodológicas da pesquisa: primeiros caminhos exploratórios	45
--	----

Criações transmetodológicas com mulheres transexuais e travestis	50
---	----

A pesquisa bibliográfica e a pesquisa da pesquisa	55
--	----

Novas explorações e escolhas sistemáticas: as interlocutoras da pesquisa	66
--	----

Natália: um (re)nascimento	69
----------------------------------	----

Cléo: o acolhimento	71
---------------------------	----

Natasha: um evento trans-formador	75
---	----

Michelly: a experiência da rua	82
--------------------------------------	----

Casa Florescer	85
----------------------	----

Rihanna: potência à primeira vista.....	98
Flavia: cultivando esperança e afeto.....	100
Desafios investigativos durante a pandemia de COVID-19.....	102

CAPÍTULO 2

De mundos possíveis ao mundo real:

as travestis e transexuais nas mídias e nos espaços de luta por cidadania.....	107
---	------------

Conquistando espaços:

retrato ou resistência de uma época.....	110
--	-----

Travestis e transexuais nas mídias:

poucas expectativas e ainda menos realidades.....	127
---	-----

Pauta ou pessoa: leituras possíveis

de visibilidade trans nas mídias	138
--	-----

Existências e resistências:

direitos negados às vidas invisibilizadas.....	150
--	-----

Movimentos de luta contra

as agressões a pessoas trans	155
------------------------------------	-----

A representatividade política trans	162
---	-----

Transgressões contra trans-agressões:

da fragilidade da democracia ao fortalecimento do neoliberalismo	168
---	-----

CAPÍTULO 3

Identidades encontradas, corpos

produzidos e cidadania transcomunicativa	178
---	------------

O início da minha trans-formação	179
--	-----

Como estou sendo cisgênero (?).....	182
-------------------------------------	-----

Um gênero para abraçar travestis e transexuais	187
--	-----

O respeito à autoidentificação e à autodeterminação.....	191
Feminilidades e mulheridades.....	198
Agressões desde sempre.....	201
Corpos transcomunicativos	207
Pensando uma transcomunicação	211
A arte, o pornô e as travestis e transexuais vendidas pelas mídias	217
Cidadania transcomunicativa.....	223
Cidadania transcomunicativa em transcomunicação.....	229

CAPÍTULO 4

Processos comunicacionais de mulheres transexuais e travestis na construção de cidadania transcomunicativa.....237

Ser mulher, ser trans, ser travesti: as autoidentificações e as produções de corporalidades.....	238
Experiências e inspirações midiáticas: as afetações nas corporalidades trans e travestis	269
Dimensões da cidadania transcomunicativa	311
A dimensão filosófica/epistemológica.....	315
A dimensão política	324
A dimensão popular e das ruas	335
A dimensão da resistência	342
A dimensão da esperança.....	348
A dimensão do afeto	355

Considerações finais sobre o meu trans-tornar	361
--	------------

Lins Robalo

Posfácio	376
-----------------------	------------

Referências.....	379
-------------------------	------------

Sobre o autor	389
----------------------------	------------

Índice remissivo.....	390
------------------------------	------------

APRESENTAÇÃO

Parece redundante dizer que fazer essa pesquisa e revisá-la para o livro não foi nada fácil. Há mais de um motivo para isso: a transformação constante do campo da comunicação e de seus produtos de mídias; a atualização dos dados relacionados às vidas de pessoas trans; e os relacionamentos novos que se estabelecem após a defesa da tese de Doutorado.

Recentemente, tenho experimentado a posição de professor na Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e percebo, desde o espaço de produção de conhecimento, a necessidade urgente da temática desse livro. A universidade precisa de pessoas trans circulando em seus ambientes, efetivando cidadania transcomunicativa.

Constantemente, venho confrontando a mim mesmo em meu papel como pesquisador e pessoa, percebendo meus limites e avanços, considerando que essa pesquisa é um legado para que seja usada, desmontada, questionada, criticada e aperfeiçoada, principalmente pelas mulheres transexuais e travestis, com quem construí e para quem se destinam esses escritos em primeiro lugar.

Tenho a honra de ser prefaciado por Cléo Soares, que me ajudou a construir esse texto com suas reflexões e contribuições. Recentemente, conheci Lins Robalo em São Borja e, com alegria, ela aceitou o convite para escrever o posfácio. Criam-se e fortalecem-se, assim, os caminhos para a cidadania transcomunicativa e suas continuidades.

Esse é um livro de alianças, de possibilidades e de construção coletiva. Está situado no seu espaço e tempo, considerando a época em que foi escrito. É preciso registrar essa informação, porque

o mundo está mudando e ele deve ser mais inclusivo, acessível e respeitoso. Aqui está um princípio, uma tentativa.

Adianto que a jornada, para quem se aventura a compartilhar as próximas páginas comigo, não é simples. Em alguns momentos, a leitura pode parecer densa, técnica, complexa, mas ela é necessária para que as histórias que chegarão adiante sejam compreendidas. Para enxergarmos as outras pessoas, precisamos saber o que está no entorno.

Começamos a leitura por uma introdução que apresenta o caminho percorrido até o objetivo central da pesquisa desse livro. A introdução é como uma síntese do que virá adiante, mostrando quais serão as principais descobertas. Porém, caso você tenha interesse por um assunto específico, pode se direcionar a partir dos capítulos.

Deixarei um guia para você encontrar mais facilmente o que busca, mas é importante ressaltar que, em uma pesquisa, todas as partes são necessárias para que a compreensão seja contextualizada e faça mais sentido. Cortar caminhos pode acarretar falhas de interpretação.

Para quem deseja saber como a pesquisa foi feita:

O capítulo 2 traz a metodologia do trabalho, que se utiliza da transmetodologia como guia do percurso, que é refletido ao longo da pesquisa. Nesse espaço reconstruo as transformações metodológicas pelas quais a pesquisa passou, entre os percursos exploratórios, de pesquisa bibliográfica, de pesquisa da pesquisa e das escolhas sistemáticas. Também apresento as co-construtoras da pesquisa e os espaços empíricos onde foram realizadas as explorações, imersões e entrevistas. A metodologia recupera a trajetória, o passo-a-passo da pesquisa e, para os leitores que não estão habituados aos textos científicos, pode se tornar um pouco mais densa. No entanto, é importante para entender o que vem a seguir.

Para saber como as mídias e as políticas abordam as pessoas LGBTQIAPN+ e, especificamente, as trans:

No capítulo 3, desenvolvo os entornos contextuais do livro, que incluem um levantamento de materiais e produções midiáticas que retratam pessoas LGBTQIAPN+ e, particularmente, pessoas trans e travestis para pensar como se constituiu, historicamente, a visibilidade desses grupos. Também são trazidas as representações e representantes políticas e os direitos existentes para pessoas LGBTQIAPN+, articulados aos movimentos sociais de pessoas trans e as principais pautas de luta no contexto neoliberal e necrobiopolítico. Lembro que essa pesquisa finalizou antes do pleito eleitoral de 2022, por isso, alguns dados são respectivos aos acontecimentos midiáticos e políticos anteriores.

Para saber o que há de teorização feita por pessoas transexuais e travestis e relacionada a elas:

No capítulo 4 sistematizo as reflexões teóricas, abordando perspectivas para pensar o gênero desde a cisgeneridade e a transgeneridade, abarcando as identidades e corporalidades transexuais e travestis. Também reflito sobre as feminilidades e mulheridades e as construções feitas pelas mídias das corporalidades que performam essas manifestações de gênero. Problematizo relações de corporalidades trans e travestis com as mídias e os processos comunicacionais, pensando as construções de corpos transcomunicativos e de uma transcomunicação, que possibilite ver as mulheres trans e travestis a partir delas mesmas. Por fim, concebo uma proposta de cidadania transcomunicativa.

Para conhecer as mulheres transexuais e travestis na sua relação com as mídias, corporalidades e cidadania transcomunicativa:

Dedico o capítulo 5 às análises sistemáticas da pesquisa, que foram organizadas em três eixos: no primeiro, reflito sobre as

autoidentificações e produções de corporalidades das interlocutoras; no segundo, procuro compreender as afetações das experiências e inspirações midiáticas delas nas suas corporalidades; e, no terceiro, penso as possibilidades de construção da cidadania transcomunicativa, a partir de seis dimensões, que são: filosófica/epistemológica, política, popular/das ruas, de resistência, de esperança, e de afeto.

O capítulo 6 sintetiza as considerações finais, os aprendizados do percurso e as reflexões sobre os objetivos, as possibilidades e potencialidades para o exercício da cidadania transcomunicativa.

Ao concluir esse trabalho, sinto o paradoxo da incompletude-completa, de algo que tem um fim, mas é só o começo. Escritos têm o poder de reverberação, de se espalharem, divulgarem e serem interpretados de diferentes formas por diferentes pessoas. Espero que aqui, esse texto fundamentado, embasado, refletido e dialogado sirva para outros fundamentos, bases, reflexões e diálogos. Desejo que ele deixe marcas em você como deixou em mim. Acima de tudo, que ele faça com que você conheça as mulheres transexuais e travestis que aqui estão para embarcar nessa luta conosco, sabendo que precisamos de toda a sabedoria delas para que o mundo seja cidadão e nós construamos a cidadania transcomunicativa.

A tese que fundamenta esse livro foi indicada ao Prêmio CAPES de Tese em 2023 pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS. Também foi vencedora do Concurso de 10 Anos da Editora Pimenta Cultural.

PREFÁCIO

Por Cléo Soares

*Designer e Consultora de Diversidade em Publicidade
Gestora da Organização Não-Governamental Outros Olhares*

Nascemos para ir além de nós. Temos infinitas e múltiplas possibilidades de existir, ser e estar no mundo, mas nada como ser bem vista pela audiência. Concordam comigo? Quem nunca sonhou em ser personagem de um livro? Ser capa de revista? Estar no palco, na TV ou ser protagonista de um filme no cinema? Quem nunca quis ser sucesso de bilheteria? Ter seu nome, sua história, sua existência não apenas reconhecida, mas aplaudida? Isso é pertencimento. Porém, quais histórias devem ser contadas? Quem pode contá-las? Quem deve estar sob os holofotes? Quem merece os aplausos?

Conheci o Júnior entre as buscas por respostas para esses questionamentos, na eterna e incansável busca pelo crescimento, ampliação da consciência e lucidez de sentimentos. Nos encontramos em um momento de transição de carreira, na busca por nosso próprio lugar de pertencimento no mundo.

As mulheres trans e travestis sempre povoaram o imaginário popular e o desejo de muitas pessoas. Usadas como recurso burro para o riso fácil, numa representação grotesca da pior *transfake*. Agora, felizmente, vemos a diversidade trans começando invadir a cena, ocupando merecidos lugares de destaque nas universidades, literatura, política, mercado de trabalho, esportes, artes e produção cultural brasileira, mas nem sempre foi assim. Organizadas, nós fomos à luta e agora a sociedade começa se beneficiar com a nossa presença, percebendo quanto tempo perderam nos excluindo.

A prova disso é o desempenho impecável e a atuação incrível de Valéria Barcellos em *Terra e Paixão*, atual novela de Walcyr Carasco para o horário nobre da Rede Globo, assim como a escalação de Maria Clara Spinelli como uma das protagonistas da próxima trama das 18 horas na mesma emissora. Escritoras como Amara Moira, Atena Beauvoir e a própria Valeria que, além de cantora, é atriz e, com sua personagem Luana, todas as noites chega à casa dos brasileiros, permitindo a muitas e muitos sonhar com esse pertencimento.

Também não podemos esquecer o aumento de pessoas trans na política brasileira, ganhando com isso, além da notoriedade, perseguições e ameaças de morte por parlamentares inconformados com a mudança, usando a religião num estado laico para justificar o injustificável. Também não é de agora a perseguição religiosa, assim como não é de agora nossa presença na política. Talvez vocês não saibam, caras e caros leitores, mas a primeira mulher transexual a ocupar um cargo político no Brasil e na América Latina foi Kátia Tapety, eleita vereadora em Colônia do Piauí (PI) no ano de 1992. Desde então, a política brasileira conta com um aumento significativo da nossa participação na construção de um país melhor e mais justo.

Assim, seguimos na contramão do preconceito, aparando nossas arestas, nos transformando, nos lapidando para pertencer, aproveitando as brechas do sistema. Com Júnior construímos uma parceria para muitos projetos. Estivemos próximos em grandes momentos. Apresentei Michelly Oliveira e a obra de Valéria a ele, gravamos até um programa juntos! Foi inesquecível aquele dia frio de inverno em que apresentava um doutorando em comunicação para as gurias da rua. Todas aprendendo umas sobre as outras, descobrindo diferentes universos e possíveis alianças.

Esse livro traz além de pessoas e personagens, citações de autoras que conheço e fazem parte da minha história e construção, pessoas que me ensinam e inspiram. Então, como não ser parte disso

tudo também? Compartilhamos muito mais que histórias e opiniões, partilhamos principalmente afetos, propósitos, sonhos e desejos.

Com uma escuta atenta, perspicaz e sensível, Júnior nos brinda com uma obra às vezes perturbadora, mas essencialmente humana e transformadora. Densa ou intensa quando atende aos rigores acadêmicos, mas leve e flexível quando nos permite a escuta. Um estudo com travestis e transexuais, mulheres inteligentes, potentes e capazes de transformarem não apenas seus corpos e identidades, mas que com certa magia e encanto, leveza e sedução, transformam seu ambiente muitas vezes frio e cruel num mundo de sonhos e realizações. No lugar da disputa, do ódio ou inveja, extravasa o amor e a graça. No lugar do deboche ou escárnio, desfilam a beleza onde são deusas absolutas e rainhas de suas próprias vontades. No lugar da dor, a delícia de serem livres!

Em “Cidadania Trascomunicativa: Processos Comunicacionais de Mulheres Transexuais e Travestis”, o autor do livro é afrontoso ao destoar algumas normas, mas trabalha com precisão ao aliar seu discurso com as melhores pesquisadoras do assunto. Cita e referencia uma diversidade de autoras de notoriedade e respeito, com destaque para autoras trans. É uma obra atual, necessária e urgente. Fala do nosso tempo e é necessária a todas as pessoas que buscam serem melhores: humanas, profissionais, cidadãos e cidadãs. É um texto urgente, porque precisamos continuar vivas, comunicando e construindo cidadania. Boa leitura.

INTRODUÇÃO

Eu matei o Júnior que fui, com seus preconceitos e bases limitantes fundadas na cisgeneridade¹. Renasci Júnior outra vez. Eu me trans-formei, com o prefixo trans mesmo, enquanto me inter-relacionava com seis interlocutoras travestis e transexuais nesse livro, que me formaram pesquisador. O Júnior de 30 anos atrás definitivamente não existe mais, ele agora está em processo de descobrir-se cidadão transcomunicativo. Continuo sendo cisgênero, mas renascido para transcender à lógica da cisgeneridade.

Mulheres trans² e travestis matam seus “eus” anteriores para fazerem nascer quem são. São gestantes de si mesmas, que geram alguém por tanto tempo que o parto costuma ser bastante doloroso. O fruto que está germinando delas, por grande parte da sociedade, é rejeitado, julgado, incompreendido, combatido e mal retratado. Descubri isso junto delas, lendo e experimentando seus contextos, escritos teóricos, produções de mídias e epistemologias.

Diante desse sofrimento, cabe a nós acolher. Todes³ que lermos esse livro, é um compromisso nosso a partir de agora. Nós, que comunicamos, que pensamos as mídias, que produzimos conhecimento, temos o dever de melhor tratá-las, de construir com elas, para que possam falar de si mesmas, se afirmar como transexuais, travestis ou como sejam com segurança. A cidadania transcomunicativa é um caminho.

- 1 A cisgeneridade ocorre quando a identidade de gênero com a qual a pessoa se identifica é a mesma atribuída ao nascimento.
- 2 O termo mulher trans é pensado da mesma forma que “mulher transexual”, porque as interlocutoras se autorreferem dessa mesma forma.
- 3 Quando possível, utilizo a letra “e” para trocar “a” ou “o” a fim de praticar uma linguagem sem demarcação de gênero feminino ou masculino.

Presentemente, posso me considerar um sujeito de sorte, porque, apesar de muito moço, me sinto são e salvo e forte.

E tenho comigo pensado: "Deus é brasileiro e anda do meu lado".

E, assim, já não posso sofrer no ano passado.

Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro.

Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro.

BELCHIOR – Sujeito de Sorte

Michelly, uma das interlocutoras desse livro, se considera "sujeita de sorte" porque não foi uma das 135 travestis ou mulheres trans assassinadas no Brasil em 2021, de acordo com o Dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)⁴ lançado em 29 de janeiro de 2022. Ela diz ter morrido de diversas formas em 2020, mas que ainda não está morta, e citou esse trecho da música de Belchior na versão de Emicida, com Majur e Pablo Vittar⁵, uma cantora trans negra e outra drag queen.

Tem uma travesti que eu nunca tinha visto em nenhum lugar, mas assisti ao "Criança Esperança" semana passada [em 2021] e vi o Emicida com a Majur cantando AmarElo. Aquela: "tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro". [...] Chega a me arrepiar essa música, a frase "tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro" fica na voz delas porque é pra nós: "ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro", porque é pra nós essa música. (MICHELLY).

4 ANTRA. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2022.

5 Emicida, Majur e Pablo Vittar. AmarElo (Sample: Belchior - Sujeito de Sorte). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PTDgP3BDPIU>. Acesso em: 22 fev. 2022.

Nos anos em que os dados desse livro foram levantados (2020 e 2021) foram, ao todo, 315 pessoas trans⁶ assassinadas no Brasil. Foram 175 em 2020 (todas expressando o gênero feminino) e 140 em 2021 (sendo 135 mulheres trans e travestis e 5 homens trans). O país segue sendo o que mais assassina pessoas trans no mundo pelo 13º ano consecutivo, desde que os levantamentos começaram a ser feitos a nível internacional. Também seguimos sem nenhuma ação do Estado para o combate à transfobia. (ANTRA, 2022).

Ainda de acordo com a ANTRA, 53% das vítimas tinham entre 18 e 29 anos, e 28% entre 30 e 39 anos, somando 81% das vítimas entre 18 e 39 anos, a faixa etária de 5 das interlocutoras desse livro. A mais jovem das travestis assassinadas tinha 13 anos. Dos assassinatos, 78% foram de profissionais do sexo. No relatório, consideram-se, ainda, fatores como: desrespeito às identidades de gênero nos relatórios policiais, que geram subnotificações das violências; alto risco para pessoas com estética e aparência não-normativas; crimes com uso de violência e em via pública; suspeitos não identificados e sem relação afetiva ou direta com as vítimas; falta de rigor nas investigações e impunidade às pessoas responsáveis.

Em relação às mídias, quando noticiados, 10% dos casos não respeitaram a identidade de gênero das vítimas e 17% expuseram o nome de registro, sem mencionar o nome social. (ANTRA, 2022). Nos mecanismos de pesquisa da internet, as palavras “travesti” e “mulher trans” aparecem ligadas à violência, como exemplifica o Dossiê, ao apontar que 8 em cada 10 matérias mostradas nas notícias do Google continham dados de assassinatos e violência.

Michelly considera a música cantada na voz de Majur, Pablo e Emicida uma referência a ela e às travestis porque sua vida é de resistência nas ruas, trabalhando na prostituição. Também destaca a presença da cantora Majur, de 26 anos (mesma idade que a sua), que

6

Ao mencionar “pessoas trans” são incluídas quaisquer pessoas transgêneras.

a surpreendeu por ser mulher trans negra e estar em um programa de grande audiência.

A morte sistemática de pessoas trans no Brasil é parte de uma *necrobiopolítica* (Berenice⁷ BENTO, 2018; Achille MBEMBE, 2011), na qual o Estado e as esferas de poder econômico “escolhem” quem vive e quem morre através de um poder-disciplinar (Michel FOUCAULT, 2017). Pessoas trans são consideradas *desumanas* (Judith BUTLER, 2017) perante a lógica de um CISTema⁸ heteronormativo branco e masculino. O neoliberalismo, enquanto normativa global e razão do mundo (Pierre DARDOT; Christian LAVAL, 2016), se infiltra nos governos, nas instituições e nas pessoas, forjando e fortalecendo desigualdades. Leis, políticas públicas e projetos são feitos a partir desse modelo neoliberal e cisgênero.

Considerando que as mídias são espaços complexos que medeiam nossa percepção (Roger SILVERSTONE, 2002) enquanto cidadãs e cidadãos e nossas próprias identidades (Efendy MALDONADO, 2014; Jiani BONIN, 2015), elas têm contribuído pouco para uma visibilidade mais densa e concreta das mulheres trans e travestis. Os grupos sociais hegemônicos que controlam esses meios de comunicação disseminam seus valores, ideais, produtos e imagens em detrimento de outros que são oprimidos no CISTema. (Jaqueline Gomes de JESUS, 2010).

Por desafiam as leituras de gênero da norma cisgênera, as mulheres travestis e transexuais são párias do CISTema sexo-gênero-desejo hegemônico que supõe um essencialismo biologista.

7 Sempre que uma autora ou autor for citada ou citado pela primeira vez, será inserido o nome completo da pessoa, a fim de valorizar a presença de mulheres no texto, evitando a generalização masculinista na academia.

8 CISTema, com C, diz respeito a um sistema cisgênero, no qual as pessoas se identificam com os comportamentos e papéis sociais esperados do gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. Geralmente, reproduzindo lógicas hegemônicas brancas, masculinistas e de classes sociais mais abastadas financeiramente. Ele é pensado, principalmente, a partir de Letícia Nascimento (2021).

Deste lugar marginalizado, as pessoas trans conseguem ver as invisibilidades historicamente perpetuadas sobre suas corporalidades e saberes. (Letícia NASCIMENTO, 2021). Por isso, essa pesquisa se faz não apenas com seis interlocutoras travestis e transexuais, mas com pesquisadoras e autoras travestis e transexuais para pensar o gênero, complexificando aquilo que forma suas identidades, em contraposição com o que as mídias mostram de suas corporalidades. (Valéria BARCELLOS, 2020).

A busca por reconhecimento e valorização das identidades e das corporalidades trans e travestis faz com que elas se insiram nas brechas, em suas performances de gênero, para aparecer e exigir uma vida habitável (BUTLER, 2017), mesmo que subalternizadas pelos debates públicos no regime necrobiopolítico. (Deicy Yvets MORALES MEDINA, 2019).

Nesse CISTema de privilégios (NASCIMENTO, 2021), mulheres transexuais e travestis não se veem representadas porque a referência na criação de políticas e pautas é o homem cisgênero branco, de classe média, magro e sem deficiências. (Hailey KAAS, 2015; Ramón GROSGOUEL, 2012). Nas mídias, então, as interlocutoras experimentam formações de corporalidades e identidades trans que são reguladas por padrões cisgêneros, porque esse espaço de mediação forma visões de mundo, opiniões, valores e comportamentos (Douglas KELLNER, 2001) a partir da cisgeneridade.

Os corpos que importam (BUTLER, 2019) são regulados nesse contexto neoliberal, binário e cis. As corporalidades travestis e transexuais não aparecem com protagonismo nas mídias e, quando aparecem, ficam dependentes das lógicas mercadológicas do que é aceito ou não hegemonicamente. Em telenovelas, noticiários, documentários e jornais são reproduzidos discursos de dominação hegemônica. (MORALES MEDINA, 2019). Os espaços de visibilidade defasados ocasionam a exclusão sistemática desses corpos em lugares de trabalho, produção de conhecimento e cidadania.

De acordo com informações da ANTRA⁹, 90% da população trans está na prostituição por falta de oportunidades de emprego. O *transfake*¹⁰ e a formação a partir de padrões hegemônicos de conhecimento colocados pelas mídias, famílias, instituições educacionais e formais (Guacira LOPES LOURO, 2014) demanda uma exigência contínua de respeito por parte das travestis e transexuais que não têm seus corpos, identidades, discursos e performances reconhecidos socialmente.

Não temos sequer uma lei direcionada especificamente às pessoas LGBTQIAPN+¹¹, apenas direitos garantidos por jurisprudências, que foram feitas frente à omissão dos poderes legislativo e executivo. Assim, lutando por segurança e reconhecimento de cidadania, a organização de movimentos sociais de travestis começou a se articular. (Jovanna Baby Cardoso da SILVA, 2021). Esses movimentos têm pautas que se assemelham à proposta de um transfeminismo, que visa união e inclusão de corpos trans e não trans na luta por direitos LGBTQIAPN+. (NASCIMENTO, 2021).

Colocando o gênero como uma lente para enxergar o mundo (Marcia VEIGA DA SILVA, 2014), pode ser rompida a lógica do pacto cisgênero (NASCIMENTO, 2021) que coloca a cisgeneridade como padrão do mundo, para possibilitar a abertura de transgeneridades na produção epistemológica. Entender que a cisgeneridade não é um gênero original, nem natural, possibilita adensar a contestação de universalismos essencializantes (NASCIMENTO, 2021), questionando o impacto da cisgeneridade na produção de conhecimento

9 Os dados foram trazidos por Bruna Benevides, representante da ANTRA. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2019/11/21/antra-representa-o-brasil-em-audiencia-na-cidh/>. Acesso em: 9 fev. 2022.

10 Recurso pelo qual uma pessoa trans é representada ou interpretada por uma pessoa cisgênera em obras de ficção.

11 A sigla LGBTQIAPN+ busca incluir a maior diversidade de gêneros possível, incluindo lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários e o sinal de + para agregar quaisquer que se identifiquem em outra expressão de gênero.

social e científico, entendendo os gêneros como dispositivos culturais. (Gayle RUBIN, 1993). Não existe um modo único de ser homem ou mulher a partir da natureza biológica (Linda NICHOLSON, 2000), então, saindo do bioessencialismo entendemos os gêneros e os percençimentos das existências trans e travestis. (NASCIMENTO, 2021).

Esse livro é construído com seis interlocutoras trans e travestis: Cléo, Flavia, Michelly, Natália, Natasha, Rihanna. Elas serão apresentadas posteriormente, mas foi no contato com elas e com a colaboração delas que formei alianças para romper com os binarismos na compreensão de corporalidades e identidades. A biologia e a cultura podem ser limitantes para pensar corpos híbridos ou ciborgues (Donna HARAWAY, 2013), sendo o gênero algo que não é limitado fixamente, naturalmente ou de forma orgânica, se configurando artificialmente.

Transcendendo o padrão binário, vemos que existem feminilidades e mulheridades (NASCIMENTO, 2021) que são pensadas para além das cisgeneridades e, com elas, pode se pensar as transgeneridades que performam atributos dessas categorias pluriversais. O termo “transgênero”¹² é um guarda-chuva para pensar identidades que divergem do binário homem/mulher, criando infrações à norma cisgênera. (Letícia LANZ, 2017). Símbolos das feminilidades são atribuídos às corporalidades das mulheres trans e travestis que ressignificam seus corpos em transgressões do gênero normativo. (Larissa PELÚCIO, 2009).

Esses corpos transgressores e revolucionários performam identidades que podem ou não dialogar com a normatividade, modificando-a, subvertendo-a ou não, produzindo suas próprias corporalidades, subjetividades e materialidades. (NASCIMENTO, 2021). Dessas produções, integrando ambiências sociais, políticas

12

O termo transgênero será flexionado de acordo com o gênero da palavra, podendo aparecer como “transgênera” ou “transgênera”.

e comunicativas, são desenvolvidas estratégias para questionar o CISTema, a heteronormatividade e os sistemas de disciplinamento e coerção do gênero. (FOUCAULT, 2017; MORALES MEDINA, 2019).

Os corpos não se conformam às normas impostas a eles, se construindo constantemente e artificialmente, assim como o gênero. (BUTLER, 2019). Corpos são, também, referências às identidades, âncoras, vínculos e conexões, pontos de apoio para as performances e materializações de uma tecnologia que funciona como discurso de masculinidades ou feminilidades. (Teresa de LAURETIS, 2019). No entanto, corpos travestis e transexuais operam, muitas vezes, em interseccionalidades, de mulheridades, feminilidades e/ou masculinidades que vão contra lógicas de linearidades genéricas. (Djamila RIBEIRO, 2016).

O corpo é pensado na inter-relação com a cultura, entendendo seus códigos e processos culturais constitutivos dentro de uma relação íntima. (Nísia Martins do ROSÁRIO; Lisiane Machado AGUIAR, 2014). Já a corporalidade é tratada em diálogo com os processos comunicacionais do corpo. As corporalidades trans e travestis, então, são pensadas em suas estéticas singulares, que se conectam intimamente às suas lutas e identidades. São corporalidades valorizadas pelas mudanças, vividas nas materialidades e dinâmicas cotidianas da experiência. (Alisson MACHADO, 2019).

Nas relações com as mídias, fazemos leituras das corporalidades e dos gêneros trans a partir de um modelo instituído como “normal” socialmente, dentro da norma cisgênera. Assim, dentro de múltiplas linguagens jornalísticas, narrativas, ficcionais e documentais, o heteronormativo cisgênero se coloca dividindo binarismos entre masculino e feminino, sendo necessário romper essas polaridades para articular a reflexão sobre transgeneridades. A comunicação das corporalidades e identidades trans é múltipla e não passiva às regulações do bipoder (Paul PRECIADO, 2011), elaborando linguagens corporais próprias que podem ser ou não contra-hegemônicas.

Os corpos trans são comumente associados ao fetiche e à pornografia, sendo o Brasil o país que mais consome pornografia trans no mundo, de acordo com pesquisa divulgada pela representante da ANTRA¹³, Bruna Benevides, em 2020. Suas corporalidades tendem a ser sexualizadas, fetichizadas e exotizadas num contexto patológico e farmacopornográfico¹⁴. (PRECIADO, 2018). As mídias eróticas exploram esses corpos, que também são formatados por hormônios, silicones industriais e recursos perigosos e clandestinos (Elias VERAS, 2017) quando vivem em condições de precariedade econômica, às margens do CISTema. A fixação da identidade cis-heterossexual como norma e o poder farmacopornográfico evidenciam as transgeneridades como fetiche e sexualização.

Nesse contexto de existências midiáticas limitantes, de necrobiopolítica, e de transgeneridades invisibilizadas num contexto de CISnormatividade, penso na construção da *cidadania transcomunicativa* como possibilidade de ruptura, transcendendo aos conceitos clássicos de cidadania e entendendo-a como dimensão de agência de pessoas com capacidades e inteligências que se articulam em comunidades para participar ativamente da sociedade (Lívia SAGGIN, 2016) e, também, transformá-la.

Dentro de coletividades, as mulheres trans e travestis constroem e reconstróem suas culturas e identidades (Maria da Gloria GOHN, 2010) se articulando, formando alianças, elaborando sua própria forma de cidadania com elementos políticos e culturais dentro de suas diversidades. (Néstor GARCÍA CANCLINI, 1999). Essas alianças podem ser contra-hegemônicas (Boaventura de Sousa SANTOS, 2008) e constituírem uma nova cultura política entre elas,

13 BENEVIDES, Bruna. Brasil lidera consumo de pornografia trans no mundo. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2020/05/11/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-de-pornografia-e-assassinatos-trans/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

14 Esse conceito será explorado mais adiante para pensar a indústria pornográfica e farmacêutica articuladas na produção de corporalidades, a partir, principalmente, de Paul Preciado (2018).

produzindo novas formas subjetivas, emancipatórias e críticas de comunicar. (SAGGIN, 2016).

Nesse sentido, valorizo e colaboro com as epistemologias travestis e transexuais produzidas por mulheres trans e travestis (NASCIMENTO, 2021), que também são construtoras da proposta de *cidadania transcomunicativa* que objetivo pensar nesse livro. Compartilhando e refletindo com elas, coletivamente, penso nas resistências e ressignificações possíveis para novos modos de fazer política e produzir mídias, com base nos afetos e emoções (Leila Lima de SOUSA, 2021), em espaços próprios de autorrepresentação. (Manuel CASTELLS, 2013).

A cidadania e a comunicação potencializam a formação das consciências políticas e sociais (Cicília PERUZZO, 2012) e podem romper exclusões, problematizando mecanismos que potencializem cidadanias. Articuladas, lutando em conjunto, as mulheres trans e travestis podem ressignificar suas performances, saberes e epistemologias, produzindo conteúdos e midiaticando suas demandas. Em processos sociais, comunicacionais e culturais, suas vivências e experiências são afetadas (SOUSA, 2021), vinculando suas singularidades e identidades plurais em busca de dignidade e cidadania. (Adela CORTINA, 2005).

Na constituição e no exercício da cidadania, a comunicação possibilita a reflexão das relações dos sujeitos com os meios de comunicação para potencializar as suas existências públicas (Maria Cristina MATA, 2006), como fazem algumas interlocutoras nos espaços da internet, ampliando suas histórias para encontrar sororidades. (NASCIMENTO, 2021). As mídias podem se tornar dimensão de cidadania na autorrepresentação do novo social, favorecendo as visibilidades de pessoas trans e de projeções de quem desejam ter e ser (BONIN, 2011), tornando essas redes em espaços de ação e emancipação (Jesús MARTÍN-BARBERO, 2009) de suas corporidades e vivências.

Entendendo a cidadania comunicativa como campo de disputa de sentidos, construção política e simbólica, que trabalha com diversidades e pluralidades de subjetividades (MORALES MEDINA, 2019; MALDONADO, 2013), procuro avançar na compreensão da *cidadania transcomunicativa*, em que possam ser pensadas as identidades e corporalidades de mulheres transexuais e travestis de forma densa. Desse modo, emerge o questionamento central desse livro: *de que forma, a partir do diálogo com mulheres transexuais e travestis, é possível entender a constituição de suas identidades e corporalidades, em processos comunicacionais e midiáticos, e a construção da cidadania transcomunicativa?*

No campo da comunicação ainda são poucas as produções relacionadas às temáticas trans e travestis. Recentemente, há uma emergência da produção acadêmica sobre elas e, também, uma maior representatividade política e midiática. Na academia, poucas teóricas e pesquisadoras trans e travestis aparecem nas buscas dos portais de periódicos, teses e dissertações, como percebido nas pesquisas bibliográfica e da pesquisa, detalhadas no capítulo metodológico. Algumas daquelas que já possuem produção consistente e conversam com a proposta dessa pesquisa foram trazidas para o diálogo do livro. Nas mídias hegemônicas, no entanto, são poucas as produções e, em geral, limitadas a estereótipos, usando de recurso *transfake*, produções estas que, na sua maioria, são pensadas e concebidas por pessoas cisgêneras – como se pode ver no levantamento apresentado no capítulo de contextualização. Das próprias interlocutoras emerge a necessidade de uma visibilidade mais densa e com participação de mulheres trans e travestis nos meios de comunicação. Entendendo a ciência e a produção de conhecimento como dimensões coletivas e contributivas, penso que as epistemologias dessas pessoas devem estar presentes nos ambientes da academia, a fim de que também ocupem esse espaço com suas sabedorias.

Avançar nas reflexões sobre suas corporalidades, identidades, relações com as mídias e processos comunicacionais nos coloca

próximos de suas realidades e dos contextos em que produzem seus conhecimentos. Desde uma condição periférica, elas provocam indagações sobre privilégios, espaços de poder e de luta, dentro de um tempo histórico em que as mídias também se reconfiguram, abrindo espaços para visibilidades, mas que ainda são lugares que precisam ser disputados por elas. Decifrar esse problema de pesquisa, adensando-o e problematizando-o colabora numa trans-formação de quem se dedica a formar alianças contra a opressão e o preconceito transfóbico responsável por mortes, abandonos e falta de afeto.

Essa produção de conhecimento das interlocutoras, combinada às reflexões teóricas, possibilita pensar em possibilidades para uma ação cidadã voltada especificamente para elas, porque também é formada por elas. Por isso, considero a proposta da cidadania transcomunicativa potente para pensar outras formas de cidadania que sejam dialógicas e afetuosas para serem exercidas, valendo-se da comunicação para transcomunicar seus desejos, sonhos e vontades, e disputar sua cidadania.

Enquanto parte do grupo LGBTQIAPN+, me identificando como homem gay cisgênero, passei por inúmeros conflitos relacionados ao gênero e questionamentos que geraram identificação entre mim e as interlocutoras. Ao ingressar na Unisinos e no grupo de pesquisa Processocom, a pesquisa de gênero me desestabilizou enquanto pessoa e pesquisador, iniciando um movimento que combinava autoconhecimento e formação acadêmica.

Antes das problemáticas de identidade, gênero e cidadania cruzarem minha trajetória, sentia muitas inseguranças em relação ao meu lugar no mundo e, inclusive, se haveria espaço para mim enquanto ser humano na lógica heteronormativa. Ao descobrir que eu poderia exercer uma profissão que me valorizava a partir das minhas experiências de vida, sensibilidades e saberes, entendi que possuía privilégios e que poderia usá-los para integrar outras pessoas que, assim como eu, estivessem se sentindo deslocadas.

É por isso que essa pesquisa nasceu, entre inúmeras mudanças de percurso, para ser o que é. O nascimento de um novo Júnior se deu junto à construção da pesquisa com as mulheres trans e ao esforço para pensar a cidadania transcomunicativa.

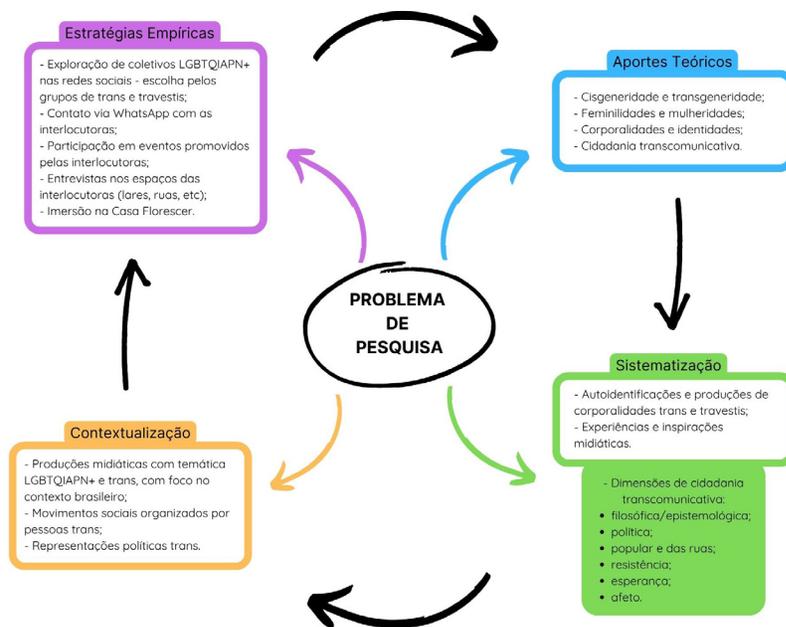
OBJETIVOS

Em diálogo com mulheres transexuais e travestis, o *objetivo geral* da pesquisa é entender a constituição de suas identidades e corporalidades, em processos comunicacionais e midiáticos, na perspectiva de construção da cidadania transcomunicativa.

Os *objetivos específicos* que orientam os caminhos trilhados na realização da pesquisa são os seguintes:

1. Contextualizar aspectos relativos às articulações de mulheres transexuais e travestis na organização de movimentos sociais e políticos, às visibilidades midiáticas e às relações com o cenário político e econômico brasileiro.
2. Situar elementos comunicacionais que constituem as existências e cidadanias das mulheres transexuais e travestis a partir da imersão em encontros, cenários e espaços onde se discutem suas demandas e pautas de lutas.
3. Reconstituir com mulheres transexuais e travestis suas trajetórias comunicacionais e relações com as mídias para compreender como elas participam da formação de suas identidades e corporalidades.
4. Analisar experiências e sentidos colhidos nos diálogos com as mulheres transexuais e travestis para elucidar e refletir dimensões vinculadas à construção da cidadania transcomunicativa.

Imagem 1 – Esquema Sinóptico da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).



1

**TRANSMETODOLOGIAS
ALIADAS:
A JORNADA METODOLÓGICA DO LIVRO**

A jornada epistêmica, teórica, contextual e metodológica de pesquisa com mulheres transexuais e travestis lançou inúmeros desafios que, combinados a um senso de responsabilidade para manter a ética no tratamento das informações coproduzidas com as interlocutoras do livro, fizeram surgir a cada passo o questionamento sobre o meu papel no exercício de uma cidadania transcomunicativa, proposta que desenvolvo no livro. Somos, em parte, formados e configurados por mediações, que podem também proporcionar possibilidades de rupturas com as ideias pré-concebidas, olhando atenta e criticamente para as realidades humanas e como elas são construídas. Ainda, séries, programas televisivos e outros conteúdos disponíveis nas mídias compõem os processos midiáticos que participam das nossas existências e percepções de mundo.

As mediações podem também ser configuradoras de rupturas com as ideias que tínhamos, seja para nós, pesquisadores e pesquisadoras, ou para as interlocutoras em relação a elas próprias. Pensar as inter-relações entre sociedade, história e modos de ser exige, entre outros aspectos, refletir sobre as mediações e também sobre métodos múltiplos que colaboram com a investigação, a partir daquilo que as interlocutoras nos trazem em relação às suas trajetórias comunicacional e midiática, à forma como foram educadas e a como buscam entender a si mesmas.

Esses processos formam filosofias que se constituem para expressar um movimento geral da sociedade, servindo como meio de compreensão do campo cultural e comunicacional. Porém, quando os pensamentos dominantes, seja por meios hegemônicos ou pelo compartilhamento entre pessoas, geram dissidências e exclusões, dissemina-se uma filosofia totalizante entre os ambientes institucionais. (Jean-Paul SARTRE, 2002). A classe dominante, então, comanda as narrativas e gera-se uma espécie de “totalização do Saber” (SARTRE, 2002, p. 21), unificando conhecimentos a um propósito homogeneizante, gerando uma ideia reguladora. Quando iniciei o percurso da pesquisa, questionava-me sobre a forma como

enxergava as mulheres trans e travestis, porque meu repertório e a leitura que fazia delas estava configurada, predominantemente, por referências advindas das mídias, e de suas matrizes fortemente mediadas por lógicas mercadológicas e econômicas, além de outras.

O filósofo, porém, como proposto por Sartre (2002), tem o compromisso de operar na unificação de todos os saberes, não de um apenas. Nesse sentido, destaco a importância da transmetodologia, não para gerar uma linearidade de pensamento, mas um pensar multicontextual, pluridimensional e que integre todas as pessoas em dignidade de existência e de vida.

Era necessário, então, para construir a investigação, confrontar a dimensão do real, do concreto dessas pessoas, lançar um olhar sobre as mídias e realizar observação e participação na vida de mulheres trans e travestis. O método, quando visto como um instrumento social e político, é força para abraçar essas pluralidades e combater o totalitarismo, indo na direção de uma compreensão abrangente da realidade. A filosofia e o pensamento são emancipadores, nutrem-se de vida, de viver e de se iluminar de gente, de criação e de possibilidades.

Minha pesquisa foi várias até chegar à configuração atual. A imersão e o confronto com as vivências das mulheres trans e travestis que me reconfiguraram, nutrindo-me de conhecimentos que não seguiam as lógicas do meu pensamento moldado pela classe média, pelo racismo estrutural e pelas lógicas capitalistas das mídias hegemônicas, entre outras dimensões. A jornada acadêmica e investigativa permitiu que eu questionasse os paradigmas totalizantes que modelavam minha visão de mundo. O grupo de pesquisa Processo-com, a experiência na Unisinos, e as interlocutoras dessa pesquisa foram cruciais como vivências que colocaram outras mediações dentro das minhas reflexões, fazendo-me entender o funcionamento de um CISTema de exclusões, de privilégios, de poder e de gênero.

Se pensarmos historicamente na formação das classes e, conseqüentemente, na política brasileira, veremos que o projeto autoritário enraíza-se desde a divisão social entre os senhores e os escravos, os sobrados e os mucambos, a elite e as favelas. (Jessé SOUZA, 2019). A desvalorização do conhecimento produzido entre as classes menos abastadas, dos povos que primeiro existiram no continente latino-americano e no Brasil e, também, das multiplicidades de nossas culturas se combinaram à reprodução eurocêntrica de filosofias sustentadas por classes altas, que buscam formas e estratégias de se manterem no poder. Isso se reforça em padrões, em racismos sistêmicos e na valorização da heterossexualidade, da cisnormatividade e da branquitude.¹⁵ Entender e romper com esse processo em mim, ao compreender aspectos da realidade e das corporalidades trans e travestis, me permitiu transformar a filosofia em *práxis*, porque o pensamento é vivo e acompanha as mudanças do mundo. Com as pessoas e o cotidiano, aprendemos diferentes visões de mundo que nos ensinam pelas trocas. Se usarmos da crítica e das percepções, conseguimos usar a filosofia como instrumento de emancipação.

Transformar-me pelas leituras de pessoas trans e pelo convívio com elas me deslocou de lugar, mesmo que eu já tivesse uma proximidade em termos de luta política com elas. Neste sentido, Paulo Freire (2019) reflete que o oprimido tende a ser opressor sem uma educação libertadora e reflexiva sobre os contextos e a *práxis* em ação e reflexão constante. Se pensarmos também com Sartre (2002), a resposta do oprimido à opressão pode ser a crítica. Há, no entanto, que se questionar constantemente como o conhecimento se cria, como as pessoas colaboram intensamente na produção

15 Penso a branquitude a partir de Lia Vainer Schuchman (2012, p. 23), como uma “[...] posição em que sujeitos que ocupam essa posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade”. Também diálogo com Tiago Soares Marques (2022, p. 122), entendendo a branquitude como “uma estrutura historicamente formada, que determina uma posição de poder e garante privilégios para aqueles que estão dentro do padrão estabelecido, estética, moral e intelectualmente”.

investigativa. Elas vivem seus contextos e, através deles, dão vida às reflexões e aos escritos do pesquisador. Não pretendo criar aqui uma *eutnografia*¹⁶ centrada em mim, mas as decisões metodológicas tomadas nessa pesquisa estão relacionadas a quem fui e quem me tornei com esse processo investigativo.

Se a filosofia deve ser, a uma só vez, totalização do Saber, método, ideia reguladora, arma ofensiva e comunidade de linguagem; se essa “visão do mundo” é também um instrumento que trabalha as sociedades carcomidas, se essa concepção singular de um homem ou de um grupo de homens torna-se a cultura e, às vezes, a natureza de uma classe inteira, fica bem claro que as épocas de criação filosófica são raras. (SARTRE, 2002, p. 21).

A criação filosófica, porém, é viva e segue o curso do mundo, readaptando-se, desconstruindo-se e reconstruindo-se. O que vivemos, enquanto esse texto é finalizado em 2022, é um momento de desconstrução e readaptação social com a crise da COVID-19. Passamos por uma guerra biológica/ecológica, na qual países se unem ou se apartam, em dinâmicas, confluências e negociações que a pandemia dinamiza. Passamos por um processo de entropia que desafia o neoliberalismo, as estruturas de controle, que exige, inclusive, uma reinterpretação de dimensões como a fé e a religiosidade. O distanciamento social ao qual precisamos nos submeter para resguardar a saúde coletiva propõe múltiplas ressignificações do Ser, do Existir, do Eu, do Outro e, em perspectiva transmetodológica, podemos tentar encontrar sintonias multiléticas complexas e humanas.

Em uma pesquisa realizada com mulheres trans e travestis, entender a constituição de suas identidades e corporalidades, em processos comunicacionais e midiáticos, na perspectiva de construção da cidadania transcomunicativa, e num contexto de pandemia, suscita a compreensão das dificuldades sociais que vivenciavam e

16

A eutnografia aqui é um trocadilho em alusão a uma pesquisa centrada no pesquisador.

que se acentuaram nesse período, uma vez que as desigualdades se agravam. Do mesmo modo, as possibilidades de encontro enfrentam reconfigurações. Não é possível estar em grupo, o encontro não é uma atitude responsável, mas as vidas seguem, as demandas continuam e novas potencialidades de conexão e adaptação são necessárias.

Essa pesquisa começou, efetivamente, no início de 2020, quando a pandemia recém dava seus primeiros sinais. Não foi possível prever os rumos que tomaria desde então. Os impactos foram muitos, principalmente aqueles vinculados às restrições da presença física nos espaços e mudanças para os ambientes digitais. Para realizar a pesquisa, e desconstruir os estereótipos, eu precisava compreender repertórios de luta, descobertas, visibilidades e possibilidades de uma vida digna constituídos em comunicação pelas mulheres trans e travestis. Eclea Bosi (2003) colabora para ampliar a percepção dos diálogos que tive com elas, principalmente ao problematizar que a vida íntima se vincula aos eventos históricos. Os momentos que marcam a sociedade massivamente e afetam a convivência entre as pessoas geram processos que repercutem a partir da política e da própria percepção de si. Assim, era imprescindível para mim estar com elas e nos espaços que frequentavam.

Enquanto pessoas que vivem em contextos específicos, guiam-se por caminhos familiares e percebem o tempo e o espaço de maneiras distintas, e que se vinculariam numa relação de comprometimento com a pesquisa, tanto pesquisador como interlocutoras necessitavam de simpatia, essa afinidade pré-categorial, como diria Bosi (2003), que habilita os sujeitos para experimentar e abrir-se ao mundo. Somente assim, e a partir da construção de um pacto de confiança entre pesquisador e interlocutoras participantes da investigação, seria possível enfrentar a perda da percepção, que nos leva a enxergar através de mediações impostas, e nos dedicarmos à tarefa de colher as determinações do real superando recortes redutores confeccionados pela cultura.

A biografia de qualquer pessoa é definida numa trajetória complexa. Mulheres transexuais e travestis possuem a particularidade de um segundo nascimento, de transição e início da vida com o gênero com o qual se identificam. Essa é uma ruptura que potencializa a quebra muitos estereótipos e normalizações convencionais de gênero, mas que a partir de então pode gerar a construção de novas estereotípias. A identidade se constrói, também, a partir dos estereótipos que se perpetuam em nossas lembranças, como destaca Bosi (2003).

A imersão em seus contextos e a cumplicidade com as interlocutoras da investigação foram elementos potencializadores de um processo de desvelamento do real. A recusa do estabelecido, a suspensão da vaidade mundana e os choques epistêmicos vivenciados com as interlocutoras da pesquisa permitiram que eu rompesse as visões que tinha delas, desenvolvidas sobretudo a partir da minha trajetória de relações com as mídias.

Os corpos e percepções sobre travestis, transexuais e transgêneras, por exemplo, formam-se por inúmeras mediações, inclusive a normalização imposta pelos meios hegemônicos, como a política e as mídias. As pessoas já nos aparecem “embaçadas” pelo estereótipo e, por isso, é preciso reconhecer por quais lentes desenvolvemos nossa percepção do real. Acredito que enxergando as trans partícipes da pesquisa como amigas me ajudou a reencontrar um novo caminho para as coisas ditas e ir além do que o cinema, a televisão, o jornal e as demais imagens representativas já nos contaram sobre elas. Nossa percepção social falsa precisa ser *transformada*, complexificando a simplificação do estereótipo, compreendendo a ação social que nos torna participantes de um campo mutuamente compartilhado. (BOSI, 2003).

Nossas mentes se estreitam se nos limitamos às explicações que as instituições oferecem de modo a conduzir nossas percepções. Ampliar nossa consciência para entender as desordens,

os vínculos sociais e os sistemas nos ajuda a não mantermos rigidez em padrões, mas audácia na aventura do pensamento que nos leva ao desconhecido.

O desenho final da trajetória metodológica desse livro resultou na construção conjunta de conhecimentos realizada com seis mulheres trans e travestis, entrevistadas por mim em diferentes momentos, como explicitarei a seguir. Busco apresentar as interlocutoras, a partir dos contatos que tivemos e de como se identificaram. Nas análises do capítulo 5, as falas dessas mulheres trans e travestis permitirão que as pessoas leitoras entendam e interpretem suas trajetórias de experiências com as mídias e autoidentificação de gênero a partir do que foi construído por nós nessa pesquisa. Porém, antes, reflito e problematizo como cheguei até elas e porque elas constroem esse livro comigo.

TRANSFORMAÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA: PRIMEIROS CAMINHOS EXPLORATÓRIOS

Essa pesquisa passou por várias transformações. Nos 4 anos em que foi sendo construída, mudou de problema, de objeto e, mesmo após “delimitados” seus objetivos, precisou novamente se transformar e transitar por novos caminhos. O que começou como um interesse pelas masculinidades hegemônicas em séries de televisão latino-americanas no projeto de submissão para ingresso no Doutorado se tornou, após o pleito eleitoral de 2018 (ano de ingresso), um interesse por compreender como essas masculinidades se faziam presentes nas falas de representantes políticos – o que, depois, mudou novamente, como explicitarei mais adiante.

A política e o gênero começaram a se entrecruzar nas minhas percepções sobre os discursos, as linguagens, os processos sociais e comunicativos e se tornaram lentes para compreender o mundo. (VEIGA DA SILVA, 2014). No entanto, foi necessário aprofundar essas dimensões para conseguir encontrar não apenas um objeto empírico de referência, mas uma possibilidade de ampliar a discussão sobre cidadania e, mais especificamente, sobre a cidadania comunicativa. Queria ver não somente como os discursos eram interpretados, mas que impactos eles geravam nas formas de vida, na criação de políticas que contribuíssem e ajudassem as pessoas a pensarem formas contra hegemônicas de se expressarem, combatendo o preconceito, o racismo, a homofobia e a LGBTfobia de governantes eleitos.

A partir de diálogos com a orientadora, com colegas do grupo de pesquisa Processocom, da participação em eventos como ALAIC, IAMCR e em espaços dentro da Universidade, percebi que a colaboração e a produção dessas políticas deveriam surgir das pessoas diretamente impactadas, alvos da necrobiopolítica¹⁷ que vinha se manifestando. Ao refletir sobre política, gênero, cidadania e as relações com as mídias, entendi que aí poderia emergir uma prática de cidadania transcomunicativa¹⁸. Neste momento, cabe pensar que a pesquisa exploratória se fez com a reflexão do que cada processo de imersão empírica nos traz em relação ao desenho e à operacionalização da pesquisa. (BONIN, 2013).

Os primeiros procedimentos exploratórios, realizados para o Seminário de Tese¹⁹, ainda correspondiam a um objetivo de pensar a construção de políticas públicas que emergiam a partir das

17 O conceito da necrobiopolítica é pensado, principalmente, a partir de Berenice Bento (2018) e será explicitado mais adiante no texto.

18 Esses conceitos teóricos serão desenhados e explorados nos capítulos seguintes.

19 O Seminário de Tese é uma disciplina do Doutorado, em que estudantes apresentam suas pesquisas em desenvolvimento para apreciação de colegas, professores e professoras, que trazem contribuições ao processo.

mobilizações e manifestações de coletivos sociais LGBTQIAPN+. No entanto, em função da pouca articulação e fragilidade percebida nas primeiras explorações realizadas em ambientes digitais e redes sociais desses grupos (Facebook, Instagram e Twitter), optei por pensar em coletivos que estavam diretamente relacionados à política ou às esferas legislativas, sendo apenas um deles relacionado às pautas LGBTQIAPN+, a Antra (que se tornou uma referência fundamental após a concretização do objetivo final). Além dessa, foram selecionadas Artemis; Gepô (Grupo de Estudos de Gênero e Política, do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo); Resistência Feminista SJC; e Themis: Gênero, Justiça e Direitos Humanos.

Naquele momento, neste movimento exploratório, realizei o acompanhamento desses e de outros coletivos sociais relacionados às temáticas de gênero e política no *Facebook*. Dos que foram observados, esses cinco se destacaram pela constância de publicações, pela relação com a temática de gênero em articulação com a política e pelo número de pessoas que curtiam e/ou seguiam as páginas.

A produção desses grupos tem como proposta visibilizar o gênero enquanto pauta política, relacionado às dimensões do poder na sociedade. As temáticas interculturais, atravessadas por diversas áreas, como o Direito, a Antropologia e a História, visam comunicar e educar o público para um olhar mais humano e complexo em relação ao Gênero. Em perspectiva transmetodológica, a proposta era sistematizar as informações a fim de compreender que tipo de cidadania seria possível de ser exercida.

Projetei, inicialmente, a coleta de dados nos ambientes digitais desses grupos e/ou coletivos que discutiam política vinculada ao gênero. Após essa aproximação digital, buscava entender que propostas de compreensão do gênero eram construídas nesses ambientes e como se vinculavam à construção de políticas públicas relativas ao gênero.

Considerando que as políticas públicas comumente acabam se vinculando a algum partido político, que as utiliza como forma de promoção ou alcance de visibilidade entre os públicos, procurei encontrar espaços organizados e geridos pela sociedade civil que buscassem a criação delas.

Os critérios dessa busca incluíram a relação com políticas públicas vinculadas ao gênero, o envolvimento das pessoas (público em geral) com as páginas desses grupos nas redes sociais e na internet, o compartilhamento de material midiático relacionado ao gênero e à promoção das políticas públicas. A periodicidade e ligação das publicações com a promoção da compreensão do gênero também foi determinante na escolha dos coletivos.

Foi após a busca por grupos no *Facebook*, incluindo a indicação de amigos e acompanhamento das redes, que observei as publicações e o conteúdo postado, a fim de enxergar a leitura de gênero de forma mais complexa, contextualizada e vinculada às políticas públicas. Com isso, cheguei aos grupos ANTRA, Artemis, Gepô, Resistência Feminista SJC e Themis: Gênero, Justiça e Direitos Humanos.

O trabalho na primeira imersão exploratória me fez perceber que, dentro da luta LGBTQIAPN+, as mulheres trans e travestis eram as mais articuladas e mais presentes através de demandas, pedidos de legislações e políticas públicas especificamente para elas. Ao aprofundar-me no tema, comecei a entender que essas solicitações de pessoas trans emergiam com mais força, entre outros aspectos, porque elas eram as mais vulnerabilizadas e que estavam morrendo em maior número, de formas brutais e sem punição. Neste contexto, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) se mostrou um grupo interessante e potente para pensar o gênero e a articulação política.

A ANTRA é a maior rede nacional de travestis, mulheres transexuais e homens transexuais do Brasil. Em 1993, sua articulação teve início em Porto Alegre/RS, mas foi em 2000 que a rede foi

registrada oficialmente, na cidade de Curitiba. Em 2013, sua presença já se dava em 115 afiliadas em território nacional. Atualmente, a sede está em Salvador, onde reside a presidente Keila Simpson.

Essa associação, dentre tantas outras ações, visa principalmente tornar visível as demandas da população travesti e transexual do Brasil. Após diversos encontros e reuniões pioneiras no cenário nacional, conseguiram articular um grupo fortalecido e, enquanto rede, se posicionar a favor da promoção de políticas públicas para essas pessoas. Cobrindo o âmbito nacional, é uma das mais ativas nas redes sociais, divulgando conteúdos e materiais a favor da igualdade de gênero.

Dentro da comunidade LGBTQIAPN+, as mulheres trans e travestis também representavam o maior número de desempregadas e que trabalhavam nas ruas. E começaram os questionamentos a partir da minha própria vivência e do meu olhar: por que eu não via essas pessoas? Por que eu não estava nos mesmos lugares que elas? Por que elas estavam invisibilizadas nos meios de comunicação e morrendo diariamente? Por que elas não *existiam socialmente* ou por que a política e as mídias hegemônicas não as pautavam?

Comecei a repensar os caminhos da tese e da problemática, porque eram pessoas que estavam enfrentando os espaços hegemônicos, exigindo reconhecimento e falando por toda uma comunidade que, muitas vezes, as ignorava. Foi a partir delas, também, que comecei a refletir sobre a necrobiopolítica e essa possibilidade de cidadania transcomunicativa, ou seja, elas estavam construindo a pesquisa comigo antes mesmo de eu conhecê-las. A partir da reconfiguração do problema de pesquisa, que passou, então, à constituição de identidades e corporalidades de mulheres transexuais e travestis, em processos comunicacionais e midiáticos, e à construção da cidadania transcomunicativa, busquei encontrar outras referências bibliográficas que pudessem me auxiliar no processo de compreensão e aprofundamento da temática, indo também em busca

de mulheres trans e travestis que colaborassem comigo nessa nova construção da pesquisa. Já não me interessava somente saber quais produtos de mídias pautavam essas mulheres e como, mas também conhecê-las e saber como se viam ali, como seus corpos e suas corporalidades refletiam suas experiências midiáticas e que processos comunicacionais poderiam partir delas para pensar uma cidadania transcomunicativa, que comunicasse existência cidadã através de suas falas, pensamentos, corpos e ações.

Uma epistemologia comunicacional transformadora reconhece as pessoas como parte de um coletivo *sentipensante* partícipe do conhecimento que se gera. (MALDONADO, 2015). Enquanto pesquisador, quis elaborar a tessitura metodológica, teórica e escrita, mas todas as pessoas estão imbricadas nessa produção, construindo o conhecimento por seus meios e posições, mesmo como mediadoras e mediadores, participando num método que propõe os caminhos de construção própria. A aprendizagem é constante, num processo de intercâmbio que se faz de maneiras múltiplas, seguindo as potencialidades e limitações de cada ser envolvido na investigação, numa construção não limitada à rigidez metodológica burocrática, mas a uma transmetodologia orientada por caminhos transformadores e transgressores.

CRIAÇÕES TRANSMETODOLÓGICAS COM MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS

Pensar a pesquisa é como viajar para descobrir novos caminhos. A investigação é feita de continuidades e, como reflete Gaston Bachelard (2001), de rupturas; conforme o pesquisador adensa e adentra em suas problemáticas, refaz rotas e trajetos. Ao compreender teorias e conceitos, passa também a ser mais crítico diante

de suas realidades. Essas realidades são múltiplas, compostas de contatos e experiências com a vida cotidiana e suas dimensões psíquicas, comunicacionais, midiáticas, semióticas, econômicas, políticas, discursivas etc.

As analogias e lógicas com nossa vida, perspectivando junto com Edgar Morin (1986), auxiliam a elucidar os porquês de algumas decisões e escolhas tomadas no percurso investigativo. Por que escolhemos um determinado tema? O que nos gera interesse em certas pessoas e modos de vida? O conhecimento analógico, na perspectiva de Morin (1986), permite ver o conhecimento de semelhante por semelhante, que detecta, utiliza e produz similitudes de modo a identificar os objetos ou fenômenos que percebe ou concebe. Não é à toa que as vidas trans me chamam a atenção. Minha aproximação ao universo hegemonicamente considerado feminino, estando em um corpo de homem cisgênero gay, permite analogias e dialogias com as minhas vivências e as vivências delas, mesmo que eu reconheça minha identidade cis.

Preciso entender que meu corpo, desejo e identidade não são os mesmos de uma pessoa trans. A pesquisa auxilia a entender não apenas as dimensões contextuais, teóricas e metodológicas investigativas, mas também o próprio criador. É por isso que manter a constante reflexão do processo, como problematizado por Bonin (2011) e Charles Wright Mills (2009), com o registro dos percursos, permite aproximar-se e distanciar-se, problematizar as realidades para conseguir enxergar as processualidades micro e macro.

Em busca de epistemologias renovadoras, críticas e que deem conta da complexidade das mulheres trans e travestis, penso que é preciso trazer o pensamento delas para contribuir ao texto, seja o conhecimento da vida e de suas experiências, aquilo que é produzido e socializado por elas, academicamente e em outras instâncias, seja seus questionamentos sobre a pesquisa e/ou seus caminhos.

Os dados de associações de pessoas trans, músicas e vídeos por elas produzidos, textos publicados por militantes em redes sociais, todo o saber por elas criado, dentro e fora da academia, deve ser considerado. Enquanto ocupante de um espaço acadêmico que me oportuniza condições de diálogo, financiado com recursos públicos, entendo como compromisso social estabelecer uma relação com elas e valorizar o que fazem.

Não tenho a pretensão de tomar o lugar nem o espaço de fala de nenhuma mulher trans ou travesti, mas busco usar minha condição privilegiada para “abrir portas” para que o conhecimento delas seja valorizado. Uma influenciadora digital do Instagram chamada Ana Flor Fernandes Rodrigues (@tdetravesti) publicou, em sua conta, no dia 2 de julho de 2020, o seguinte texto:

Tem se tornado comum o uso do termo “epistemologias travestis” quando mulheres trans e travestis estão pensando formas de construir e analisar saberes. Ou melhor: diferentes formas de saberes produzidos através e a partir de mulheres trans e travestis. Nesse sentido, do campo decolonial ao pós-estruturalista, mulheres trans e travestis estão movimentando ferramentas teórico-metodológicas que viabilizam construir modos de pensar friccionando óticas travestis. É compreendendo a emergência dos problemas e problemáticas que, cada vez mais, mulheres trans e travestis acionam o que chamamos de “epistemologias travestis”. (RODRIGUES, 2020).

Na organização do conhecimento humano, a tendência a tratar de forma binária²⁰ as informações, a percepção e a concepção geram um processo excludente da analogia, que não permite compreender as entrelinhas e a dimensão existente de fluidez entre as polaridades. (MORIN, 1986). As mulheres trans e travestis são uma ruptura não apenas com o sistema binário de gênero, mas com o próprio pensar e filosofar polarizado. Suas produções são fortalecidas

20

A forma binária se refere apenas ao masculino e ao feminino, sem considerar outras possibilidades de expressões.

por uma transcendência em relação ao modelo hegemônico histórico de produzir conhecimento, de caráter funcionalista, cartesiano, instrumental e burocrático.

Nesse contexto, a comunicação precisa ser repensada de modo a dialogar com as pessoas da pesquisa, inserindo o pesquisador e os objetivos conjuntamente, a fim de dar conta de uma compreensão ampla. A analogia auxilia a compreender como a vida está presente na pesquisa e como a pesquisa retroalimenta a vida.

A teoria, partindo de pesquisa bibliográfica, de pesquisa da pesquisa e de pesquisa teórica compromissada, é formadora de repertórios de rompimento de paradigmas e preconceitos. Como em diversas relações, à primeira vista, nós “criamos” a pessoa com quem estamos a partir do estereótipo. Pegamos as primeiras impressões e já fazemos a ilusão de uma personagem, atribuindo diversas características provenientes do pré-conceito. No entanto, o saber construído historicamente por Outre, em sua trajetória, é gerador de uma epistemologia própria que, combinada à nossa, forma uma rede de conhecimento, produzida de forma colaborativa. Teoria, método e diálogos são, assim, agentes epistemológicos que permitem ir além do que já foi elaborado e criar conhecimento colaborativo tecido nas relações, diálogos, confrontações e compreensões.

O afeto que se constrói nas relações possibilita enxergar além do corpo, para o ser que habita “lá dentro”. Entre todos os caminhos e decisões tomadas e voltadas atrás, a identidade se reconstrói, como o vai e vem da pesquisa. Mills (2009) nos incentiva ao registro de cada momento vivenciado na investigação, entendendo que ela é parte indissociável da vida do pesquisador. Precisamos encontrar modos artesanais para construir e desenvolver nossos projetos, logo as vidas que estão conectadas nessa investigação precisam ser valorizadas e compreendidas no momento em que vivemos. História e biografia se combinam e demandam métodos, vias e caminhos para serem contados e articulados. A imprevisibilidade dos

períodos históricos não permite aplicação de fórmulas ou receitas. O objetivo orienta uma confluência de perspectivas que geram uma transmetodologia única e específica. No diário de campo, os registros são retomados para reviver momentos e conversas, produções do momento que se reconfiguram após outros diálogos e experiências. No cotidiano, a metodologia cambia e os registros auxiliam na definição dos percursos.

Com Maldonado (2013), é possível pensar que os conceitos de *eu* e de *objeto* se atravessam pelos mundos culturais onde a *práxis* está ocorrendo, de forma renovadora, fazendo-se dentro da pesquisa e na relação dela com as culturas. São as estratégias combinadas, confluindo, que possibilitam o avanço teórico. Os conceitos só ganham sentido quando são problematizados e vividos, experimentados e analisados, criando novas epistemologias a partir desses movimentos transmetodológicos. Essa pesquisa foi feita, dentro da temporalidade possível, combinando as vivências e os diálogos com as mulheres trans e travestis e as perspectivas teóricas e contextuais para entendê-las. Como o material por elas publicado vem ganhando espaço mais recentemente (assim como as produções de mídias), foi necessário avançar fazendo, *agindo epistemologicamente* em constante movimento para acompanhar as transformações que eu experimentava e que elas me traziam.

Ao estar na casa dessas mulheres, nos eventos e grupos dos quais participam, nas ruas em que circulam, nos seus espaços, fiz uso do diário, que não é mero repositório de informações, ele é um registro denso das observações e vivências realizadas. O detalhe é crucial para entender as dimensões de existência. As vidas trans que existem nas ruas precisaram se proteger na pandemia. A pesquisa precisa seguir adiante, assim como as vidas dessas construtoras de conhecimento e do pesquisador. Nesse contexto, o artesanato é ainda mais necessário.

O fazer intelectual e a experimentação permitem manter o mundo interior desperto, atento, passando de uma perspectiva à outra, fazendo combinações não previstas dos elementos e buscando consolidar uma visão da problemática investigada. (MILLS, 2009). O artesanato, porém, não se resume aos registros costurados, ele está na relação fundada na confiança entre as pessoas envolvidas e nas formas como vão constituindo a pesquisa. Para transformar, primeiro é preciso formar: um repertório, uma combinação e um afeto criativo que permitam avançarmos juntas, de forma colaborativa e solidária, almejando uma nova perspectiva à cidadania. É assim que tento construir uma ponte entre a cidadania científica²¹ (MALDONADO, 2015b, 2021) e a epistemologia colaborativa, formada dos diálogos e afetos entre mim e as mulheres trans e travestis para pensar uma cidadania transcomunicativa a partir das transgeneridades e suas inter-relações com as mídias.

A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E A PESQUISA DA PESQUISA

Para Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron (2003), o método não pode ser estudado longe das pesquisas com as quais trabalhamos. Por isso, é necessário compreender diferentes dimensões metodológicas. Isso faz com que criemos uma competência e uma autonomia crítica das metodologias em processo. Essa processualidade nos permite aprender a pesquisa, nos termos e condições que a elaboramos. Precisamos organizar nosso

21 A cidadania científica é aqui entendida a partir de Maldonado (2015b, 2021) como uma construção solidária e colaborativa, formando poderes comunicativos de compromisso ético e político, ultrapassando lógicas neocolonialistas acadêmicas e os fazeres científicos burocráticos. No caso dessa pesquisa, proponho uma construção epistemológica colaborativa e solidária entre mim e as interlocutoras, que produzem conhecimento, na maior parte dos casos, fora da academia, em seus cotidianos e frentes de luta.

fazer epistemológico, a fim de criar metodologias próprias, mas que estejam interconectadas com as realidades contextuais, as teorias, a *práxis*, o empírico e a própria ação do pesquisador em campo.

O começo de uma jornada de *pesquisa da pesquisa*, por exemplo, pode ser programado com a realização de um levantamento bibliográfico ou de uma *pesquisa bibliográfica*. A pesquisa bibliográfica é um procedimento que permite construir um mapeamento de produções relativas às temáticas investigadas e que nutre a pesquisa da pesquisa. A partir da busca em repositórios (digitais ou não) e do estudo destes materiais, é possível criar um estado da arte das temáticas relacionadas à investigação, o que contribui para nossa reflexão acerca da relevância do tema, daquilo que já foi produzido e de como é possível elaborar um novo conhecimento acerca da problemática. Esse apanhado inicial auxilia também na construção da problematização teórica, que não é apenas uma revisão teórica, mas uma construção artesanal para a investigação concreta nutrida pela pesquisa teórica – imersão, desconstrução, reconstrução e problematização das propostas em confluência e confrontação com o campo empírico da pesquisa.

Após esse levantamento feito, depois de ler, estudar e realizar a *pesquisa da pesquisa*, conseguimos dimensionar as produções realizadas anteriormente e que estão relacionadas à nossa problemática e fazer delas elementos ativos na construção investigativa. O cuidado com a epistemologia essencialmente crítica proposta por Hilton Japiassu (1988) começa então a tomar forma, no compromisso de pensar as produções realizadas para *criar* algo novo, que contribua com a renovação de perspectivas para a transformação da sociedade.

No entanto, essa processualidade precisa se relacionar com o empírico, que demanda estratégias próprias. Ou seja, a pesquisa passa diversos caminhos ao mesmo tempo, sendo que o problema/objeto precisa estar orientando todos eles. Quando se imerge no

campo das mulheres trans e travestis, temos muito a pensar de seus contextos, que demandam múltiplas teorias. Elas se formam em mediações culturais, midiáticas, familiares, nos dando pistas para construir e reconstruir o trajeto investigativo a partir daquilo que as forma.

Para a realização da primeira etapa das buscas bibliográficas, para o exame de qualificação (em 2020), foram utilizadas 14 palavras-chave: transexual; transexualidade; transgênero; política + transexual; política + transgênero; política + LGBT; políticas públicas + LGBT; necropolítica; gênero + transexualidade; cidadania comunicativa; cidadania transcomunicativa; sujeitos comunicantes; recepção; e receptividade comunicativa. Todas foram pesquisadas em 8 repositórios: Capes; Compós; Portcom; Scielo; Unisinos; Redalyc; Clacso; e Google Acadêmico. Essas palavras foram escolhidas de acordo com o objetivo da tese à época e a partir de experimentações nos buscadores, adaptando as buscas de acordo com os resultados e conforme a problemática da pesquisa ia sendo refinada.

Os filtros utilizados foram a temporalidade dos últimos 5 anos (entre 2015 e 2020) e, em casos com poucos resultados, foram pesquisados os últimos 10 anos (2010-2020). A preferência dos idiomas era o português, mas também foram incluídos textos em inglês e espanhol, quando alinhados à problemática da pesquisa. Todos estavam dentro das áreas de comunicação, ciências sociais e humanas, mas em alguns buscadores as pesquisas resultaram em textos da saúde, principalmente. No site da Compós, foram procurados os anais dos encontros anuais entre 2015 e 2019. Em todos os buscadores, quando havia opção “pesquisa avançada”, as palavras-chave foram combinadas por “e” ao invés de “+”. No Google Acadêmico, que teve a maior quantidade de resultados, foram selecionados os textos a partir do critério de relevância.

Essa primeira etapa de mapeamento das pesquisas serviu como orientadora da percepção das problemáticas, da presença delas no campo da Comunicação e ofereceu direção para a projeção

das próximas fases deste processo. O Quadro 1 indica as publicações encontradas nas buscas bibliográficas em cada buscador a partir das palavras-chave elencadas.

Quadro 1 - Resultados da pesquisa bibliográfica

	Transexual	Transexualidade	Transgênero	Política + Transexual	Política + Transgênero	Política + LGBT	Políticas públicas + LGBT
CAPES	420	135	520	182	155	386	221
COMPÓS	0	0	0	0	0	0	0
PORTCOM	2	2	2	0	0	0	0
SCIELO	21	37	52	4	0	21	0
UNISINOS	0	1	0	0	0	0	0
REDALYC	39	24	57	1	0	79	20
CLACSO	128	7	161	35	74	122	48
GOOGLE ACAD.	7.300	4.950	5.500	15.500	10.500	15.300	12.600
	Necropolítica	Gênero + Transexualidade	Cidadania comunicativa	Cidadania Transcomunicativa	Sujeitos comunicantes	Recepção	Receptividade comunicativa
CAPES	125	104	161	0	20	2.157	0
COMPÓS	0	0	2	0	0	22	0
PORTCOM	0	414	766	0	1	321	0
SCIELO	10	25	0	0	0	263	0
UNISINOS	0	0	8	0	4	10	0
REDALYC	38	10	10	0	38	1.320	0

CLACSO	61	4	22	0	5	206	0
GOOGLE ACAD.	1.740	15.900	15.600	0	6.880	20.800	0

Fonte: elaborada pelo autor (2020).

Capes e Google Acadêmico reúnem o maior acervo bibliográfico porque possuem textos de áreas diversas, além da Comunicação, sendo que a maioria das pesquisas relacionadas às palavras “transsexual”, “transexualidade” e “transgênero” eram das áreas da saúde e do Direito. Os repositórios específicos da Comunicação mostraram poucos textos relacionados a essas palavras-chave, sendo que na Compós não houve nenhum resultado e no Portcom apenas 2.

A palavra “travesti” também foi considerada, mas não entrou na busca final porque em testes iniciais de busca mostrava os mesmos resultados de “transsexual”. Aliás, pensava-se o “transgênero” como um conceito guarda-chuva, refletindo com Jaqueline Gomes de Jesus (2012), como aquele que abraça transexuais e travestis. Por isso, foi o termo escolhido para aprofundar na qualificação da tese, pensando em incluir todas as pessoas trans, o que mudou após as novas imersões empíricas e a maior problematização do termo travesti. Na América Latina, são apresentados alguns resultados a mais, mas também com textos muito direcionados às ciências sociais, à saúde e ao direito.

Ao pensar nas palavras relacionadas à política e à necropolítica, percebe-se novamente a ausência de pesquisas na Comunicação, com maior proeminência na América Latina, mas ainda de forma incipiente e com referências que se assemelham (como Mbembe para pensar a necropolítica). Por isso, quis avançar para o conceito de *necrobiopolítica* pensado de forma mais aprofundada por Berenice Bento (2018). Quanto à cidadania comunicativa, já temos uma consolidação mais efetiva no campo, principalmente na Compós e no Portcom, demonstrando uma força maior do conceito no Brasil.

Por fim, a recepção é uma área de estudo forte, com muitas pesquisas, mas nos mais diversos campos e com temáticas também diversas, por isso demanda um trabalho de escolha e análise de textos aprofundado, o que me levou a optar pela perspectiva de *receptividade comunicativa*, que parece mais adequada à construção da cidadania transcomunicativa à qual me proponho, ainda sem resultados nas buscas bibliográficas.

Dentre essas pesquisas, escolhi para leitura e aprofundamento as que mais se adequavam à problemática em cada buscador, em vista da impossibilidade temporal e da pouca relevância de determinados textos para os objetivos da pesquisa.

Todos os resultados escolhidos foram tabelados e organizados em documentos, nos quais constam as buscas de cada palavra-chave separadas por Repositório Digital. Esse foi o ponto de partida para a pesquisa dos trabalhos, já que o conhecimento não parte do zero e precisamos nos cercar de saberes que permitam continuar desenvolvendo epistemologias a partir do que o campo já produziu. (Pierre BOURDIEU, 1999).

Esse procedimento não se esgota nas buscas realizadas, tampouco todos os textos puderam ser lidos até o momento da qualificação. Por isso, o primeiro panorama da produção de pesquisas relacionadas à problemática foi ampliado, mas deixando pistas de como as temáticas de travestis e mulheres transexuais ainda precisavam de problematização teórica e fortalecimento das articulações. Na área comunicação, em que podemos refletir como são visibilizadas e construídas identidades a partir das mídias, é fundamental que criemos possibilidades cidadãs para essas pessoas. A busca bibliográfica foi elemento crucial para perceber essas invisibilidades e investir numa reflexão séria e comprometida.

Nesse sentido, após a qualificação, foram incluídas outras 7 palavras-chave para as buscas, seguindo sugestões das professoras

da banca. Reconhecendo que identidades trans, travestis e transexuais podem dialogar, mas não são as mesmas, foram incluídas: travesti; travesti + gênero; travesti + política; e travesti + mídias. Também se ampliou a discussão teórica para o entendimento dos corpos e das corporalidades trans e travestis, incluindo-se às pesquisas das palavras-chave: corporalidades + travesti; e corpo + travesti. A compreensão das corporalidades e do corpo se fez necessária a partir de diálogos com as mulheres trans e travestis, entendendo que essa é uma dimensão comunicativa delas e que pode ou não ser afetada pelas mídias nos seus modos de produção. Por fim, os conceitos de biopoder, necropolítica e biopolítica convergiram para pensar uma *necrobiopolítica*, entendendo que a política participa nas decisões de quem morre e vive, e também foi buscada nos repositórios digitais. Nessa segunda busca, seguiram-se os mesmos filtros e critérios da primeira, ampliando a temporalidade para 2021.

Quadro 2 – Resultados da segunda fase de pesquisa bibliográfica

	Travesti	Travesti + Gênero	Travesti + Política	Travesti + Mídias	Corporalidades + travesti	Corpo + travesti	Necrobiopolítica
CAPES	48	7	1	0	0	0	0
COMPÓS	2	0	0	0	0	0	0
PORTCOM	3	0	0	0	0	0	0
SCIELO	44	20	5	0	0	5	1
UNISINOS	2	1	0	0	0	1	0
CLACSO/ REDALYC	143	2	1	0	8	23	1
GOOGLE ACAD.	16.400	291	133	5	5	69	3

Fonte: elaborada pelo autor (2022).

Para a segunda pesquisa de palavras-chave, o Portal de Periódicos da Capes²² mostrou poucos resultados para o termo “travesti” e a maioria das referências já estava sendo usada no texto. Nenhum material relacionado ao corpo e às corporalidades travestis, ou à necrobiopolítica, foi encontrado.

No portal da Compós²³ foi necessário acessar individualmente cada um dos anais, anualmente, porque não há um repositório que permita a busca de palavras-chave. Por isso, foi feita uma leitura dos títulos e resumos a fim de encontrar materiais. Apenas 2 trabalhos entre os anais de 2015 a 2021 incluíam a temática travesti. Em 2017, um falando sobre a moda e relação com as travestis; e outro em 2018, de Yvets Morales Medina, que é uma das referências do livro, abordando o corpo travesti. Nas combinações de palavras-chave também não encontrei resultados, bem como com o termo “necrobiopolítica”.

O Portcom²⁴, repositório institucional que disponibiliza a produção científica e a memória da Intercom, mostrou somente 3 resultados para a palavra-chave “travesti” entre todos os materiais disponíveis no repositório digital.

Na plataforma Scielo²⁵ foram usados filtros para o período de 2015 a 2021, e para materiais das Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e dentro do Brasil. Dentre os resultados obtidos na busca, após a leitura dos resumos e dos trabalhos considerados relevantes, nenhum texto foi usado por não dialogar com os objetivos da pesquisa.

22 Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?>
 Acesso em: 20 out. 2021.

23 Disponível em: <https://proceedings.science/compos>. Acesso em: 22 out. 2021.

24 Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pesquisa-avancada2.php>. Acesso em: 31 out. 2021.

25 Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 14 out. 2021.

No Repositório Jesuíta da Unisinos²⁶ a busca resultou em 2 trabalhos relevantes para a palavra “travesti”, sendo as dissertações de Yvets Morales Medina e de Rafael Soares Krambeck, que também apareceram nos filtros “gênero” e “corpo”.

Nas plataformas Clacso e Redalyc²⁷, que agora reúnem os materiais num mesmo buscador, foram selecionados os filtros temporais de 2015 a 2021, nas áreas multidisciplinar, ciências sociais e comunicação. Nos resultados, a maioria falava de contextos argentinos e poucos estavam relacionados à comunicação ou às mídias; também muitos artigos, mesmo com o filtro, apontavam para a área da saúde e da psicologia. Quanto aos resultados relativos às corporalidades e ao corpo, também estavam associados à área da saúde. Já o artigo sobre *necrobiopolítica* estava relacionado à mobilidade lésbica em tempos de pandemia. Como o foco era o contexto nacional, não aprofundi a leitura nesses textos, mas eles mostram que o campo de estudos na Argentina já contempla essas pesquisas.

Além dos materiais coletados e organizados a partir das buscas realizadas nos repositórios digitais, também foram importantes as referências encontradas através das discussões em redes sociais e nos contatos com pesquisadores e pesquisadoras em eventos da área, como nos Seminários Discentes da Unisinos de 2019 e 2020, que me fizeram pensar na problemática de usar o termo “transgênero” como guarda-chuva para identidades diversas.

Já o Google Acadêmico possui um acervo maior por concentrar textos de outros repositórios. Nesse buscador, foram selecionados materiais das 10 primeiras páginas, ou seja, os 50 primeiros resultados de cada palavra-chave.

26 Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br>. Acesso em: 15 out. 2021.

27 Disponível em: <http://clacso.redalyc.org/#/home>. Acesso em: 13 out. 2021.

Dentro desses buscadores não estavam presentes algumas produções de mulheres transexuais e travestis. Existem acadêmicas como Letícia Nascimento, Jaqueline Gomes de Jesus, Megg Rayara Gomes de Oliveira, Amara Moira e Paul Preciado, pessoas trans cujas publicações aparecem nos bancos de dados, mas não seus livros ou publicações de editoras, por exemplo. Priorizei autoras brasileiras por trabalhar neste contexto e, além das acadêmicas, também trouxe ao diálogo teórico travestis e mulheres trans como Valéria Barcellos, Luísa Marilac e Jovanna Baby, cujas trajetórias de luta no movimento trans e LGBTQIAPN+ renderam publicações que refletem as condições históricas e cidadãs de pessoas trans e travestis. Essas buscas foram feitas por mim solicitando referências às interlocutoras do livro e também buscando nas redes sociais (grupos de mulheres trans e travestis) e em referências acadêmicas.

Escolhi buscar textos escritos por pessoas trans, especialmente mulheres trans e travestis, para valorizar suas produções, que me auxiliaram a entender, entre outros aspectos, a trajetória de desigualdade que levou à marginalização de gêneros e sexualidades e como a comunicação colaborou no sentido de difusão de um padrão normativo correspondente às premissas hegemônicas das diferentes épocas. Portanto, pensar nos contextos de forma refletida, aprofundada e sistematizada a partir delas garante o valor sócio-histórico e científico proposto por Maldonado (2011).

Entender de que forma é possível perceber a constituição das identidades e corporalidades das mulheres transexuais e travestis, em processos comunicacionais e midiáticos, e a construção da cidadania transcomunicativa demanda um olhar crítico à mídia, ao que foi produzido sobre elas, à compreensão dos contextos midiáticos em que se inserem e, principalmente, às trajetórias midiáticas destas mulheres, para pensar como elas configuram suas reflexões e percepções sobre si mesmas e sobre as realidades de seus entornos. Conseguir adensar na complexidade de vivências e de vidas é um trabalho árduo, principalmente quando buscamos colaborar com o

conhecimento, com o *agir epistemológico* ao qual a transmetodologia está intrinsecamente relacionada e não encontramos materiais de referência dentro das produções do campo.

Como argumenta Maldonado (2011), o *mundo alternativo* ao modelo de exclusão social vigente requer pensamentos elucidativos que sigam uma premissa epistemológica transformadora. Esse mundo precisa levar em conta os contextos excludentes vivenciados pelas pessoas LGBTQIAPN+, mulheres, negras, trans, enfim, todes que desviam do padrão normativo cisgênero, branco e heterossexual. Essas pessoas que produzem conhecimento e não acessam a academia ou não têm suas produções em resultados de buscas nos meios institucionais acadêmicos. Meu compromisso com esse livro é valorizar esses saberes e trazê-los como referências para transformar a produção epistêmica do livro.

Ressignificar um *sensu comum* tão difundido historicamente demanda transformação e criação de novos conhecimentos que valorizem a história silenciada, a interpretação dos conhecimentos milenares e a compreensão de como fomos educades e colonizadas epistemologicamente. A partir das explorações nos repositórios e da pesquisa bibliográfica, percebo a relevância e a urgência de pensar uma cidadania transcomunicativa como parte das alternativas para as exclusões e dimensões que a cidadania comunicativa ainda não dá conta. Dentro dos modelos clássicos que a cidadania vinha sendo pensada e, a partir das visibilidades trans presentes nas mídias, uma nova perspectiva que questione essa necrobiopolítica sobre corpos e corporalidades trans e travestis, que vivem e experimentam processos comunicacionais, é necessária para exercer uma cidadania transcomunicativa que represente as pessoas LGBTQIAPN+ e, principalmente, as mulheres trans e travestis que estão encabeçando a luta.

NOVAS EXPLORAÇÕES E ESCOLHAS SISTEMÁTICAS: AS INTERLOCUTORAS DA PESQUISA

Um novo conhecimento pode começar pela resistência a uma opinião ou estereótipo. (BOSI, 2003). Investigada, entendendo suas singularidades e suas relações com o poder, a opinião ou pré-concepção vai divergindo, criando desordem no pensamento. Assim, começa a gerar outra significação, rompe o estereótipo e avança para algo novo. Passamos então de uma perspectiva a outra, construindo uma lógica multiperspectivada, como propõe Mills (2009). Nós deixamos de ver apenas o corpo ou o material para entender a dimensão mental, e da mental passamos à espiritual, e não se pode deixar de ver toda a complexidade e a transcendência humana. Na realização dessa pesquisa, como dito antes, eu “matei o Júnior”. Não me considerava preconceituoso, mas meu imaginário sobre as mulheres trans e travestis era outro – algo que permeou minha própria identidade enquanto homem cisgênero e gay. Precisei de 10 anos na vida acadêmica para me reconstruir, e permaneço em construção e reconstrução.

A experiência só fundamenta a si mesma verdades parciais e contingentes. O diálogo com uma pessoa permite conhecer aquilo que nos conta, a partir de uma interpretação da própria pessoa que a escuta. O conhecimento articulado entre o pesquisador e a pessoa que conta sua história se aprofunda se o diálogo se dá nos espaços onde a pessoa se encontra confortável, nos limites em que se deixa ver, e do que compartilha. Esse conhecimento gerado está vivo, agindo epistemologicamente, criando novas formas de pensar e de ver o mundo no intercâmbio entre teorias e empirias.

Vejo o gênero em uma trajetória que vem desde o Mes-trado. No entanto, naquele momento as perspectivas com as quais

trabalhava ainda eram limitadas e passei a escolher lentes que me permitissem adensar esta compreensão. No caso desse livro, essa caminhada se construiu a partir dos diálogos realizados com 6 mulheres trans e travestis: Cléo Soares, de 50 anos; Flavia Santos, de 29 anos; Michelly Oliveira, de 27 anos; Natália Cassinelli Soares, de 19 anos; Natasha Ferreira, de 35 anos; Rihanna Borges, de 29 anos. Essas mulheres transexuais e travestis são co-construtoras do livro comigo e iniciamos nossas relações e diálogos de maneiras diferentes, como relato nos subcapítulos na sequência.

Cléo, Natália e Michelly moram em Sapiranga/RS, e o critério de proximidade da cidade onde eu vivia foi o principal motivo de escolha nesse caso, além do fato delas estarem em diferentes faixas etárias e possuírem distintas experiências de vida e de trabalho. Natasha Ferreira mora em Novo Hamburgo/RS e tem relação com a política, atuando na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; já concorreu a três pleitos eleitorais, em 2018 como deputada, em 2020 como vereadora de Porto Alegre, e em 2022 como deputada novamente. Flavia e Rihanna foram residentes da Casa Florescer, um lar de acolhimento para mulheres trans e travestis na cidade de São Paulo/SP, onde realizei uma etapa da pesquisa empírica. O acolhimento que tiveram comigo e a vontade de colaborar foram os critérios para o diálogo, além de seus posicionamentos e falas observados por mim no contato com elas.

A escolha pela imersão empírica na Casa Florescer veio a partir de diálogo com pesquisadoras que participaram da banca de qualificação, como sugestão para conhecer mulheres trans e travestis que vivessem uma realidade diferente daquelas vividas pelas mulheres com quem dialoguei inicialmente (Cléo, Natália e Natasha, que tinham acesso à educação, aceitação e empregabilidade). Dados da ANTRA mostram que a maioria da população travesti e transexual tem expectativa de vida de, em média, 30 anos de idade, e vive em condições precárias e à margem do sistema econômico capitalista. Assim, visitar um lar de acolhimento de mulheres trans

em situação de rua foi importante para ampliar as perspectivas em relação à situação das trans, às suas experiências e corporalidades, bem como sentidos da política e da cidadania. Também, ir à rua onde algumas trabalham na prostituição, na minha cidade, me deu outra dimensão do próprio lugar onde vivo, transito e desfruto de privilégios e direitos. Foi onde conheci Michelly, que também integra essa pesquisa como interlocutora.

A crítica precisa permear toda essa criação, principalmente a crítica à própria crítica, como propõe Maldonado (2015). Em nenhum campo ou área de conhecimento, a ciência é um conhecimento absoluto. Por isso, todo conhecimento é aproximado e limitado. A pesquisa é essencialmente crítica porque observa, reflete e se funda sobre um determinado conjunto de conhecimentos prévios. A crítica não é uma redundância quando nos referimos à epistemologia. Toda colaboração reflexiva ao propósito da investigação auxilia na construção epistêmica. O cenário político, a compreensão do próprio gênero e identidade e a resistência à norma excludente colaboram na formação e na posição das interlocutoras. Com essa perspectiva em mente, apresento de modo suscito as interlocutoras, adiantando que o conhecimento delas é formador da cidadania transcomunicativa, como veremos nos capítulos seguintes.

Para orientar os diálogos com as interlocutoras, elaborei roteiros de entrevistas semiestruturadas. Considerando as mulheres trans e travestis como co-construtoras da investigação, pensei em questões que valorizassem seus saberes, práticas e epistemologias. (Cremilda MEDINA, 2001; Paul THOMPSON, 1992). As perguntas foram feitas de modo aberto, dando possibilidades para que falassem além do que estava proposto. Utilizei, nesses momentos, um diário de campo para fazer anotações sobre entornos, gestualidades, emoções e expressões dessas mulheres, além do gravador para registrar as falas. Ao apresentar cada uma, desenvolvo melhor como funcionaram as dinâmicas das entrevistas com elas, mas, em síntese,

os roteiros foram parecidos, tendo alguns detalhes modificados em razão de seus trabalhos, idades e locais.

Os roteiros foram orientadores do diálogo, pontuando e elencando elementos necessários às descobertas, mas permitindo flexibilidade nas conversações. Considero a entrevista como um espaço de aprendizado, trocas e solidariedade (MEDINA, 2001) em que é possível criar conhecimentos conjuntamente. Os roteiros das entrevistas em profundidade da fase sistemática tentaram dar conta: de um perfil sociocultural, para entender suas situações de classe, idade, relações familiares, acessos às mídias etc.; de suas identidades transexuais e travestis, a fim de conhecer suas autodeterminações e identificações de gênero, suas relações com o corpo e transições em perspectiva histórica; de suas trajetórias midiáticas para entender como as suas experiências com as mídias afetam a produção de suas corporalidades e identidades; e de cidadania transcomunicativa, a fim de saber sobre seus conhecimentos de cidadania, o exercício dela e suas demandas e pautas de ação cidadã e política.

NATÁLIA: UM (RE)NASCIMENTO

Quando mudei o percurso dessa pesquisa, em 2020, fatos de 2019 voltaram à minha mente. Um deles tem relação com Natália, a primeira menina trans com quem tive contato. A conheci antes da transição, e um momento chave para mim aconteceu em um evento no qual eu fui responsável por ela. Na época, ela tinha 15 anos e estava, aos poucos, assumindo a identidade trans. Fazemos parte da mesma casa espírita em Sapiranga, na qual sou responsável por um grupo de jovens, conduzindo estudos sobre espiritismo. Na inscrição para o evento, usamos o “nome morto” de Natália porque ela ainda não tinha o registro retificado. Em razão disso, ela foi designada para um dormitório masculino, com cerca de 30 meninos. Ela veio até mim dizer que não se sentia confortável com a situação,

que preferia ficar com as meninas, que eram suas amigas. Eu estava naquele dormitório e me prontifiquei a cuidar dela, porque naquele momento não poderia trocá-la de dormitório. Hoje, compreendendo suas dores, sinto culpa por não ter feito mais ou me preparado melhor para atender ao pedido dela.

A partir de Natália, passei a prestar atenção no entorno social das vivências trans. Mais tarde, naquele mesmo ano, ela me apresentou um novo registro, com a identidade dela. Ela se identifica tanto com o termo “mulher trans” como “travesti”. Temos muitas fotos de momentos partilhados e, para mim, é bonito ver o processo que construímos, principalmente nos diálogos antes da pesquisa e, posteriormente, para o livro. Sinto que, por vezes, posso não a ter acolhido da melhor forma que estava ao meu alcance, e reconheço que ela me ensinou muito sobre os preconceitos que guardamos na cisgeneridade e na experiência da norma.

Em 2023, Natália está com 19 anos. Começou a transição em 2019, com acompanhamento médico para uso de hormônios e com apoio do pai, da mãe e do irmão mais novo. A família mora em Sapiranga e faz parte da classe média. O pai é formado em assistência social e a mãe é professora de educação infantil. Natália concluiu o ensino médio em uma escola técnica de Taquara/RS, onde estudou meio ambiente. É branca, de altura mediana, cabelos pretos na altura dos ombros e olhos castanhos.

Desde criança, ela experimentou conflitos com a identidade a partir da norma cisgênera. Hoje, consegue se identificar como mulher trans ou travesti, mas prefere o termo “mulher trans”. Natália frequentou o Centro de Tradições Gaúchas (CTG), onde experimentou algumas violências de gênero por seu comportamento. Passou a questionar-se se tinha uma identidade cis e homossexual, mas a partir do convívio com outras amigas trans e das informações às quais teve acesso desde cedo, a partir da internet e de outras mídias, conseguiu encontrar-se na identidade transexual e assumiu a vontade

de realizar mudanças no seu corpo à família, de quem teve apoio após uma fase de diálogo que levou à compreensão de seu desejo.

Com Natália, além dos encontros presenciais antes da pandemia, realizei duas entrevistas por chamada de vídeo nos dias 10 e 17 de junho de 2021, seguindo um roteiro de entrevista semiestruturada. Não consegui gravar o vídeo, mas o áudio foi registrado para posterior decupagem. Durante a entrevista, fiz anotações também. A primeira conversa foi para pensar sua autoidentificação de gênero, o processo de transição, suas inseguranças e os preconceitos vividos, a militância e a formação educativa de gênero, raça e classe, a relação familiar e escolar, as perspectivas de trabalho, seus modelos e padrões de gênero e o cotidiano.

Na segunda conversa, falamos sobre suas relações com as mídias, a visibilidade trans e suas compreensões e percepções sobre a política. Seguimos os roteiros nesses encontros, um pouco pela timidez dela e também para oferecer-lhe certa “segurança”, já que estava preocupada em atender aos objetivos da investigação, em colaborar da melhor forma com aquilo que estava sendo pedido a ela. Foram bastante produtivas essas trocas; em um determinado momento, Natália me disse que nossa conversa estava fazendo-a pensar em coisas que ela não tinha observado sobre ela mesma, configurando um aprendizado mútuo entre mim e ela, em uma construção colaborativa da pesquisa que também estava transformando as pessoas envolvidas na investigação.

CLÉO: O ACOLHIMENTO

Eu só conhecia Natália até aquele momento, que ainda era adolescente. Sabia que existiam outras meninas e mulheres trans e travestis em Sapiroanga, mas nunca estudei, trabalhei ou tive contato direto ou de amizade com nenhuma. Ainda em 2019, meu namorado, Vinícius, participou de um evento no curso de Moda da Universidade

Feevale, no qual Cléo Soares foi palestrante. Eu já sabia quem era Cléo por um evento na Unisinos, promovido pela colega do mestrado Yvets Morales Medina. Porém, naquele momento, não conversamos ou tivemos contato.

Cléo trabalha com produção de conteúdo, análise e planejamento estratégico em uma agência de publicidade. Ela é formada em Design pela Universidade Feevale e fez MBA em Diversidades e Práticas Inclusivas nas Organizações na Universidade La Salle. Na ocasião, Vinícius falou com ela ao final da palestra e pegou o contato de telefone para que pudéssemos conversar. Agendei um encontro com Cléo no dia 5 de janeiro de 2020, numa tarde de domingo de muito calor. Nos encontramos na casa dela, um apartamento pequeno em um condomínio residencial em Sapiranga.

Ela me recebeu com um vestido leve, me ofereceu café e me convidou para sentar enquanto fumava um cigarro na janela. Cléo tem altura mediana, cerca de 1,60m, cabelos compridos tingidos de vermelho, pele branca e olhos escuros. Durante cerca de 5 horas, conversamos ali sobre política, cidadania, televisão e diversos outros temas referentes às novelas que gostamos e às lutas LGBTQIAPN+.

Ao entrar em seu lar para dialogar e construir conjuntamente um novo destino reflexivo para o livro, foi preciso encontrar uma forma de nos comunicarmos que permitisse abertura, liberdade de expressão, mas também uma busca por construir objetividade nesta realização. Cléo sabia que eu estava construindo uma tese de doutorado e se prontificou a colaborar sem saber dos meus interesses ou objetivos concretos. Na verdade, os objetivos se remodelaram no pacto que construímos, pensando de que forma, a partir dos diálogos, seria possível entender a constituição de suas identidades e corporalidades, em processos comunicacionais e midiáticos, e a construção da cidadania transcomunicativa.

Cléo foi receptiva desde nosso primeiro contato, disposta a conversar e a me introduzir às questões das trans. Ativista política e fundadora/administradora da ONG Outros Olhares, em Sapi-ranga, ela participa de projetos de inclusão das pessoas trans no Rio Grande do Sul, como de acesso à medicação preventiva ao HIV e de acolhimento e direcionamento de travestis e trans que precisem de apoio jurídico ou médico. Pela ONG, Cléo também produz diversos conteúdos no YouTube²⁸, explorando temas sociais e/ou artísticos.

Imagem 2 - Cléo e eu na gravação do *Cafezinho Podcast*



Fonte: YouTube (2021).

Em 2021, ela estreou como atriz em uma peça de teatro *online*, *O Tentilhão*²⁹. Nessa mesma época, participamos de um *podcast*³⁰, o *Cafezinho Podcast*, no dia 15 de outubro de 2021, para falar sobre a tese e o trabalho que desenvolvíamos em conjunto. Durante a pandemia, Cléo passou por algumas dificuldades financeiras, com ameaça de perder o apartamento, assim como outras meninas vinculadas

28 Link para o canal do YouTube da ONG Outros Olhares: https://www.youtube.com/channel/UC-p6uG0vz007B96v_SCxA1jw. Acesso em: 18 fev. 2022.

29 Link para a peça online *O Tentilhão*, que conta com Cléo Soares no elenco: <https://www.youtube.com/watch?v=gveiiT5cmxA&t=0s>. Acesso em: 20 out. 2021.

30 Cafezinho Podcast. Todas as dúvidas sobre as trans. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UxpmQHC5nwl>. Acesso em: 17 fev. 2022.

à ONG para quem reunimos alimentos e produtos de higiene. Ela retornou à prostituição por um período e, em 2021, conseguiu o emprego na área de publicidade.

Lembro muito de Michel de Certeau (1994) nessa experiência com Cléo. Ele apontava que formalidades podem enquadrar os objetos de pesquisa e, por isso, era necessário sair da rigidez. No dia em que conversamos pessoalmente, Cléo me deixou à vontade para dialogar, então não seguimos um roteiro, o que se mostrou muito produtivo e gerou mais problematizações do que as previstas. Foi uma “porta aberta” para seu mundo, que me acolheu além dos formalismos. Vejo que isso configura a humanidade do processo comunicacional, porque os sentidos que elaboramos no diálogo com as pessoas se carregam de afeto, se ampliam às complexidades de suas vidas e conseguem estabelecer relações e conexões mais densas sobre suas relações com as mídias, com as políticas e com a militância. Ainda assim, no momento de “escrever” e pensar as relações entre as produções científicas e os diálogos com ela, foram necessárias estratégias e táticas (CERTEAU, 1994) para fazer os conhecimentos confluírem e se concretizarem na aproximação do teórico e do empírico, agindo epistemologicamente.

O contato com a alteridade é uma oportunidade de intercâmbio única, que desvela conhecimentos e permite a construção de algo novo. Para que seja profícuo, sensível e dê conta da complexidade das vidas e dos processos comunicacionais envolvidos na existência dessas colaboradoras, a transmetodologia oferece caminhos para construir uma reflexão abrangente e produtiva. No diálogo, é possível conectar e compreender múltiplas dimensões. Estar com ela produzindo materiais que poderiam colaborar na compreensão de suas pautas e demandas me fez sentir, naquele momento, um real aliado de luta.

A comunicação possibilita que encontremos formas de resolver problemas de conexão, mas, para isso, é fundamental pensar

metodologias transdisciplinares, não como uma formalidade, mas numa cooperação teórica constante, que se constrói ao longo do trabalho. (BACHELARD, 2001). Essa criação que parte do pesquisador precisa refletir diversos aspectos metodológicos, desde as apropriações feitas na investigação, mas também as propostas que são relevantes e a crítica aos modelos e perspectivas pré-existentes. Usamos dos recursos que nos foram ofertados para levar adiante um conhecimento que vínhamos construindo. O convite para participar do *podcast* foi feito para mim, mas pedi ao anfitrião para levar Cléo porque ela era construtora do trabalho junto comigo.

Era difícil para mim entender como alguém tão politizada e inteligente vivesse em condições precárias, vinculadas ao preconceito, assim como as outras mulheres que conheci na convivência com ela. Mantivemos contato desde que nos conhecemos, nos encontrando por meio digital durante a pandemia e presencialmente quando foi necessário. Com o arrefecimento da pandemia, reencontrei Cléo pessoalmente em diversas ocasiões em 2021, para me voluntariar à ONG, participar do *podcast* e ir à rua conhecer outras mulheres trans e travestis. Em relação às entrevistas para a tese, fizemos três encontros: dois presenciais em sua casa (em 5 janeiro de 2020 e 31 agosto de 2021, junto com Michelly) e um *online* (em 13 de abril de 2021). As reflexões teóricas, o entendimento dos contextos políticos, sociais e midiáticos e os diálogos com as co-construtoras foram me permitindo compreender o problema/objeto e estabelecer novos caminhos para me transformar.

NATASHA: UM EVENTO TRANS-FORMADOR

Meu contato com Natasha foi mediado por Yvets Morales, que me passou o telefone dela. Natasha estava com uma agenda apertada na época, bastante envolvida com a política, já que é assessora parlamentar da deputada Luciana Genro (PSol-RS). De novembro

de 2019 a janeiro de 2020 tentávamos nos encontrar, até que ela me convidou para participar de um evento que estava organizando pelo Dia da Visibilidade Trans. A acolhida de Natasha foi fundamental para que essa pesquisa realizasse o objetivo de compreender aspectos relativos às políticas públicas e à cidadania das mulheres trans; os diálogos com ela me permitiram construir uma perspectiva mais ampla sobre as possibilidades do poder legislativo e da reflexão crítica sobre a política e os processos comunicacionais pelos quais são atravessadas as histórias dessas mulheres trans e travestis, a presença das mídias e o cenário da administração pública.

Enquanto pesquisador, precisava levar em conta os conhecimentos construídos pelas colaboradoras da investigação, suas histórias, suas vidas e compreender as dimensões históricas, sociais, políticas e econômicas para conseguir estabelecer os nexos entre a pesquisa que desenvolvia e o conhecimento já produzido. Nesse encontro para o qual fui convidado por Natasha, pude me aproximar de diversas pessoas envolvidas com a política para pessoas trans e ligadas ao movimento no Rio Grande do Sul, o que me fez conhecer as vivências e o trabalho que vinha sendo feito.

Como Natasha é ativista e seu trabalho na Assembleia Legislativa exige participação em inúmeras demandas, tivemos que pensar numa estratégia para o primeiro encontro. O evento se chamava “A luta e resistência trans em tempos de bolsonarismo”, que ela estava organizando junto com o mandato de Luciana Genro e militantes trans: Luíza Eduarda, Noah Scheffel e Felipe Reis. Os discursos de Jair Bolsonaro eram totalitários e autoritários, como ao dizer “eu sou a Constituição”³¹, por exemplo. Foram várias as tentativas de exercer o poder de forma vertical, pregando uma autoridade que dependeria exclusivamente dele. Na contramão, a busca de grupos como o das

31 FOLHA. Eu sou a Constituição, diz Bolsonaro ao defender democracia e liberdade um dia após ato pró-golpe militar. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/democracia-e-liberdade-acima-de-tudo-diz-bolsonaro-apos-participar-de-ato-pro-golpe.shtml>. Acesso em: 5 ago. 2021.

peças trans presentes nesse evento, era de oferecer pluralidade e horizontalidade de ideias e debates, justamente para não reproduzir as certezas das classes que sustentam os pensamentos totalizantes. É possível romper com o totalitarismo se houver uma filosofia viva, que se alimente da *práxis* e dialogue com ela. Enquanto seguirmos pensando nossos períodos históricos de forma crítica e problematizando, continuaremos construindo epistemologias e experimentando metodologias em continuidades e rupturas.

O pensar numa pesquisa de natureza humana não é meramente subjetivo, não parte somente do pesquisador. É um relacionamento da pessoa que pesquisa com sua “referência humana”. Essa relação vai além da mera percepção e opinião, gerando conhecimento. Bachelard (2001) destaca a necessidade de um programa racional de investigação, que permita interatividade entre os objetos de referência imediatos e nós, adensando-os e aprofundando-os. Precisamos refletir sobre a percepção, aquilo que está à nossa frente e ao nosso redor, para conseguirmos elaborar uma preparação teórica e metodológica dos pensamentos e das teorias que desenvolvemos. Por isso, fui ao evento preparado para observar, anotar e dialogar com tudo que fosse possível, visto o pouco conhecimento que tinha das pautas trans e da necessidade de estabelecer conexões com as realidades dessas pessoas, podendo partir dali meus próximos passos metodológicos.

No dia 30 de janeiro de 2020, participei do encontro que aconteceu no Emancipa Cursinho Popular Pré-Universitário, em Porto Alegre. Foi quando conheci Natasha e aproximamos o contato. Natasha é branca, loira, alta, nasceu em 26 de abril de 1988 e concluiu o Ensino Médio. Nasceu em Sapiranga, mas morava em Novo Hamburgo quando conversamos.

Participar dos espaços frequentados pelas mulheres trans colaborou na compreensão de cotidianos e bandeiras de luta delas. Ao acompanhar Natasha nesse evento, pude me aproximar de

realidades que antes eu desconhecia. Desde termos utilizados pelas pessoas trans, até questões relacionadas à saúde, empregabilidade e políticas que foram trazidas à pauta por pessoas interessadas em compreender suas demandas. São múltiplas as perspectivas, com uma diversidade de posicionamentos e desejos que, ainda assim, convergem em um desejo de representatividade política forte.

Na ocasião do evento, duas mulheres e dois homens trans falaram sobre suas trajetórias de vida e militância, desde os processos de transição até os desafios no cotidiano, a partir de suas experiências em relacionamentos, família e trabalho. A seguir, há uma foto das pessoas que participaram desse encontro, com Natasha sentada em frente à bandeira, no chão.

Imagem 3 - Evento “A luta e resistência trans em tempos de bolsonarismo”



Fonte: divulgação Emancipa (2020).

Algumas anotações do diário de campo, aqui dialogando com Mills (2009) e concebendo-o como um componente importante para repensar a jornada da pesquisa e reconstituir pensamentos que auxiliam na compreensão do fenômeno que investigamos,

me permitem ver que foram várias as viradas epistêmicas pelas quais passei naquele momento. Felipe, um homem negro trans, disse que uma das maiores dificuldades em seu processo de transição era o medo de se assumir homem e ser reduzido ao estereótipo de bandido. Filho de militar, ele também se preocupava com a segurança nas ruas, uma vez que conhecia as perspectivas da repressão e do controle do Estado, que exerce a necrobiopolítica com os corpos negros. Uma das perspectivas que me fizeram refletir bastante e foram trazidas por Felipe foi a de que, por ter *passabilidade*³², ele não era muito questionado quanto ao seu gênero, mas quando era, a maior parte das questões se resumia ao lado sexual. Ele ressaltou as questões do falocentrismo direcionado ao negro e da exacerbação da sexualidade, como se o corpo negro fosse de “domínio público”, com perguntas direcionadas a ele indagando se “tem pau”.

Luiza Eduarda, uma mulher trans de Novo Hamburgo (a quem dei carona na volta do evento e mantivemos um diálogo), destacou a falta de empregos para mulheres trans no Brasil e que a maioria que encontra oportunidade vai trabalhar fora do país, principalmente na Europa. Noah, um homem trans, é pai de duas filhas, sendo que uma delas, com 6 anos de idade, tem acompanhado sua transição com muita tranquilidade e aceitação. Simone, a coordenadora do Ambulatório Trans de Porto Alegre, aberto em 2019, destacou que são realizados cerca de 50 atendimentos por dia (o ambulatório abre nas quartas-feiras, das 17h30 às 23h30). Essa demanda é uma das poucas formas de oferecer segurança à hormonização e transição de pessoas trans. Esse Ambulatório foi fundado por Roberto Robaina (vereador do PSol de Porto Alegre) e busca um atendimento igualitário – a coordenadora, inclusive, destacou que não usam jaleco para

32

A *passabilidade* é um termo que faz parte do universo trans, para indicar quando as pessoas conseguem se passar pelo gênero com o qual se identificam; ou seja, ficar o mais passável/parecida possível como mulher ou homem cisgênero no sentido generificado. Esse termo será melhor explorado adiante no texto, até mesmo porque é bastante problemático em diversos casos já que, geralmente, se insere dentro de uma cisnormatividade.

tornar ainda mais “confortável” a situação de quem busca o serviço e que admira as famílias parentais que acompanham os filhos ou as filhas na transição.

Uma das principais demandas que emergiram nesse evento/roda de conversa foi a necessidade de um abrigo ou espaço de acolhimento para pessoas LGBTQIAPN+ em Porto Alegre, especialmente para as trans em situação de rua. Simone, coordenadora do Ambulatório, ainda destacou que os serviços de saúde e sociais “bloqueiam” o acesso de pessoas trans porque não sabem acolhê-las.

Essas anotações em diário me permitiram pensar que a pesquisa precisava ser tecida artesanalmente (MILLS, 2009), costurando aquilo que estava observando, essa imersão, junto ao que estava lendo e pensando. Todos os caminhos que eu estava cruzando estavam gerando um transbordamento e, na perspectiva transmetodológica, pediam um processo de trabalho artesanal e mestiço.

Essa pesquisa, por mais que tivesse um planejamento, não se construiu a partir daquilo que foi delineado e delimitado. As perspectivas metodológicas prévias enfrentaram diversos embates, num contexto de transformações próprias da nossa realidade comunicacional contemporânea, na qual o campo de pesquisa com pessoas está afetado pelas multiplicidades delas, inseridas em contextos de midiaticização e dinâmicas complexas. (BONIN, 2013). Isso faz com que os procedimentos também tenham que se desenhar e se realizar durante as imprevisibilidades, na “reconfiguração imediata” de procedimentos quando entramos em contato com as pessoas e elas nos entregam mais do que esperávamos, como foi com Cléo. Ou nas agendas que não confluem e, a partir de um evento, permitem ainda abertura – para perspectivas não imaginadas antes e para uma proximidade que gerou outros diálogos posteriormente.

A partir do evento organizado por Natasha, mantivemos contato nos acompanhando pelas redes sociais e marcando

posteriormente um encontro por chamada de vídeo, já que a pandemia do coronavírus impossibilitou realizarmos uma conversa presencial a partir de março. Desse modo, além de assistir às *lives* em que ela participou, enquanto militante e candidata à vereadora em Porto Alegre, realizei uma entrevista com ela, em 27 de junho de 2020, seguindo um roteiro semiestruturado, que também sofreu desvios em função da conversa nos levar para além daquilo proposto, mas que eram questões que se articulavam com os objetivos da investigação.

No roteiro elaborado para a conversa com Natasha, estava planejado o diálogo sobre auto identificação e trajetória de gênero (pensando nos aspectos da transição; das inseguranças, preconceitos e discriminações; da militância e formação educativa de gênero; questões de raça e classe; trabalho e gênero; modelos e padrões de beleza; cotidiano); consumos e produções midiáticas, bem como a visibilidade trans nas mídias; e conhecimentos e significações sobre política. Conseguimos abordar todos esses aspectos, mas de forma fluida, sem que as questões fossem realizadas exatamente como disposto no roteiro.

Natasha foi candidata a vereadora em Porto Alegre pelo PSol-RS em 2020 e obteve 2011 votos. Em 23 de junho de 2021, ela tomou posse no lugar de Roberto Robaina (PSol-RS) por estar como suplente na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Ficou no mandato por 7 dias, durante os quais apresentou propostas e projetos voltados às pessoas LGBTQIAPN+. Oficialmente, para a pesquisa, realizei apenas a entrevista *online* com ela, por cerca de 2h, pelo aplicativo do Instagram, mas registrando o áudio para posterior decupagem. Fora essa entrevista, nos encontramos no evento e falamos sobre a campanha dela por WhatsApp e Instagram.

MICHELLY: A EXPERIÊNCIA DA RUA

Choveu a manhã inteira no dia em que combinei com Cléo de ir para a rua conhecer as mulheres que trabalhavam na prostituição. Era 26 de junho de 2021 e fazia frio. Estava preocupado, porque algumas ruas alagavam e pensava que elas não teriam como trabalhar naquelas condições. Falava com Cléo por mensagens no celular para confirmar nossa ida. Ela me garantiu que, mesmo com chuva, elas iriam, mas que poderiam trocar o local de encontro.

A maioria das profissionais do sexo trans em Sapiranga tem como ponto de trabalho uma rua atrás da RS-239, nos fundos de uma boate. Arborizada e asfaltada, é um local tranquilo, com bastante fluxo de carros e acessível para quem vem de outras cidades. Buscamos Cléo na casa dela, eu e meu namorado, por volta das 15h e fomos até a rua em que ela já trabalhou e fez amizades. Naquela hora, a chuva tinha estiado e se transformado numa fina garoa.

Encontramos Michelly tremelicando e esfregando os braços por conta do frio. Ela usava uma calça jeans justa, um *cropped* (blusa curta, mostrando os braços e a barriga) e *tênis*, mas carregava um casaco ao seu lado. Estava sob a marquise de um comércio na rua. Michelly tinha 26 anos à época, é alta, tem a pele morena, cabelo liso e olhos castanhos. Magra, de perfil atlético, adora malhar. Ela não terminou o ciclo escolar no ensino médio porque sofria violência na escola de colegas, professoras e professores. Foi simpática e tímida em nosso primeiro contato.

Cléo soltou um “e aí, manaaa”, pegou um cigarro e ofereceu à amiga, que recusou. Michelly estava tímida, mas próxima de Cléo ia conversando com a gente. Aos poucos, foi contando sobre um relacionamento que experimentava na época, com um menino que recém tinha deixado, mas por quem ainda sofria. Mais tarde, Cléo me diria que Michelly ficou à vontade para conversar comigo porque o Vini estava comigo e éramos gays, possibilitando uma

correspondência e abertura. Minha nova amiga falou muito sobre sua história ali mesmo, mas eu não estava com o gravador porque achei mais ético nessa primeira aproximação não ser invasivo, ainda mais no ambiente da rua.

Michelly me falou sobre o “boy” com quem estava enrolada, sua família e como chegou à prostituição. Ela tem uma risada alta e, ao mesmo tempo, suave. Uma postura de diva que atrai muitos clientes. No entanto, o dia ali estava ruim por causa da chuva e Michelly preferiu ficar conversando conosco sob a marquise do que trabalhar. Enquanto estávamos ali naquele grupo de 4 pessoas, nos protegendo da garoa, chegou Jéssykinha, uma mulher trans loira com duas próteses de silicone e um decote que mostrava bem o desenho dos seios. Ela é uma das mulheres que mais tem faturado recentemente, de acordo com Cléo e Michelly, e investe muito do que recebe com a família.

Jéssykinha estava mais desconfiada à primeira impressão, mas foi simpática e não quis conversar muito. Disse que Cléo era uma grande amiga e referência porque estudava e se dedicava a defendê-las, mas que não entendia muito de política nem costumava assistir televisão. Sua referência era Pablló Vittar, apesar de ser uma cantora *drag queen*. Jéssykinha trabalhou bastante naquela tarde enquanto eu conversava com Michelly e Cléo na rua, atendendo clientes que a buscavam de carro e voltando após cada programa, que durava cerca de 10 a 20 minutos.

Imagem 4 - Michelly



Fonte: elaborada pelo autor (2021).

Essa pesquisa trabalha a cidadania e dialoga com pessoas trans e travestis e, nesse sentido, estar próximo das realidades delas colaborou para entender melhor seus contextos e suas histórias. O pesquisador se alimenta da vida e, portanto, precisa estar presente experimentando e vivendo com aquilo que dá sentido à existência e à pesquisa. (MILLS, 2009). A construção científica precisa relacionar teoria e empiria, necessita viver a *práxis*, reinventar a metodologia e abrir espaço para que a pesquisa seja socializada em múltiplos aspectos.

Enquanto eu estive lá, Michelly não trabalhou, ficamos conversando até cerca de 19 horas, quando já estava escuro e Jéssykinha a convidou para comer um churrasquinho. Depois, elas voltaram e nos despedimos, já trocando contatos para um próximo encontro. Combinei de encontrar Michelly em 31 de agosto de 2021, na casa da Cléo, onde ficaríamos à vontade. Marcamos em um dia de manhã, tomamos café e fizemos a entrevista.

No dia da entrevista com Michelly, que aconteceu na casa de Cléo, segui um roteiro semiestruturado e usei o gravador para

registrar o áudio, enquanto fazia algumas anotações. O clima foi bastante informal e Michelly estava à vontade. Cléo trabalhava no quarto e, em alguns momentos, se integrava a nós fazendo alguns comentários ou conversando. Foi um momento que fluiu bastante em termos de aproximação e diálogo. Ficamos conversando por cerca de 3h, das 8h às 12h30, porque Michelly precisava trabalhar à tarde. A conversa com ela foi logo depois de um período que passei em São Paulo, onde pude conhecer a realidade de outras mulheres trans, como detalho no próximo item.

CASA FLORESCER

Estive em São Paulo em duas ocasiões no ano de 2015. Na época, com 22 anos, deslumbrei-me com a cidade “enorme”, mas lembro que um dos primeiros choques foi a quantidade de pessoas em situação de rua, incomum para a realidade que eu tinha vivido até então.

Seis anos depois, quando retornei em 2021 para conhecer a Casa Florescer, o choque em relação a esta situação foi ainda mais duro. Dados da Prefeitura de São Paulo³³ indicam que, em 2022, existiam quase 32 mil pessoas em situação de rua. A população trans, travesti, transexual e não binária representa 3,1% desse número. Das cerca de 3 mil pessoas trans em situação de rua na cidade de São Paulo, apenas 30 acessam a Casa Florescer 1, local em que dialoguei com 2 das mulheres trans que se tornaram co-construtoras da pesquisa.

Ao chegar em São Paulo, no final de julho de 2021, na semana mais fria do ano até então, uma das primeiras pessoas que me abordou

33

COSTA, Anna Gabriela. População em situação de rua cresceu 31% nos últimos dois anos em São Paulo. CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/populacao-em-situacao-de-rua-cresceu-31-nos-ultimos-dois-anos-em-sao-paulo/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

na rua foi uma travesti. Pedia sabonete, shampoo e itens de banho para se lavar. Fez algumas brincadeiras comigo e com meu namorado, que me acompanhava. Na conversa, perguntei se ela conhecia a Casa Florescer, mas estava um pouco desatenta e saiu à procura de uma amiga. Fiquei apreensivo porque sabia que, no dia seguinte, seria com sujeitas dessas realidades com as quais eu cruzaria.

A Casa Florescer fica numa região central de São Paulo, no bairro Bom Retiro. Por fora, a fachada do prédio é pintada de azul, rosa e branco (cores da bandeira trans), bem cuidada, mas cercada de muros, portão de ferro e vigilância. O espaço é destinado à acolhida, exclusivamente, de mulheres transexuais e travestis. Fica em frente a um dos complexos de abrigos de São Paulo, o Complexo Prates. Nas ruas que circundam a Florescer, haviam muitas pessoas em situação de rua, algumas tentando acessar os abrigos, outras porque se sentem protegidas ali, próximas a outras pessoas que podem prestar auxílio. Como era uma semana muito fria, mais pessoas estavam em frente à casa porque houve expansão da capacidade do abrigo do outro lado da rua e muitos buscavam acolhimento dentro de um espaço aquecido.

Existem duas casas Florescer, a Casa 1 e a Casa 2. A Casa 1 iniciou as atividades em 1º de março de 2016, com capacidade para 30 mulheres trans e travestis; e a segunda em outubro de 2019, com capacidade para mais 30. Quando falei com Beto, o gestor da Casa, haviam passado pelas Casas, até então, 528 mulheres. Dessas, apenas 68 conseguiram autonomia de trabalho e estudo para sair do abrigo. De acordo com ele, em uma média geral, entre as mulheres que residiam na Casa, 70% estavam no ensino fundamental, 20% no ensino médio, 5% não estavam alfabetizadas e 5% estavam no ensino superior. De faixa etária, somente são acolhidas travestis e mulheres trans com mais de 18 anos: 50% tem de 18 a 23 anos; 30% de 23 a 45; e 20% está acima de 45 anos.

Imagem 5 – Fachada da Casa Florescer 1 vista da rua



Fonte: elaborada pelo autor (2021).

Imagem 6 - Fachada da Casa Florescer 1 vista do pátio interno



Fonte: elaborada pelo autor (2021).

Ambas as casas são mantidas pela Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana (CROPH), uma Organização da Sociedade Civil (OSC) sob administração da Prefeitura Municipal de São Paulo, que é responsável pela gestão dos lares. O dinheiro recebido é usado para pagamentos de luz, água, pessoal de trabalho e

manutenção do espaço (cerca de 120 mil reais para as duas casas). Como a verba é pequena, as casas formam parcerias com empresas privadas e marcas para ações, cursos e eventos, que geram benefícios para as mulheres, engajamento e *marketing* social para as marcas.

Quem ingressa na Casa precisa adotar certas condutas, sob pena de desligamento dos serviços: não fazer uso de drogas dentro do espaço; não cometer violência física e agressão com as colegas; não ter mais de duas faltas por mês (que são lançadas em um sistema quando alguém dorme fora do espaço) porque pressupõe-se que elas têm lugar para dormir; contribuir na organização da casa (escala de lavanderia, limpeza dos quartos, sala, banheiros); e participar sempre que possível das oficinas e dinâmicas promovidas por agentes de socioeducação e empresas. Em julho de 2021, haviam 14 pessoas trabalhando na casa: 2 cozinheiras; 5 orientadores de socioeducação; 1 psicóloga; 1 assistente social e 4 agentes operacionais para higienização dos espaços.

Durante a semana, a equipe que trabalha na casa é maior, porque tem as presenças de trabalhadoras e trabalhadores da assistência social e psicologia. No final de semana, ficam agentes de socioeducação para realizarem atividades mais lúdicas e/ou coordenar atividades com as empresas, como sessões de fotos, esmaltação e maquiagem ou oficina de gastronomia para produção de pães e bolos, por exemplo. As escalas de atividades variam conforme as demandas, mas geralmente estão focadas na área da empregabilidade, saúde mental e autoestima. No dia em que cheguei, como relato mais adiante, estava ocorrendo uma atividade com a Adidas sobre esporte e autoestima.

Dentro da casa, as relações entre as mulheres oscilam, de acordo com Beto, principalmente pela questão de faixa etária e maturidade, das realidades de onde elas vêm, dos privilégios que possuem (como estudo, conhecimento e classe social da qual vieram). Beto disse que algumas discussões acontecem porque, por exemplo,

uma tem cabelo longo e outra não tem, uma tem peito grande e a outra não, mas que, geralmente, não são conflitos graves porque sabem que estão ali por questões que as reuniram num mesmo espaço.

Visitei somente a Casa 1 por ser a primeira referência e pelo tempo que poderia ficar em São Paulo. Foram apenas 5 dias na cidade, o que não viabilizaria a realização de entrevistas em profundidade nos dois espaços. A escolha pela Casa Florescer aconteceu porque não havia um espaço institucionalizado no Rio Grande do Sul destinado ao acolhimento das pessoas trans e travestis. Além disso, a Florescer é uma referência nacional pelas parcerias firmadas e que permitem a continuidade do trabalho além das verbas públicas.

A Casa Florescer foi um dos lugares em que mais me senti acolhido na vida. Enquanto pessoa LGBTQIAPN+, ao longo da minha própria trajetória, construí algumas barreiras por me sentir incompreendido em determinados espaços, o que provocava sentimentos de exclusão e/ou de estar deslocado. Também receava não ser bem recebido porque estava ali como pesquisador e estudante, o que poderia fazê-las pensar que estava movido por interesses ou para explorá-las, mas consegui circular pelo espaço de forma natural e com afeto. Ao primeiro contato com as mulheres, trabalhadores e trabalhadoras da Florescer, fui literalmente abraçado e aceito.

O primeiro contato feito com a Florescer foi através do Instagram da casa (@casaflorescer1), em 6 de julho de 2021. A mensagem foi a seguinte:

Boa noite, pessoal! Tudo bem? Me chamo Júnior, faço doutorado em comunicação na Unisinos (RS). Trabalho com mulheres trans e travestis na minha cidade (Sapiranga, interior do RS) e desenvolvo uma tese pensando as mídias e a cidadania para elas. Gostaria muito de conhecer a casa (porque é a principal referência brasileira em acolhimento de travestis) e seria fundamental para o andamento da minha pesquisa. É uma etapa muito importante para realmente florescer as sensibilidades tão

importantes num trabalho que demanda afeto e conscientização para ser realizado. Minha ideia é acompanhar o trabalho de vocês alguns dias no fim do mês de julho, se possível. Conversar com gestoras e gestores, trabalhadoras e trabalhadores e, também, com algumas das meninas atendidas. Desde já, agradeço de coração a atenção de vocês. Qualquer coisa, posso telefonar para conversarmos melhor e estou à disposição para colaborar.

Prontamente, no mesmo dia, recebi a resposta agradecendo o contato, parabenizando pela iniciativa e com o número de telefone pessoal do gestor da Casa, Beto Silva. Conversei com Beto por telefone, que se disponibilizou a me receber e me apresentar às mulheres em São Paulo. Assim, organizei a viagem com saída de Porto Alegre em 29 de julho e retorno em 3 de agosto de 2021, contabilizando 5 dias (conciliando o período de férias do meu trabalho na escola, onde atuava como professor). Na Florescer, estive nos dias 31 de julho (sábado) e 2 de agosto (segunda). Meu primeiro dia na casa foi de aproximação e reconhecimento.

Cheguei no dia 31 por volta das 8h e fui recebido por um assistente social que realizava atividades socioeducativas com as mulheres. Ele me apresentou a Casa enquanto as mulheres estavam em uma atividade com a marca Adidas, que patrocina alguns eventos e ações. Com o pátio parcialmente vazio, circulamos por lá, observando o pavilhão coberto aos fundos e uma quadra poliesportiva com as paredes pintadas com rostos de mulheres que passaram pela Casa.

Conversamos com o assistente no pátio e algumas das mulheres moradoras da Casa iam aparecendo aos poucos, algumas realizando atividades e outras procurando por ele, como Tiffany, uma garota jovem que estava na casa depois do envolvimento com drogas. Também uma outra mulher apareceu recolhendo roupas das árvores e, de acordo com o assistente, ela não usava os varais porque veio de uma comunidade indígena e tinha por hábito secar

as roupas em contato com a natureza para absorver energias. Ele contou que ela também usava ramos de arruda e folhas de goiabeira dentro da máquina de lavar no lugar de sabão em pó, o que gerou conflitos dentro da Casa com as outras. Isso mostra a diversidade de pessoas que chega à Casa, e vindas de diversas partes do Brasil.

A rotina dentro da Florescer é intensa. As mulheres tem horário para levantar, fazer as refeições e para voltar para a Casa caso saiam. As únicas permissões para permanecer na rua após as 20 horas é para aquelas que estudam ou têm algum trabalho comprovado. Para ser abrigada na Florescer, é preciso entrar em contato com o Serviço de Referência Especializada em Assistência Social de São Paulo, que faz o primeiro acolhimento e o encaminhamento para a Casa que atende mulheres trans e travestis. Não é necessária uma perícia, mas um atendimento com o gestor, assistente social e psicóloga da Casa, que coletam informações sobre as vivências e objetivos delas para confirmar a disponibilidade de entrada. O acesso também pode ser feito via rede social, já que algumas mulheres entram em contato para verificar a disponibilidade. Os Serviços Sociais de outros estados também têm a Florescer como referência e tentam destinar mulheres trans e travestis para lá. Já houve até o caso de uma mulher que estava na Itália aguardando espaço na Florescer. Em geral, as mulheres entram na Casa após serem expulsas de suas casas, passarem por situações de abuso, de marginalização financeira, e têm o objetivo de obter abrigo enquanto buscam trabalho ou terminam os estudos. Elas recebem café da manhã, almoço, lanche, jantar e realizam práticas socioeducativas, mas devem seguir as normas para permanecer.

Elas são avaliadas periodicamente para ver como está a saúde física, mental e o alcance dos objetivos que traçaram ao entrar na Casa. Não há um período determinado para que elas permaneçam na Casa, podendo ser de dias ou meses. A administração quer que elas consigam autonomia para sair do abrigo, conseguindo emprego, estudando e podendo ter condições de moradia e

alimentação. Muitas ainda desfrutavam da assistência da Casa depois de saírem, como Samantha, uma mulher trans com quem conversei e que vai periodicamente buscar cestas básicas. Há, também, casos de reincidência, quando as mulheres saem e precisam retornar (por inúmeras situações, de abusos à não adaptação ao ambiente externo da Casa), ou de mobilidade entre as Casas 1 e 2 por questões de adaptação ou de localização.

Algumas mulheres têm amizade com pessoas na rua, porque há outro lar de acolhimento do outro lado da rua. Aquelas com mais vivência eram mais acolhedoras e solícitas, enquanto as mais jovens (de 18 a 23 anos) eram mais retraídas. As jovens passavam boa parte do tempo vendo televisão, se maquiando, dançando, ouvindo música e conversando umas com as outras; as mais velhas buscavam estudar e ter estratégias para sua autonomia e independência financeira.

Realizei a entrevista com Beto para entender as dinâmicas da casa e do acolhimento em 2 de agosto de 2021, meu último dia na Casa. Nossa conversa estava marcada para o início da tarde, mas ele atrasou e, enquanto isso, fui conversando com as mulheres, trabalhadores e trabalhadoras. Esse momento com Beto ocorreu após eu já ter imersão na casa e circular por ela conhecendo os espaços e as mulheres, então a conversa fluiu bem, até mesmo porque eu já estava entendendo as dinâmicas pela observação, pelo diálogo com as meninas, funcionárias e funcionários. Beto está na casa desde a inauguração e visa fortalecer as relações com serviços públicos, potenciais empregadores e marcas para trazer recursos e oportunidades às mulheres, além de organizar a gestão.

Para Beto, as mulheres têm uma posição política forte. Elas ocupam esse lugar [a Casa Florescer] e alçam voz porque são protagonistas na Casa. Lá elas são introduzidas em programas sociais, como o *TransCidadania*, que auxilia no processo de acesso à educação e documentação, e o *TransEmpregos*, que possui parcerias para inseri-las no mercado de trabalho. Por meio da relação da Casa com

o serviço social do município, elas podem encaminhar documentos para retificação de nome e gênero em cartório. No entanto, muitas desistem ou o processo se torna inviável por custos e tempo de emissão. Beto deu o exemplo de uma mulher do Amazonas, que foi fazer a retificação de nome e sexo em São Paulo, mas os prazos expiraram pela demora em trazer documentos do estado de origem dela.

A maioria das meninas chega à Casa Florescer por falta de acolhimento de familiares e expulsão de casa, relações tóxicas e abusivas, problemas financeiros que as deixam sem renda, falta de empregabilidade, vontade de estudar e acessar o mercado de trabalho e problemas de drogadição. Há casos de tendência suicida que também precisam ser tratados com pessoal capacitado, e a Casa encaminha para profissionais da medicina e psicologia gratuitamente.

O espaço de convivência da Casa foi reformado em 2019 pelo programa *Decora*, do canal *GNT*³⁴. Beto lembra que esse foi um momento de apreensão porque não sabiam qual narrativa seria dada pelo programa para contar as histórias das mulheres, mas que foi um trabalho cuidadoso e que, ao final, emocionou as residentes, trabalhadoras e equipe da Casa. O processo todo da reforma durou cerca de 1 mês, mas foram realocadas apenas por 12 dias para realização da obra. Somente a parte inferior da Casa foi reformada (sala de estar, sala de jantar e de convivência, que ganhou espaço de salão de beleza). Os quartos (na parte superior) estavam passando pela supervisão de outro programa de outra emissora para tentar uma outra reforma. Esse presente da emissora GNT gerou visibilidade para as mulheres e outros patrocínios a partir da exposição midiática.

34

YouTube do Canal GNT. Espaço de convivência da Casa Florescer - Antes e Depois. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p8roYTbyf0>. Acesso em: 10 fev. 2022.

Imagem 7 - Interior da Casa Florescer 1



Fonte: elaborada pelo autor (2021).

Imagem 8 - Sala de Estar da Casa Florescer 1



Fonte: elaborada pelo autor (2021).

Imagem 9 - Sala de Jantar da Casa Florescer 1



Fonte: elaborada pelo autor (2021).

Imagem 10 - Salão de Beleza da Casa Florescer 1



Fonte: elaborada pelo autor (2021).

Quando entramos no espaço interno da Casa Florescer, no primeiro dia, estava acontecendo uma roda de conversa sobre auto-estima e esporte para pessoas trans com a Adidas. Sentamos, eu e Vinícius, nos fundos da sala onde se reuniam as mulheres e ficamos observando e ouvindo. A conversa tomou um rumo inesperado, com reclamações sobre a postura de marcas que usavam pessoas travestis e trans para se promover, mas não ofereciam empregos a essas pessoas. A pauta da empregabilidade foi levantada por Rihanna, com quem eu conversaria mais tarde. Várias outras mulheres endossaram a posição de Rihanna, de que conseguir um emprego em que elas possam ter independência financeira e “aparecer” é importante para a valorização daqueles corpos e mentes.

Naquela primeira observação já pude perceber que havia cumplicidade entre as mulheres, mas também existiam grupos de afinidades. Algumas eram muito caladas e usavam cabelo sobre o rosto, outras estavam dispostas a falar e questionar. Muitos corpos diferentes compunham o grupo de moradoras da Florescer, entre estilos, cores de cabelos, alturas, perucas, jeitos e formas de se posicionar. Ao longo dos dias, pude conversar mais com Alícia, Kaká, Tiffany, Aléxia, Rihanna e Flavia; essas últimas duas compõem o grupo de entrevistadas.

Após a atividade com a Adidas, o assistente apresentou-me a algumas mulheres. Outras ficavam olhando para mim e meu namorado, mas sem se aproximar. Dizíamos “oi” e trocávamos alguns “tudo bem?”, nos apresentando. As primeiras a se reunirem ao nosso redor foram Flavia, Rihanna, Aléxia, Alícia e Kaká. Elas perguntaram sobre o trabalho, se apresentaram e falaram como era a rotina delas.

Flavia se prontificou a nos apresentar a casa e os ambientes, falando um pouco sobre ela mesma no percurso. O piso inferior concentra espaço de convivência, cozinha, sala da assistência social, sala da psicóloga, sala da direção e banheiro. No piso superior ficam os quartos e outro banheiro com chuveiros. Na parte externa ficam a

quadra, um espaço aberto, um pavilhão com palco para apresentações, lavanderia e pátio.

Flavia nos convidou para almoçar com elas e aceitamos. Comemos feijão, arroz, salada de beterraba e, como eu não como carne, o assistente fez a gentileza de fritar ovos para mim (mesmo com insistência de que não era necessário). As mulheres comeram carne de frango. O momento do almoço foi uma porta para o diálogo com diversas mulheres. Elas estavam interessadas no trabalho e se mostraram muito receptivas.

Falamos da cidade de São Paulo, dos lugares de onde vieram, das suas relações com os corpos, com as mídias e os relacionamentos. Aléxia, a mais alta das mulheres, sonhava em ser cantora e performava no corpo um cabelo curto e rosa, mas dizia que era muito difícil chegar às mídias com suas formas de expressar e de cantar. Das poucas oportunidades que teve, se sentiu usada e entrou em depressão, sendo amparada por acompanhamento psicológico e pela amizade das companheiras no seu processo de cura. Ela faz apresentações na casa, mas disse que cada vez mais se sente tímida por insegurança.

Alícia disse ter feito intercâmbio no exterior e morado na casa de uma tia, mas acabou sem recursos financeiros e sem moradia ao chegar em São Paulo na pandemia. Tiffany, uma mulher jovem, me contou que seu sonho era ser prostituta de luxo, porque assim poderia estar sempre bonita.

Em geral, as mulheres queriam mostrar seus talentos, como as habilidades de cantar, falar outros idiomas, saber desfilar e dançar, numa relação muito íntima com suas corporalidades. Reclamavam, porém, da falta de oportunidades e de aceitação nas ruas. Algumas delas estavam no abrigo por relacionamentos malfadados, que geralmente tinham a ver com abusos emocionais e parceiros que as rebaixavam e maltratavam, reduzindo-as a dimensões sexuais e

afetando suas autoestimas. Esses momentos não foram gravados para que elas se sentissem confortáveis e pudéssemos explorar melhor o ambiente, sentir com quem poderia fazer as entrevistas e como abordar as mulheres.

RIHANNA: POTÊNCIA À PRIMEIRA VISTA

Logo após o almoço, perguntei se Flavia poderia conversar comigo. Ela disse que sim, mas mais tarde porque tinha compromisso da faculdade antes. Então, falei primeiro com Rihanna, porque vi que ela tinha questionamentos bastante interessantes na atividade com a Adidas, mostrando-se eloquente na defesa de suas proposições. Ela aceitou e sentamos à mesa da sala de convivência para conversar. Diversas mulheres saíram para aproveitar o sol e passear. Outras ficaram pela casa, assistindo televisão, conversando em grupos ou provando roupas e se maquiando. Havia bastante circulação na sala, mas o ambiente estava tranquilo para conversarmos. Registrei a entrevista com gravador e usei um roteiro de entrevista semiestruturado. Nossa conversa foi interrompida somente em um momento porque uma das meninas, Anita, cadeirante e com paralisia, passou mal, vomitou e precisou de atendimento. Então, fomos ao pátio, na parte coberta, e nos sentamos no palco para conversar.

Rihanna é uma articuladora social que realiza atendimentos e aconselhamento com outras mulheres trans e travestis que estão em processo de transição. Identifica-se como mulher trans preta. Ela tinha 28 anos, nasceu em 5 de junho de 1993. Veio de Ilhéus, na Bahia, aos 15 anos, lar que deixou para buscar emprego e estudo na cidade de São Paulo.

Imagem 11 - Registro da Convesa com Rihanna 1



Fonte: elaborada por Vinícius Boniatti (2021).

Imagem 12 - Registro da Conversa com Rihanna 2



Fonte: elaborada por Vinícius Boniatti (2021).

Rihanna saiu da casa dos pais aos 10 anos de idade e, para sobreviver, trabalhou servindo mesas e vendendo picolés na praia. Não se dava bem com a madrasta, que morava com ela na casa do pai. Por ser gay e afeminada na época, a madrasta a rejeitava, comparando-a com seus filhos. Não suportando as comparações e a rejeição da família, ela se mudou e foi morar na parte de cima do seu trabalho, acolhida por um patrão.

Desde que saiu da casa do patrão, aos 15 anos, não manteve contato com a família. Em São Paulo, ficou na casa de uma prima até conseguir um emprego e concluir a escola. Ela já concluiu o ensino médio, mora na Florescer há cerca de 1 ano e nunca teve vivência na rua. Rihanna conhecia a Florescer, mas trabalhava num quiosque de alimentos e num karaokê no bairro Liberdade. Entretanto, durante a pandemia, ficou sem trabalho porque o karaokê fechou e ela ficou sem estabilidade financeira, não tendo como pagar aluguel. Recebeu apoio da Casa Florescer após falar com Beto, que a conhecia. Nossa conversa foi registrada com gravador, e durou cerca de 2 horas.

FLAVIA: CULTIVANDO ESPERANÇA E AFETO

Flavia é muito tranquila, tem uma fala reflexiva e foi acolhedora desde o primeiro contato que tivemos. Depois da conversa com Rihanna, nos sentamos eu, ela e Vinícius na sala de convivência, já mais tranquila e esvaziada, e conversamos por cerca de 2 horas. Flavia nasceu em São Paulo, em 24 de abril de 1993, mas cresceu em Uberaba/MG. Na época em que conversamos, ela cursava Radiologia para tentar uma inserção mais rápida no mercado de trabalho, mas atualmente está cursando o que sempre sonhou: Jornalismo. Flavia saiu da Florescer em outubro de 2021, depois de 1 ano e meio residindo lá. Conseguiu um estágio de *marketing* na empresa CVC e foi morar em uma pensão. Ela se autoidentifica como mulher trans, de cor parda e da raça negra.

Saiu de casa aos 6 anos porque o pai foi assassinado dentro de casa. Sobre sua vida, Flavia disse: *"começou com tragédia e isso me fez ser forte para não desistir de viver"*. De São Paulo, foi para Uberaba com o irmão e o caixão do pai, onde foi recebida por uma tia e um tio, que a criaram até os 14 anos. Nessa idade, ela decidiu começar a transição para mulher e seu tio não a aceitou mais. Foi morar na casa de uma prima e sua tia a ajudava mandando alimentos. O pai de Flavia tirou ela e o irmão da mãe, deixando outros dois irmãos mais velhos com ela. Sua mãe é casada com um homem evangélico que também não a aceita, e ela prefere não ter sido criada lá porque a mãe já disse que se tivesse sido criada por ela não teria começado a se vestir de mulher.

Imagem 13 - Registro da conversa com Flavia



Fonte: elaborada por Vinícius Boniatti (2021).

Flavia tem carinho pela tia que, mesmo tendo pedido para ela sair de casa para não ter que lidar com as brigas entre Flavia e o tio (que se tornaram violentas), deu o melhor suporte que podia, diferentemente da mãe biológica. Flavia pensa que tirou um "fardo" da mãe,

que não saberia criar uma mulher trans e, graças à vivência que teve, pôde se entender transexual sem recorrer às drogas. Saindo de Minas Gerais, Flavia voltou para São Paulo onde abriu um salão de beleza. No entanto, com a pandemia, precisou fechá-lo e acabou sem dinheiro. Ingressou na Casa Florescer 2 em abril de 2020, mas em junho de 2021 foi para a Casa Florescer 1.

A conversa com Flavia foi gravada e também seguiu o roteiro semiestruturado. Trocamos telefones e mantivemos contato por WhatsApp. Desse modo, soube da sua saída da Florescer, conquista do estágio e troca de curso na faculdade. Na segunda visita que fiz à Florescer, em 2 de agosto, também conversei mais com Flavia, agora já com maior proximidade e menos formalidades. Ela tinha a Florescer como algo temporário, até que conseguisse se reestabelecer financeiramente e organizar seus estudos. Seu objetivo era estudar e conseguir um trabalho. E conseguiu pouco tempo depois que nos encontramos lá.

DESAFIOS INVESTIGATIVOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Vale refletir sobre as dificuldades enfrentadas durante a pesquisa empírica em função da pandemia do novo coronavírus. Planejada para ser realizada através de diálogos presenciais com as interlocutoras, teve que se reconfigurar logo após as primeiras conversas, porque não podíamos mais nos encontrar. A partir da reformulação do problema/objeto no final de 2019, e das primeiras explorações no campo feitas em janeiro de 2020 (período de férias do trabalho e das aulas), tive que enfrentar a impossibilidade de estar presencialmente no campo empírico desde março. Assim, todos os diálogos posteriores foram realizados *online*, através de áudios, vídeos e mensagens. Encontramos formas de nos comunicar em processos que nos aproximaram mesmo à distância. Porém, foram fundamentais os primeiros encontros “cara a cara”, as visitas aos espaços onde

estas mulheres moram e militam, porque nos aproximaram, e também me deram dimensão contextual de suas vidas, suas relações e me permitiram ver além das pessoas intermediadas pela tela do celular ou do computador.

Há muito vínhamos dialogando, no campo da Comunicação, sobre a importância e a relevância que os contextos mediados estavam tomando em nossas vidas, principalmente a partir da digitalização. No entanto, a intensificação dos usos das redes sociais e sistemas de comunicação via webconferência e *live streaming* gerou muitas reconfigurações no que consideramos aproximação e intimidade. Nesse aspecto, penso que a mediação e as redes da internet vêm permitindo, também, a abertura de espaços de luta e de reconhecimento. É interessante perceber como as identidades se misturam e convergem com o digital, reconstituindo preferências, gostos e culturas, como também gerando crises e instabilidades.

Ao problematizar a cidadania transcomunicativa, esses aspectos, que começaram a ser percebidos na pesquisa exploratória, são pensados na dimensão das mulheres trans e travestis e da receptividade comunicativa, esse espaço de interpretação, ressignificação e trans-formação simbólica. As trajetórias das interlocutoras dialogam ao longo da investigação numa problematização que vai recuperando movimentos de memórias de forma epistemológica (Maria Ângela PAVAN; Maria do Socorro VELOSO, 2011). São trajetórias que constroem o conhecimento, sendo elas protagonistas dessa criação e ação epistêmica.

É preciso reconhecer que existem limitações a partir desses movimentos, não apenas em função da pandemia, mas também porque são as percepções e concepções de seis mulheres trans e travestis, que vivem na região metropolitana de Porto Alegre e num lar de acolhimento em São Paulo.

A intenção na pesquisa foi deixar que essas mulheres trans e travestis relatassem e contassem suas histórias, construindo os percursos investigativos junto com elas. No texto, procuro deixar elas falarem, revelarem quem são e o que pensam, para que quem lê as conheça junto comigo.

Sigo também as reflexões de Certeau (1994) para gerar um conhecimento não cartesiano ou linear, mas confluyente e coerente, desacomodando as perspectivas rígidas e repensando a escrita de forma mais dialógica, valorizando cada aspecto comunicacional, cultural, antropológico e sociológico das interlocutoras. A partir das falas delas, busquei compreender o que eram e as significações por elas produzidas. Essa perspectiva também dialoga com Maldonado (2015) ao pensar que as apropriações midiáticas e as produções precisam compreender os contextos micro e macro e as inter-relações delas com as interlocutoras.

Em perspectiva transmetodológica, entendo que os métodos que confluem são os mais relevantes na compreensão dos contextos, dimensões, teorias e diálogos entre pessoas. Não se pode separar o agir epistemológico das técnicas e táticas particulares, tudo precisa convergir num sentido criativo que entenda as pessoas de forma psicanalítica, sociológica, econômica, antropológica, política etc. (SARTRE, 2002). Pessoas multidimensionais requerem uma concepção epistêmica multidimensional, que conceba uma crítica fundamentada e colaborativa no sentido de nos auxiliar, de algum modo, na compreensão do mundo. Viver e produzir são atos humanos, importantes e necessários para as continuidades dos seres e da própria natureza.

Japiassu (1988), em consonância com Bachelard (2001), pensava a epistemologia crítica centrada numa multidimensionalidade e numa intersecção sobre vários campos, não excluindo áreas, mas combinando-as e fazendo-as confluir. Essa perspectiva é fundamental ao olharmos para uma pessoa, que não se forma a partir de uma

característica, mas de múltiplas, com corpo, mente, desejos, projetos, planos, e com particularidades que a tornam única no mundo.

A pesquisa precisa dar conta de um recorte das vidas das pessoas com quem dialoga, comprometida com as concepções, as cosmovisões, os metacampos e subjetividades de cada ser com o qual tem contato. O projeto teórico é feito com hesitações de trajeto, que devem ser pensadas e ampliadas, observando aquilo que vem do pesquisador, o que vem dos sentidos comuns hegemônicos e do que as pessoas nos entregam em seus depoimentos.

O fazer epistemológico, ao trazer uma nova proposta de pensamento, reconhece todos os campos e perspectivas como espaços importantes para enriquecer a pesquisa. É preciso pensar estratégias metodológicas, rever os caminhos que foram trilhados e oferecem reflexões e elementos para o aprofundamento teórico-metodológico da investigação, adensando e superando limitações. No entanto, o pesquisador só se conhece por intermédio do seu objeto. Precisamos elucidar cada estratégia da pesquisa para que o objeto se desvele e, assim, suas interpretações a partir das pessoas sejam compreensíveis.

Não é possível fazer descrições a partir do imediato, da primeira visão de uma pessoa, mas sim do profundo, da nossa união e afastamento daquilo que nos interessa saber. A ciência constitui e constrói seu objeto pela invenção de um método e se apropriando do seu domínio. (JAPIASSU, 1988). É preciso ter contato, conhecer, mas também estabelecer os limites da relação para que se mantenha o compromisso com a investigação e com as pessoas. Para que o amor à pesquisa e à vida permaneçam, devemos reconhecer que, como pensa Bosi (2003), nosso círculo de experiência é finito, nosso espaço vivido é pequeno.

Nós conhecemos o espaço que está dentro do nosso próprio espaço, cercado pela nossa família, nossas mediações e interesses

pelos quais nos guiamos. Para desvelar a luta política e as visibilidades trans nas mídias, é preciso realizar movimentos e exercícios para sair do círculo restrito de conhecimento, experimentar multiperspectivas, assumir uma posição de escuta, esforçar-se para entender o espaço delas, suas trajetórias de luta e como articulam os seus posicionamentos e a construção das suas batalhas e pensar com elas alternativas para que assumam o protagonismo de suas histórias, suas trajetórias de luta e como articulam os seus posicionamentos e a construção das suas batalhas. O corpo exerce uma linguagem que vai além do contato verbal. O corpo é plural, como as características múltiplas que o formam. Cada história é escrita sob condições contextuais e específicas que a configuram. No entanto, há sempre possibilidade de agir e transformar estas condições.

Penso que assim se realiza, também, a transmetodologia, inter-relacionando métodos que não se prendem a roteiros ou receitas fechadas, uma metodologia que abraça a diversidade de metodologias e as combina para gerar conhecimentos e competências novas na caminhada investigativa concreta. (MALDONADO, 2015). Essa investigação, como explicitarei, se construiu com as mulheres trans e travestis, e por isso, as falas delas auxiliaram também na formulação teórica, convergindo com as reflexões do pesquisador. Essas mulheres estão situadas em contextos complexos. No próximo capítulo, busco reconstruir aspectos vinculados a estes contextos que interessam à pesquisa.



2

DE MUNDOS POSSÍVEIS AO MUNDO REAL:

AS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
NAS MÍDIAS E NOS ESPAÇOS DE
LUTA POR CIDADANIA

A pesquisa gera uma transformação constante de nossas ideias, conceitos e formas de nos expressarmos enquanto pessoas. Esse capítulo, em especial, propõe uma reflexão sobre dimensões contextuais que definem as articulações do que pesquiso com a realidade na qual se insere. Nesse sentido, me inspiro em Bachelard (2001), realizando rupturas epistemológicas, que também se aproxima de Bonin (2011), ao pensar que a pesquisa em Comunicação precisa estar comprometida com as realidades nas quais nos inserimos, nos orientando pelas problemáticas que abraçamos, mas rompendo parâmetros e contribuindo de forma original ao campo.

Reflito também com Maldonado (2011), sobre os conceitos, princípios, métodos, procedimentos e produções, para gerar novos pensamentos que permitam pensar em mundos alternativos ao de exclusão social que está em vigor atualmente. Esse desafio busca se concretizar ao propor um olhar sobre as produções midiáticas para pessoas LGBTQIAPN+, mulheres transexuais e travestis, considerando que nos inserimos em um contexto de necrobiopolítica e de pouca representatividade na política institucional.

Este capítulo visa, então, situar contextos da pesquisa vinculados à dimensão midiática, às políticas e legislações voltadas às pessoas LGBTQIAPN+ e, mais especificamente, às pessoas trans. Para isso, em um primeiro subcapítulo, reflito sobre as construções simbólicas sobre pessoas trans e travestis realizadas pelas mídias hegemônicas em contraposição com as percepções de mulheres travestis que publicaram materiais e apontam essa problemática, como Amara Moira, Luísa Marilac, Jovanna Baby, Letícia Nascimento e Valéria Barcellos.

Considerando a recente emergência de publicações e de produtos de mídias sobre travestis e transexuais, não há grande quantidade de material disponível sobre o assunto. Dentro do período em que a pesquisa do livro foi realizada, em relação à temática de trans e travestis (2020-2022), realizei um esforço por incluir

materiais relevantes e que partiram, também, dos diálogos com as mulheres com quem conversei nas entrevistas.

Apesar de existirem diversas personagens trans e de elas estarem inclusas em alguns produtos de mídias, a perspectiva histórica desses conteúdos não é trazida em muitos trabalhos. Assim, o objetivo da reflexão sobre este eixo não é traçar uma linha do tempo das mídias voltadas a pessoas transexuais e travestis, mas situar aspectos históricos sobre suas presenças em telenovelas, séries e programas de televisão, jornais e revistas pontuais para refletir sobre pontos significativos para essa comunidade e que vêm transformando a percepção nossa e delas sobre elas mesmas em um contexto midiático, com foco especial no contexto nacional.

Por não encontrar conteúdos que sistematizem as produções midiáticas sobre pessoas trans e travestis no contexto brasileiro, realizei imersões em diferentes frentes para coletar materiais que pudessem ajudar na reconstrução de aspectos sobre esta questão. Inicialmente, nas pesquisas bibliográficas, a dissertação de Fernanda Nascimento da Silva (2015), do programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), se mostrou de grande auxílio por realizar um mapeamento das produções com presença de homossexuais em telenovelas no período de 1970 a 2013. Silva (2015) detectou nas novelas brasileiras uma presença maior de homossexuais masculinos, com menor proeminência de lésbicas e bissexuais. Transexuais e travestis eram raras nas narrativas e homens trans não apareceram nas produções até 2013. Outros dados foram encontrados na série documental produzida para o GloboPlay, *Orgulho Além da Tela*, que elencava produções da Rede Globo pautando as temáticas LGBTQIAPN+. Através dessa série, foi possível visualizar os contextos das produções, quando foram feitas, além de ter acesso a um olhar da produção (pessoas que escreveram, atuaram, dirigiram e estiveram envolvidas nos projetos). Também foram buscadas listas de produções na enciclopédia *online* Wikipédia, através da qual foram

identificadas produções, buscadas mais informações em *sites* oficiais das produtoras e assistidos vídeos de trechos no YouTube. Os registros e anotações sobre estas produções foram realizados em diário de campo para posterior análise.

Numa segunda parte, problematizo as lutas por reconhecimento e dignidade dessas sujeitas, movimentos sociais em que se organizam e a representação delas em esferas de poder político e legislativo. Esses aspectos permeiam suas vidas e a organização social não apenas por uma visibilidade mais contextualizada e densa nos espaços midiáticos, mas também para que efetivem suas pautas e demandas políticas, sociais e cidadãs.

CONQUISTANDO ESPAÇOS: RETRATO OU RESISTÊNCIA DE UMA ÉPOCA

Vivemos em uma época em que as pessoas trans estão sendo mais pautadas nas mídias. Na televisão, no Brasil, a Rede Globo exibiu em 2022 uma telenovela às 19h, *Quanto Mais Vida Melhor*, com três atrizes transexuais: Carol Marra³⁵, A Maia³⁶ e Nany People³⁷. Na telenovela das nove exibida em 2023, *Terra e Paixão*, Valéria Barcellos recebeu papel de destaque. Séries brasileiras de canais de *streaming* também trazem protagonistas trans, interpretadas por Liniker e Linn da Quebrada, como é o caso de *Manhãs de Setembro*³⁸, do Amazon

35 Interpreta uma diretora jurídica na empresa de cosméticos Terrare. Na trama, ela é mulher cisgênera.

36 Interpreta a Morte, que assombra as personagens protagonistas.

37 Interpreta a funcionária de um motel.

38 A série conta a história de Cassandra (Liniker), uma mulher trans que trabalha como entregadora e cantora e consegue seu apartamento próprio para morar sozinha. No entanto, aparece uma amiga do passado com um filho que diz ser seu, fazendo ela precisar reajustar sua vida.

Prime Video. No exterior, há outras opções, como a série espanhola *Veneno*, ou *Euphoria*³⁹, disponíveis no Brasil pela *HBO Max*. A atriz Michaela Jaé Rodriguez, intérprete da personagem Blanca na série estadunidense *Pose*, ganhou o prêmio do Globo de Ouro de Melhor Atriz em Série Dramática. O *transfake*, situação em que pessoas trans são interpretadas por artistas cisgêneres, também se torna menos comum, uma demanda que surge das pessoas trans para garantir veracidade ao contarem suas histórias e, também, empregabilidade nos espaços artísticos. Atrizes e atores trans estão ganhando mais espaço para interpretar a si mesmas e mesmos⁴⁰. *Veneno* e *Pose* se tornaram referências para a abordagem de pessoas trans sem *transfake* e, por isso, serão melhor refletidas ao longo do texto.

Em 19 de junho de 2020, às vésperas de qualificar a pesquisa no doutorado, a *Netflix* lançou o documentário *Revelação*, que reúne diversas personalidades trans do cinema e da televisão para falarem de suas participações midiáticas. Laverne Cox, Jamie Clayton, Jen Richards, Candis Cayne, Yance Ford, Lilly Wachowski, Chaz Bono, entre outras pessoas envolvidas com as mídias, principalmente estadunidenses, dão depoimentos em perspectiva histórica e crítica sobre a presença trans no cinema e na televisão. Esse trecho de abertura é a mistura de várias falas dessas personalidades:

Sabe aquela sensação quando você está no cinema e todo mundo está rindo de algo, mas você não sabe do quê? Nunca pensei que viveria num mundo onde pessoas trans seriam celebradas, dentro ou fora das telas. Nunca pensei que a mídia pararia de fazer perguntas horríveis e começaria a nos tratar com respeito. Agora, veja onde chegamos. Temos muito mais representatividade no governo, na mídia. Estamos em toda parte. E nunca se sabe o que essa imagem positiva faz por outras

39 Uma das protagonistas de *Euphoria* é a personagem Jules, interpretada por Hunter Schafer. A série relata, principalmente, problemas de adolescentes com sexo, drogas e relacionamentos.

40 Há também outras séries como *And Just Like That...*, continuação da série *Sex And The City*, também produzida pelo *HBO Max*, que pauta o não-binarismo e a transexualidade em crianças.

peças. Pela primeira vez, pessoas trans estão no centro de suas próprias histórias. Estamos falando de uma visibilidade trans sem precedentes. E pessoas trans ainda são assassinadas desproporcionalmente. Esse é o paradoxo da nossa representação. Quanto mais somos vistos, mais somos violados. Quanto mais representação positiva houver, mais confiança a comunidade ganha, o que nos coloca em maior perigo. Se vou ao banheiro feminino, estou cometendo um crime. Se vou ao banheiro masculino, todos ficam sabendo. Acho que todos nós da comunidade, tivemos momentos de pensar: será que isso vai alienar as pessoas que ainda não estão prontas? Por que as questões trans se tornaram uma questão central nas guerras culturais? Acho que capitalizar o medo é o que nos trouxe a esse momento. Você tem a esperança de um lado e o medo do outro. Acho que, por muito tempo, a forma como pessoas trans foram representadas na tela sugeriu que não somos reais, sugeriu que somos doentes mentais, que não existimos. E, ainda assim, aqui estou eu. Ainda assim, aqui estamos, e sempre estivemos. (REVELAÇÃO, 2020).

Ainda que a visibilidade de pessoas trans esteja crescendo, pautas importantes são pouco abordadas pelas mídias hegemônicas, como os assassinatos sistemáticos, que serão trazidos no próximo subcapítulo. Mesmo que, por muito tempo, o *transfake* e a negação da existência de pessoas trans exista (e aqui pode ser citado o caso da escritora da saga *Harry Potter*, J. K. Rowling⁴¹), as mídias desempenham um papel crucial. Uma pesquisa da Aliança Gay e Lésbica

41 Em mais de um caso, a autora negou a existência de pessoas trans através de suas redes sociais. A última situação aconteceu no *Twitter*, quando ela comparou pessoas trans a um trecho de 1984, obra de George Orwell, para criticar a polícia de Londres que reconhece que mulheres com pênis não são homens e serão julgadas na lei pela autodefinição de gênero. Ela escreveu em 12 de dezembro de 2021: "War is Peace. Freedom is Slavery. Ignorance is Strength. The Penis Individual Who Raped You Is a Woman". Na tradução ao português: "Guerra é Paz. Liberdade é Escravidão. Ignorância é Força. O Indivíduo com Pênis que te Estuprou é uma Mulher", seguido do link de uma matéria jornalística sobre o assunto. Disponível em: <https://t.co/SyxFnboM1>. Acesso em: 02 fev. 2022.

Contra a Difamação (GLAAD) informou que 84% de estadunidenses aprendem sobre pessoas transexuais e travestis pelas mídias⁴².

A série *Veneno* revive a biografia de Cristina La Veneno, uma artista espanhola que trabalhava na prostituição e ganhou espaço na televisão depois de uma reportagem jornalística. Após a publicação do livro *Ni Santa Ni Puta*, escrito pela jornalista trans Valeria Vegas, foi adaptado um roteiro que romanceia a relação entre Valéria e Cristina, passando por diferentes fases da vida desta última. Três atrizes trans foram escaladas para dar vida à protagonista: Jedet Sánchez, Daniela Santiago e Isabel Torres. A jornalista Valeria Vegas é interpretada por Lola Rodríguez. Não há nenhum *transfake*, desde a produção até a escalação do elenco.

Imagem 14 - Isabel, Daniela e Jedet, intérpretes de Cristina La Veneno



Fonte: *Mídia Ninja* (2021).

42

De 2008 a 2016, dobrou o número de estadunidenses que disse conhecer pessoalmente uma pessoa transgênera, indo de 8% a 16%. A pesquisa foi realizada em 2015. Disponível em: <https://www.glaad.org/releases/number-americans-who-report-knowing-transgender-person-doubles-seven-years-according-new>. Acesso em: 20 fev. 2022.

O percurso até o reconhecimento das existências trans nas mídias tem sido longo e, de certo modo, acompanha a maior demanda dessas pessoas por estarem trabalhando nas produções e representando elas mesmas. Roger Silverstone (2002) aponta que as mídias são parte da experiência humana, configurando-se como um aspecto de nossa existência. Nosso contato com elas nos aproxima de outras realidades, modifica percepções, gera sentidos e significados. Estamos expostos e expostas à presença midiática e dos meios para nos entreter, aprender, informar e compreender sentidos na experiência humana. Nosso cotidiano é moldado, em parte, pelas mídias e com elas refletimos, usamos, apropriamos, tensionamos e construímos significações. Através dos produtos midiáticos, construímos modelos de realidade a partir de nossas sensibilidades e subjetividades. Ao olharmos para um histórico do que se produziu sobre pessoas LGBTQIAPN+ nas mídias, percebemos que a construção dessa realidade a partir dessas experiências midiáticas reduziu, simplificou e estereotipou pessoas LGBTQIAPN+ que precisaram questionar essas narrativas para indicar a inverossimilhança delas⁴³.

No contexto brasileiro, nos anos 1960, a TV Tupi apresentou alguns personagens homossexuais, como Waremmé (Sérgio Britto) e Etzel (Cláudio Cavalcanti) na novela *O Caso Maurizis*, de 1960; *Entre Quatro Paredes*, com a personagem lésbica Inês (Laura Cardoso), em 1963; as lésbicas Karen (Vida Alves) e Martha (Geórgia Gomide) em *Calúnia*, também de 1963, que contou com uma cena de beijo entre elas; e *Panorama com Vista para a Ponte*, de 1963, em que os atores Lima Duarte e Cláudio Marzo também trocaram um beijo em cena. Há poucos registros dessas telenovelas brasileiras em função do tempo em que foram exibidas e pela extinção da TV Tupi, mas a partir dos anos 1970, a Globo passa a trazer mais personagens LGBTQIAPN+ em suas novelas e séries.

43

Reconheço que não estão todas as produções já feitas, mas destaquei aquelas relevantes e que, em sua maioria, geraram debate público acerca das narrativas e representações.

A primeira telenovela da Rede Globo a trazer um personagem gay foi *Assim na Terra como no Céu*, de Dias Gomes, em 1970. Em um contexto de ditadura, Ary Fontoura interpretou Rodolfo Augusto e desenvolveu a história sob censura, o que limitava a expressão do personagem. Ainda na década de 1970, houveram personagens homossexuais em *O Rebu* (1974), que trouxe as lésbicas Glorinha (Isabel Ribeiro) e Roberta (Regina Viana); *O Grito* (1975) com Agenor (Rubens de Falco), homossexual reprimido que morava com os pais conservadores; *O Astro* (1977) com Henri (José Luiz Rodi); *Dancin Days* (1978) com Everaldo (Renato Pedrosa); *Marrom Glacê* (1979) com Valdomiro (Laerte Morrone) e Pierre (Nestor de Montemar); *Os Gigantes* (1979) com Paloma (Dina Sfat) e Renata (Lidia Brondi); e *Malu Mulher* (1979) com Maria (Angela Leal).

Imagem 15 - Rodolfo Augusto em *Assim na Terra como no Céu*



Fonte: Memória da TV (1970).

Nesta década (1970), em geral, as personagens pareciam tristes ou problemáticas, passavam por transtornos mentais, solidão, rejeição ou depressão. As lésbicas de *O Rebu*, por exemplo,

eram tristes; Everaldo, de *Dancin Days*, era um mordomo caricato e estereotipado, com função exclusivamente cômica no enredo; Paloma cometeu suicídio no final da novela *Os Gigantes*; e em *Malu Mulher*, Maria tentava seduzir a amiga Malu, interpretada por Regina Duarte, tendo um envolvimento com ela mesmo apesar da resistência da personagem.

A década de 1970 foi marcada pela ditadura, em que pessoas LGBTQIAPN+ eram violentadas, tinham medo de serem descobertas e precisavam fugir da polícia por medo de represálias. A televisão era censurada e os episódios de telenovelas e séries precisavam passar pelo corte dos censores. Para a comunidade LGBTQIAPN+, ainda não era vislumbrada nessas mídias uma possibilidade de liberdade, mas uma reiteração de que a cidadania não era para nós e era preciso permanecer clandestines.

A década de 1980 ainda não trazia uma densidade mais sensível às personagens LGBTQIAPN+, mas complexificou suas histórias. Na novela das oito *Brilhante*, de 1981, Dona Xica (Fernanda Montenegro) tinha dificuldades em entender e aceitar o filho Inácio (Denis Carvalho). Em função da censura, a construção do personagem era sutil, usando estereótipos de músicas e da cultura gay para caracterizá-lo. No entanto, foi a primeira trama com final feliz para um casal homossexual, que vai embora para Nova York, mas ainda com medo de que a família descubra sua orientação sexual.

Em 1986, *Roda de Fogo* trouxe Mario (Cecil Thiré) e Jacinto (Cláudio Curi). *Mandala*, de 1987, teve Argemiro (Marco Antônio Pamio) e Laio (Taumaturgo Ferreira). Em meio às Diretas Já, em 1988, a novela *Vale Tudo*, escrita por Gilberto Braga, Aguinaldo Silva e Leonor Bassères, trouxe o casal Cecília (Lala Deheinzelin) e Laís (Cristina Prochaska), duas lésbicas cujas famílias eram contra o relacionamento. Na trama, uma delas morre e a família da falecida passa a pedir a herança para a namorada. Passa-se, então, a discutir a união civil e estável de casais LGBTQIAPN+, que na época não era pautada.

Na Rede Manchete, a novela *Olho por Olho*, de 1988, apresentou a travesti Dinorá, interpretada por Cláudia Celeste, uma travesti real. Ela foi personagem fixa na trama, do início ao fim. Ela havia atuado em *Espelho Mágico*, na Rede Globo, em 1977, como uma cantora de palco que não se identificava travesti, mas precisou ser retirada da trama porque os censores não permitiam travestis em cena.

Imagem 16 - Cláudia Celeste na novela *Olho por Olho*



Fonte: YouTube (1988).

Em 1985, na novela *Um Sonho a Mais*, um trio de travestis (Anabela, Florisbela e Clarabela, interpretadas por Ney Latorraca, Marco Nanini e Antônio Pedro, respectivamente) protagonizava a narrativa exibida às 19 horas e escrita por Lauro César Muniz, Mauro Prata e Dagomir Marquenzi. No entanto, a Censura Federal também barrou a presença das travestis na história, que foram excluídas da trama sem dar explicações ao público⁴⁴.

44

Da Revista Veja, de 19 de junho de 1985, página 113. Disponível em: <https://marioprata.net/tv/um-sonho-a-mais/censura-tira-travestis-de-um-sonho-a-mais/>. Acesso em: 2 fev. 2022.

Imagem 17 - Travestis de Um Sonho a Mais em matéria da revista Veja

Televisão

Moral das 7

Censura tira travestis de Um Sonho a Mais

A cada ano, homens fantasiados de mulher costumam aparecer nos vídeos brasileiros numa data bem específica, o Carnaval. Nesses quatro dias, a televisão leva aos telespectadores cenas do que acontece em bailes e desfiles, quando os travestis vivem seus momentos de gala. Há dois meses, no entanto, uma trilha de travestis aparece diariamente no vídeo, trocando beijos com a maior naturalidade, discutindo problemas sexuais e até casando. O trio é formado pelas irmãs Anabela (interpretada por Ney Latorraca), Florisbela (Marco Nanini) e Clarabela (Antônio Pedro), personagens centrais da novela *Um Sonho a Mais*, levada ao ar pela Rede Globo às 7 horas, escrita por Lauro César Muniz, Mário Prata e Dagomir Marquezi. A partir desta semana, respondendo aos protestos de telespectadores e à ação da Censura Federal, os travestis serão progressivamente varridos do vídeo.

Os problemas com os travestis em *Um Sonho a Mais* explodiram no final do mês passado, no capítulo em que Anabela se casava com o personagem Pedro Ernesto (Carlos Kroeber), um bigodado cinquentão que mal podia esperar pela noite de núpcias, que afinal não se consumou. Nesse capítulo, a novela teve sua maior audiência, conquistando 55% do público de São Paulo, segundo dados do instituto de pesquisa Audi-TV. Paralelamente, em Brasília, a Censura chamou dois dos autores, Lauro César Muniz e Mário Prata, para uma conversa. Na ocasião o diretor da Censura Federal, Coreolano Fagundes, argumentou junto aos autores que o horário das 7 tem um amplo público infantil, impróprio para personagens e tramas como os que vinham sendo mostrados diariamente. Chegou-se então a um acordo cavalheiresco: os travestis deveriam deixar de ocupar o papel central no enredo da novela.

CARTAS DE PROTESTO — A tré-gua durou pouco. Os travestis não apenas continuaram a merecer todo o destaque como ainda receberam

como a falsa gravidez de Anabela, fossem cortadas. Depois, o diretor da Censura enviou um ofício à Globo solicitando o formalmente o desaparecimento dos travestis. A emissora aceitou, e já foi montado um cronograma para o sumiço dos personagens: até o fim desta semana, Florisbela e Clarabela sairão do ar sem deixar vestígios. Em trinta dias, será a vez de Anabela deixar o vídeo, depois de fugir de Pedro Ernesto. ●

Sem trapalhadas

Renato Aragão vende novos programas

Com uma experiência acumulada de 21 anos de televisão e quinze filmes produzidos, o trapalhão Renato Aragão, 50 anos, prepara-se para acrescentar uma nova empreitada a seu currículo: a Vídeo Flick, empresa produtora de programas de televisão, videoclipes e comerciais. “Seremos a primeira do ramo que se pode considerar realmente independente”, anuncia Billy Bond, um italiano de 40 anos, radicado há doze no Brasil e sócio de Aragão na Flick. “Funcionaremos como a linha de montagem de uma fábrica”, diz. “A idéia entra de um lado e o programa sai do outro pronto para ir ao ar.” A Bandeirantes, por exemplo, colocará no ar, já nesta terça-feira, *Velô* — programa produzido pela Flick com o cantor e compositor Caetano Veloso. E a Manchete anuncia para julho a estreia de *Shock*, destinado ao público jovem. Neste programa semanal a Flick está investindo cerca de 1 bilhão de cruzeiros por mês. Nete, haverá quadros dedicados à moda, ao esporte, à dança, à música e ao motociclismo.

Com estúdios de 800 metros quadrados instalados na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, Aragão garante que está preparado para produzir programas para qualquer emissora, inclusive a Globo. “Mas, se fizermos *Os Trapalhões* aqui, com quem vou reclamar do cenário, da luz e do figurino?”, ironiza. Por isso *Os Trapalhões* continua sendo produzido normalmente pela Globo, na qual, negócios à parte, Aragão mantém seu contrato. “Lá sou apenas o ator”, pondera. “mas minha empresa é livre para produzir programas para qualquer emissora.” ●



Bisso, Pedro e Latorraca: beijos no vídeo



Prata, Marquezi e Muniz: diálogo em Brasília

VEJA, 19 DE JUNHO, 1985 113

Fonte: Revista Veja (1985).

A partir dos anos 1990, com a retirada da homossexualidade do rol de doenças pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 17 de maio, ocorre uma presença maior de personagens LGBTQIAPN+, ainda de caráter debochado e humorístico, mas com desenvolvimento mais denso em suas histórias e características. Destacam-se as novelas: *Mico Preto* (1990), com os personagens José Luís (Miguel Falabella) e José Miguel (Marcelo Picchi); *Barriga de Aluguel* (1990)

com Lulu (Eri Johnson); *Pedra sobre Pedra* (1992) com Adamastor (Pedro Paulo Rangel); *Anjo Mau* (1997) com Benny (Luís Salem); *Zazá* (1997) com Rô Rô Pedalada (Marcos Breda); e *Suave Veneno* (1999) com Uálber (Diogo Vilela). Ainda em 1998, Matheus Nachtergaele interpretou uma travesti chamada Cintura Fina em *Hilda Furacão*, inspirada em uma travesti real, negra, cearense e órfã, que mudou para Belo Horizonte/MG em busca de uma vida melhor. Por ter sido interpretada por um ator branco e cisgênero, esse é outro caso de *transfake* na ficção.

Imagem 18 - Matheus Nachtergaele como *Cintura Fina*



Fonte: Reprodução Rede Globo (1998).

Os casos mais emblemáticos de personagens LGBTQIAPN+ na década de 1990 foram o de Buba (Maria Luísa Mendonça) na novela *Renascer* de 1993, uma mulher interesseixo (na época classificada como hermafrodita); de Jefferson (Lui Mendes) e Sandro (André Gonçalves) em *A Próxima Vítima* de 1995; Rafael de *Por Amor* (1997); e Leila (Sílvia Pfeiffer) e Rafaela (Cristiane Torloni), o casal de lésbicas de *Torre de Babel*, em 1998.

Em *Renascer*, escrita por Benedito Ruy Barbosa, Buba tinha pênis e vagina, mas se autodeclarava mulher, com sonho de engravidar e constituir família, o que consegue no final da trama. Já o casal de *A Próxima Vítima*, escrita por Silvio de Abreu, era constituído por um homem negro e outro branco, ambos de classe média, que estudavam, trabalhavam e lutavam contra o preconceito de suas famílias. Como era uma telenovela das oito, no horário nobre, abriu debate sobre aceitação familiar, visto que era um casal interracial que termina sendo aceito e morando junto, com “final feliz”, destoando da realidade da época. Em 1997, Odilon Wagner viveu o personagem Rafael, de *Por Amor*, novela de Manoel Carlos do horário das 8, um homem casado com uma mulher, mas que saía com outro homem. No final da novela, ele revela que tem um caso e termina o casamento, mas sem abrir uma discussão sobre a bissexualidade.

A história que mais repercutiu, no entanto, foi do casal de lésbicas Leila e Rafaela em *Torre de Babel*, novela de Silvio de Abreu do horário das oito em 1998. Era um casal bem sucedido, bem resolvido e que convivia com naturalidade, tendo uma relação espontânea e livre. No entanto, a rejeição do público pela história delas fez com que a imprensa anunciasse manchetes preconceituosas e o público enviasse cartas pedindo o cancelamento da novela. O autor decidiu matar as duas personagens na explosão de um *shopping*, a fim de que terminassem juntas. A última fala de Rafaela foi: “só pode ser esse maldito preconceito”. Mesmo com maior liberdade nos anos 1990, o público LGBTQIAPN+ ainda via na dramaturgia que o preconceito era vigente e impedia discussões densas sobre direitos e cidadania.

Imagem 19 - Leila e Rafaela em *Torre de Babel*



Fonte: Reprodução Rede Globo (1998).

Imagem 20 - Beijo de Clara e Rafaela em *Mulheres Apaixonadas*



Fonte: Memória da TV (2003).

Na virada do milênio, os anos 2000 começam a trazer mais ação a personagens LGBTQIAPN+, introduzindo beijos (ainda que sutis) e convivência familiar (agora não são sempre na solidão e tristes como nas outras épocas). A novela adolescente *Malhação* apresentou Sócrates (Erik Marmo) na temporada de 2001, um galã brigão que tentava entender sua sexualidade durante o ensino médio. *Mulheres Apaixonadas*, novela de Manoel Carlos de 2003, introduziu Clara (Alinne Moraes) e Rafaela (Paula Picarelli), que precisavam driblar o preconceito da mãe de Clara, mas no último capítulo davam um beijo durante a encenação da peça *Romeu e Julieta*, de Shakespeare, com um final feliz representando um casal de fim trágico.

Em *Senhora do Destino* (2004), de Aguinaldo Silva, ocorreu a primeira cena de intimidade entre duas lésbicas, Jennifer (Bárbara Borges) e Eleonora (Mylla Christie), que acordavam nuas na mesma cama em horário nobre da televisão, e tinha o público torcendo por elas. Elas eram de classe média, brancas e, novamente, trazidas dentro de padrões históricos e hegemônicos de aceitação. Em 2005, a autora Glória Perez trouxe os personagens Júnior (Bruno Gagliasso) e Zeca (Erom Cordeiro) para a trama de *América*. Júnior era filho de uma fazendeira viúva e preconceituosa, que tentava arranjar casamento para ele com diversas mulheres. Porém, ele se apaixona por um trabalhador da fazenda, com quem desenvolve um relacionamento de amizade leve, sensível e natural, causando torcida pelo casal. No fim da novela, criou-se expectativa para o beijo entre eles, que foi gravado 7 vezes pela emissora, mas que em reunião de diretoria da Globo foi cortado da edição final no dia de exibição da novela. A Rede Globo afirmou que todo material gravado e não utilizado é apagado e, portanto, não existem mais as cenas gravadas nos seus registros. A expectativa pelo beijo era tão grande que a audiência do último capítulo foi o recorde de uma telenovela naquela década: 66 pontos no Ibope⁴⁵.

45

Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-foi-a-maior-audiencia-da-tv-brasileira/>. Acesso em: 04 fev. 2022.

Em *Paraíso Tropical*, de 2007, escrita por Gilberto Braga e Ricardo Linhares, Tiago (Sérgio Abreu) e Rodrigo (Carlos Casagrande) eram casados e moravam juntos, numa narrativa em que os gays já estavam inseridos socialmente e podiam ter um relacionamento sério com demonstrações de afeto. Apesar do carinho físico, não havia cenas de intimidade sexual entre eles. *Doas Caras*, escrita por Aguinaldo Silva em 2007, abordou a relação de um trisal, um relacionamento afetivo entre três pessoas: dois homens, Heraldo (Alexandre Slaviero) e Bernardo (Thiago Mendonça), e uma mulher, Dália (Leona Cavalli). No entanto, Bernardo termina a história com Carlão (Lugui Palhares), deixando Heraldo e Dália numa relação monogâmica.

Na década de 2010, mais precisamente em 2011, *Insensato Coração*, de Gilberto Braga e Ricardo Linhares trouxe a maior quantidade de personagens LGBTQIAPN+ em uma telenovela até então: 6 homens *gays* e 1 mulher lésbica. Um dos destaques da novela foi a morte por espancamento de Gilvan (Miguel Roncato), um garçom jovem que era benquisto pelo público. A brutalidade da morte do menino pautou a criminalização da homofobia e a punição para quem comete o crime. Também havia as personagens Nelson (Edson Fieschi), Eduardo (Rodrigo Andrade), Hugo (Marcos Damigo), Xicão (Wendell Bendelack), Roni (Leonardo Miggiorin) e Araci (Cristiana Oliveira). A novela seguia possibilidades novas para pessoas LGBTQIAPN+, como a de adoção e união estável, reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal no início da década.

Ainda em 2011, *Fina Estampa*, de Aguinaldo Silva, trouxe o personagem Crô (Marcelo Serrado), que teve bastante destaque na novela por ser o mordomo da vilã Tereza Cristina (Cristiane Torloni). Apesar do sucesso e da repercussão do personagem, Crô era escrachado e cômico, caricaturado e repleto de estereótipos, reduzindo a densidade e complexidade possível para uma pessoa *gay*, inclusive ao ser interpretado por um homem heterossexual.

Por outro lado, em 2013, Walcyr Carrasco escreveu *Amor à Vida*, que trouxe como um dos protagonistas o personagem Félix (Mateus Solano), o vilão da novela, mas com uma história desenvolvida para que o público entendesse como se tornou uma pessoa má. O relacionamento com o pai, a mãe e a família em geral mostravam a rejeição e falta de afeto por ele. No entanto, Félix acaba se tornando uma pessoa melhor ao passo em que se apaixona por Niko (Thiago Fragoso). Eles protagonizaram o beijo *gay* que marcou história nas telenovelas no dia 31 de janeiro de 2014, repercutindo amplamente nas mídias. Félix também formou uma família com Niko, adotou uma criança e fez as pazes com o pai que, no último capítulo, o chama de “meu filho” pela primeira vez.

Imagem 21 - Beijo de Félix e Niko em *Amor à Vida*



Fonte: Reprodução Rede Globo (2014).

Em *Família* (2014), de Manoel Carlos, apresentava Clara (Giovanna Antonelli) e Marina (Tainá Muller), casal lésbico que celebrou um casamento civil. Já em 2015, *Babilônia*, de Gilberto Braga e Ricardo Linhares, enfrentou forte resistência ao apresentar um beijo

entre duas mulheres idosas no primeiro capítulo: Estela (Nathalia Timberg) e Teresa (Fernanda Montenegro). Apesar de tramas anteriores virem trazendo personagens LGBTQIAPN+ em relacionamentos estáveis, inclusive beijos e famílias, as duas foram rejeitadas; não houve contextualização para o beijo, que foi surpreendente para um início de novela. Mesmo casadas há 40 anos na história, a intolerância fez com que a audiência da novela caísse, o que foi confirmado em um grupo de discussão organizado pela Globo entre os espectadores da novela para ver o que acontecia. Até o final da novela, as personagens não demonstraram mais intimidade. Mesmo assim, Estela e Teresa se casam novamente na novela, renovando votos.

Imagem 22 - Beijo de Estela e Teresa em *Babilônia*



Fonte: Reprodução Rede Globo (2015).

Em 2016, a novela das 11, *Liberdade, Liberdade*, exibiu a primeira cena de sexo *gay* na televisão, entre os personagens André (Caio Blat) e Tolentino (Ricardo Pereira). *Segundo Sol*, novela de João Emanuel Carneiro em 2018, pautou a gestação de um casal de lésbicas, Selma (Carol Fazu) e Maura (Nanda Costa), que trocavam beijos,

tinham intimidade e desejavam ser mães. Um homem é colocado no meio da relação das duas, balançando a história, mas no fim somente as duas terminam juntas e se tornam mães. A história da ficção motivou a atriz Nanda Costa a assumir publicamente seu relacionamento lésbico com a cantora Lan Lan e a vontade de se tornar mãe, o que aconteceu em 2021 com o nascimento das gêmeas Kim e Tiê.

Entre a rejeição pública que culminou na morte das personagens lésbicas em *Torre de Babel*, em 1998, até a aceitação da maternidade lésbica em 2018, em *Segundo Sol*, houve um grande percurso, que também vem acompanhando as conquistas do público LGBT-QIAPN+. Porém, há que se pensar no quanto a ficção, através de telenovelas e séries, pode colaborar com uma melhor visibilidade e maior aceitação, não podendo ficar limitada ao concreto e real, principalmente se o contexto é conservador, excludente e perigoso, mas pautando e problematizando essas questões para colaborar com a promoção de mudanças e transformações. Se nas décadas de 1960 e 1970 tínhamos meras sinalizações de existência através de personagens gays e lésbicas sem nenhuma densidade e de caráter solitário e triste, a década de 1980 começou a trazer possibilidades mais complexas, mas ainda dentro de estereótipos e voltados à sexualidade, o que se seguiu nos anos 1990. Somente a partir dos anos 2000 houve uma maior inclusão de LGBTQIAPN+ nas mídias, mas com limitações e pouco protagonismo.

Desde a década de 2010, outros beijos apareceram, inclusive, em tramas adolescentes, como *Malhação*, que exibiu beijos entre dois meninos e duas meninas em 2018, bem como as novelas das seis *Orgulho e Paixão* (2018) e *Órfãos da Terra* (2019). Essas não são todas as histórias da ficção e teledramaturgia que abordaram personagens LGBTQIAPN+, mas se tornaram referências para pensar outras. No entanto, a presença de personagens travestis e transexuais ainda sofre com *transfake*, distorção da realidade e pouca problematização, um problema que ainda não se resolveu neste percurso, mas já há sinais de possibilidades melhores.

TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NAS MÍDIAS: POUCAS EXPECTATIVAS E AINDA MENOS REALIDADES

A orientação e o desejo sexual eram os contornos mais explorados em personagens LGBTQIAPN+ nas histórias da teledramaturgia. Pouco se havia discutido sobre a identidade de gênero até a novela *A Força do Querer*, escrita por Glória Perez em 2017, que trouxe o personagem Ivan, um homem trans vivido pela atriz Carol Duarte. Essa novela mostrou todo o processo de transição, desde a afirmação do gênero até o processo de hormonização e mamoplastia masculinizadora da personagem.

Imagem 23 - Ivan em *A Força do Querer*



Fonte: Reprodução Rede Globo (2017).

No entanto, outras narrativas já haviam trazido mulheres trans e travestis. Rogéria foi uma das primeiras que ganhou notoriedade e repercussão ao interpretar Ninete na novela *Tieta*, em 1989, escrita por Aguinaldo Silva, Ricardo Linhares e Ana Maria Moretzsohn. A novela tinha um caráter “libertário”, mas apesar de ter características narrativas bem trabalhadas e ser considerada “a travesti da família brasileira”, ainda reconheciam a personagem trans como um “homem que se veste de mulher”. A atriz Rogéria já assumia a identidade travesti quando interpretou uma personagem também travesti.

Assim como a personagem de Rogéria, Ninete se defendia dos abusos e assédios em *Tieta* e Sarita (Floriano Peixoto) entra em cena na novela *Explode Coração*, em 1995, dando um soco no homem que zomba dela num bar. Escrita por Glória Perez, a trama, que abordava a comunidade cigana, não definiu o gênero da personagem, gerando indagações sobre quem ela era e como se identificava. A personagem teve boa recepção entre o público porque era uma boa pessoa, impunha respeito e se afirmava mulher porque “tinha cabeça, coração e alma de mulher” (como diz em uma cena). Sarita expôs na novela que tinha nascido no corpo errado e era mulher, sonhava em ser mãe e trabalhava fazendo *shows* nos palcos. A ideia da autora da novela era de que pessoas como ela se identificassem e se sentissem compreendidas através da personagem, mudando o olhar da sociedade porque antes não se trazia esse lado mais denso às travestis e trans da época. Nesse caso, sendo interpretada por um homem cisgênero, houve *transfake*.

Imagem 24 - Ninete em *Tieta*



Fonte: reprodução Rede Globo (1989).

Imagem 25 - Sarita em *Explode Coração*



Fonte: reprodução Rede Globo (1995).

Claudia Raia interpretou Ramona na telenovela *As Filhas da Mãe* em 2001. Na trama escrita por Silvio de Abreu, ela foi a primeira personagem declarada oficialmente transexual em uma novela. Foi necessária uma autorização judicial para que a trama fosse exibida às 19h, visto que era um horário em que crianças ainda assistiam à televisão. Ramona estava distante da realidade da maioria das transexuais no Brasil porque era rica, fez uma cirurgia de transgenitalização na Suíça e retornou ao país. Porém, conseguiu trazer visibilidade e discussão em relação a estas questões em uma época que poucas pessoas falavam sobre isso. Além disso, ela era interpretada por uma mulher cisgênero (*transfake*) e mantinha um relacionamento com um personagem heterossexual e homofóbico interpretado por Alexandre Borges. A partir de Ramona, outras personagens trans surgiram, mas ainda marcadas por estereótipos.

Imagem 26 - Ramona em *As Filhas da Mãe*



Fonte: reprodução Rede Globo (2001).

Geração Brasil, novela de Filipe Miguez e Izabel de Oliveira, exibida no horário das 19h em 2014, trouxe a personagem Dorothy, interpretada por Luís Miranda, homem cisgênero negro. Ela rompia alguns padrões por ser negra e não marginalizada, respeitada pelos outros núcleos da novela, mas ainda assim com recurso de *transfake*. Ainda em 2014, a telenovela das 21h, *Império*, contava com Xaná (Ailton Graça), uma personagem que causou desconforto entre pessoas LGBTQIAPN+ porque era limitada à estereotipia e à comédia, mantendo uma esposa e filhos, mas vestindo-se com roupas consideradas femininas.

Imagem 27 - Dorothy em *Geração Brasil*



Fonte: reprodução Rede Globo (2014).

Foi com Ivan em *A Força do Querer*, em 2017, que se chegou mais próximo de um entendimento real de uma história de vida transgênera. Para mostrar toda a transformação da personagem vivida por Carol Duarte, pessoas trans reais foram ouvidas e tiveram suas histórias colocadas no enredo da personagem. Há a ressalva de Carol Duarte ser mulher cisgênera lésbica, mas Tarso Brandt (homem trans) foi trazido à história como amigo de Ivan. Nessa mesma novela, Maria Clara Spinelli, atriz transexual, interpretou Mira, uma mulher cisgênero. Silvero Pereira também interpretou Nonato e Elis Miranda, uma mulher travesti que se vestia de forma masculinizada e assumia a identidade de Nonato em seu trabalho como motorista, problematizando a questão da empregabilidade de pessoas trans. De acordo com Glória Perez, a ideia na composição das personagens era “chegar pela porta da emoção, não somente pelo discurso”.

Imagem 28 - Elis Miranda em *A Força do Querer*



Fonte: reprodução Rede Globo (2017).

Em 2018, a telenovela das 21h *O Sétimo Guardião*, escrita por Aguinaldo Silva, provocou discussões sérias ao trazer uma personagem travesti chamada Marcos Paulo, interpretada por Nany People. No mesmo ano em que o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a retificação do nome no documento de identidade para pessoas trans sem precisar apresentar documentos médicos ou psicológicos, a personagem resolve manter seu nome morto na identidade travesti, na contramão de um direito demandado pela comunidade trans. Já em 2019, Britney (Glamour Garcia) viveu um “conto de fadas” na novela *A Dona do Pedaço*, de Walcyr Carrasco. Ela era uma mulher trans aceita pela família, tinha um emprego estável como contadora e teve um casamento com homem cisgênero no final da história. A ideia do autor era criar uma narrativa careta e romântica como de novela das 18h para a personagem, mostrando que o acolhimento é o que acaba com a marginalidade. Ainda assim, a história de Britney não condiz com a realidade da maioria das trans e travestis no Brasil.

Imagem 29 - Casamento de Britney em *A Dona do Pedaço*



Fonte: reprodução Rede Globo (2019).

Entre 2020 e 2021, a novela das 19h *Salve-se Quem Puder*, escrita por Daniel Ortiz, apresentou o personagem trans masculino Catatau, vivido pelo ator Bernardo de Assis (trans masculino na vida real), que foi protagonista do primeiro beijo entre homem trans e mulher cis na televisão (Renatinha, interpretada por Juliana Alves). Um dos primeiros casos sem *transfake*.

Imagem 30 - Beijo de Catatau e Renata em *Salve-se Quem Puder*



Fonte: reprodução Rede Globo (2021).

Além das travestis e transexuais da teledramaturgia ao longo da história, como em *Um Sonho a Mais* (Globo, 1985), *Olho por Olho* (Manchete, 1988), *Tieta* (1989), *Explode Coração* (1985), *Hilda Furacão* (1998), outras personagens também apareceram, mas sem tanto destaque e com tratamento raso de suas identidades: em *Deus nos Acuda* (Rede Globo, 1992), Gino (Jandir Ferrari) volta ao Brasil depois de uma viagem à Europa como a travesti Gina; em *Uga Uga* (Globo, 2000) Ivone Shirley (Hairton Júnior) é travesti; em *A Lua Me Disse* (Globo, 2005), Dona Roma (Miguel Magno) não teve definição de sua identidade, sendo referenciada como travesti ou *crossdresser*; em *Chamas da Vida* (Record, 2008), a travesti Docinho era interpretada por Roberto Bomtempo; Andressa Carla foi uma personagem travesti interpretada por Fabianna Brazil em *Vende-se um Véu de Noiva* (SBT, 2009); Otaviano Costa interpretou a travesti Elaine Pirulitona em *Morde & Assopra* (Globo, 2011); Luís Salém interpretou a travesti Ana Girafa em *Aquele Beijo* (Globo, 2011); Denise Del Vecchio deu vida à transgênera Augusta em *Vidas em Jogo* (Record, 2011); *O Brado Retumbante* (Globo, 2012) trouxe Murilo Armacollo como a transgênera Julie; *Salve Jorge* (Globo, 2012) apresentou Maria Clara Spinelli como Anita, uma mulher trans que é traficada para a Europa e, nesse caso, a atriz também é transexual; Luis André Alvim interpretou Mulher Pau-de-Jacu em *Sangue Bom* (Globo, 2013); Maurício Xavier interpretou a travesti Markassa na série *Pé Na Cova* (Globo, 2013-2016); Lindsay Paulino interpreta um ex-garoto de programa e atual travesti Xuxeta em *Xilindró* (Multishow, 2016-presente); Maria Clara Spinelli interpretou a transgênera Janette na série *Supermax* (Globo, 2016); entre 2016 e 2020, Marina Mathey, trans real, interpretou a trans Ariel em *3%* (Netflix); Gabrielle Joie e Giowana Cambrone, duas trans reais, interpretaram Jamille e Kátia em *Sob Pressão* (Globo, 2017-presente); em 2019, na novela *Bom Sucesso* (Globo, 2019), Gabrielle Joie interpretou a mulher trans Michelly.

O Canal Brasil, em 2019, lançou a série *Toda Forma de Amor*, que traz Bianca (Wally Ruy) e Marcela (Gabrielle Joie), duas trans reais

interpretando trans. Em 2020, a HBO produziu *Todxs Nós*, série que foca em relacionamentos entre pessoas LGBTQIAPN+, incluindo um homem trans, Rafa, interpretado por Clara Gallo, e X (Flow Kountouriotis) e Juno (Xád Chalhoub), duas pessoas não-binárias. Na Rede Globo, em 2019, estreou a série *Segunda Chamada*, que no elenco conta com Linn da Quebrada interpretando a travesti Natasha.

Imagem 31 - Natasha em *Segunda Chamada*



Fonte: Reprodução Rede Globo (2019).

Nota-se, assim, que a participação de atores e atrizes trans em papéis de pessoas trans é recente, principalmente a partir da década de 2010, com algumas exceções para o caso de Rogéria e Cláudia Celeste, que ainda assim sofreram com repressão e censura em suas personagens. Recentemente, Linn da Quebrada tem se destacado na televisão.

Linn tem ganhado visibilidade maior nas mídias, principalmente após ter participado do *Big Brother Brasil 22*. Sua presença no programa de maior audiência da Rede Globo fez diferença nos modos como o público percebe as existências travestis, uma vez que ela é uma representante importante por sua relação com a música, televisão, cinema e artes. Além do entretenimento, estar nesse espaço gera uma possível contribuição social porque ela deixou de ser apenas pauta para se tornar uma pessoa jogando um jogo de relações.

O BBB estreou em 17 de janeiro de 2022, mas Linn entrou no dia 19 porque testou positivo para a COVID-19. Em sua participação, ela trouxe discussões importantes como: uso correto dos pronomes (no feminino para travestis), inclusive tem uma tatuagem “ela” na testa justamente para lembrar; a afirmação de que travesti não é homem nem mulher, mas uma identidade de gênero específica; de que ser travesti rompe com o binarismo de gênero e, por isso, ela se sente livre para ser quem quiser sem precisar parecer mulher cisgênera, investigando seu corpo para ser quem ela é; discutiu a solidão e o acolhimento de pessoas trans e fez amizade com boa parte dos outros 19 colegas da casa. Ocupar este espaço foi um marco importante para a reflexão sobre travestis e transexuais, uma vez que ela estava convivendo com outras pessoas, sendo vista 24h e expressando seu próprio corpo, voz e personalidade.

Linn também foi protagonista do documentário *Bixa Travesty*, em 2018, que contou com participações de Liniker, Jup do Bairro e As Baías (trio composto por Raquel Virgínia, Assucena Assucena e Rafael Acerbi), artistas que pautam existências travestis, transexuais e transgêneras nas suas produções. Dirigido por Claudia Priscilla e Kiko Goifman, e produzido por Evelyn Mab, o documentário venceu prêmios no Brasil e no exterior, como o Teddy Award de Melhor Documentário no Festival Internacional de Cinema de Berlim, o prêmio Inovação – Inside Out, no Festival Internacional de Cinema de Toronto, Melhor Direção no Festival Internacional de Cinema de Cartagena, entre outros.

A narrativa acompanha Linn em alguns momentos do seu cotidiano com a mãe e as amigas Liniker e Jup do Bairro; os trabalhos nos palcos e no *podcast* que apresentava; e no período em que esteve no hospital tratando um câncer no testículo. A narrativa foca na desconstrução dos estereótipos de gênero, raça e classe com seu corpo e corporalidades. São trazidas discussões como: o não pertencimento das travestis em diferentes espaços sociais e a necessidade de criar esses espaços de pertencimento; as várias

feminilidades possíveis para a expressão do corpo; as criações e destruições na formação da identidade de gênero; o processo e os tratamentos do câncer e como ela descobriu e aprendeu sobre potências no seu corpo ao se sentir frágil; a paixão pelo corpo que sentia no processo de quimioterapia e de não saber a transformação pela qual o corpo passaria.

Imagem 32 - Pôster do Documentário *Bixa Travesty*



Fonte: Divulgação (2018).

Linn também apresentou o programa *TransMissão*, de 2019 a 2021, do Canal Brasil, com Jup do Bairro, no qual as amigas falavam sobre assuntos relacionados a gênero, sexualidade e arte, e também traziam convidadas para dialogar.

PAUTA OU PESSOA: LEITURAS POSSÍVEIS DE VISIBILIDADE TRANS NAS MÍDIAS

O imaginário criado pelas mídias pode afetar nossa percepção sobre a construção de corpos (travestis ou não) e sobre as vivências e experiências deles no mundo concreto. Valéria Barcellos, travesti negra de Porto Alegre, cantora e artista, publicou em 2020 o livro *Transradioativa*, em que narra uma experiência ainda criança, quando encontrou no lixo a capa de um caderno que trazia a atriz Taís Araújo.

Nunca pude comprar o caderno, era caro, mas guardei a capa com a Taís até quando pude. Em uma das mudanças de endereço, aquilo se perdeu. Anos depois descobri quem era a moça. A vi na tevê, brilhando. Ela ainda era eu, ou tudo aquilo que eu sempre quis ser. Linda, negra e feliz. Quando se mora numa cidade pequena e racista a gente se apegava a tudo que é possível pra chamar de felicidade. A minha era aquela. Não era uma capa de caderno, era a prova de que eu poderia ser algo, como ela me mostrava. (BARCELLOS, 2020, p. 110).

A ausência de corpos trans e travestis nas mídias dificulta o entendimento que temos dessas pessoas porque, quando são invisibilizadas, acabam não sendo pautadas em suas necessidades reais. As relações com as mídias são complexas, e a nossa própria compreensão enquanto cidadãs e cidadãos, bem como a percepção de identidade estão atravessadas por elas. Maldonado (2014) e Bonin (2015) argumentam que as maneiras experimentadas pelos sujeitos nas inter-relações midiáticas combinam culturas, realidades, sensibilidades e são atravessadas pelas suas competências, relações históricas com os meios e conhecimentos prévios.

Mulher negra, Valéria Barcellos se identificou com Taís Araújo. Em uma relação com as narrativas midiáticas, como novelas, séries ou filmes a personagem, interpretada por uma atriz ou ator, costuma ser nosso elo pela condução da história. Além da técnica, da direção, da fotografia que direcionam nosso olhar, nos prendemos ou desistimos de assistir determinado conteúdo muito em função de quem está presente na tela. A ficção é uma narrativa na qual as personagens passam por experiências. (Sílvia DANTAS, 2014). São os atos, dramas, risos, paixões que levam a história do seu começo até o fim. Nesse sentido, a narrativa se faz pela história da personagem, ela é a razão de querermos acompanhar, conhecer e nos relacionarmos com a Outreridade. Quando contamos histórias com pessoas trans, é importante que a vida que se forma na tela seja representada por alguém com quem se possa realmente gerar um vínculo de identificação. Ter uma mulher negra em posição de poder e visibilidade inspira imaginários que formam mundos possíveis. Após um sonho com Taís Araújo e lembrando a capa do caderno, Valéria ainda destaca em seu livro:

Eu sonhei que era protagonista de algo, com toda a esperança que um sonho pode nos dar. Isso demonstra força. Demonstra introspecção real das minhas palavras, atitudes e ações. Minha vontade, externalizada, se internalizou nas raízes do meu subconsciente. Sou negra, até mesmo nas conexões dos neurônios. De tudo isso fica muita coisa boa. Sabe aquela coceirinha que dá na garganta, de orgulho e emoção? Sim, eu senti isso hoje. (BARCELLOS, 2020, p. 111).

Na falta de protagonismo, as mulheres trans e travestis começaram a ocupar espaços midiáticos com a proliferação das mídias sociais e do YouTube. Luísa Marilac ficou famosa após *viralizar* um vídeo⁴⁶, em 2011, com o bordão “*e teve boatos que eu ainda estava na pior*”. Em seu livro de memórias, escrito em parceria com

46

Link para o vídeo de Luísa Marilac: <https://www.youtube.com/watch?v=ONEmpBxM-tA>. Acesso em: 1 fev. 2022.

a jornalista Nana Queiroz, ela escreve sobre a importância que esse momento midiático teve (positiva e negativamente). Feito em um momento de tristeza e com a expectativa de ser vista por seu envolvimento amoroso à época, teve mais de 50 mil visualizações, mas com comentários como “vai clarear esses dentes”, “alisa esse cabelo”, “cuidado, a patroa vai chegar”, “viado só vai pra Europa pra fazer vergonha” ou “tem que matar essas pragas”: (Luísa MARILAC; Nana QUEIROZ, 2019).

Imagem 33 - Luísa Marilac em vídeo do YouTube



Fonte: YouTube (2011).

Estar presente nas mídias é uma forma de marcar uma existência, materializar, mesmo que digitalmente, uma presença. No entanto, a rejeição aos corpos trans provoca medos pela opressão e violências, fazendo com que grupos midiáticos repensem a inserção dessas pautas em seus produtos, inclusive telenovelas e séries. Os grupos hegemônicos que detêm o poder de capital econômico e veiculam as imagens de capital social que circulam nas mídias repercutem ideias negativas, provocando silenciamentos e ausências, deixando novamente à margem as pessoas trans e travestis. Jaqueline Gomes de Jesus (2010, p. 20), pesquisadora travesti, reflete em sua tese que

[...] no processo de discriminação contra um determinado grupo social, as ideais, produtos, imagens do grupo opressor são valorizadas em detrimento dos similares do grupo oprimido; o grupo valorizado em detrimento do outro não se torna mais ele mesmo, é um espectro que depende do consumo excludente do grupo oprimido, um fantasma que se furta a viver no tempo presente porque é colocado/ coloca-se no futuro, como futuro idealizado do humano, na idealização de si enquanto ideal do todo, metonímia.

Essa perspectiva de futuro que exclui os grupos “oprimidos” pode ser mudada através de brechas que se encontram em oportunidades de tornar mais densa e sensível a narrativa sobre determinado grupo. Ao mesmo tempo em que recebia mensagens de ódio, Luísa passou a receber apoio e notoriedade: “quando alcancei as 100 mil visualizações, algo mudou: apareceu o povo que me amava e começou a brigar com quem estava me esculachando”. (MARILAC; QUEIROZ, 2019, p. 170). A partir de então, Luísa começou a receber convites para aparecer na televisão, conversar com jornais e ganhou notoriedade nas mídias que, depois ela reflete, também a exploraram de forma cômica seguindo interesses comerciais. Hoje, Marilac é influenciadora digital e mantém um canal no YouTube. Uma brecha se abriu a partir de uma situação controversa para que ela pudesse encontrar caminhos de autoafirmação dentro de espaços midiáticos.

As realidades das vidas trans se misturam a novas produções internacionais, como o documentário *A Morte e a Vida de Marsha P. Johnson*, produzido pela Netflix em 2017. Um dos aspectos interessantes, além da biografia de Marsha, é que, juntamente com Sylvia Rivera, elas foram protagonistas da revolta de Stonewall, nos Estados Unidos, que marcou o dia 28 de junho como Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+. Em Nova York, o Stonewall Inn, um bar frequentado principalmente por pessoas LGBTQIAPN+, foi invadido pela polícia a fim de reprimir o público. A partir de 28 de junho de 1969, diversas manifestações e protestos organizados por pessoas LGBTQIAPN+ foram realizados pedindo direitos e menos violência

policial. Mesmo os atos sendo encabeçados por travestis, elas foram apagadas pelo autodenominado “movimento gay”, centralizado por homens *gays* brancos. Hoje, há maior resistência pelo reconhecimento da participação e protagonismo das travestis na história das lutas LGBTQIAPN+, principalmente de Marsha que foi encontrada morta num p^{ier} da cidade de Nova York em 6 de julho de 1992.

Imagem 34 - Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera



Fonte: Acervo New York Historical Society (2019).

Estar pautada em programas que são vistos a nível nacional e internacional colabora para discutir a inteligibilidade do gênero não reduzido à sexualidade, como historicamente tem sido feito, mas a nível de *existência*. Letícia Nascimento (2021) pensa que as travestis são completas *outsiders* do CISTema sexo-gênero-desejo porque desafiam as leituras possíveis de gênero e, com isso, o próprio reconhecimento enquanto seres humanos. Para ela (2021, p. 53), “é a partir do nosso lugar como outsiders que conseguimos perceber o quanto o determinismo entre sexo e gênero é falho e o quanto a suposta natureza essencialista masculina embutida no pênis é insuficiente para que alguém se defina como homem”. O que vem sendo reproduzido nas mídias com esse olhar masculinista cisgênero pode ser rompido com a arte feita por travestis e transexuais, com suas corporalidades e materialidades, transgredindo o binarismo de gênero.

Valéria Barcellos (2020) reflete que é pressuposto que a liberdade de expressão exaltada pela Constituição Federal de 1988 é válida para todes. No entanto, corpos trans não querem ser vistos como cômicos ou debochados, muito menos como mero arremedo de entornos e vivências, mas como uma forma experimentar, “vivenciar outra realidade que não a que elas faziam parecer ao mundo exterior, mas que, apesar de tudo, desde sempre fora sua realidade interior”. (BARCELLOS, 2020, p. 166). As imitações de outras mulheres, cisgêneras e transgêneras, na construção do corpo travesti é apenas uma das formas de materializar corporalidades trans. Retratar isso nas mídias é mais *real* quando feito pelas próprias pessoas trans, cuja sensibilidade do corpo é latente e concreta.

A nível internacional, a série *Pose* é destacada como referência sobre narrativa com pessoas trans, principalmente porque seu elenco é composto por trans reais, sendo as protagonistas as atrizes Dominique Jackson, Indya Moore e MJ Rodriguez. As histórias de *Pose* falam sobre vidas trans negras, em um canal estadunidense *mainstream* (FX), projetando-as num cenário de inclusão nunca visto na história da televisão. Abriu precedentes para atrizes trans serem vistas e também para mostrar que, por trás do *glamour*, existem vidas que trabalham com prostituição, não têm onde morar e se apoiam em uma comunidade. Ao mesmo tempo em que a história gira em torno de problemas reais de violência e exclusão, traz uma mensagem de esperança e foge do estereótipo construído ao longo dos anos, em que mulheres trans e travestis eram usadas para comédia, escracho e deboche, ridicularizando suas existências.

Imagem 35 - Dominique Jackson, Indya Moore e MJ Rodriguez



Fonte: Out Magazine (2018).

Dentro do CISTema de privilégios, como propõe Letícia Nascimento (2021), as mulheres transexuais, travestis e pessoas trans em geral demonstravam descontentamento na construção das políticas LGBTQIAPN+. Hailey Kaas (2015) aponta que, historicamente, as políticas para pessoas trans são precárias porque a referência do CISTema é o homem *gay*, branco, de classe média, magro e sem deficiências. Por isso, mais que inclusão, é uma questão política trazer pessoas com vivência para dar vida às personagens. A mídia como mediação é um espaço que constrói sentidos e permite formar visões de mundo, opiniões, valores e comportamentos. (KELLNER, 2001). Nos grupos midiáticos hegemônicos, há fatores mercadológicos que implicam numa busca por dar representatividade a determinados grupos. As mídias combinam interesses, mas também podem oferecer maior espaço à crítica quando abarcam as diversidades e tratam personagens e pessoas trans com o devido respeito e densidade.

Sentimentos direcionados à arte da performance conduzem atores ou atrizes na representação de uma personagem, que precisa ser dotada de verossimilhança para denotar vida e realidade. No entanto, mesmo com semelhanças entre sujeitos reais e personagens, Doc Comparato (2009) reflete que é preciso ter objetividade

nessa construção entre vida fora e dentro da tela. É preciso direcionar as ações, posições, ansiedades e intensidades dramáticas na criação artística, mas também reconhecer que qualquer ser é rico e complexo para a dramatização. A personagem, porém, se constrói dentro de uma narrativa e para um determinado contexto, conceito e história. Seus valores, sua moral, sua ética, seus posicionamentos são delineados em função da história que está sendo contada. Refletindo com Stuart Hall (2005), também podemos considerar que a identidade está relacionada à cultura. Como criação de um roteirista, ela se vê afetada pela hegemonia ou pela tentativa de desvio das normas hegemônicas.

Uma personagem transexual trazida à vida por uma escritora transexual (como é o caso de Lana Wachowski escrevendo uma personagem para Jamie Clayton em *Sense8*, por exemplo) permite que as configurações se deem de uma forma mais próxima à realidade trans. No documentário *Revelação*, Jamie Clayton disse que a personagem não se resumia a ser trans, apesar de ser parte de quem ela era. Havia uma história e um objetivo para a personagem que transcendiam o gênero. Ou seja, alguém que vive uma vida trans, como Lana Wachowski, consegue escrever e dirigir uma história que mostre que sua identidade de gênero é apenas um dos aspectos de sua constituição humana.

A cultura e a identidade também estão ligadas à diferença e a construção dela, principalmente num cenário em que a política é opressiva às pessoas transgêneras, excluindo-as da pauta, em um sistema cisheteronormativo que as coloca à marginalidade. Foucault (2017) reflete sobre o poder-disciplinar que regula e subjetiva as identidades dentro do sistema em que se vive e opera socialmente. Aquilo que desvia do padrão, no entanto, que não está dentro de uma masculinidade ou feminilidade socialmente construída hegemonicamente, é o marginal, o anormal. Esses marcadores que regulam comportamentos excluem o considerado dissidente, sem levar em conta que as identidades se constituem na diferença.

Imagem 36 - Jamie Clayton como Nomi Marks em *Sense8*



Fonte: SyFy (2018).

Como pensa Tomaz Tadeu da Silva (2000), identidade e diferença se fazem a partir das produções simbólica e discursiva que ocorrem no social, a partir de valores e forças que fundam cumplidades ou disputas. Ao classificarmos alguém, damos um valor a partir de hierarquias. Aquilo que hoje se convencionou certo ou errado, masculino ou feminino, foi convencionado a partir de identidades normatizadas, da “divisão” entre o que é normal e anormal. Aquilo que não é normal, que contraria a norma, não deve ser visto, precisa ficar invisível e à sombra de Outro. Quando aparecer, deve ser combatido, ser colocado como à “sombra” de Outro “normal”, não será protagonista.

Assim, se pode pensar que, historicamente, as pessoas trans não podiam se revelar ao público como eram. Mulheres trans não podiam ser “descobertas”, devido à possibilidade de perderem seu espaço e emprego. O contexto neoliberal, binário e capitalista regula os corpos que importam (BUTLER, 2019), direcionando quem pode ou não estar na mídia, dependendo do que é aceito ou não hegemonicamente. Esse sistema diz quem importa e quem não importa, quem deve ou não ser vista. Retornando às décadas de 1960 a 1980, quanto às produções de novelas e séries no Brasil, percebemos o

apagamento das pessoas trans e o tratamento raso e problemático dados às pessoas LGBTQIAPN+ de modo geral. Essas representações geravam interpretações excludentes ao público, disseminando a normalidade do binário e a repressão a outras performances de gênero possíveis que, não vistas e incompreendidas, eram reprimidas e rejeitadas.

Yvets Morales Medina (2019, p. 17) também observa que “telenovelas, noticiários, documentários e jornais, de um jeito sistemático e redundante, reproduzem os discursos de dominação hegemônica”. Assim, a polarização é eficaz para manter o pensamento biologistista e positivista sobre o gênero, deslegitimando a luta das mulheres trans, que não se encaixam em padrões cisheteronormativos. Esse apagamento da luta, se olhado em perspectiva histórica, está presente desde a impossibilidade de assumir uma identidade de gênero publicamente até as custas do emprego ou do respeito social.

Nesse sentido, Marcia Veiga da Silva (2015) reflete que a compreensão naturalizadora do *status quo* e das convenções e hierarquias sociais hegemônicas são também resultado de uma formação universitária e de uma educação em que as bases se fundam em paradigmas, visões de mundo, conceitos, métodos e técnicas restritivos ou limitados na compreensão ampla e complexa dos fenômenos, arranjos e relações sociais contemporâneos. Enquanto sujeitos, somos formados a partir de padrões hegemônicos de conhecimento que se colocam pelas mídias, a família, a sociedade e a educação formal. (LOURO, 2014).

A falta de crítica nas mídias aos valores e padrões que formam os saberes hegemônicos presentes na sociedade, quando não são destrinchados pelas pessoas, colabora para a naturalização dos padrões na forma como apreendemos a realidade. Existem valores culturais, classificações e diferenças presentes em todos os ambientes sociais e profissionais. Portanto, é fundamental indagar como o poder-saber está se colocando dentro das formas como produzimos

sentidos e comunicamos pelo corpo, pelo gestual, pela fala, pelo texto, características que nos trazem reconhecimento e que, também, estão nos meios de comunicação.

A dominação masculina presente nas mídias interfere na forma como as identidades nos são ofertadas. Existe uma lógica de opressão patriarcal que reprime o feminino e a mulher em diferentes culturas. (Adriana PISCITELLI, 2009). Nessa lógica, a mulher sempre precisa de um homem, precisa do afeto para se validar, violando sua liberdade, expressão e demandas. O posicionamento de uma mulher trans frente a um sistema desigual e opressivo faz pensar o porquê de as experiências femininas serem consideradas “menores” ou mesmo inválidas. As relações de poder na esfera pública estão formadas, também, a partir das mídias e da política. Na perspectiva interseccional, ser mulher trans relegaria estas sujeitas a um espaço de maior marginalidade e exclusão.

Morales Medina (2019) ainda ressalta que, diariamente, as travestis exigem respeito à sociedade, que não reconhece seus corpos, identidades sexo-genéricas, economias e discursos. As pessoas trans interagem com as mídias, seja TV, internet, publicidade, redes sociais, música, eventos etc. As experiências de vida, combinadas às experiências das mídias, geram identificações com o *glamour*, as cores, as dançarinas, aproximando-as às estéticas do teatro e da fama que é proposta pela grande mídia comercial, como a Globo, que passam padrões de consumo e as enquadram a uma lógica hegemônica. (MORALES MEDINA, 2019). Nesse caso, romper com um ideal de que mulheres trans e travestis só recorrem à cisgeneridade como padrão de produção do seu corpo também é equivocado, uma vez que seu gênero é outro que não o binário e, portanto, são transgêneras.

Algumas pessoas trans ligadas ao entretenimento e ao espetáculo remontam referências estéticas nas suas identidades, através do jeito de caminhar, da roupa, da maquiagem, no movimento

das mãos. (MORALES MEDINA, 2019). Em alguns casos, elas se aproximam do padrão normativo estabelecido para o masculino ou o feminino a fim de encontrar a *passabilidade*, um termo complexo para indicar que alguém “se passa” por outra pessoa e pode reiterar o binarismo de feminino e masculino. No entanto, a partir dos relatos das mulheres com quem dialoguei nas entrevistas, a *passabilidade* é um recurso que costuma ser buscado por segurança frente às violências e exclusões.

Em um sistema opressor ao gênero, no qual a violência ocorre pela expressão de ser quem é, a “camuflagem” é um recurso de proteção, que foi usado por algumas personalidades de TV que precisavam se produzir para esconder qualquer aparência biológica de seus corpos que destoassem de sua identidade de gênero, de acordo com os padrões hegemônicos, como foi o caso de Cláudia Celeste na década de 1970.

As desigualdades engendradas pelo sistema capitalista reforçam a marginalização das pessoas transgêneras. Os recursos e o acesso a tratamentos estéticos, vestimentas, maquiagens e médicos permitem que a pessoa se aproxime da apresentação de gênero que deseja ter. Mesmo que o gênero esteja fora do binarismo masculino/feminino, a manifestação do corpo e a atribuição do respeito pela sociedade normativa se dão, em parte, pela forma como se apresentam. O “nome social” não basta para garantir o reconhecimento de suas identidades.

As personagens trans e travestis da teledramaturgia, como visto, costumam ser ricas e realizar os procedimentos com facilidade, destoando das vivências trans periféricas. As intersecções de raça e classe social se mostram cruciais para tentar compreender as continuidades e descontinuidades das persistentes desigualdades, bem como das experiências sociais tão diferentes entre elas e as trans.

O olhar se limita sem as lentes corretas. É como se houvessem borrões e incertezas que impedissem de enxergar coisas que nos enquadram, fecham horizontes e aprisionam. Ao adentrar

na compreensão do conceito de gênero, são rupturas e crises que guiam o caminho. No entanto, uma nova lente é colocada, possibilitando pensar a construção de um mundo mais igual, menos preconceituoso e as potencialidades transformadoras da realidade violenta em que estamos.

Com Silverstone (2002), ainda podemos pensar na mídia como um espaço de mediação, no qual as dimensões de produção e recepção são imbricadas num processo de aproximação ou distanciamento a partir daquilo que está presente nos conteúdos midiáticos. Aquilo que tem sido construído sobre pessoas trans, por vezes, se distancia cada vez mais da realidade delas, trazendo-as com o lado cômico, violento ou mesmo subjugado e marginalizado. Além disso, muitas pessoas trans na ficção não são representadas por artistas transgêneres, mas por atores e atrizes cisgêneres, o que não colabora para uma visibilidade verossímil, nem para uma valorização e empregabilidade de pessoas trans.

EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS: DIREITOS NEGADOS ÀS VIDAS INVISIBILIZADAS

As vidas LGBTQIAPN+ ainda não são reconhecidas em sua dignidade e, dentro desse grupo, as pessoas trans têm um protagonismo fundamental na visibilidade de uma luta conjunta. Não existem leis que garantam direitos às pessoas LGBTQIAPN+, somente jurisprudências⁴⁷. O principal problema é que esse tipo de norma pode sofrer revisões, ser cancelada ou modificada. Portanto, a luta por leis que efetivem os direitos é importante para garantir essa dignidade.

47 Uma jurisprudência não tem validade de lei. É uma decisão judicial que vale para toda a sociedade. Geralmente, é criada por omissão dos órgãos legislativos, quando o Congresso Nacional ou o Poder Executivo não produzem uma legislação. No entanto, a jurisprudência confere caráter de norma e deve ser acatada, uma vez que é atribuída pelos conselhos de justiça e tribunais.

Reconhecer que não temos direitos plenamente assegurados (ou leis) é o primeiro passo para pensar em que soluções existem quando tomamos noção da importância dessas garantias que deveriam partir do Estado, mas que também podem ser articuladas por nós.

Atualmente, são quatro as principais conquistas para pessoas LGBTQIAPN+: o casamento civil⁴⁸; a criminalização da LGBTfobia⁴⁹; a adoção⁵⁰; e a livre expressão da identidade de gênero, garantida através do uso de nome social e registro dele nos documentos oficiais. No entanto, existem vários atravessamentos que fazem com que essas normativas sejam ou não exercidas, principalmente relacionados a gênero, classe e raça. As mulheres transgêneras, por subverterem a norma cisgênera hegemônica, já encontram empecilhos desde o tratamento pelo nome social.

Existem pequenas brechas, “permissões” que vão sendo dadas por instituições de justiça que reconhecem a omissão do Congresso Nacional. No entanto, não são permissões válidas a todas e todos, mas às poucas e aos poucos que estão mais próximas e próximos da normatização. Isso vale para questões como adoção e casamento, mas também para necessidades humanas básicas, como ser chamada pelo nome e, até mesmo, usar o banheiro.

- 48 O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou em 2011 que poderia ser considerada entidade familiar a união estável entre dois homens ou duas mulheres, de acordo com a Constituição Federal. Cartórios se negaram a adotar a medida, então o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução 175 garantindo que todos os cartórios do país pudessem casar civilmente, e obtendo direito a partilha de bens, herança e patrimônio. Resolução 175 do CNJ: https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_175_14052013_16052013105518.pdf. Acesso em: 18 jul. 2020.
- 49 A LGBTfobia é considerada crime desde 13 de junho de 2019, quando Supremo Tribunal Federal (STF) julgou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), determinando que o Congresso Nacional se manteve omissivo ao não editar uma lei criminalizando atos homofóbicos e transfóbicos no Brasil. Desse modo, a lei que prevê o crime de racismo passa a valer também para a LGBTfobia, com os mesmos direitos e penalidades, que incluem prisão e inafiançabilidade. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 18 jul. 2020.
- 50 O STF se posicionou favoravelmente acerca da adoção por casais homossexuais em 19 de março de 2015, quando a Ministra Carmen Lúcia reconheceu o direito de adotar a um casal *gay* de Minas Gerais, entendendo que a compreensão de família da Constituição Federal também acolhe casais LGBTs.

Berenice Bento (2014) ressalta que o Brasil era o único país no mundo em que a legislação negava um direito universal, o de ter um “nome”. São instituições jurídicas que reconhecem a omissão de uma Lei básica às pessoas trans. É possível usar o “nome social”, mas ele ainda não garante que a pessoa não seja submetida a vexames, humilhações e necessidades de “comprovação” de algo que está em dissonância com suas performances de gênero. (BENTO, 2014).

Quando iniciamos um curso de idiomas, nas atividades que organizo como professor, por exemplo, a primeira aula costuma ser de apresentação. Você aprende a perguntar o nome de colegas e a dizer seu nome. A comunicação costuma iniciar por um ato que a muitas pessoas trans era negado legalmente (ser chamada pelo seu nome) e que, por falta de políticas mais inclusivas e uma lei efetiva, continua se propagando. O nome social demanda burocracia e, muitas vezes, não é respeitado mesmo após registrado e “legalizado”.

A garantia ao nome social para pessoas trans é consequência de anos de luta. Em 28 de abril de 2016, no governo de Dilma Rousseff, o Decreto Presidencial nº 8.727⁵¹ assegurou a transexuais e travestis o uso do nome social em todos os órgãos públicos e empresas estatais federais, passando a ser adotado para o funcionalismo público e para quem faz uso dos serviços nacionais. No entanto, essa normativa apenas valia para os serviços públicos, sendo uma medida que dava às pessoas trans o poder de exigir ser tratada ou tratado segundo seu nome social, sem necessidade de comprovação, apenas nesses espaços.

Desde março de 2018, não é mais necessário recorrer à Justiça para modificar o nome ou o gênero nos documentos. O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que não é mais necessário laudo

51 Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em: 15 jul. 2020.

médico, autorização judicial ou comprovação de cirurgia de redesignação sexual. O Conselho Nacional de Justiça, em junho desse mesmo ano, publicou uma norma definindo regras para alteração de nome e sexo nas certidões de nascimento ou casamento de pessoas trans. Assim, qualquer pessoa maior de 18 anos pode ir ao cartório solicitar a mudança nos documentos.

No Rio Grande do Sul, o Decreto 48.118/2011 permite que a pessoa escolha seu nome social, independentemente do registro civil. Porém, o registro através da Carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais é um passo importante em termos de garantia de direitos, a partir do Decreto 49.122 de 2012. A Carteira de Nome Social é feita em um posto de identificação, locais onde são confeccionadas as carteiras de identidade em órgãos públicos. O Conselho Estadual de Educação, através do Parecer 739/2009, recomenda que as escolas estaduais adotem o nome social nos registros escolares de estudantes.

A Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT) realizou uma pesquisa em 2016 sobre o ambiente educacional para LGBTs no Brasil⁵². Entre os principais resultados, o levantamento mostra que 43% das e dos participantes sentiam insegurança na escola por causa de suas identidades e expressões de gênero. A nível de violência, 73% sofreram agressões verbalmente por causa da orientação sexual e 68% sofreram agressão verbal pela identidade ou expressão de gênero. Fisicamente, foram 27% que sofreram agressão por expressarem suas identidades de gênero. Ainda, 56% sofreram assédio sexual na escola. E essa situação, que já começa na escola, se repete nas ruas, na internet e no cotidiano.

52 Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil em 2016. Relatório da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT. Disponível em: <https://abgl.org.br/pesquisa-nacional-sobre-o-ambiente-educacional-no-brasil-2016/>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

Com essa realidade, a evasão escolar é maior entre pessoas que não seguem o padrão heterossexual e cisgênero. A probabilidade de LGBTQIAPN+ faltarem à escola é grande se sofrem agressões devido à orientação sexual (58,9%) ou expressão de gênero (51,9%). A documentação colabora para o exercício de cidadania, para comprovar e exigir judicialmente o respeito à identidade de gênero. Porém, não é totalmente eficaz. O uso do banheiro, por exemplo, é outra luta diária das vidas trans.

Por mais que seja judicialmente permitida, a troca de nome ainda não é acessível a todas as pessoas trans. Apesar de não ser exigido um representante legal ou advogado para registrar o nome, existem taxas, exigência de documentação, certidões e burocracia que pessoas em situação de vulnerabilidade social e de rua talvez não tenham condições de arcar. Ainda que se tenha o nome social registrado, outras situações cotidianas dependem da conscientização pública sobre as vidas trans.

As penalidades para o preconceito são mínimas e não preveem prisão. A Lei Estadual 11.872/2002⁵³ é a Lei Antidiscriminação do Rio Grande do Sul, que visa promover e reconhecer a liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade e preferência sexual, e que objetiva proteger pessoas naturais e jurídicas que sofrem discriminação em razão de ligação ou relacionamento com grupos discriminados. A Lei reúne diversos casos que possam ser considerados atentados à dignidade, principalmente relacionadas à prática de violência, intimidação, constrangimento físico ou psicológico. A pena, porém, consiste em advertência, multa e, quando mais grave, rescisão de contrato, suspensão de licença para funcionamento, cassação de licença.

53

Lei Estadual 11872/2002. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=265&Hid_IDNorma=265. Acesso em: 18 jul. 2020.

O Estado, que deveria governar para todas as pessoas em suas diversidades e singularidades, no entanto, parece escolher a quem proteger ou quais as vidas que merecem ser “cuidadas”. A responsabilidade – e no cuidado que esse termo exige para não cair na culpabilização de uma ou determinada instituição – é social.

MOVIMENTOS DE LUTA CONTRA AS AGRESSÕES A PESSOAS TRANS

A organização de movimentos sociais de travestis começou por lutas de cidadania. Jovanna Baby Cardoso da Silva (2021), a quem recorrerei para reconstituir alguns passos importantes na construção desse histórico de enfrentamento, observa: “Das ruas para todo o Brasil, o movimento social de travestis e transexuais, o nosso Bajubá, nasce na prostituição, mas o que foi feito no passado permite que hoje, nós travestis, possamos ocupar mais e mais lugares!” (p. 17).

Jovanna é mulher travesti negra e nordestina, nascida em Mucuri, extremo sul da Bahia. É uma militante travesti ativa, fundou em 1992 a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), já presidiu a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) em dois mandatos e, atualmente, coordena o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS), fundado em 2013 por ela e aliades.

A agressividade policial contra pessoas trans e travestis foi o que motivou um grupo organizado por Jovanna Baby a se articular, em 1979, por justiça e respeito. Presa por ir ao cinema (afrontando os “bons costumes”) em Vitória/ES e enquadrada no Artigo 59 da Lei nº 3688 de 1941, a Lei da Vadiagem, ela passou 3 dias na cadeia e foi solta por uma advogada de causas sociais da Prefeitura. Jovanna não é a primeira travesti a ser agredida ou registrada no Brasil, mas é um dos nomes mais proeminentes na trajetória de luta dessas pessoas

e, também, está entre as pioneiras na escrita de um legado histórico sobre os movimentos sociais de trans e travestis.

Da organização das travestis no Espírito Santo, surgiu a Associação Damas da Noite que, posteriormente, conquistou o título de Movimento Social Organizado pela Prefeitura de Vitória e, com isso, houve a diminuição de investidas nos pontos de prostituição e da perseguição policial. De Vitória, Jovanna foi para a capital do Rio de Janeiro, onde trabalhou como agente multiplicadora do Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), colaborando em ações e projetos de prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Sua atuação na cidade promoveu articulações para criação de um novo grupo, a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL)⁵⁴, em 15 de maio de 1992.

Então o marco histórico de fundação do nosso movimento politicamente organizado aconteceu no dia 15 de maio de 1992, quando nós seis, as fundadoras: Jovanna Cardoso, Elza Lobão, Beatriz Senegal, Josy Silva, Monique Du Bavieur e Claudia Pierre France demos entrada no cartório do registro da ASTRAL, a primeira organização brasileira de travestis e transexuais. Até o momento, as pesquisas apontam que a nossa associação foi a primeira da América Latina e possivelmente seja de fato a primeira do mundo, já que as outras instituições eram mistas de gays, lésbicas e travestis. (SILVA, 2021, p. 23).

Os movimentos de travestis encaram lutas específicas e, desde a década de 1990, já surgem as demandas por reconhecimento da sigla T na comunidade LGBTQIAPN+, antes chamada GLS, referente a *gays*, lésbicas e “simpatizantes”. A ASTRAL recebeu inscrição jurídica (CNPJ), resistindo às pressões policiais e à insatisfação com o movimento homossexual brasileiro que não as incluía em suas pautas. Esse coletivo foi responsável pelos primeiros

54

Os “liberados” da sigla ASTRAL eram travestis que, na época, se identificavam como “homens” durante o dia e à noite se “montavam” para se prostituir. As líderes consideraram incluí-los no grupo, contemplando também *gays* e transformistas.

eventos de travestis a nível nacional e, dentro das pautas, discutia a discriminação social, a violência contra pessoas trans e as infecções sexualmente transmissíveis (principalmente, a AIDS).

Jovanna Baby (2021) também atribui à luta da ASTRAL, no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (EBGL), em 1995, a inclusão da letra T na sigla LGBT. Além disso, as demandas das travestis por “nome social” já eram reivindicadas na ASTRAL desde a década de 1990: “no início da década de 1990 mesmo sem ter o entendimento de que ser travesti e transexual era uma identidade de gênero feminina, nós de modo pioneiro já percebíamos a importância de sermos reconhecidas com os nossos nomes femininos”. (SILVA, 2021, p. 29). As movimentações da ASTRAL também garantiram espaço na bandeira LGBT com o acréscimo da cor pink junto ao lilás, representando as travestis.

A principal associação de travestis do Brasil, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) também teve participação de Jovanna Baby em sua fundação:

Durante o 3º Encontro Nacional de Travestis no Hotel Guanabara na Candelária no Centro do Rio com a participação de 250 travestis de todo o Brasil, por unanimidade decidimos instituir uma Rede Nacional que inicialmente se chamou RENTRAL – Rede Nacional de Travestis e Liberados, que posteriormente virou RENATA – Rede Nacional de Travestis e, logo depois no ano de 1997, virou ANTRA – Articulação Nacional de Travestis. 1995, 1996 e 1997, respectivamente, o objeto de criação seria promover uma articulação e diálogo rápido com lideranças de todo o Brasil, articular a aproximação com o poder público, trabalhar a problemática da empregabilidade e a garantia da segurança física nos pontos de prostituição de travestis e transexuais do Brasil. Jovanna Baby coordenou a RENTRAL/RENATA e presidiu a ANTRA de 1998 a 2000 e, posteriormente, voltou a presidir a ANTRA de 2009 a 2011. (SILVA, 2021, p. 31).

A violência que persegue as vidas trans e travestis é a pauta inicial para a busca de uma força organizada no combate às mortes dessas pessoas vivendo em um Estado de necrobiopolítica, no qual o Estado e as esferas de poder econômico “escolhem” quem vive e quem morre, como reflete Berenice Bento (2018). Além disso, pensando com Judith Butler (2017), pessoas trans são consideradas desumanas perante a lógica de um sistema cisgênero, heterossexual e normativo branco e masculino.

O neoliberalismo, enquanto normativa global e razão do mundo (DARDOT; LAVAL, 2016) se infiltra nos governos, nas empresas e nas pessoas, forjando e fortalecendo desigualdades. Leis, políticas públicas e projetos são feitos a partir desse modelo neoliberal que integra todas as dimensões humanas, mas que também tira a humanidade de quem não se molda à normativa social e, por isso, não precisa viver.

A exclusão e a repressão ocorrem porque o Estado é omissivo em relação a essas vidas consideradas “dissidentes”. Berenice Bento (2018) reflete sobre uma necrobiopolítica, que tenta entender as diferenças da ação do Estado com determinados grupos, bem como a distribuição desigual em relação ao direito à vida e necessidades básicas. Por exemplo, quando se é negado o direito de utilizar um espaço público destinado às atividades fisiológicas, como urinar ou defecar, é negada a humanidade de uma pessoa. Mesmo que se opere no binário (masculino e feminino), a forma como alguém se apresenta deveria ser suficiente para garantir o acesso a qualquer espaço, independentemente do corpo e do nome. No entanto, as convenções, as omissões e a repressão social negam direitos e propagam essa biopolítica (FOUCAULT, 2017), ligada à regulação dos corpos biológicos, enquanto a necrobiopolítica determina quem vai morrer para que outros possam viver.

Judith Butler (2017), ao problematizar a precariedade das vidas que são colocadas à margem pelos governos, questiona os

valores da justiça, pensando como ela pode ser compreendida, exercida e aceita. A autora defende que os corpos em aliança, reunidos para expressar indignação, para manifestar as suas existências plúrais, ampliam a discussão sobre essa necrobiopolítica, porque “eles querem ser reconhecidos e valorizados, estão exercendo o direito de aparecer, da liberdade, e demandando uma vida habitável!” (BUTLER, 2017, p. 2). No entanto, pessoas trans passam por um processo de desumanização porque seus corpos não se integram ao que se considera “normal” dentro da normatização hegemônica.

Se a própria legislação, que deveria proteger vidas LGBTQIAPN+ e zelar pela garantia de direitos básicos e inerentes à humanidade, é tão frágil a ponto de poder se desmantelar com uma simples normativa ou ordem presidencial, a união de forças por direitos é também luta por garantia de vida. No entanto, no neoliberalismo excludente e no capitalismo selvagem, ocorre a disseminação de desigualdades e o apagamento de vidas. Corpos que não importam para o Estado e para o mercado acabam invisibilizados nos espaços privilegiados pela cisgeneridade e pelo poder político e econômico hegemônico.

Porém, quando reunidos, corpos podem formar assembleias (BUTLER, 2017), rejeitando a precariedade induzida pela sociedade e pela economia. O poder performativo de corpos em luta, ocupando espaços públicos, reivindicando direitos a aparecer e demandando um cenário habitável, vai além do protesto. Essa luta ocorre a partir do reconhecimento da desigualdade que cresce cada vez mais, por uma compreensão da noção de responsabilidade social que, no neoliberalismo, é deturpada em nome do capital financeiro, deixando que cada pessoa lute por si, não por outras, que cada pessoa trabalhe – seja explorada – pelos seus bens e propriedades. Uma visão sobre “autossuficiência” que está comprometida a nível estrutural num ambiente em que poucas têm condições de ascender economicamente.

Planos de saúde, casa própria, acesso à universidade (e mesmo ao ensino básico) são bens que não podem ser acessados pela população marginalizada. Desse modo, o espaço entre pessoas pobres e ricas se torna abissal. A desigualdade não é uma desculpa ou medição de poder, ela é a realidade, demonstrada e vivida por pessoas que não têm garantias de segurança, que são abandonadas pelo governo e que trabalham para aumentar a riqueza de poucas pessoas. (BUTLER, 2017).

A emergência da biopolítica no Brasil, como pensada por Richard Miskolci (2013), remonta ao século XIX, quando o Estado buscava moldar as vidas de toda a população, interferindo na organização das relações sociais e na condução da vida pública. Isso inclui as vidas íntimas, as relações afetivas e o conjunto de sujeitos que, dentro da branquitude e da masculinidade, deveriam formar a nação ideal, o Brasil da ordem e do progresso positivista.

O que se pretendia criar, nessa noção de branquitude e masculinidade, era um padrão de homem branco, masculino, forte e europeizado. O ideal do “brasileiro preguiçoso e degenerado” – o brasileiro que aqui estava antes da invasão portuguesa – deveria ser superado pelo progressismo da Modernidade, no qual deveria ocorrer uma higienização e a propagação de valores universais. Quem ditaria esses modos civilizados seriam as elites. Miskolci (2013) ainda recorda que, inicialmente, a bandeira nacional deveria ter três palavras, pensadas por Augusto Comte: *amor*, por princípio; *ordem*, por base; e *progresso*, por meta. No entanto, o “amor” foi removido do ideal da nação. Nesse contexto, com a supressão do “amor”, também são excluídos os conhecimentos ancestrais, de valorização das diversidades de saberes indígenas, negros, *gays*, lésbicos, trans, validando um regime de verdade seletivo de classe, gênero, raça e etnia para “purificar” a sociedade brasileira.

Os papéis de gênero se reforçam marcados pela intolerância à diferença. O desejo da nação seria embranquecer as raças, orientar

condutas morais e impor uma heterossexualidade cisnormativa, com homens no espaço público e mulheres no privado. Miskolci (2013) problematiza que as relações de raça e gênero nem sempre colocam “brancos” dominando “negros”, mas na sutileza desses contatos, o que se instituiu era uma disciplina do desejo na linguagem jurídica, na literatura e nos papéis de homens e mulheres, um poder-disciplinar se pensamos como Foucault (2017), que se baseia na heteronomia como marca dominante, marcando as diferenças e desigualdades a partir daí, mas também interseccionadas com cor, classe e gênero.

Jessé Souza (2019) pensa sobre a “elite do atraso”, que se funda a partir das relações de exploração entre brancos e negros, patrões e empregados, desde a fundação da sociedade brasileira após a invasão europeia. O que a literatura aponta – e ele faz um estudo aprofundado de Gilberto Freyre – é um racismo culturalista que foi sendo disseminado na sociedade e se estruturando com base na educação, no contato social, na economia e nas instituições.

O individualismo, os interesses pela propriedade e a ilusão de uma classe média detentora do poder e do *status* social de “elite” levam ao preconceito de raça e de gênero. O egoísmo e o desconhecimento do jogo democrático abrem espaço para a violência e a desintegração da democracia. Por isso, a união de pessoas em prol de um projeto político inclusivo e integrador, baseado na colaboração, na coletividade e no amor, ajuda a combater a *necrobiopolítica*, que escolhe quem vive e quem morre. Geralmente, a morte é destinada a quem não está “produzindo” dinheiro e é determinada por quem detém os meios de produção.

O ódio chega de várias formas com o objetivo de combater, reprimir e eliminar. A partir da legitimação de Bolsonaro, por exemplo, que prefere um filho morto a um filho *gay*⁵⁵, a norma se distribui

55

TERRA. Bolsonaro: prefiro filho morto em acidente a um homossexual. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-prefiro-filho-morto-em-acidente-a-um-homossexual,cf89cc00a90ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

às pessoas conservadoras, que têm sua posição amparada e acolhida no autoritarismo dele. Quando expõe sua ideia de que as minorias devem se curvar às maiorias⁵⁶, reforça um discurso hegemônico e excludente, no qual só é digno de viver quem segue sua lógica. No entanto, é esse mesmo tipo de posição que reúne contraposições. Na contra-hegemonia, ao se articularem, as pessoas consideradas “dissidentes” são capazes de efeitos políticos a partir de uma luta conjunta por transformação social.

A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA TRANS

Um dos primeiros registros de travestis no Brasil é o de Xica Manicongo, considerada a primeira travesti negra a encabeçar um embate político no século XVI. Jaqueline Gomes de Jesus (2019), em artigo no qual remonta a trajetória de Xica, diz que ela precisou abrir mão de se vestir conforme sua identidade de gênero feminina para permanecer viva após enfrentar a primeira visita da inquisição no país. Xica foi acusada de sodomia em uma denúncia feita aos Tribunais do Santo Ofício em 1591, e a ela atribuíram o crime de vestir-se em trajes diversos daquilo considerado o gênero adequado para ela pelos inquisidores. A partir dessa situação, passou-se a criminalizar as transgeneridades, não reconhecendo essas identidades de gênero como algo humano. Xica Manicongo tornou-se um ícone de enfrentamento e resistência para mulheres trans e sua história vem sendo resgatada por pessoas engajadas na construção de políticas para pessoas trans e travestis.

No século XIX, possivelmente entre 1860 e 1870, Yaya Mariquinhas também foi uma travesti que questionou o sistema binário de gênero. A pesquisadora Megg Rayara de Oliveira (2017) conta que Yaya usava trajes considerados femininos na época e reivindicava

56

YOUTUBE. Bolsonaro: “as minorias devem se curvar às maiorias”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_z6Hakdw3A. Acesso em: 31 jul. 2020.

ser tratada nos pronomes femininos, indo contra a sociedade que a determinava como homem negro. Os efeitos subversivos desses atos performados por essas travestis geraram impactos nas normas de gênero.

Mulheres trans rompem não apenas o pensamento biologista e generificado, mas também performam sua identidade na contramão daquilo que a sociedade atribui como papéis sociais de gênero. Quando articuladas, essas pessoas enfrentam um sistema e abrem precedentes para questionar normas vigentes, mas, em grupos, esses corpos aliados adquirem outra força e potencialidade. Butler (2017) pensa que a precariedade, enquanto mediadora das realidades dissidentes, pode agregar grupos de pessoas que, em circunstâncias ordinárias, nada teriam em comum e mesmo se antagonizariam. No entanto, por serem consideradas minoritárias ou descartáveis, se unem para aparecer, resistir e gerar fortalezas conjuntas de luta. Xica Manicongo e Yayá Mariquinhas não travaram uma luta conjunta, mas inspiraram pessoas como elas e com ideais semelhantes para transformar os conceitos sociais.

Viver em sociedade e em conjunto demanda regras num sentido político. As proximidades não escolhidas, as liberdades exercidas coletivamente e no âmbito individual formam parte de nossa identidade e também uma identidade coletiva, na qual estão imbricadas relações de apoio, disputa, ruptura, solidariedade, alegria e ética. (BUTLER, 2017). A união em prol de causas, como a resistência a um regime político que exclui diversos grupos sociais como foi a pauta bolsonarista, faz com que pessoas LGBTQIAPN+, negras, mulheres, indígenas, entre outros grupos considerados “minoritários”, se reúnam em prol de uma causa conjunta por dignidade e cidadania. No entanto, desorganizados e deslocados geograficamente, nossa força (a LGBTQIAPN+) precisa de representatividade política, alguém que ouça nossas demandas, nos instigue à união e fortaleça os laços de alguma forma. Outro problema, porém, é quando além da desarticulação em grupo, a representatividade é pequena.

O público LGBTQIAPN+ teve poucas pessoas representantes que assumiram sua orientação sexual ou pautaram a identidade de gênero. Jean Wyllys, ex-deputado assumidamente *gay*, abandonou o cargo após ameaças contra sua vida. Marielle Franco, assumidamente lésbica, foi assassinada a tiros sem uma resolução para seu caso. Temos vozes irmãs, geralmente na figura de mulheres que abraçam a pauta LGBTQIAPN+ e, muitas vezes por isso, acabam sendo xingadas, linchadas e combatidas.

Nas eleições de 2018, no Brasil, foram eleitas 3 deputadas trans: Erica Malunguinho da Silva (Psol-SP), a primeira transexual eleita deputada estadual em São Paulo, com 55,2 mil votos; Erika Hilton (Psol-SP), também em São Paulo, mas com mandato coletivo⁵⁷ pela Bancada Ativista; e Robeyoncé Lima (Psol-PE), em Pernambuco, também em mandato coletivo pelo Juntos. Em um país historicamente racista, três deputadas transgêneras negras ganharam espaço através dos votos. Em suas pautas, todas traziam projetos em prol das vidas trans e negras. Essas mulheres também trouxeram uma proposta de coletividade e solidariedade, dando espaço para “minorias” políticas que, talvez, sozinhas não tivessem força para vencer um pleito.

Nas eleições municipais de 2020, a ANTRA⁵⁸ contabilizou 295 candidaturas de pessoas trans. Dessas, 30 foram eleitas. Em relação à eleição de 2016, houve um aumento de 275% de eleitas. Foram mapeados 25 estados brasileiros, que tiveram 30 candidaturas coletivas, 2 para prefeitura, 1 para vice-prefeitura e as demais para vereança. Foram 263 travestis e mulheres trans, 19 homens trans e 12 candidatas com

57 O mandato coletivo é uma proposta do PSol, que foi eleita em dois estados: Pernambuco e São Paulo. São duas as bancadas coletivas, nas Assembleias Legislativas de São Paulo (Alesp) e de Pernambuco (Alepe): a Ativista (SP), encabeçada por Mônica Seixas; e a Juntos (PE), cuja titular é Joselita Cavalcanti. Mesmo que exista um nome “responsável” ou “titular”, já que a legislação brasileira e o Supremo Tribunal Federal (STF) não admitem mandatos coletivos, todas terão voz e voto nas decisões, por isso é um “mandato coletivo”. A ideia é levar maior representatividade e diversidade aos espaços do Poder Legislativo, com igualdade nas tomadas de decisão, na distribuição de responsabilidades e na equivalência de salários.

58 Relatório disponível em: <https://antrabrasil.org/eleicoes2020/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

outras identidades trans. Comparado a 2016, em relação às candidaturas, houve salto de 226%, quando haviam 89 candidaturas e 8 pessoas foram eleitas. Importante ressaltar também que Érika Hilton (Psol-SP) foi a vereadora mais votada na cidade de São Paulo e no país todo, com mais de 50 mil votos. Em 2022, ela foi eleita deputada federal.

Imagem 37 - Erica Malunginho



Fonte: Estadão (2018).

Imagem 38 - Erika Hilton



Fonte: BuzzFeed (2018).

Imagem 39 - Robeyoncé Lima



Fonte: Sul 21 (2018).

Das candidaturas eleitas em 2020, 16 foram pela esquerda, 11 pelo centro e 3 pela direita, sendo dois homens trans e 28 travestis e mulheres trans. Dessas pessoas, 41% são negras (pretas ou pardas). No Rio Grande do Sul, 3 candidatas foram eleitas⁵⁹: Maria Regina (PT) em Rio Grande; Lins Roballo (PT) em São Borja; e Yasmin Pres-tes (MDB) em Entre-Ijuís.

Apesar de Lins Roballo, vereadora em São Borja, ser autodeclarada negra, em termos de Assembleia Legislativa, o Rio Grande do Sul é um estado que não tem representatividade de raça nem de gênero. Da eleição de 2018, não tivemos nenhuma pessoa deputada estadual negra e somente nove eram mulheres entre as 55 eleitas para ocupar as vagas na Assembleia Legislativa do RS.

No ano de 2019, um grupo de LGBTQIAPN+ do mandato de Luciana Genro criou a Comissão Especial para Análise da Violência

59

Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2020/11/ao-menos-tres-vereadoras-trans-sao-eleitas-no-rio-grande-do-sul-saiba-quem-sao-ckhmjmw4n-005q017049sx65bs.html>. Acesso em: 15 jul. 2021.

contra a População LGBT, que gerou um relatório⁶⁰ com diversos dados. Dentre os levantamentos realizados, foram contabilizados 547 casos de violência contra pessoas LGBTQIAPN+ entre 2011 e 2017, sendo que cerca de 28% deles foram registrados nas ruas e 27% dentro de casa (dentre os notificados). Somente em 2018, 420 pessoas LGBTQIAPN+ morreram no Rio Grande do Sul, sendo 100 suicídios e 320 homicídios, nos quais somente 9% dos agressores foram identificados. A população LGBTQIAPN+ é morta na rua por pessoas que fogem e deixam seus corpos em via pública.

Imagem 40 - Yasmin Prestes, Lins Roballo e Maria Regina, vereadoras trans no RS



Foto: Reprodução Brasil de Fato (2020).

Além disso, os dados oficiais acerca da violência contra LGBTQIAPN+ não são divulgados pelos órgãos de segurança institucionalizados pelo Estado, mas por organizações de movimentos e coletivos⁶¹ que se unem para produzir pesquisas e levantar dados em cidades e regiões. Isso reflete a omissão do poder público frente a essas pessoas, que estão vulneráveis à violência e ao preconceito.

60 Relatório completo da "Comissão especial para análise da violência contra a população LGBT": <http://www.al.rs.gov.br/download/ComEspLGBT/Relat%c3%b3rio%20final%20Comiss%c3%a3o%20Especial%20LGBT.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

61 No Rio Grande do Sul, além das associações nacionais como a Antra, os grupos que trabalham por essa visibilidade são o Coletivo Voe (Santa Maria), o Centro de Referência LGBT (Caxias do Sul), e o Conexão Diversidade (Porto Alegre).

A ascensão à política também está ligada à raça e à classe. Com a evasão escolar, a violência e vivendo às sombras do espaço público, é importante pensar como redesenhar essas lógicas, quando possível. As lutas pelos direitos trans são enfrentadas na mesma proporção em que também são combatidas. Mesmo com os poucos direitos já conquistados por jurisprudências e normativas, ainda existem representantes políticos que buscam eliminar essas garantias sociais.

A ideia do liberalismo enquanto sistema “começa” com uma elite burguesa que quer se desprender das autoridades “soberanas” do Absolutismo, e passa por um desejo de enriquecer – gerar e gerir seu capital – à custa da mão de obra de pessoas “subalternas” (geralmente indígenas, negras ou pobres). Se ressignifica ao longo do tempo e vai minando o pensamento e o ideal de uma nova razão do mundo (DARDOT; LAVAL, 2016), instituindo um neoliberalismo no qual as riquezas se mantêm na mão das elites, gerando desigualdades e interesses.

O governo se mostra não como um espaço para todes, mas para quem consegue ser eleito e amparado pelos grupos de apoio. Enquanto o ciclo de desigualdade não for rompido, governantes lutarão para que direitos sejam tirados, oportunidades sejam negadas e vidas sejam eliminadas.

TRANSGRESSÕES CONTRA TRANS-AGRESSÕES: DA FRAGILIDADE DA DEMOCRACIA AO FORTALECIMENTO DO NEOLIBERALISMO

No Brasil, o esfacelamento da democracia é um empecilho na luta trans. Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) propõem que, mesmo sem golpe [militar], declaração de lei marcial ou suspensão da Constituição, os regimes autoritários podem ultrapassar os limites que separam a democracia de uma ditadura e que, sutilmente

minando as instituições, os dispositivos de alarme da sociedade não disparam. Os corpos travestis são delatados por suas performances de gênero, sendo subalternizados no debate público (MORALES MEDINA, 2019) nesses regimes políticos. Porém, mesmo nas adversidades e contrariando a necrobiopolítica, as travestis e mulheres trans se organizam em movimentos sociais, organizações políticas e, ainda em suas individualidades, podem ser combativas e politizadas. Elas são corpos políticos e críticos ao sistema que, através da forma como comunicam em suas corporalidades, são resistência e afirmação de existências múltiplas, como veremos adiante.

Sem crítica, sem avaliação de processo e percurso, políticos eleitos, como Bolsonaro, podem subverter a democracia ao aparelhar tribunais e outras agências, comprando e minando mídias, garantindo apoio do setor privado, reescrevendo regras e demonizando oponentes. Como apontam Levitsky e Ziblatt (2018, p. 19): “para o autoritarismo é que os assassinos da democracia usam as próprias instituições da democracia – gradual, sutil e mesmo legalmente – para matá-la”. No entanto, as lutas das trans podem ser unificadas na resistência aos discursos conservadores, desde a micropolítica dos movimentos sociais e ONGs até a macropolítica, ocupando também as instituições, assembleias e governos.

Como aponta Morales Medina (2019, p. 101), as trans se inserem e afirmam suas existências nas fissuras da sociedade quando “ocupam espaços cotidianos como as ruas, os ônibus, os serviços de saúde, assim como os espaços de decisão quando são eleitas representantes nos conselhos estaduais LGBTQIAPN+, nos conselhos de direitos humanos, nas Assembleias estaduais e federais, nas universidades”. Existem entraves quando suas demandas e corpos chegam às “elites que guardam os portões” da democracia, essas mesmas elites que poderiam estar impedindo que autocratas e autoritários ganhassem espaço dentro de partidos políticos e pudessem concorrer a cargos públicos, apoiando outras pessoas que não as que detêm capital financeiro e político. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

No entanto, esses autocratas, que formam suas bases provocando movimentações em prol de causas religiosas, de combate à “corrupção”, de manutenção da ordem, da moral e dos bons costumes, são os mesmos que se vestem de valores do “popular” para representar o que a elite não consegue: chegar próximo e ter “contato direto” com o público eleitor. São movimentações estratégicas de um público que se funda na “defesa da moral e dos bons costumes.” Como pensa Valéria Barcellos (2020, p. 10),

Vivemos em um momento de ignorância anunciada, bradada e orgulhosa. Quem nos governa, governa para si. Uma multidão enfurecida espuma pela boca defendendo quem não precisa de defesa. Um vírus silencioso mata tantas pessoas que nem sequer podemos contar. Ninguém percebe isso. Só estão preocupados em serem defensores da moral e bons costumes, que não existe em nenhum âmbito.

Os corpos trans, por permanecerem em trânsito e, por vezes, modificados, continuam sendo estranhos e não inteligíveis pela sociedade. (MORALES MEDINA, 2019). Além disso, são ignorados na produção de políticas públicas e reconhecimento cidadão. Discursos elitistas e preocupados na manutenção da *ordem e progresso* positivista, acabam por sistematizar mortes na sua propagação higienista, escolhendo as vidas que importam, distorcendo a função da democracia e da política.

Jessé Souza (2019) alerta que é possível e necessário repensar nossas condutas cotidianas e de convívio no mundo social, reinterpretando a herança de classe de cada um, entendendo como o projeto de sociedade brasileira se fundou a partir da escravidão e exploração. Souza (2019) também pensa que a corrupção por parte do Estado está mais próxima de ser uma “desculpa” para privatizações, como no caso da Lava Jato, onde os cúmplices (nas mídias e nos governos) fazem um jogo de capitalismo financeiro internacional e nacional para vender a riqueza do país e colocá-la em seus próprios bolsos, algo que remonta à prática da invasão. A riqueza

que deveria ser de todas as pessoas, então, se mantém no bolso de poucas – e essa é a verdadeira corrupção. Nas palavras de Souza (2019, p. 13): “uma corrupção legitimada e tornada invisível por uma leitura distorcida e superficial de como a sociedade e seus mecanismos de poder funcionam”.

Na perspectiva histórica do gênero, as transgeneridades ocupam lugar de não existência nesse contexto, ou, como pensa Letícia Nascimento (2021, p. 49), “como mulheres transexuais e travestis, somos forasteiras da humanidade, estrangeiras do gênero”. Nesse sentido, são tiradas do espectro político e econômico numa condição de não existência, relegadas à subalternidade e à marginalidade desse CISTema que as mantém distante das disputas de poder e das normas hegemônicas por não compreender o gênero e exaltar o masculinismo hegemônico.

Dentro do conflito de classes, muitas vezes, as existências trans não são percebidas porque demandam perspectiva histórica e preocupação social para entender as complexidades das condições de trabalho e de existência delas. Esse conflito pode ser distorcido a ponto de ser irreconhecível no pretexto de um Estado que é corrupto e patrimonial, fortalecendo ainda mais um sistema neoliberal e capitalista, em que cada pessoa pode ter a ilusão de adquirir, crescer e enriquecer. No entanto, a sociedade brasileira não é compreendida e criticada, ela gera exclusões perversas porque se perpetua passando por adaptações que mantêm o seu cerne preconceituoso e elitista. (SOUZA, 2019).

Enxergando por essa perspectiva, é possível pensar nas organizações de partidos políticos, por exemplo, e na escolha dos representantes que estarão nas Assembleias, no Congresso, no Senado e na Presidência. Precisamos indagar por que os legados de discriminação, de negação das culturas, de privilégios brancos e cisgêneros se perpetuam. Com tantas candidaturas trans no pleito municipal de 2020, por que no país inteiro somente 30 foram eleitas?

Letícia Nascimento (2021) reflete que corpos transvestigêneres (num conceito pensado pelas vereadoras Indianare Siqueira, do Rio de Janeiro, e Érika Hilton, de São Paulo, para incluir todas as identidades de gênero trans e travestis) recusam a suposta verdade biológica do CISTema sexo-gênero-desejo e, por isso, entram em um lugar de precarização das existências por não ocuparem um lugar que se relacione ao gênero normativo.

As experiências em corpos transvestigêneres retiram a condição de inteligibilidade imposta por corpos cisgêneros, que gozam de privilégios históricos da colonialidade de gênero. (NASCIMENTO, 2021). As formações políticas de gênero perpassam por trajetórias que combinam vivência e construção de identidade para entender a cidadania. Partidos políticos, por exemplo, não são suficientes para dar conta das complexidades de demandas que partem do espaço público e ainda menos das identidades de gênero diversas que incluem seus diretórios.

Reconhecer privilégios, classe social, lugar de fala e interseccionalidade de gênero e raça colaboram na compreensão de como o poder hegemônico funciona e quais corpos são considerados abjetos ou “marcados” como dissidentes. A representatividade política de pessoas trans é espaço conquistado com luta dentro de um sistema que é formado também por corpos considerados dissidentes e precisam de pessoas que os escutem, representem e articulem em garantias de cidadania.

Dentro do espectro de enfrentamento à política excludente e da falta de representatividade, a perspectiva do *transfeminismo* como movimento e organização social que parte das pessoas trans é relevante porque “surge como a concepção de outra linha de batalha para atuar contra o sexismo e a transfobia e pautar políticas específicas de reconhecimento do segmento trans. A proposta é de coalizão estratégica, não de fragmentação”. (NASCIMENTO, 2021, p. 72). Assim, visando a união e inclusão de corpos trans e não trans

para abraçar pautas interessantes, principalmente, às pessoas LGBTQIAPN+, o transfeminismo é, também, feminista, mas se apropria de falas, escritas e linguagens trans para construir “pontes de sororidade e redes de denúncia”, como defende Nascimento (2021, p. 79). Para ela, “quanto mais lemos, ouvimos e compartilhamos nossas histórias, mais proporcionamos cruzamento potente de vozes, que nos permite uma autoidentificação potente e rompe com o nosso silenciamento, perpassando por um reconhecimento coletivo de nossas experiências”. (2021, p. 79).

Disseminados, os conhecimentos trans modificam a percepção social, conquistando alianças, mas também resistências. Das poucas pessoas trans que conquistaram espaço nas esferas midiáticas e políticas, percebe-se que suas presenças causam estranhamento e, muitas vezes, repressão. O país que mais mata travestis e transexuais no mundo exerce a necrobiopolítica sobre esses corpos. Pensando com Berenice Bento (2018), o terror e a morte são elementos que estruturam o Estado brasileiro em relação aos corpos abjetos, principalmente quando evoca a noção de “soberania”. Assim, se pensa o poder que mata e elege quem pode viver dentro de uma necrobiopolítica.

As mortes constantes de pessoas trans e a violência às quais são submetidas podem ser analisadas pelas lentes da necrobiopolítica, porque estão vinculadas às esferas de poder que decidem quem morre e quem vive, quem pode ou não ocupar os espaços públicos. Bento (2018) afirma a existência de uma política de fazer morrer, que dispõe de técnicas com planejamento e sistematização. A autora fala que algumas pessoas nascem pra viver e outras se tornam matáveis pelo Estado.

O desejo é pela eliminação sistemática daqueles corpos que poluem a pureza de uma nação imaginada, um tipo de “correia de transmissão” de uma Europa também imaginada: branca, racional, cristã, heterossexual. A negação do Outro não se transfigura em afirmação em momento

algum, sendo, portanto, impensável atribuir aos corpos desse Outro qualquer qualidade que produzisse um campo de intersecção com o “eu”. (BENTO, 2018, p. 4).

Nas primeiras aparições de pessoas LGBTQIAPN+ em produtos midiáticos, o retrato era de tristeza, incompreensão, depressão ou comédia, escracho, deboche, algo que, por se reprimir, deveria continuar sendo reprimido. Não houve uma colaboração histórica das políticas para pessoas LGBTQIAPN+, nem mesmo das mídias, que reforçaram estereótipos. No entanto, a partir dos movimentos sociais, dos grupos organizados e da conscientização política e social, principalmente de pessoas trans, as pautas, inserções e visibilidades começaram a mudar, em parte, como reação à necrobiopolítica. O projeto ilusório de “pessoa brasileira melhorada”, de moderna, europeizada, é também um processo de negação das verdades e subjetividades que moldam quem somos. Estamos constantemente sendo expostos e/ou relegados aos espaços tidos como “subalternos” por essas políticas excludentes. No entanto, a política não é o único espaço que nos nega direitos, ela não nos reconhece e não inclui, mas isso é reflexo de uma lógica neoliberalista internalizada nos sujeitos do capitalismo financeiro. A política abre espaços para debate quando não se fecha no espectro conservador, mas também fecha reconhecimentos de diversidade quando é omissa às necessidades de um público cujas vidas não estão sendo importantes ao Estado e são marginalizadas socialmente.

O processo de politização é contínuo, um despertar incessante que começa quando nos abrimos à crítica e à reflexão de “por que as coisas estão assim?” ou “será que sempre foi e não pode ser mudado?”. Isso foi ocorrendo comigo, o pesquisador, que precisou passar por uma constante transformação de suas concepções, entender os grupos com os quais se relacionava e também olhar para a lógica do capital que, até então, era naturalizado dentro de seus próprios privilégios brancos, cisgêneros e de classe média. A necrobiopolítica, nessa perspectiva, pode começar a ser

combatida com a união em prol do aparecimento, como pensa Butler (2017), ou pela cooperação, solidariedade e reivindicação que pode ser feita a partir de nós.

Na lógica capitalista, antes que possamos nos entender enquanto pessoas humanas, que consigamos entender nossas reais vontades, características, desejos e o que forma nossa identidade, precisamos ser quem trabalha para adquirir capital financeiro a fim de desfrutar das artes, do entretenimento, do teatro, da música etc. Nessa perspectiva, apenas teríamos acesso à cultura por meio da exploração de nosso trabalho. Porém, tudo aquilo que vendemos – nosso tempo, força mental e física – precisamos comprar novamente. Marx, em seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos*⁶², diria que para sermos humanos deveríamos ser trabalhadoras e trabalhadores. No caso de mulheres trans, porém, em grande parte elas se encontram em situações de marginalidade, expulsas de casa, não conseguem completar os estudos e, assim, conseguir um emprego que a classe dominante enxerga como formal ou normal. As elites econômicas e políticas, desumanizam essas sujeitas, que se tornam os alvos da necrobiopolítica. Se não trabalham, não são humanas e não precisam ter direito à vida.

A exploração nos incapacita de sermos sujeitos *sentipensantes*, porque sem arte, sem tempo para se descobrir, amar e viver com o que nos faz felizes, nos tornamos pessoas amorfas, duras e sem possibilidade de expandir os horizontes da vida. (MALDONADO, 2015). Afora as pessoas muito ricas, ou escolhemos entre fazer dinheiro ou aproveitar o tempo. Porém, no sistema do capital financeiro e dentro da lógica neoliberal, nosso tempo é vendido por dinheiro. Dardot e Laval (2016), ao refletirem sobre o neoliberalismo como razão do mundo, afirmam que os Estados introduziram e universalizaram na economia e na sociedade a lógica de um modelo de empresa, no

62

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Terceiro Manuscrito. Necessidades, Produção e Divisão do Trabalho. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscrtos/cap05.htm>. Acesso em: 20 jan. 2022.

qual a concorrência molda os indivíduos. Esse ideal competitivo nos induz a hierarquias, inclusive de poder, que elegem quem sabe mais ou menos, quem tem direito a adquirir mais, quem consegue ascender social e economicamente e exclui (através da morte ou não) as pessoas que não partilham os mesmos privilégios.

Gênero, política e poder estão imbricados numa sociedade neoliberal. Nós, dentro dos grupos LGBTQIAPN+, sem uma consciência libertadora, podemos pensar que os espaços públicos não são para nós. Em articulação conjunta e colaborativa com grupos e aliados, podemos dificultar que o Estado tenha decisão sobre as nossas vidas, escolher quem deve ou não morrer. Quando um governo não nos representa, a representação precisa partir de nós mesmos, aliados, em mandatos colaborativos, nas ruas, nas academias, em nossos espaços e com nossas formas de militância, mas numa irmandade consciente. Não temos os mesmos privilégios, mas podemos usar o que temos para contribuir.

As violências sofridas pela população trans são produzidas de diferentes formas. Incluem a falta de representatividade política e midiática, as mortes brutais pela rejeição de um corpo abjeto, a negação de suas existências pelo Estado, a criminalização de atividades profissionais na prostituição, suas posições políticas, a força policial que se julga superior às suas vidas, a necrobiopolítica, a falta de acesso aos serviços sociais, a não aceitação da atribuição de um nome. Tudo contribui para um apagamento de suas histórias.

Se as minorias de gênero ou sexuais são criminalizadas ou patologizadas por conta de como elas aparecem, como reivindicam o espaço público, pela linguagem através da qual elas se entendem, pelos meios com os quais elas expressam desejo ou amor, através das pessoas que elas abertamente se aliam, escolhem estar perto, se envolvem sexualmente, ou como elas exercem sua liberdade corporal, então esses atos de criminalização são eles mesmos violentos; e, nesse sentido, injustos e criminosos. (BUTLER, 2017, p. 35).

As questões políticas das mulheres transgêneras – e também da população LGBTQIAPN+ – estão intrinsecamente ligadas ao gênero. As nossas experiências midiáticas, que nos fazem experimentar e enxergar nossa identidade na relação com Outros que estão nas mídias, colabora para compreendermos espaços, cenários, públicos e dimensões que ocupamos, onde vivemos e o que as demais pessoas veem sobre nós. Da mesma forma, o gênero enquanto categoria epistêmica, uma lente que nos permite ver o mundo, estabelece inter-relações com os privilégios (ou a inexistência deles) de raça e classe social.

Se o Estado se pauta em uma necrobiopolítica, também se forma e se funda a partir da compreensão de mundo que coloca lentes excludentes, sem problematizações sobre as desigualdades e questões estruturais de racismo e preconceito. Por isso, compreender as transgeneridades e ir além do binário na transcendência do gênero é importante para tentar elaborar uma perspectiva de cidadania que combata essa necrobiopolítica, que reúna perspectivas não apenas teóricas, mas de colaboração, de uma epistemologia viva, pulsante e que vá além do arco-íris da diversidade, que encontre libertação e reconhecimento digno.



3

**IDENTIDADES
ENCONTRADAS, CORPOS
PRODUZIDOS E CIDADANIA
TRANSCOMUNICATIVA**

Entendendo a dimensão teórica como um construto que perpassa toda a investigação, desde a problematização, trago aqui reflexões que permitem adensar as propostas e objetivos da pesquisa. Este capítulo articula um “esforço sistemático de exploração, aprofundamento e compreensão dos tecidos de ideias, conceitos, raciocínios, argumentos, proposições, matrizes e modelos” (MALDONADO, 2011, p. 294) teóricos de autoras e autores para fundamentar a proposta de cidadania transcomunicativa.

Nessa *práxis teórica* a qual me proponho, inter-relaciono reflexões sobre cisgeneridade, transgeneridade, feminilidade e mulheridades, corporalidades e cidadania para desenvolver uma proposta de cidadania transcomunicativa. Apesar das pesquisas de gênero já terem se consolidado recentemente nas articulações com a comunicação, as transgeneridades ainda carecem de maior desenvolvimento.

Busco, assim, contribuir com um olhar de aliado das transgeneridades, reconhecendo meu lugar cisgênero, mas no esforço por trazer pesquisadoras e pesquisadores trans para problematizar as possibilidades de inter-relações com as mídias e os processos comunicacionais nas dimensões de cidadania para, desde as interlocutoras, construir propostas e dimensões para uma cidadania transcomunicativa.

O INÍCIO DA MINHA TRANS-FORMAÇÃO

Os caminhos que me levaram a pensar as identidades e corporalidades travestis e transexuais começaram pelo gênero. Para um iniciante nessa discussão teórica como eu, criado em uma lógica binária e cisgênera, é alto o risco de incorrer em generalidades e confusões. Romper com algumas crenças limitantes impostas em discursos de verdade nos conhecimentos científicos, políticos e

pedagógicos demandou muitas leituras e aproximações com autoras que transformaram minhas percepções sobre gênero, que colocaram sobre minha visão essa lente para enxergar todas as coisas do mundo. (VEIGA DA SILVA, 2014).

A partir do gênero, começo a sair do binário para ver não somente as identidades e corporalidades travestis e transexuais, mas todas as possibilidades existentes que extrapolam esse dispositivo homem/mulher que funciona como regulador de controle da sexualidade. (FOUCAULT, 2017). O *status* de verdade que se criou sobre sexo e gênero, inclusive, os coloca em discussões conjuntas, quando, na verdade, precisam se separar para serem entendidos. (BUTLER, 2002, 2015, 2017, 2019; Donna HARAWAY, 2013).

Ramón Grosfoguel (2012) leva em conta o contexto capitalista e neoliberal como disseminador desses saberes limitantes, que se fundam nos privilégios de um poder colonial, masculinizado, branqueado e heteronormativo. Desse modo, a própria produção do conhecimento opera como dispositivo político e pedagógico de estabelecimento de verdades “normalizadoras” e “reguladoras” (LOURO, 2014). Penso aqui as transvestigeneridades em seus gêneros próprios, mas não essencialistas, operando além do binarismo homem e mulher. (NASCIMENTO, 2021). As performances de gênero das travestis e mulheres transexuais podem estar alinhadas às mulheridades e/ou feminilidades, mas também podem romper com elas, por isso o termo “transvestigeneridades” é usado, a fim de contemplar outras possibilidades de gênero.

Uma das principais referências para pensar gênero e sexualidade é Michel Foucault, autor de *História da Sexualidade*, obra de 1976 que reflete sobre os conceitos de gênero e sexualidade. O filósofo pensa o corpo desde seus primeiros trabalhos, analisando os regimes de punição do corpo, da loucura, do controle e das operações do poder institucional sobre ele. A sexualidade começa a ser pensada por Foucault como um dos catalisadores para o que

se constatava como loucura em pessoas que expressavam sexualidade de forma desviante da norma moral e social da época. Para ele, haviam aparatos discursivos e administrativos que incitariam as pessoas à confissão, à penitência, dentro de um regime de controle sobre os sexos. (FOUCAULT, 2010).

Esse regime de controle levaria a um erotismo generalizado, através de dispositivos que regulam, doutrinam, docilizam e produzem verdades sobre os corpos, que seriam classificados de acordo com atribuições dos sexos. As instituições, disciplinas e aparelhos para controle do sexo, então, surgem através da medicina, da psicologia, da psiquiatria, da pedagogia, das famílias, das religiões, induzindo os corpos a determinadas condutas e classificações. (FOUCAULT, 2010). Esse dispositivo da sexualidade leva os corpos a seguirem um poder que se estabelece por relações, nunca fixo, não localizado, mas que circula em forma de rede. É nas redes que se exerce e sofre o poder. As técnicas, estratégias, os discursos e as formas de produzir poder e saber sobre os corpos são os dispositivos do poder, que podem incluir instituições, organizações, espaços médicos, administrativos, jurídicos, científicos etc., que mantêm as verdades sobre os corpos e a sexualidade. (FOUCAULT, 2010).

As estruturas normativas cisgêneras e heterossexuais são restritivas e limitantes na exploração de outras possibilidades de gênero. Por isso, a fim de subverter essas normas e possibilitar performances de outras identidades e corporalidades, Judith Butler (2017) propõe a ideia de performatividade, entendendo um corpo subversivo que permite fluir por outras identidades de gênero que geram tensão nas construções sociais padronizadas para os gêneros masculino e feminino, abrindo um leque para corpos travestis, transsexuais e não-binários, por exemplo. Assim, o poder estabelecido pela norma hegemônica se desloca e perpassa por outras redes.

Os corpos trans e travestis ampliam a reflexão sobre gênero com outro potencial conceitual e político, desessencializando e

desnaturalizando uma identidade de *mulher* como única possibilidade de constituição de corporalidade da *feminilidade*. Nesse sentido, “emerge, por exemplo, a categoria travesti em suas diversas expressões, desde travestis não binárias, mulheres travestis ou apenas travestis, como possibilidades de autodeterminação de nossas experiências de ‘outrerdades’” (NASCIMENTO, 2021, p. 42). Ao dessencializar o gênero, é possível abraçar múltiplas existências que também sofrem opressões dentro do machismo, do sexismo e do patriarcado que ainda perduram. Ademais, como levanta Letícia Nascimento (2021, p. 43), é aberta a entrada de outras sujeitas legítimas de luta e produção conceitual, “os processos de entrada de mulheres trans, travestis, transexuais e transgêneras no feminismo são umas das questões centrais ao transfeminismo”. Foi preciso entender a norma, reconhecer minha inserção nesses dispositivos e exercer a tentativa de romper com o pacto cisgênero (NASCIMENTO, 2021) de privilégios e poder para avançar na minha leitura sobre gênero e corporalidades.

COMO ESTOU SENDO CISGÊNERO (?)

Antes de partir para as reflexões sobre os gêneros em relação às travestis e transexuais, quero dialogar sobre a minha condição de cisgeneridade, não como *mea culpa*, mas porque me encontrei nessa jornada como aliada das pessoas trans e travestis e, como tal, preciso reconhecer meu lugar. Trazer o conceito da cisgeneridade à frente não quer, de forma alguma, colocá-lo numa hierarquia de importância, mas explicá-lo desde o lugar que me reconheço: homem cisgênero, que goza dos privilégios dessa condição.

A professora Letícia Carolina Nascimento, travesti negra e nordestina, docente da Universidade Federal do Piauí (UFPI), me auxiliou a entender a problemática da cisgeneridade. Para Letícia,

a “cisgeneridade não se constitui como gênero original, pois, na verdade, os ideais performativos criados pelo CISTema colonial moderno de gênero foram sendo criados no decorrer do tempo e do espaço. Somos todos e todas cópias”. (NASCIMENTO, 2021, p. 105). Instituiu-se, historicamente, a cisgeneridade como algo “natural”, uma vez que cisgênero é o indivíduo que pensa que seu corpo e sua identidade de gênero estão de acordo desde o nascimento. Porém, a cisgeneridade é uma reprodução de papéis que se fundaram num essencialismo universalizante a partir de dispositivos de poder, cópias de algo institucionalizado como padrão.

Algumas pesquisadoras feministas antes do pós-estruturalismo, ao pensarem o gênero, não refletiram sobre o impacto da cisgeneridade na produção do conhecimento social e científico. O sistema sexo/gênero de Gayle Rubin (1993), por exemplo, era referenciado para pensar o corpo e as identidades, sendo sexo o que é supostamente biológico e gênero o que é cultural. As teorias biologizantes e “naturalizantes” do sexo não consideravam o universo possível de outras corporalidades e gêneros, implicando ainda num discurso patologizante do ser transgênero, o que será discutido mais adiante.

O determinismo biológico faz pensar que a cisgeneridade é uma centralidade para pensar os gêneros, porque assim sendo, haveriam modos de ser homem e modos de ser mulher a partir da natureza biológica. (NICHOLSON, 2000). No entanto, como aponta Nascimento (2021), é saindo do bioessencialismo que conseguimos entender os gêneros e os pertencimentos às existências trans e travestis.

Pensando que a cisgeneridade é uma das formas de gênero possíveis, para aliar-se às pautas das transgeneridades, o essencialismo universal e as ideias de naturezas masculina e feminina precisam ser superados para compreender que as opressões, em sua maioria, surgem de uma cultura *masculinista* que detém os saberes e controla os poderes hegemônicos a partir de uma ideia

de patriarcado. (PISCITELLI, 2002). O impacto da cisgeneridade na produção de saberes e, conseqüentemente, na organização social, é fruto desse binarismo que exclui identidades na tentativa de controlar os corpos e estabelecer hierarquias de poder. (FOUCAULT, 2017).

A cisgeneridade impõe a conseqüente produção de uma hierarquia social que considerará abjeto todo corpo que fugir à tal normatividade. Por isso, a crítica ao cisgênero como modelo único é tão importante, pois ela retira a condição de naturalidade e materialidade dos corpos, propondo, de outra maneira, pensar que esses processos de materialização dos corpos trazem as marcas de práticas discursivas. (NASCIMENTO, 2021, p. 125).

Os corpos transgêneros não são abjetos, destoantes ou contrários aos corpos cisgêneros, eles são diferentes dentro da diversidade de tantas corporalidades possíveis. A crítica à cisgeneridade é, principalmente, uma crítica à direcionalidade que ela dá para pensar o gênero, como se fosse o centro de observação pelo qual se analisam os demais gêneros. Com a cisgeneridade, também é pensada de modo automático, por exemplo, uma norma heterossexual (já que as teorias biocentradas dizem que corpos biológicos são feitos para reproduzir). Tanto dentro da cisgeneridade quanto da transgeneridade é possível (ou não) ter pênis e vagina, assim como expressar homossexualidade, bissexualidade, assexualidade ou outras manifestações da sexualidade, porque gênero, sexo e desejo (apesar de poderem ser acionados juntos) são dimensões com complexidades próprias.

Há múltiplas formas de expressão de sexo-gênero-desejo, mas conforme reflete Nascimento (2021, p. 121), "a manutenção de uma ordem compulsória entre sexo-gênero-desejo está diretamente relacionada à sustentação dos privilégios cisgêneros e talvez pudesse ser simples entender que não existe correlação entre sexo e gênero, e tampouco entre gênero e desejo". Pensar as condições de privilégio que foram legadas à cisgeneridade auxilia na formação de um pensamento mais crítico sobre sexo, gênero e desejo, entendendo a condição de exotividade, marginalidade e disputa a qual foram colocadas

as corporalidades transgêneras a partir de um CISTema que coloca historicamente pessoas cisgêneras nos espaços de poder e privilégio.

A cisgeneridade costuma ser colocada em oposição à transgeneridade, no entanto, como elucida Letícia Nascimento (2021, p. 122),

Cisgeneridades e transgeneridades não devem ocupar uma posição binária de marcação identitária fixa, mas que o contexto pode é representar, na verdade, um instrumental analítico que nos possibilita repensar privilégios. Nesse jogo de desfazer privilégios e normatizações, possibilidades de compreensão de nossas subjetividades devem emergir para além dos antagonismos redundantes de homem e mulher em uma perspectiva biomédica, de modo que seja importante, nesse processo, repensar também as corporalidades transgêneras.

Enquanto pesquisador homem, *gay*, cisgênero e branco, reconheço os privilégios dos quais desfrutei ao longo da vida. Inserido na classe média baixa do Brasil, fui formado dentro da norma cisgênera, mas desde o meu lugar sempre questioneei esses benefícios que “nasceram comigo”. No contato com as mulheres trans e travestis, consegui estabelecer as alianças por sair do binarismo na compreensão de seus corpos e identidades, entendendo que a dialogia biologia/cultura é limitadora para pensar corpos híbridos ou ciborgues, como defende Donna Haraway (2013). Nossos corpos e nosso sexo são produzidos, então o gênero é performativo, não está em limites fixos, orgânicos e naturais, ou culturais e artificiais. (HARAWAY, 2013). Assim, o privilégio da cisgeneridade é útil justamente para descentralizar o CISTema e abraçar lutas conjuntas que reconheçam as dignidades dos corpos em suas subjetividades.

Nascimento (2021) ainda expõe melhor a “ferida” da cisgeneridade, que goza de liberdade e direitos que são dados a partir desse lugar considerado natural, uma leitura de *passabilidade* que, para mulheres trans, é por vezes desejada a fim de se protegerem socialmente, por outras rejeitada para afirmar o corpo político e comunicativo singular que possuem. Os corpos trans são colocados

numa legibilidade oposta à normatização sexo-gênero-desejo, eles são o corpo utópico pensado por Foucault (2008) porque fogem à biologia e à disciplina.

É preciso lembrar que esses corpos “incompreendidos” são resultado dos limites das normas do sistema, que os reconhece como corpos sofridos, doentes por serem “anormais”, corpos culpáveis por não respeitarem o sistema de padrões instituídos no imaginário social através da religiosidade, da família (burguesa), do consumo, dos padrões de urbanidade, do politicamente correto, do pudor, de mecanismos que respondem à configuração do discurso “único”, “padronizador”, que constitui o fundamento da organização social imposta pela hegemonia do poder. (MORALES MEDINA, 2019, p. 82).

A transgeneridade tem sido abordada pela cisgeneridade. Desse modo, as patologizações de corpos trans e travestis, a percepção das feminilidades, masculinidades e das mulheridades vêm sendo pensadas a partir da norma cisgênera, privilégios concedidos pela cisgeneridade que teve acesso aos espaços de formação, educação, política, economia e poder social relativo. (Monique WITTIG, 2019; NASCIMENTO, 2021). No campo acadêmico, de produção científica, busco pesquisadoras travestis e transexuais para comporem as discussões teóricas. O uso de bibliografia cisgênera também é problemática na reflexão sobre corpos trans porque provoca o epistemicídio trans, como aponta Yuna Silva (2019). Assim, penso que o exercício ético e interseccional epistemológico demanda essa interseccionalidade de falas para construir conhecimento conjunto.

Minha posição, enquanto homem cis, precisa valorizar o conhecimento trans aproveitando esse local que ocupo, entendendo que tanto eu quanto as co-construtoras dessa pesquisa somos passíveis de reproduções do discurso hegemônico, dos papéis que nos são atribuídos, das representações que de nós fazem e da submissão social, econômica e cultural às quais podemos ser colocades em função de nossos corpos, identidades, sexos, gêneros e desejos.

Nós negociamos com o poder hegemônico/disciplinar, seja falando a partir da centralidade ou da periferia. (MORALES MEDINA, 2019). Eu falo de onde estou e como sou, reconhecendo criticamente que desfruto dos privilégios da cisgeneridade, e sendo aliada das transvesti-geridades e à disposição de uma construção dialógica de gênero.

UM GÊNERO PARA ABRAÇAR TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

A transgeneridade e a corporalidade trans e travesti são pensadas aqui, principalmente, através de autoras trans e travestis ou mulheres cisgêneras que trabalharam diretamente com trans e travestis. Para Letícia Lanz (2017), transgênero é um termo guarda-chuva para identidades de gênero que divergem do binário (homem/mulher). Estariam aí inclusas as *drag queens* e *kings*, intersexuais, transexuais, travestis e pessoas não-binárias, por exemplo. Ela entende *transgênero* não como identidade, mas condição socio-política e cultural não operante na norma homem/mulher, masculino/feminino. Na percepção de Lanz (2017, p. 114), “é a norma que cria a infração da norma. Se a norma for extinta, deixa de haver a infração”. Desse modo, pessoas trans sofrem múltiplas violências e são estigmatizadas porque desviam dessa normatização binária do gênero. A transgeneridade é, assim, também uma transgressão do gênero binário ou da cisgeneridade.

Porém, a norma existe e está ligada à cisgeneridade. Saindo dela, há o reconhecimento de múltiplas identidades possíveis, que rompem com aquelas já estabelecidas pelo CISTema. As generidades trans diferem ao binarismo porque seus corpos são performáticos dentro de um sistema corpo-discurso-gênero, como pensa Morales Medina (2019, p. 88) ao dizer que “são os corpos performáticos, ritualizados e em permanente transição que propõem a construção de

uma identidade de gênero, que não está só determinada pelo sexo biológico, mas que é mediada pela formação discursiva dos sujeitos travestis". Tanto corpo, como discurso e gênero são conceitos amplos e de possibilidades ilimitadas, que revolucionam a forma de pensar identidades e performatividades.

Os corpos trans são revolucionários quer performando identidades normativas em diálogo com o gênero binário cisgênero, quer performando subversões normativas. As corporalidades trans são feitas em diálogo com as normas impostas que todos os corpos trans ou cis são produzidos. Somos todas cópias, não há origem, há uma ininterrupta produção performativa de nossas subjetividades em materialidades generificadas. Gênero é discurso, um discurso materializado estilisticamente em performances variadas. (NASCIMENTO, 2021, p. 155).

As mulheres com quem dialogo nesta pesquisa performam seus corpos de maneiras diferentes, a partir de suas referências específicas de estética e de como desejam se apresentar ao mundo. Com elas, fui aprendendo a entender identidades e corporalidades, passando a pensar minha própria identificação a partir daquilo que me contam sobre suas identidades e autoidentificações. São seus discursos e formas de manifestar o corpo que criam seus corpos e suas identidades.

A partir do que fui estudando e das conversas com elas, entendo que travesti não é homem e não é mulher, tampouco somente performance, porque não se despe nunca de sua *mulheridade* ou *feminilidade*. É travesti, uma das múltiplas identidades de gênero dentro do guarda-chuva transgênero. A travesti é sempre ela, tratada com pronomes femininos. Performa o corpo nas feminilidades, a identidade é sempre feminina. Podemos pensar, nesse sentido, que as identidades transexuais e travestis rompem com o binário, mas não necessariamente de forma completamente subversiva. Elas podem produzir seu corpo a partir da norma ou subvertendo-a. Enquanto discurso e dispositivo comunicacional (que exploro

mais adiante), o corpo também reproduz outros corpos que são vistos como “exemplo” e podem estar dentro ou fora de um padrão hegemônico de beleza.

Os símbolos do feminino que são atribuídos aos corpos são reconstituídos pelas travestis na construção de suas corporalidades, mesmo que seu gênero esteja em local de ambiguidade e resignificação. (PELÚCIO, 2009). As corporalidades das travestis são materialidades e símbolos tornados visíveis que se formam extrapolando os limites do próprio corpo. (BUTLER, 2019). Esses corpos subversivos, utópicos e construídos negociam com os espaços padronizados para poderem exercer suas autonomias e serem representados por si mesmos. Enquanto parte que integra a ambiência social, política e comunicativa, esse corpo “desenvolve estratégias pra questionar o sistema heteronormativo que implementa estratégias de disciplina-mento e coerção”. (MORALES MEDINA, 2019, p. 81).

As identidades de mulheres transexuais e travestis são formadas a partir dos seus reconhecimentos e, nesse sentido, das produções de seus gêneros. Como destaca Nascimento (2021, p. 127), “não existe sujeito anterior ao processo de produção do gênero, nem sujeito que guiaria esse processo. O sujeito é um efeito dessa produção, o sujeito genericado é efeito das relações de poder”. Considero, portanto, as corporalidades travestis como expressão de uma multiplicidade de autorreferências, homenagens, lutas e manifestos que podem buscar uma normatização através de recursos que as aproximem mais das *feminilidades* (para encontrar maior aceitação social, segurança dentro do CISTema e se identificarem mais com o corpo padrão das *mulheridades*) ou de modo a expressar um corpo não normatizado, que não segue regras de padronização, mas de uma representação mais fiel de quem se é.

O corpo dócil e disciplinado (FOUCAULT, 2017) é subvertido no poder buscado pelas travestis e transexuais, de representarem a elas (e seus poderes) subvertendo as diferenças sexuais, a psique e

a manifestação visual que de si fazem. Como aponta Butler (2017), elas rompem com a expressividade que distingue gêneros *masculino* e *feminino*, bem como do engessamento atribuído pela norma binária sexista. Os corpos não nascem generificados porque estão em constante produção, a partir dos encontros e desencontros que cada pessoa faz de si mesma. Assim, o *essencialismo* de gênero é rompido no corpo da travesti e costuma ser considerado afrontoso pelo sistema por destoar da norma.

Não somos corpos, fazemos corpos. Compreender esse processo de fabricação como constante reiteração das normas regulatórias possibilita o questionamento e ruptura com as mesmas. Se as normas precisam ser constantemente reiteradas é porque não existem “homens” e “mulheres”, ou, melhor dizendo, não existem corpos generificados/sexuados de modo essencial e imutável. (NASCIMENTO, 2021, p. 126).

A norma precisa ser reproduzida para ser sustentada, mas no questionamento dela abre-se a brecha para entender que o gênero não se limita às genitálias, extrapolando para as dimensões do afeto e do corpo; assim, o sexo estaria dentro de um conjunto do gênero, porque a “anatomia corporal” também é efeito discursivo da produção de materialidades sexuais a partir do gênero. No entanto, essa materialização nunca é completa, os corpos nunca se conformam às normas que são impostas a eles, por isso, o corpo se faz constantemente e, conseqüentemente, também se faz o gênero. (BUTLER, 2019).

Sendo o corpo essa constante mudança e materialização, mas dentro de uma superfície politicamente regulada num campo cultural de hierarquia de gênero e heterossexualidade compulsória, Judith Butler (2017) pensa a performatividade de gênero como uma identidade que se constrói culturalmente a partir de um discurso heteronormativo. Se avançamos para pensar os corpos trans, o discurso seria o cisgênero. O corpo é um local de reforço de discursos normativos a partir da noção (equivocada) de gênero, que

impõe o que é heteronormativo, apagando as demais possibilidades de corporalidade e de gênero. A estabilidade da norma depende do binarismo. Sem a dualidade do sexo, nenhuma dimensão de corporeidade poderia expressar ou refletir outra. (BUTLER, 2017).

O processo de se tornar mulher pensado por Simone de Beauvoir (1970) indicava que havia uma produção da categoria “mulher” que se dava a partir das relações entre os gêneros, não pela natureza sexual. Entendendo que havia “gênero” além de uma categoria sexual, abre-se a discussão para os papéis instituídos entre homens e mulheres a partir da biologia corporal. Butler (2017) avança esse pensamento ao elaborar a *performatividade de gênero*, essa identidade culturalmente formada a partir do discurso heteronormativo, esse ato performativo e involuntário que envolve o corpo acionando elementos de sexo e gênero. Nesse sentido, o gênero não pode ser entendido de forma estável, mas construído no tempo por meio de um conjunto de atos que se repetem de forma estilizada. (BUTLER, 2017).

O RESPEITO À AUTOIDENTIFICAÇÃO E À AUTODETERMINAÇÃO

Pensando nesse processo contínuo de produção de si (e das identidades) a partir das normas que regulam o gênero, de que nós não somos nossos corpos, mas fazemos nossos corpos (BUTLER, 2017), o corpo não pode ser descrito ou definido por quem não o conhece. Tampouco a identidade de alguém, algo subjetivo, pode ser designado pelos olhos e o discurso de quem não experimenta aquela subjetividade. Letícia Nascimento (2021, p. 124) diz que:

Os corpos são referências que podem funcionar como âncora para nossas identidades, um ponto firme ao qual

nos vinculamos e nos conectamos, um ponto de apoio. Por isso, compreender suas multiplicidades se faz tão importante, sob risco de continuar reiterando um jogo hierárquico que produz opressões diversas, processos de adoecimentos e mortes.

Quando é marcado e julgado, o corpo travesti pode se tornar um alvo da heteronormatividade e da cisgeneridade. Compreender as diversidades e multiplicidades dos corpos travestis e transexuais (ou qualquer corpo desviante da norma hegemônica) colabora não apenas na diminuição das violências e opressões, mas também para a busca dos direitos e da utópica igualdade.

O problema do não reconhecimento dos privilégios cisgêneros é justamente pautar as lutas das transgeneridades desde esse olhar de quem não sofre a opressão *a partir* das dores reais. Ao dialogar com as travestis e mulheres transexuais, a autoidentificação e autodeterminação delas foi o início dos diálogos para entender seus gêneros. Primeiro o nome e, depois, como gostaria de ser chamada (quais pronomes). Ainda que exista o uso de pronomes neutros (trocando as letras *a* e *o* por *e* e *u*), as mulheres trans e travestis usam o pronome feminino (com a letra *a*).

Enquanto buscava referências para a pesquisa, encontrei o livro de Luísa Marilac, escrito em parceria com a jornalista Nana Queiroz. Como mencionado em capítulo anterior, Luísa ficou famosa no YouTube em 2011 ao lançar um vídeo em que tomava banho de piscina e soltava o bordão "*e teve boatos que eu ainda estava na pior. Se isso é tá na pior, porra, o que quer dizer tá bem, né?*". Luísa Marilac (2019) se identifica como travesti. Em seu próprio relato, ela questiona a necessidade da identificação como mulher e afirma ser travesti porque causa confusão e não é simples nem para ela mesma, definindo seu gênero como autônomo.

Quer um nome pro que sou? Chame de travesti. Travesti. Isso mesmo. A palavra na qual se cuspiu. A palavra que não cabia no dicionário, nos seus livros de biologia ou na

mesa de jantar da família tradicional brasileira cabe perfeitamente na marginalidade da minha vida. Quero todos os significados que ela traz. (MARILAC; QUEIROZ, 2019).

De acordo com Marilac e Queiroz (2019), o termo “travesti” nasceu na França, no século XVI, mas chegou no Brasil por volta do século XVIII, sendo usado para descrever os marinheiros que se vestiam de mulher para receber outros marinheiros e dançarem em bailes privados no Rio de Janeiro. A partir do século XX, pessoas que começaram a se entender integralmente como travestis passam a usar o termo de forma permanente. Com a exclusão social que emerge nessa afirmação de identidade travesti, começam a surgir comunidades às margens, trabalhando em carreiras artísticas ou no trabalho sexual.

A palavra travesti é usada, principalmente, por razões políticas e pode descrever uma série de indivíduos diferentes. No meu caso, me identifico como travesti porque me enxergo na fronteira entre o que é ser homem e o que é ser mulher e estou muito bem assim. Para outras pessoas, definir-se como travesti significa respeitar a história de pessoas que viveram sua sexualidade na marginalidade e com muita luta. É um termo elástico assim. (MARILAC; QUEIROZ, 2019).

Existem controvérsias e mesmo divergências a respeito das identidades trans, transexual e travesti mesmo entre as pessoas que assim se identificam. Por isso, busco nomeá-las de acordo com a forma como elas mesmas se identificam. Dentro da teorização, é difícil lidar com a subjetividade de uma identidade, mas algumas autoras auxiliam na compreensão dessas nomenclaturas. Três sujeitas com quem dialogo no livro se identificaram como travestis por questões políticas e históricas, como refletido no capítulo seguinte. Já outras três preferem a nomenclatura *mulher trans* ou *mulher transexual* porque querem ser reconhecidas dentro de uma *mulheridade*.

Por outro lado, ainda de acordo com Marilac e Queiroz (2019), o termo “transgênero” é um guarda-chuva que abarca outras identidades, como transexual ou travesti. Popularizada nos anos 1970 no Brasil, essa palavra era usada para designar toda pessoa que não se identificava com o gênero atribuído ao nascer. Não é necessário realizar cirurgias de transgenitalização para ser designada mulher, afinal, não é o genital que diferencia mulher trans e travesti, mas a autodesignação e o autorreconhecimento. Os genes e órgãos que determinariam o sexo (biológico) podem continuar iguais.

Letícia Nascimento problematiza a sentença “eu sou travesti” colocando-a como suficiente para marcar o local de uma identificação de gênero que não precisa transitar entre feminilidades ou masculinidades. Para a pesquisadora (2021, p. 56), “muitas travestis e transexuais se sentem mulheres e podem e devem reivindicar-se como tal; inúmeras outras, entretanto, entendem a si mesmas como uma expressão de gênero originária e, portanto, não se sentem homens nem mulheres”. Ser travesti basta, sem ser necessário identificar-se com o binário.

Há ainda a compreensão das mulheridades, feminilidades e transvestigeneridades perpassando uma estratégia política, não uma condição ontológica, podendo-se reivindicar dentro de uma performance de gênero que não esteja necessariamente dentro de um bloco fechado. (NASCIMENTO, 2021). Para ser alguém ou ser quem queira, pode-se operar em mais de uma performatividade que represente ideais, corporalidades e desejos de acordo com a identidade.

Valéria Barcellos, travesti negra e artista do Rio Grande do Sul, reflete sobre a marginalidade do termo travesti, que assusta pelo peso da moralidade, pela condição histórica de subalternidade em que elas são colocadas. Segundo Barcellos (2020, p. 142), a palavra travesti é substituída por *transexual*, “que é um termo higiênico, de mesmo sentido, mas sem o peso da ‘moral’. Ser travesti nos dá a realização de externalizar quem somos, mas nos coloca num

certo lugar que sempre nos desoportuniza. Nos tira o direito de ir e vir, por exemplo”.

O uso do termo “travesti”, em geral, carrega uma carga mais política e de afirmação, de transformação e aceitação, como o pejorativo “veado” para homens *gays*. No entanto, travesti ultrapassa o simples “adjetivo”, é identidade que, ao ser afirmada, carrega uma ancestralidade de lutas, reconhece as dificuldades de um grupo social marginalizado e, justamente por isso, é trazido com força de enfrentamento. Amara Moira, travesti Doutora em Letras, escritora que se intitula “putafeminista”, reflete que:

Ser travesti já nos torna tabu, daí a maioria ainda encontra na prostituição a única forma de subsistência (e sabemos que seremos consideradas putas mesmo as poucas de nós que escaparem do trabalho sexual)... não é fácil querer encarar esse combo ao nosso lado e, mesmo quando se queira, não é fácil ter estrutura emocional para lidar com tanta pressão. O olhar público, a família, o círculo social, às vezes até o trabalho pode estar em jogo, e só por estarem com a gente! A transfobia nos exclui, a prostituição nos abraça e a putafobia amplia a exclusão a que já estamos sujeitas só por meramente existir. (MOIRA, 2018, p. 176).

Autoafirmar-se travesti demanda o enfrentamento de transfobia, visto que o termo é comumente associado à prostituição, espaço de trabalho da maioria das mulheres transexuais e travestis. Porém, a travesti também explode conceitos do binarismo e carrega consigo a transformação da reflexão de gênero porque é materialidade de possibilidades e acolhimento de diversidades que vão além da imposição limitante da cisgeneridade e da heteronormatividade. Reconhecer-se como mulher transexual também pauta uma luta estando dentro das *mulheridades*.

Transexualidade refere-se à condição do indivíduo cuja identidade de gênero (masculino ou feminino) difere daquela designada no nascimento (por ter pênis ou

vagina). Uma pessoa transexual pode procurar fazer a transição social para outro gênero, através do nome ou de intervenções no corpo (com ou sem cirurgias), podendo ser redesignação sexual ou apenas feminilização/masculinização, dependendo do gênero a ser transicionado. A feminilização/masculinização envolve aspectos comportamentais, de vestimenta ou vestuário, biológicos e anatômicos, sendo os dois primeiros ligados meramente a questões sociais e o último ligado ao dismorfismo sexual na espécie humana (aversão total ao gênero que foi designado ao nascer). (BARCELLOS, 2020, p. 23).

No subcapítulo seguinte, problematizo a questão das *mulheridades* e *feminilidades*, mas antes é interessante refletir que a fala de Valéria Barcellos (2020) remete à transexualidade como condição identitária que pode performar múltiplas possibilidades dentro de feminilidades ou masculinidades. Corpos são tecnologias infinitas, que se moldam a partir dos desejos e expressividades de cada pessoa. Se uma pessoa autoidentifica-se como mulher transexual, por exemplo, é porque as *mulheridades* são latentes ali, o que pode não acontecer necessariamente com a travesti, que pode não se identificar com *mulheridades*. Vale ressaltar também que a genitália nada tem a ver com a identidade, ou seja, existem mulheres com pênis e homens com vagina. A questão central é não vincular a corporalidade aos órgãos genitais, porque o que diferencia a mulher transexual da travesti não é isso, mas a forma como decide se apresentar ao mundo. Tanto mulheres trans quanto mulheres cis podem estar de acordo com suas genitálias, apenas discordam naquilo que lhes foi designado ou atribuído por nascimento no desempenho de papéis sociais hegemônica e historicamente constituídos.

Não há uma competição entre mulheres trans e mulheres cis pra saber quem tem mais valor. Também não há um descontentamento, inveja ou cobiça das mulheres trans pelo órgão genital das mulheres não trans. Entendam: mulheres trans não nasceram em corpos errados e muitas de nós (me incluo aqui) é bem feliz com o corpo e genital que tem. Em oposição, há de se lembrar também,

de muitas de nós que têm grande disforia e não aceita a genitália. Isso não tem ligação com a cirurgia de redesignação genital, porque para algumas a cirurgia é uma correção, para outras não. Colocar as palavras: “mulher” e “vagina” na mesma sentença pode parecer supernatural, mas de certa forma coloca a nós, mulheres trans, de lado, numa categoria inexistente. (BARCELLOS, 2020, p. 138).

Em sua tese de doutorado, Alisson Machado (2019) traz como referências David Le Breton e Marcos Renato Benedetti ao problematizar os corpos travestis e transexuais. Para David Le Breton (2008), esses corpos são pensados como artefatos tecnológicos e não destinos anatômicos, eles vivem por uma vontade deliberada de provocação ou jogo que não busca evidenciar as feminilidades e masculinidades, mas que, para Benedetti (2005), apropriam signos para redefinirem a si e se produzirem enquanto sujeitas dentro de uma linguagem própria.

A autodeterminação permite encorpar a luta, evidenciar as travestis e transexuais como pessoas que estão enfrentando a norma. É também um pedido de respeito à subjetividade singular de cada uma, que ainda é condicionada no CISTema colonizador, cis-gênero e heterossexual. Ademais, é pensando a partir das mulheres transexuais e travestis que se combate a patologização dos corpos travestis. Ao assumirem suas identidades, suas questões específicas e apresentarem as tecnologias de seus corpos, avança-se na busca por políticas públicas, de saúde, respeito e novas formas de respeito aos seus corpos.

O conceito de autodeterminação nos coloca como protagonistas de nossas experiências subjetivas, retirando a autoridade que, na sociedade vigente, ainda está tutelada por instituições médicas, jurídicas, religiosas e estatais, que nos delimitam em uma condição subalterna, patológica, criminosa e imoral. Quando os corpos trans assumem processos de produções discursivas sobre suas subjetividades passam a rechaçar o pensamento colonizador e os processos de patologização. (NASCIMENTO, 2021, p. 107).

O respeito às identidades trans, de mulheres transexuais e travestis, através de suas autoidentificações e autodeterminações é direito básico, urgente e necessário. Com essa reflexão, também emerge a discussão sobre o que são as *feminilidades* e *mulheridades*. Essas dimensões permitem sair do binarismo, mas operando dentro de campos simbólicos de disputas que são performadas por diferentes corpos na sua constituição e expressão. Tampouco existe uma “mulher real” ou uma “mulher comprovada”, porque esses termos transfóbicos menosprezam as existências de mulheres trans e travestis, colaborando no silenciamento de suas vozes e apagamento de suas lutas. As inúmeras possibilidades de transgeneridades são reais e, a partir da autodeterminação e do nome que cada pessoa deseja ser chamada, é que construímos novos caminhos para *comunicar* feminilidades e mulheridades, de acordo com cada uma.

Construir uma imagem real, de mulheres reais, assim como eu: trans e negras erotizadas, menosprezadas, obrigadas a ter uma força descomunal para poder provar que são quem são! Uma fonte de escrita, fala e escuta pra muitos de nós. Sim, somos muitos, iguais e diferentes, lutando pra ter vez e voz! Quero ser esse canal! Pretensiosa talvez, eu sei, mas ali, na minha carteira de identidade, que lutei três anos e meio pra conseguir, diz: Valéria Barcellos da Silva. Não uma imagem projetada irreal, mas a mulher real e maravilhosa que me permiti ser. Há muitos de nós assim. (BARCELLOS, 2020, p. 60).

FEMINILIDADES E MULHERIDADES

Teresa de Lauretis (2019) trata o gênero como um produto e um processo, uma *tecnologia* que passa a ser utilizada nos discursos que se produzem sobre as masculinidades e as feminilidades. Para ela, as tecnologias de gênero são um conjunto de dispositivos linguísticos, jurídicos, educativos, dentre outros, que colaboram na

produção do gênero. Assim sendo, nem gênero nem sexualidade são propriedades de corpos naturais, eles são *tecnológicos*.

Para Valéria Barcellos (2020), os corpos trans são vistos como agressivos por não se encaixarem nos padrões, eles são ofensivos, subversivos, ininteligíveis e marginais. De acordo com ela, “corpos trans são considerados transgressores ou ‘trans agressores,’ por não se encaixarem no senso comum, por saírem de sua zona de conforto e buscarem, mesmo que sem apoio, uma maneira real de existirem”. (BARCELLOS, 2020, p. 167). Esses corpos trans agressivos ou tecnológicos (LAURETIS, 2019) não seguem a norma do feminino ou do masculino, eles operam por eles mesmos, são corpos da *outridade*. (NASCIMENTO, 2021).

Como mulheres transexuais e travestis, os deslocamentos das *outridades* se movem de modo a produzir a vulnerabilização de nossas existências. Nossas *outridades* estão além; somos, de certa maneira, o *Outro* do *Outro* do *Outro*, uma imagem distante daquilo que é determinado normativamente como homem e mulher. Nesse sentido, é difícil para homens e mulheres cis, brancos, negros e com tantos outros marcadores reconhecer que as materializações de gênero performadas por mulheres transexuais e travestis possam estar nas lutas feministas ou ser reconhecidas dentro das mulheridades e feminilidades. (NASCIMENTO, 2021, p. 53).

Recorro novamente a Letícia Nascimento (2021) para entender as distinções entre mulheridades e feminilidades. Assumindo que não há uma natureza feminina definitiva nem um corpo feminino *natural* ou *original*, muito menos uma categoria universalizante para *mulher*, passa-se a pensar nas *feminilidades* e *mulheridades* como formas de experimentar modos de performar e expressar identidades e corpos. Não de uma forma agressiva ou transgressora apenas, mas como uma existência legítima de *outridade*.

O termo *mulheridades* emerge para não singularizar o termo *mulher*, já que são as formas de ser e exprimir *mulheridades* que produzem experiências sociais, pessoais e coletivas. *Mulher* é um termo que remete ao essencialismo e se limita dentro de uma tentativa de universalização genérica, enquanto *mulheridades* pensa os processos de produção social dessa categoria. Já as *feminilidades* dizem respeito aos modos pelos quais as sujeitas dialogam com aquilo que o imaginário social determina como “feminino” e, a partir desse universo, produzem co-criações e subversões. (NASCIMENTO, 2021).

Nesse escopo, as travestis e não-binárias femininas podem se sentir contempladas em *feminilidades*, mas não em *mulheridades*, por exemplo. Pensar nas possibilidades e múltiplas feminilidades ajuda a não generalizar a categoria *mulher*, indo além do binarismo para entender identidades múltiplas. Não existe um “ser mulher” ideal, mas uma reprodução ou subversão dos padrões estabelecidos culturalmente na tentativa de categorizar as mulheres, um ideal imaginado a partir de normatividades.

Reconhecer as diversidades de *feminilidades* e *mulheridades* colabora no fortalecimento de lutas, pautas e proposições, pensando experiências e vivências múltiplas e plurais, estabelecendo conexões que operam nas estruturas semelhantes de opressão (como machismo, sexismo e transfobia), mas sem generalizar e categorizar de forma essencialista. Afinal, como pensa Butler (2019), são muitas as formas e possibilidades de performar os gêneros.

Os corpos travestis e transexuais operam, por vezes, também em interseccionalidades (inclusive entre *mulheridades* e *feminilidades*) que permitem avanços nas lutas por feminismos e lutas de mulheres porque vão contra linearidades (RIBEIRO, 2016), se interconectando. Elas demonstram resistência ao poder em seus corpos que explodem às regras sociais, subvertendo normatividades e fazendo seus corpos em um jogo com a norma. (FOUCAULT, 1988). Ao entender que a categoria essencialista de *mulher* é um ideal

performativo imposto por um CISTema de sexo-gênero-desejo, ela “é, então, estraçalhada, emergindo as mulheridades, feminilidades, travestigeneridades e outras experiências como possibilidades políticas dentro do feminismo” (NASCIMENTO, 2021, p. 61). Encontrar-se dentro do corpo e expressá-lo na sua conjuntura de corporalidade demanda tempo, compreensão, autoconhecimento e determinação. Desde a infância, os corpos trans e travestis sofrem com a rejeição das normas sociais impostas e eles, passando por processos singulares de entendimento de si. A expressão de *mulheridades e feminilidades* começa ainda criança, quando o poder normativo e disciplinador passa a atuar sobre as performatividades de gênero para dizer o que é certo e errado (perante a norma hegemônica dos gêneros).

AGRESSÕES DESDE SEMPRE

Luísa Marilac foi abusada na infância. Seu corpo infantil chamou a atenção de um estuprador ainda que ela não entendesse seu próprio corpo. Ela diz que “tinha um corpo que não era nem de menino, nem de menina. Era só um corpo de gente. Um corpo todo” (MARILAC; QUEIROZ, 2019, p. 23). A relação de poder entre ela e quem a abusou demonstra o quão fragilizado se torna um corpo – e uma identidade – a partir de uma marca tão profunda. Para ela e Queiroz (2019, p. 23), “corpo de criança não tem rótulo ou seção. Não há divisória entre zonas eróticas e de puro afeto. Corpo de criança não conhece demarcações, é como um continente sem países”.

A transfobia provoca dores inimagináveis por alguém que não sofre com ela. Os relatos ouvidos nos provocam sensibilidades e revolta ao compreender que o preconceito, sua presença histórica e sistemática, se perpetua e leva à culpabilização das próprias vítimas. Ainda na história de Marilac (2019, p. 23), ela reflete que o corpo infantil não compreende o que acontece com ele e “essa é a maior

desgraça e, ao mesmo tempo, a salvação das crianças. Por um lado, permite que alguns tirem vantagem dessa falta de fronteiras físicas; por outro, nos ensina a fingir que até as violências mais execráveis são algum jeito novo de brincar”.

Corpos trans são violentados e assassinados porque suas existências incomodam a persistência de um CISTema excludente que se firma nas bases de privilégios cisgêneros. No entanto, como defende Valéria Barcellos (2020, p. 169), os “corpos trans existem, vão existir e sempre existiram. Ignorar essa realidade, transgredindo à transgressão de tudo isso, nada mais é que uma ‘agressão trans’: uma agressão gratuita e ignorante, que ataca sem conhecer as realidades e particularidades de cada pessoa”. Desse modo, não é possível fugir a essas existências que sempre estiveram presentes, mesmo que apagadas.

Esse apagamento tem relação à cisgneridade que vem sendo o centro das produções de saber e conhecimento, que exclui possibilidades de epistemologias travestis e, assim, a própria aceitação e compreensão de seus modos de ser e estar no mundo. Valorizar os conhecimentos trans é uma forma de entender que essas existências e epistemes são potentes para uma transformação nos pensamentos hegemônicos.

Lésbica, gay e bi, o famoso LGB, mas também o H, são rótulos que não cabem pra nós, pessoas trans, são rótulos para pessoas cis, para relacionamentos entre pessoas cis (cis é o contrário de trans: ou você é um ou outro, não tem muito como fugir disso). A gente arrebenta esses conceitos todos. O homem cis que se diz gay diz também que não sai com homem trans nem com travesti; a mulher cis que se diz lésbica o mesmo. Nem vou falar de quem se diz hétero. Quase sempre assim, com quem quer que seja, mesmo com cis bissexuais. Quem se permite sentir atração por nós, nossos corpos, existências? T-lovers, travequeiros, gente que só assim nos deseja na calada da noite, longe dos olhares públicos. É necessário

“desconstruir-se” para ser capaz de gostar de gente como nós, é necessário coragem para nos tratar como gente. (MOIRA, 2018, p. 171).

O espaço da noite e da marginalidade, como pensado por Amara Moira (2018), reproduz situações de exclusão e agressões, porque os próprios relacionamentos cisgêneros são agressivos ao não aceitarem a possibilidade de relacionamentos transgêneros. A desconstrução abala a norma e, ao ser abalada, o CISTema exclui quem se alia às transgeneridades. Para produzir novas epistemologias, é necessário o contato que extrapola o formal, mas que chega às camadas sensíveis, pensantes e afetivas.

Incluir demanda abraçar verdadeiramente, não produzir em lógica vertical, alargando as pessoas e os grupos que possam incluir bandeiras de lutas conjuntas dentro de singularidades, sem competições. Ao promover os encontros das lutas, é possível despatologizar a transgeneridade e entender que os problemas existentes que são atribuídos à *existência* trans são, em realidade, ocasionados pela norma cisgênera que não reconhece suas *vidas*. Como vimos anteriormente, desde as mídias isso é reproduzido ao serem retratados personagens LGBTQIAPN+ depressivos, tristes e transtornados. Valéria Barcellos (2020, p. 79) reflete sobre essa questão ao ponderar que

Se a pessoa se suicidou é porque é trans, e trans tem cabeça fraca e doída. Se foi assassinada, a transexualidade é usada como “também olha o lugar que frequenta, devia estar drogada”. Se foi abandonada, é “porque algo fez”. Em todos os casos a morte foi merecida, foi um prêmio. Ledo engano. Nem na hora da morte um corpo trans tem paz. Muitos e muitas de nós têm seu gênero e nome negados até na hora da morte. A família nos enterra com nomes e gêneros trocados – afinal, “nasceu assim”. Porque “foi assim que eu conheci e não me acostumo”, como se a existência ou dignidade de uma pessoa trans fosse algo a ser confrontado ou motivo de ofensa a outrem. (BARCELLOS, 2020, p. 79).

Em diversos casos de vidas trans, inclusive com as que dialoguei em São Paulo, houveram episódios de abandono, de acesso às drogas e de desrespeito às identidades. Esses problemas não podem ter culpa atribuída a elas, porque elas estavam de acordo com suas identidades e posições e foram desrespeitadas, mas a norma e o moralismo as excluíram desde cedo, afetando dimensões físicas e psicológicas do seu *ser* e *estar* no mundo. Ser travesti é considerado afronta desde criança, desde as mínimas brincadeiras infantis que são realizadas inocentemente e repreendidas por destoarem de valores sociais hegemônicos. A infância, enquanto laboratório de experimentação das identidades, pode trazer os primeiros entendimentos de como nos apresentamos ao mundo e às pessoas, mas precisam ser orientadas e, principalmente, compreendidas para serem livremente possíveis de existir.

Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p. 5), pesquisadora transgênera, nos leva a pensar sobre a formação das pessoas desde a infância, quando são ensinadas a ter determinada aparência a partir do sexo biológico: “se havia ultrassonografia, esse sexo foi determinado antes de você nascer. Se não, foi no seu parto.” Somos pessoas únicas, com características comuns como seres humanos. O que nos diferencia são as experiências, regiões onde nascemos, crescemos, nossa raça, classe social, religião, idade, habilidades, enfim, tudo aquilo que nos difere uns de outros. (JESUS, 2012).

Somos ensinadas que homens e mulheres se comportam de determinada forma desde crianças. Isso nos constrói socialmente, estabelecendo papéis adequados ao gênero, a partir do determinismo biológico, o que é reproduzido ao longo dos tempos nas instituições, na família e em todos os demais âmbitos sociais. Jesus (2012) ainda destaca que a sociedade dissemina que os órgãos genitais definem se uma pessoa é homem ou mulher, quando na verdade a construção do sexo não é biológica, mas social. Letícia Nascimento (2021, p. 18) reitera que as crianças transexuais e travestis sofrem

violências marcantes por não se sentirem pertencentes ao gênero binário que lhes impõem, dificultando sua integração social:

Como mulheres transexuais e travestis, podemos ter tido a infância roubada – ao menos muitas de nós, já que nossas realidades são diversas. A vigilância binária dos gêneros produz violências constantes, tratando de impedir que crianças trans femininas tenham uma infância livre, dado o sentimento de não pertencimento ao domínio socialmente estabelecido como masculino – ou feminino, no caso das infâncias trans masculinas.

Crianças que se identificam no grupo LGBTQIAPN+ sofrem repressões em função de um padrão hegemônico de gênero, que nos separa em homens e mulheres a partir do corpo biológico. Eu, Júnior, também experimentei repressões como homem *gay* cis-gênero. Já fui “feminino demais” dançando no Centro de Tradições Gaúchas (CTG), xingado por brincar de bonecas, já fui “corrigido” enquanto comia um picolé e já fui repreendido por usar roupas socialmente atribuídas às mulheres. Ou seja, mesmo em lares diferentes e sem convivência direta, crianças LGBTQIAPN+ são induzidas a se comportarem de determinado modo a partir do gênero designado no nascimento.

Não é possível, então, pensar o gênero sem transcender ao corpo e às genitálias, porque os comportamentos não se definem biologicamente. É a cultura que define o que é masculino ou feminino, a partir do que vivenciamos. O que é masculino para mim pode ser diferente para outra pessoa, em outro contexto, outro país e outra cultura. Assim, pensa-se o gênero a partir de uma autopercepção e expressão da identidade. Gomes de Jesus (2012, p. 6) ainda reitera que “para algumas pessoas, a vivência de um gênero discordante do sexo é uma questão de identidade, é o caso das pessoas conhecidas como travestis, e das transexuais, que são tratadas, coletivamente, como parte do grupo chamado de ‘transgênero’”.

A identificação de gênero, mesmo que pareça fixa e coerente é, de fato, extremamente instável. A ideia de masculinidade repousa na repressão necessária de aspectos femininos e introduz o conflito da oposição entre masculino e feminino. No entanto, as categorias “homem” e “mulher”, como vimos, não servem para pensar masculino e feminino, pois essas não são características inerentes, mas construtos subjetivos ou ficcionais. Como pensa Gomes de Jesus (2012), as pessoas que se identificam com expressões transgêneras, por exemplo, precisam reconhecer primeiro a si mesmas e tomar decisões antes de se apresentarem a outres da maneira como se identificam. Por isso, a infância travesti e trans costuma ser tão dolorosa e cruel, porque são colocadas desde cedo na padronização masculinista.

Particularmente, como travesti, tive, desde a infância, uma experiência cruel com o machismo e o sexismo, que cerceavam o meu poder de autodefinição, já que não me reconhecia no papel de gênero masculino que me era imposto. Apesar das dores, sempre tive respiros, prazeres clandestinos de uma infância transviada: brincar de boneca, desfilar com vestidos de lençol amarrados, brincar de roda, fazer comidinha com folhas. No encontro com as normas de regulação do meu gênero, a infância foi um laboratório inventivo de outras corporalidades generificadas, isto é, outros modos de produzir corporalidades e gêneros. Compreendendo que não somos naturalmente generificados, mas que há um processo de produção de nós, de nossos gêneros, de nossos corpos. (NASCIMENTO, 2021, p. 19).

Mesmo com a violência que tenta regular os corpos, é possível reinventar o gênero a partir da “clandestinidade” que é relegada a quem foge à norma. Nessas aventuras do imaginário, se recriam possibilidades que vão fortalecendo o ser e a existência. Quando passamos a entender o funcionamento da norma e a perversidade que ela dissemina, combatemos isso remetendo ao conhecimento que nos foi passado desde a infância. Mesmo depois de adultes, a tentativa de corresponder ao hegemônico, ao aceito como “normal”,

é contraditória, seja pessoa trans ou não. Como pensam Marilac e Queiroz (2019, p. 71): “Eu, particularmente, acho que as pessoas se incomodam com os corpos de travestis porque ficam confusas sobre que pronome usar, como nos tratar e em que caixinha de suas cabeças nos colocar”.

Os padrões são inalcançáveis, nunca são plenamente correspondidos e estão mais no campo da ilusão que da realidade. No entanto, na busca pelo padrão normativo, podemos nos assujeitar mais ou menos de acordo com o que esperam de nós e, assim, passamos por menos perseguição, violência e rejeição. Essa é também uma forma de se manter no CISTema, mesmo quando se luta na contramão do que ele impõe.

CORPOS TRANSCOMUNICATIVOS

O corpo comunica sempre, de forma ilimitada, gerando sentidos que podem seguir ou romper padrões de modo imprevisível. Nísia Martins do Rosário e Lisiane Machado Aguiar (2014) pensam o corpo na inter-relação com a cultura, afirmando que para entender um corpo é necessário ler os códigos e processos culturais que o constituem dentro de uma relação íntima com a cultura. A corporalidade, para Rosário e Aguiar (2014), estaria tratando de processos comunicacionais de ordem do corpo, sendo necessário entendê-la em sua inserção cultural.

Inicialmente, o corpo pode ser visto pela sua materialidade, sua experiência física enquanto objeto mediador entre a mente/alma e o mundo. (ROSÁRIO; AGUIAR, 2014). No entanto, a corporalidade engendra dimensões complexas para a comunicação porque correlaciona e comunica através de físico, mente, psique, alma e diversas outras pluriarticulações de elementos. De acordo com Rosário

(2002), em perspectiva histórica, a ideia do corpo foi sendo modificada e também estruturada em dualidades, como corpo e alma, razão e emoção, senso e dissenso, feminino e masculino, sendo que essas categorias produzem sentidos nos sistemas econômicos, políticos e culturais das sociedades ocidentais.

Como vimos refletindo anteriormente, o corpo travesti e transexual pode seguir ou subverter a norma, pode permanecer em constante mudança e não ser codificado ou decodificado dentro de estruturas padronizadas. Capaz de ambiguidades, os corpos fluem e transitam entre múltiplas possibilidades no universo das transgeneridades, indo além de dualidades e binarismo. A cultura normativa que padroniza os modos de comportamento e vestimenta, por exemplo, institui que determinadas peças seriam exclusivas de certos gêneros e identidades. Aquilo que foge do “feminino para mulher” e “masculino para homem” causa estranhamento porque rompe com a norma binária. No entanto, esses tensionamentos são formadores de outras corporalidades e expressões de identidades múltiplas.

O corpo é a peça de arte da travesti. É nosso pedaço de pedra-sabão, nossa tela em branco. É nele que expressamos nossa visão de beleza, de transgressão às normas, nossa leitura do feminino. É um processo de digestão: a gente pega a mulher que nos é dada pela sociedade, a interioriza, elabora, dá cara própria – enfim, digere – e a exterioriza de novo, modelando-a no próprio corpo. (MARILAC; QUEIROZ, 2019, p. 71).

Corporalidades travestis e transexuais comunicam desejos, identidades, vontades, expressividades e materialidades. Elas são a-normais não por abjeção, mas porque fogem à norma em uma fuga que não é simplesmente intencional, é por comunicar o ser. A cultura e as pluriarticulações delas estão ali. Rosário (2002) ainda reflete que é possível simular o corpo com acessórios, maquiagens e vestuários, podendo mascarar ou ressaltar especificidades. Esses signos colaboram na formação de uma nova estética ou reproduzem conceitos já estabelecidos de forma constante.

As corporalidades trans e travestis são dotadas de estéticas singulares, manifestando uma conexão única com suas intimidades, lutas e identidades. São corpos que se fazem em prol da existência, da expressividade do ser, ou seja, é um corpo em constante (re)nascimento. Alisson Machado (2019, p. 119) pensa que “o corpo travesti, como a literatura indica, já é pensado enquanto um corpo tecnológico, virtual e transformado. Sobre o corpo travesti, o argumento da perda e adeus do corpo parece perder ainda mais sua validade”. Os corpos trans e travestis são valorizados por elas em suas mudanças, porque são vividos nas materialidades e dinâmicas da experiência cotidiana. (MACHADO, 2019).

Assim, considero o corpo um meio de comunicação das identidades das pessoas, expressando seus códigos, significados, diversidades, culturas, desejos e modos de existir. Me alinho a Nascimento (2021) quando considera a urgência de desnaturalizar os corpos trans e travestis para fazer emergir performances de gênero além do binário masculino e feminino que partem do pressuposto de um corpo natural. Para ela, “é preciso bagunçar as fronteiras entre a suposta naturalidade e a artificialidade, uma vez que corpos trans são tão artificiais quanto os corpos cis”. (NASCIMENTO, 2021, p. 129).

Como as corporalidades estão imbricadas de performances e processos comunicacionais, o corpo trans comunica de uma forma transcomunicativa porque é nele que são impressos seus processos comunicacionais, funcionando como instrumento de expressão cultural, mídia primeira de acesso às suas identidades e maneiras de estar no mundo. (Norval BAITELLO JÚNIOR, 2014). Seus valores, regras e expressividades estão ali comunicando uma corporalidade singular. (Jocimar DAOLIO, 1995). O corpo trans é agente transcomunicativo quando usado como forma de pautar uma existência-resistência, uma luta, e quando é usado pelas mulheres trans e travestis para manifestarem elas mesmas e suas presenças no mundo.

Comunicar com o corpo também é uma forma de pertencer a um lugar ou grupo, a partir de classe social, gostos, formas de expressão e significados que compartilham com outros corpos. (Pierre BOURDIEU, 2013). Essas corporalidades transcomunicativas participam de uma coletividade que comunica através de seus corpos que, para Bourdieu (2013), é visto como um capital produzido a partir de investimentos e indeterminações dentro de uma estrutura social e econômica. Dentro dos recursos culturais e econômicos de cada uma, as trans e travestis se expressam pelos acessórios, vestimentas e maquiagens, dando uma tonalidade única para suas performances de gênero através das suas corporalidades.

As corporalidades trans e travestis, expressas em suas performances de gênero, também se fazem através de “discursos, regimes de verdade, materializações de corpos, aparatos jurídicos sobre gênero que se proliferam socialmente”. (NASCIMENTO, 2021, p. 60). As trans e travestis com quem conversei consideram o corpo uma manifestação do *eu* que permite a elas entrar e transitar em determinados espaços, mas também dificultam a inserção em outros.

Para ingressar na Casa Florescer, por exemplo, é preciso expressar uma corporalidade trans. Porém, o acesso ao emprego formal, para muitas das meninas que lá residem, é dificultado justamente pela expressão dessa corporalidade. O acesso à escola, por vezes, também é dificultado pelo preconceito às suas identidades de gênero. Por isso, podem adaptar-se às condições impostas pelo sistema na apresentação de seus corpos para negociar com os espaços, transcomunicando o corpo de diferentes maneiras. Como pensa Letícia Nascimento (2021, p. 60), “dessa forma, as corporalidades de mulheres transexuais e travestis na relação com tais discursividades e materializações podem aceitar, rejeitar ou produzir subversões sobre uma série de negociações, assim como as mulheres cis, brancas ou negras também o fazem”. Se o gênero é um discurso, então também comunica pelo corpo. Se comunica, é comunicativo. Se é trans comunicando por seu gênero, é transcomunicativo.

PENSANDO UMA TRANSCOMUNICAÇÃO

A comunicação é uma dimensão central para a construção das interpretações e representações do gênero. A linguagem oferece sistemas de significação e ordens simbólicas que permitem ler as manifestações sociais. (FOUCAULT, 2017; LOURO, 2014). As leituras que fazemos do gênero estão relacionadas ao que nos é ofertado pelas mídias, o que é instituído como “normal” pelas instituições e pela sociedade. Elas são atravessadas pelas múltiplas linguagens, sendo o jornalismo e programas reais e/ou fictícios colaboradores nessas leituras. No sistema heteronormativo e cisgênero, muitas vezes, são colocadas as divisões literais entre masculino e feminino. A relação entre masculinidade e poder gera articulações de regras e relações sociais que olham a partir do que é convencionalizado como masculino.

Quando Jaqueline Gomes de Jesus pensa a identidade de gênero, descreve-a como o gênero pelo qual a pessoa se identifica, podendo ou não concordar com a designação que foi dada ao nascer, diferente da sexualidade que só pode ser definida após um processo de autodescoberta. Ela afirma que “identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero.” (JESUS, 2012, p. 14).

Sendo assim, o gênero é instável, se constrói com a identificação pessoal. Morales Medina (2019) pensa que a configuração da travesti se faz fora dos limites normativos, na subjetividade do próprio corpo para se dizer, se expressar e se mostrar. A performatividade, então, como pensada por Butler (2002), auxilia na compreensão desse corpo que comunica em uma esfera do poder que atua como discurso, combinando múltiplas textualidades e linguagens que não se traduzem numa corporeidade fixa.

Este corpo precisa ser mostrado a partir da hipertextualidade, da confluência de várias linguagens, porque na tradução textual dele perdemos as texturas, as tonalidades do discurso sonoro. Nele se combinam palavras, sonoridades, emoções, ruídos, sotaques, corporeidades que não se podem traduzir. (MORALES MEDINA, 2019, p. 90).

Comunicando-se dessa forma múltipla, o corpo travesti e transexual não é passivo às regulações do biopoder (Paul PRECIADO, 2011), ele age elaborando novas linguagens corporais, produzindo novos poderes que podem ou não ser contra-hegemônicos. Esses corpos (re)criam normas através dos espaços que frequentam, como se apresentam e como elaboram suas resistências e existências. Alison Machado (2019, p. 110) reflete que “é pelo fato de portarem em si mesmos os fracassos e resíduos de uma história de normalização que esses corpos encontram possibilidades de intervir contra e nos dispositivos de produção da subjetividade sexual”. O corpo da travesti é uma experiência sensorial que negocia com o biopoder em uma ação política comunicante. (MORALES MEDINA, 2019). As lutas e negociações com esse biopoder, porém, ampliam as vulnerabilidades sociais e, portanto, o conceito de interseccionalidade ajuda a pensar nos recortes identitários de mulheres transexuais e travestis para superar as opressões através de políticas públicas e articulações. (NASCIMENTO, 2021).

Na comunicação, a interseccionalidade é um conceito chave para perceber como operam as violências e assujeitamentos a partir dos marcadores sociais. (Kimberle CRENSHAW, 2004). A partir do feminismo negro, autoras se articulam nessa reflexão para pensar em metodologias e paradigmas teóricos que possam denunciar o modo estrutural que submete as mulheres às violências oriundas do sexismo e do racismo. (Carla AKOTIRENE, 2019). De acordo com Nascimento (2021, p. 82), a interseccionalidade ajuda a “pensar, além de uma política de fragmentação das identidades, o modo como o CISTema colonial moderno produz uma interação estrutural com

efeitos políticos e legais no governmentamento necropolítico de nossas corpos subalternas". Apesar de muitas autoras trans serem negras e defenderem pautas relacionadas ao transfeminismo negro, neste trabalho não realizo um enfoque nesse recorte de raça, considerando também as co-produtoras autodeclaradas brancas na pesquisa, mas reconhecendo a importância dessas reflexões e construtos teóricos para entender o gênero e a transgeneridade.

São questões interseccionais, porém, que se levam em conta para pensar as exclusões e opressões de gênero. Em meios de comunicação e na publicidade, por exemplo, acontecem repressões e resistências por parte do CISTema quando campanhas fogem ao padrão normativo. É o caso da marca Natura que, no Dia dos Pais de 2020, teve como modelo o ator trans Thammy Miranda, filho da cantora Gretchen Miranda. Fundamentalistas religiosos como Silas Malafaia promoveram boicotes à marca por ela utilizar um homem trans na propaganda. Refletindo sobre essa campanha, Valéria Barcellos (2020, p. 129) questiona:

Você, homem hétero-cisgênero, não se sentiu representado na tal publicidade? Pois pense que é, justamente, pela falta da nossa representatividade que nós, pessoas trans, lutamos há anos. É pela visibilização das nossas existências, enquanto pessoas que consomem, pessoas que vivem e pessoas que são pessoas. Gentes! Saiba que se você gosta de se ver nesse tipo de propaganda, nós também gostamos e mais que isso, também temos esse direito.

Dentro do capitalismo, mesmo estando às margens da economia e da política, as travestis e mulheres transexuais são consumidoras de inúmeros produtos, inclusive cosméticos e produtos de farmácia. Na lógica de consumo, sua presença nas mídias e publicidades é importante não apenas para reconhecer suas existências, mas é o modo pelo qual as marcas investem nos seus compradores através de capital simbólico. Mesmo que haja interesses comerciais,

há um passo importante na conquista da visibilidade das pessoas trans como existentes no mundo e parte da engrenagem do mercado.

Falta à cisgeneridade o reconhecimento das diversidades de gênero das transgeneridades. A ideia fixa do corpo sexuado é limitadora da percepção cis sobre a campanha, uma vez que só é possível questionar a masculinidade de Thammy Miranda porque enquanto figura pública foi conhecido antes da transição. De outra forma, não é possível relacionar seu gênero à genitália. Independentemente da identificação de gênero, Thammy é pai, condição dada a ele de modo legal, e como tal ele pode ser representante de toda uma categoria de pais dentro do que Judith Butler (2017) pensa como paródia de gênero, um elemento das performances de gênero tanto trans como cis que se fazem por repetição de expressividades, ressignificações de sentidos e produções de corporalidades que podem ser subversivas ou normativas.

O exemplo de Thammy Miranda, apesar de ser homem trans (e não mulher trans, que é a referência para a pesquisa), é ilustrativo porque seu caso gerou muita repercussão à época, principalmente pelo boicote à marca promovido pelo pastor Silas Malafaia, conforme citado anteriormente. Como ocorrido com as teledramaturgias e novelas na televisão, primeiro houve a repressão a um beijo entre gays, na campanha de O Boticário no Dia dos Namorados de 2015, e, em 2020, contra um homem trans aparecendo como pai.

Imagem 41 - Thammy Miranda, o filho e a esposa



Foto: Zero Hora (2020).

Quando reflete sobre as práticas sociocomunicativas de travestis na construção de trajetórias digitais, Alisson Machado (2019) trata não apenas do consumo na lógica de mercado, mas das plataformas de redes sociais digitais. Nesses espaços, elas experimentam seus cotidianos, compreendem a si mesmas e dão significados diversos às suas relações. Como propõe o pesquisador, através do consumo, as pessoas encontram “formas de manejar seus recursos culturais e sociais a fim de propor agenciamentos possíveis” (MACHADO, 2019, p. 37). Por mais que o consumo esteja relacionado ao uso de coisas que podem gerar determinações sociais, diferenciações e ordenamentos, também pode ser usado como resistência.

O consumo está associado a satisfação de necessidades, formas de se relacionar com a sociedade e de entender a si mesmo. (Anthony GIDDENS, 2002). A representatividade através de uma campanha pode acionar vontades de consumir, sentir-se incluído dentro de uma sociedade que consome e, de forma simbólica, produzir “identidades e trânsitos identitários no tecido social, bem como as estratégias pelos quais os atores e grupos definem

diversas de suas posições, situações e experiências do cotidiano” (MACHADO, 2019, p. 73).

O espaço publicitário dado às pessoas trans colabora para uma lógica mais inclusiva, apesar dos interesses de mercado, ainda mais se pensamos no discurso *vitimizador* que se tem construído sobre travestis historicamente, como pensado por Morales Medina (2019). A pesquisadora analisou notícias jornalísticas que falavam sobre travestis e, ao fazer o exercício de análise das matérias, percebeu que “os meios estão colocando as pessoas travestis em lugares de marginalidade, naturalizando e lhes responsabilizando pelas violências”. (MORALES MEDINA, 2019, p. 94). As travestis são consideradas descartáveis pelas mídias, como corpos que não importam. (BENTO, 2015). Suas capacidades de agência são retiradas ao serem vitimizadas e marginalizadas, não considerando seus sonhos, anseios e desejos quando são retratadas ou noticiadas, focando apenas na violência.

As travestis têm sido esvaziadas de sentido como sujeitos políticos e privadas de seus direitos cidadãos, o que as leva a habitar espaços de violência sexual que chegam a mortes violentas em muitos casos. Violências físicas, emocionais e simbólicas acometem tanto os corpos e subjetividades desta população, como na construção de imaginários das sociedades. (MORALES MEDINA, 2019, p. 94).

As formas de consumo excludente e o silenciamento das pessoas trans nas mídias, assim como a rejeição a seus corpos, geram violências que acabam por reduzir suas pautas aos imaginários de vitimização, como problematiza Morales Medina (2019), espetacularizando seus corpos como abjetos, sofridos, que morrem e são violentados. Esses discursos podem reforçar desigualdades e transfobia, uma vez que são vistas somente dessa forma. Suas outras formas de existir, viver e amar são excluídas das mídias porque são histórias que não vendem e, quando não são aceitas em publicidades, acabam sendo deixadas de lado para evitar perdas financeiras. Assim as pessoas trans podem perder espaço de agência política e social.

O desafio é construir outros discursos que não o da vitimização, pensar uma transcomunicação a partir das travestis e transexuais para que as mídias as representem de modo mais humano, multidimensional e colaborem com as suas cidadanias. As mídias operam em múltiplos processos comunicacionais através da televisão, do rádio, da internet, das mídias sociais, meios físicos e digitais, afetando as percepções do público em relação às formas como as pessoas são representadas e apresentadas.

Os imaginários e formas de ver são, em parte, construídos a partir dos consumos de mídias. No caso das travestis, ainda de acordo com Morales Medina (2019), as interfaces midiáticas carecem de produções sobre elas, por uma parte porque elas são minoria quantitativa e não representam grandes lucros às demandas comerciais e, por outra parte, porque a capacidade de consumo delas, que estão em condições de marginalidade econômica, não interessa ao mercado que visa o lucro. Esse é um dos motivos pelos quais seus corpos também são explorados pelas mídias para trazer lucro através da patologização e da pornografia.

A ARTE, O PORNÔ E AS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS VENDIDAS PELAS MÍDIAS

A travesti tem a periferia como seu lugar de enunciação e representa discursos de centralidade desde suas condições de marginalidade, consumindo modelos padronizados de beleza que são colocados a partir das instituições midiáticas, intervindo em seus corpos com maquiagens, vestuários, cabelos etc. (MORALES MEDINA, 2019). As mulheres trans e travestis constroem seus discursos ora contestando as normas hegemônicas, ora reproduzindo elas. O corpo transcomunicativo é um dispositivo comunicativo para

elas, que o configuram de acordo com suas identidades e realidades. Elas se afirmam como políticas e comunicantes através dele, jogando com as normas e os papéis de gênero, com os comportamentos atribuídos como femininos ou masculinos, rompendo as binaridades com seus modos de andar, falar, vestir e produzir.

As corporalidades transexuais e travestis também podem ser pensadas como expressão artística porque carregam mensagens e, como pensa Barcellos (2020, p. 164), “a arte é transgressora, e, não por acaso, é um substantivo feminino, capaz de passar algo de um lado ao outro, que infringe, viola, atravessa e diz muito. Subliminarmente, ou nem tanto assim, escancarada num refrão protestativo!”. Essas corporalidades se expressam através do desejo ou de um corpo utópico (FOUCAULT, 2010), que deseja *ser* transgressor e singular, vivo e resistente.

O transgredir desses corpos, e preciso me ater à ironia do sufixo trans em “transgredir”, nada mais é do que externar um desejo legítimo de ser por fora quem se é por dentro. A população, em geral repudia o que desconhece e, por não conhecer, também não faz questão alguma de tomar ciência real do que repudia. Somos, sim, um grande arremedo de conceitos adquiridos durante a vida. Nossos conhecimentos são limitados às coisas do nosso entorno e das nossas vivências – e é pra esse ponto que chamo a atenção. (BARCELLOS, 2020, p. 166).

O corpo transcomunicativo existe através da arte, quando comunica sua realidade, se apresenta ao exterior mostrando sua vida interior. Como pensa Barcellos (2020), a arte possibilita a transgressão porque transmite a mensagem de que corpos trans são corpos como quaisquer outros e dizem, contribuem e aprendem. Ademais, a arte transgressora produzida por corpos trans pode acabar com a agressão às trans, a trans-agressão, no trocadilho usado por ela, porque sensibiliza, rompe os conceitos pré-estabelecidos pela sociedade heteronormativa. As agressões são feitas, principalmente, através do não reconhecimento do gênero das travestis e transexuais,

vistas como fora das *mulheridades* ou *feminilidades*, afirmadas até mesmo pela mídia como “homens vestidos de mulheres” ou corpos cômicos e desviantes. Dentro do CISTema de sexo-gênero-desejo, elas são corpos que ainda precisam lutar para ocupar espaços, inclusive dentro das lutas feministas. (NASCIMENTO, 2021).

Em relação à comunicação, o corpo travesti também é comercializado como erotizado e, como visto anteriormente, o Brasil é o país que mais consome pornografia transexual. A patologização desses corpos pela medicina e indústria farmacêutica, o desejo sexual pelos corpos considerados desviantes e fora da norma levam ao que Paul Preciado (2018) pensa como técnica farmacopornográfica de produção e fixação de sujeitos, que é governada pelo regime cis-heteronormativo. Para o autor, pessoas são reinventadas quando a indústria farmacêutica e as mídias influenciam no modo de produzir seus corpos. O desejo sexual é orientado pela mídia pornográfica e os estímulos do corpo (como hormônios e estimulantes sexuais) são afetados por substâncias químicas.

Letícia Nascimento (2021) também traz as técnicas farmacopornográficas à análise para pensar o corpo travesti como artificial, produzido como os desejos e a partir de técnicas biotecnológicas e semióticas. As travestis e transexuais utilizam desse poder farmacopornográfico para produzirem brechas, usando biomoléculas para produzirem seus corpos, como hormônios e silicones, por exemplo. No entanto, como geralmente são patologizados, esses corpos são muitas vezes proibidos de acessarem terapias designadas às mulheres cisgêneras, o que demarca um local periférico para a produção de corporalidades trans que recorrem a silicones industriais e medicamentos oferecidos por outras mulheres trans e travestis. Dentro desse regime, elas usam táticas de resistências para encontrar brechas.

Ao associar trans e travestis ao uso desses hormônios e do silicone industrial, as mídias patologizam os corpos dessas existências

que recorrem a intervenções perigosas e clandestinas. (VERAS, 2017). Para corpos cisgêneros, o uso de hormônios e medicamentos reguladores de estrogênio ou testosterona, por exemplo, são populares, mas quando são solicitados por corpos trans, são moralmente julgados e patologizados. Letícia Nascimento (2021, p. 138) pensa que entraves jurídicos, médicos e morais afastam as pessoas transgêneras da autodeterminação de seus corpos porque “qualquer tipo de intervenção corporal, muitas vezes, passa por vieses morais e patologizantes que buscam normatizar as subjetividades trans, reconduzindo-as a uma naturalidade essencial cis-heteronormativa.”

Importante lembrar, como vínhamos dialogando anteriormente, que não existe um gênero original ou essencial, mas uma constante produção de corpos e diferenças. O privilégio cisgênero faz com que o acesso de pessoas cis à indústria farmacêutica e estética seja facilitado, enquanto a hormonização, cirurgias de redesignação sexual, mamoplastias masculinizadoras, histerectomia e outros procedimentos são regulados pelo Estado, pela ciência, pela medicina e pelo poder farmacopornográfico sobre pessoas trans. Enquanto pessoas cisgêneras têm maior liberdade para intervirem em seus corpos com procedimentos hormonais e estéticos, pessoas trans têm sua autodeterminação limitada, o que “influencia diretamente na dimensão da saúde mental, ocasionando depressões e, por vezes, suicídios”. (NASCIMENTO, 2021, p. 143).

No Brasil, esse discurso do poder pornográfico sobre corpos trans pode ser pensado a partir de Roberta Close, uma figura que apareceu em programas de televisão e, em 1984, posou para a revista *Playboy*.

Imagem 42 - Capa da revista *Playboy* com Roberta Close

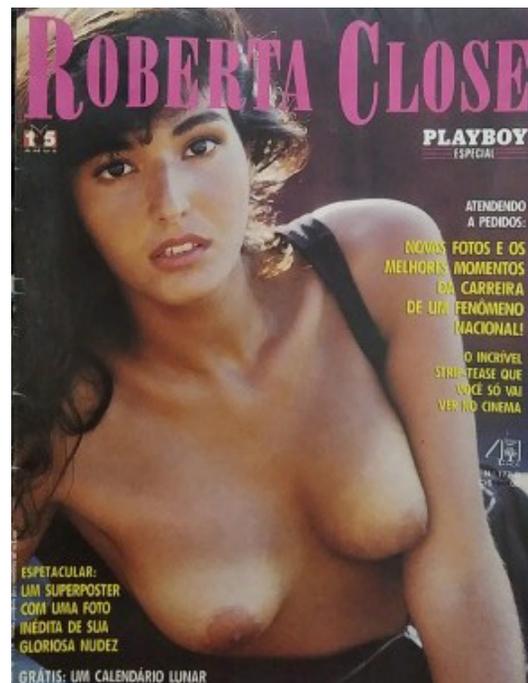


Foto: *Playboy* (1984).

A partir de então, ela conquistou espaço midiático, mas era lida como uma farsa, um truque. Nascimento (2021, p. 134) reflete que “com o intuito de fixar a identidade cis-heterossexual como norma, o poder farmacopornográfico relega as transgeneridades ao espaço do fetiche, o que se torna evidente com a incômoda curiosidade que Roberta Close desperta”. A figura de Roberta começa a abrir espaço para as transgeneridades e travestilidades como possibilidades de outros gêneros e, na época, começou a fazer o CISTema ruir, porque ao circular no espaço midiático, mostrou que o gênero é performance, fabricada através do corpo que demonstra plasticidade e artificialidade, rompendo o ideal essencialista do que é ser mulher. Ela não era homem, era uma mulher transexual,

uma travesti com uma corporalidade expressa fora da caixa normativa de sexo-gênero-desejo. No entanto, em Roberta Close focavam demais na beleza, abrindo portas para outras trans, mas de forma caricata e marginalizada.

Além de Roberta Close, outro marco midiático relevante para a expressividade de transgeneridades foram os carnavais a partir do século XX. Elias Veras (2017) pensa que esses foram espaços para experimentar performatividades femininas dentro das homossexualidades, que começaram a dar brechas para as travestis. Nos bailes dos anos 1950, eram realizados concursos com cobertura midiática em que homossexuais usavam fantasias e elaboravam performances femininas, aparecendo em revistas e na televisão. Na década de 1970 a travesti passa a ser midiaticizada, mas como marginal e clandestina dentro do poder farmacopornográfico. Porém, “aos poucos, o ‘travestismo’ deixa de ser uma prática alegórica e carnavalesca, fissurando a homossexualidade e produzindo a emergência da travesti como identidade de gênero”. (NASCIMENTO, 2021, p. 135).

Essas visibilidades midiáticas produzem rupturas ao binário normativo, porque borram as fronteiras do gênero e demonstram resistências à cis-heteronormatividades contribuindo para as materialidades e performatividades travestis e transexuais. No entanto, a espetacularização e sexualização desses corpos reforçam a condição de dissidência e marginalidade no CISTema, porque continuam sendo corpos exóticos e apreciados porque não são “normais” perante o padrão hegemônico. Assim como a própria arte, a corporalidade travesti é vista como marginal, uma manifestação de dramas sociais que, por vezes, são negados e tentam ser silenciados, dificultando o acesso à cidadania.

CIDADANIA TRANSCOMUNICATIVA

A cidadania não é dada como direito ao nascer. Assim como o gênero que, equivocadamente, se atribui ao nascimento, ela se constrói e/ou desconstrói com o conhecimento dos mecanismos sociais. Só sabemos o que é “homem” porque nos ensinam e reforçam. Só sabemos o que é “mulher” porque nos ensinam e reforçam. E nos ensinam e reforçam que a genitália é o que define, que a partir dela construímos nossa identidade e nossos comportamentos. Se um filho “homem cisgênero” não corresponde ao ideal do CISTema, não preciso cultivá-lo, amá-lo e acolhê-lo porque ele não é considerado humano. Nessas relações de desumanização, a desumanidade começa por quem primeiro a praticou e se desumanizou para expulsar o filho, jogá-lo à sarjeta, na responsabilidade de um Estado de necrobiopolítica que o mata porque ele não merece viver e gerar despesas.

Viver com vergonha, sem amor e sem esperanças não é viver, é sobreviver. Por isso, é tão importante entender o gênero, promover uma cidadania transcomunicativa que olhe e contemple não somente as pessoas transgêneras, mas todas as pessoas inclusas na sigla LGBTQIAPN+ e que interseccionem qualquer marcador de desigualdade pela sua forma de ser e existir no mundo. Mais do que isso, é possibilitar que comunique e reivindique seu espaço e que suas demandas também sejam comunicadas, levadas em conta e garantidas. Pelas mídias, pelo Estado, pela sociedade, é preciso criar, exercer e experimentar uma cidadania transcomunicativa.

Pensar a cidadania transcomunicativa implica transcender aos conceitos clássicos, superando o reducionismo de um pacto de direitos e deveres entre a sociedade e o Estado. (Thomas Humphrey MARSHALL, 1967). Compreendo a acepção mais ampla da cidadania como Livia Freo Saggin (2016, p. 134), pensando que “os sujeitos são munidos de capacidades, inteligências e aptidões para tomar

decisões e que as relações que estabelecem dentro de suas comunidades são determinantes para definir as participações que terão dentro da sociedade". A pesquisadora concebe a cidadania como um conceito não-individual, mas coletivo, que resulta da mistura de diversas dimensões de sujeitos que convivem na sociedade, a partir de relações e interações com outros.

Desse modo, a cidadania não acontece somente através de um sistema de direitos e deveres de indivíduos para com o Estado, mas por meio de lutas sociais por reconhecimento, exercício de direitos, combate à discriminação, exclusão e assujeitamentos. No cotidiano, são tensionadas e praticadas diferentes maneiras de cidadania na sociedade, uma vez que as pessoas são capazes de lutar e reivindicar espaços. (SAGGIN, 2016). Neste sentido, Maria da Glória Gohn (2010) reflete sobre a formação e articulação de movimentos sociais para gerar espaços de debates, reflexão e lutas por direitos para construir e reconstruir culturas e identidades.

Dentro de locais como a Casa Florescer, a cidadania seria, assim, uma forma de desenvolver coletivamente uma cidadania que contrapõe noções hegemônicas. As mulheres nesse espaço elaboram sua cidadania considerando elementos políticos e culturais dentro de suas diversidades culturais. (Néstor GARCÍA CANCLINI, 1999). São estratégias formadas a partir das subjetividades dessas mulheres que formam políticas capazes de administrar as diferenças e promover uma cidadania que condiga às suas reais necessidades. Ainda que estejam dentro de uma categoria econômica marginalizada, seus corpos são elementos de luta conjunta para reverter políticas excludentes, assim como as trabalhadoras da prostituição nas ruas que se articularam na construção de movimentos sociais como a ASTRAL.

García Canclini (1999) ajuda a pensar fenômenos comunicacionais em relação às identidades culturais que, num espaço midiático, podem formar processos comunicacionais desarticuladores e hibridizadores, combinando as existências e usos das mídias para

um novo conceito de cidadania. Esses movimentos podem ser contra-hegemônicos, como pensa Boaventura de Sousa Santos (2008), quando se posicionam frente à opressão capitalista e de mercado. Assim, se formam princípios de igualdade e reconhecimento das diferenças socioculturais que podem gerar lutas integradoras, como a do transfeminismo, movimento que abraça identidades trans e não trans na busca pela superação de um feminismo excludente de *outriedades* e existências que divergem da norma.

A inclusão de pautas travestis, transexuais e transgêneras dentro de uma perspectiva feminista é um dos primeiros avanços na busca pela cidadania transcomunicativa, porque reconhece a organização dentro de um movimento coletivo formado por pessoas diferentes em suas subjetividades, mas que performam, experimentam e negociam representações políticas. Gênero, política, cidadania e corpos se unem em suas diversidades sem dispersar, mas valorizando as diferenças que formam um grupo transfeminista e transcomunicativo. De novo, pensa-se que é necessário reconhecer as *mulheridades* e *feminilidades* dentro desse espaço não essencializando ou universalizando uma categoria mulher. A cidadania transcomunicativa é construída em articulações de mulheres trans, mas abrange outras existências que manifestam feminilidades ou não e compreendem dimensões plurais nas suas formações identitárias.

Letícia Nascimento (2021, p. 22) pensa o transfeminismo como parte do feminismo, como uma possibilidade para repensar as relações entre sexo-gênero-desejo e pluralizar as sujeitas do feminismo. Para ela,

O transfeminismo estabelece um diálogo de corpos dissidentes da cis-heteronormatividade com os feminismos, daí a ampla possibilidade de auto-definição. Assim, o transfeminismo reconhece que muitas performances e experiências não escritas dentro do termo “mulheridades” possam ser parte do feminismo, como as que se reconhecem dentro das travestilidades (travestigeneridades). (NASCIMENTO, 2021, p. 43).

Avançando a discussão do transfeminismo, que serve de inspiração à cidadania transcomunicativa, para uma dimensão transcomunicativa, recupero o argumento de Livia Saggin (2016) de que, para constituir uma nova cultura política para sujeitos da contemporaneidade, perpassamos integralmente o âmbito da comunicação, porque ela possibilita novas dimensões “políticas, subjetivas, emancipatórias, críticas, novas posturas participativas e cidadãs podem ser trabalhadas e desenvolvidas na esfera sociocultural e comunicacional”. (SAGGIN, 2016, p. 138).

A comunicação é um espaço de visibilização, discursos, manifestações e demandas, através dela é possível conectar e gerar reflexões constitutivas de novos meios sociais. As travestis e mulheres trans dessa pesquisa comunicam com seus corpos, suas vozes, suas inúmeras possibilidades de significação, através do quê e de como produzem suas materialidades, seus sentidos e suas marcas. (MACHADO, 2019). A discussão sobre gênero é uma porta para pensar um conceito mais abrangente sobre as corporalidades e possibilidades da comunicação, dando entrada para pensar as presenças e potencialidades travestis e trans na comunicação de sua cidadania, como a querem e de que forma a exercer.

Dentro dos gêneros, as discussões sobre feminismo ajudam a pensar articulações para lutar contra as opressões e refletir sobre raça, etnia, sexualidade, classe, nacionalidades, entre outras interseccionalidades para agrupar pessoas historicamente marginalizadas ou excluídas. O feminismo pensado a partir das experiências travestis e de mulheres trans já percorreu as teorias de gênero clássico, se formou na rua junto com elas, nos seus debates, eventos, grupos de articulação e espaços de luta e, por isso, como pensa Nascimento (2021, p. 70):

É importante reconhecer, valorizar e divulgar que nós, mulheres transexuais e travestis, somos produtoras de epistemologias. Não somos exemplos exóticos de dissidência de gênero prontos para serem inventados por

pesquisadores e demais curiosos de modo geral. Afinal, é nisso que o transfeminismo consiste prioritariamente: um movimento epistêmico e político feito por e para mulheres transexuais e travestis.

A pesquisadora reflete que os feminismos têm congregado experiências de resistência às desigualdades de gênero ao longo do tempo, sendo a categoria gênero central como ferramenta política e conceitual para construir experiências coletivas contra opressões sexistas. (NASCIMENTO, 2021). Dentro dessas experiências compartilhadas e refletidas nas coletividades, podemos pensar que os movimentos sociais e as pessoas que deles participam geram resistências e ressignificações nas formas de fazer política, mobilizando uma nova visão sobre a sociedade e suas demandas, como pensa Leila Lima de Sousa (2021), destacando os elementos do *afeto* e das *emoções* como caminhos que constituem essas lutas.

A fim de elaborar essa cidadania transcomunicativa, é importante transformar a mentalidade, usar os movimentos sociais comunicacionais como potenciais despertadores de consciência crítica entre as pessoas. (CASTELLS, 2011). Além disso, com esse despertar de autonomia na consciência crítica, pessoas se mobilizam além das instituições, de acordo com seus interesses e demandando espaços próprios de autorrepresentação. (CASTELLS, 2013). Na sociedade multimidiatizada, os dispositivos tecnológicos e as redes digitais são elementos importantes no desenvolvimento da cidadania, por isso o direito à comunicação e o acesso aos meios importa para a cidadania transcomunicativa. A comunicação em relação à cidadania ainda é dimensão expressiva para a formação de consciências político-sociais (PERUZZO, 2012), sendo elemento para romper com as estruturas reprodutoras de exclusões e potencial problematizadora dos mecanismos que garantam cidadania efetiva.

Porém, o espaço conquistado com luta para uso da comunicação enquanto meio de efetivar cidadania transcomunicativa pode ser contestado pelas tecnologias do poder e da opressão

hegemônicas, que se espalham ao passo em que a luta e a resistência cidadã cobram seus direitos e têm acesso a eles. (SOUSA, 2021). As pessoas, quando articuladas em coletivos e grupos de luta conjunta podem efetivar direitos numa práxis cidadã que ressignifica constantemente performances, saberes e epistemologias, como as travestis e transexuais que produzem seus conteúdos, midiaticizam suas demandas e se articulam em espaços organizados para suas performatividades e convivências.

Essa relação política de sujeitos é pensada por Adela Cortina (2005) como uma dimensão da cidadania, que constrói mecanismos e simbologias para que as pessoas se identifiquem em comunidade, se reconheçam como pertencentes de uma lógica comum e que se constitui parte de suas identidades. Nesse sentido, a cidadania estabelece processos sociais, comunicacionais e culturais que afetam as vivências e experiências de sujeitos. (SOUSA, 2021). A pertença vincula as singularidades das mulheres trans e travestis dentro de um grupo, considerando suas identidades não de uma forma fechada, mas plurais, procurando igualdade num sentido de dignidade e cidadania. (CORTINA, 2005). Garantir cidadania não é somente ter direitos políticos e econômicos, porque seria limitada, é preciso considerar a ocupação de espaços culturais, educativos, éticos, científicos, acadêmicos e comunicativos.

Passar de uma cidadania comunicativa a uma cidadania transcomunicativa demanda ultrapassar os limites de racionalidade e justiça pensados por Cortina (2005), entendendo quais são os espaços ocupados pelas travestis e transexuais, e quais dimensões emocionais, identitárias e éticas perpassam por elas. Para Maria Cristina Mata (2006), a comunicação é espaço para constituição e exercício da cidadania, onde as práticas apropriativas de sujeitos nas suas relações com os meios de comunicação se tornam modos de potencializar suas existências públicas e de suas comunidades, estabelecendo processos de acesso ao conhecimento e formas de aumento do poder social das pessoas. (SAGGIN, 2016).

A produção e a visibilidade das mulheres transexuais e travestis no ciberespaço pode ampliar o *status* da cidadania, porque ela é uma das dimensões sociais que constituem sua presença no mundo. A cidadania, por si só, não é garantidora de uma vida plena (CORTINA, 2005), mas é meio de acesso a um reconhecimento integrador de direitos. A cidadania transcomunicativa é porta de acesso à socialização das epistemologias trans, das competências, sabedorias, culturas, históricos, produções e mídias dessas mulheres trans e travestis, mas também uma cidadania inclusiva de irmanamentos LGBTQIAPN+. Por isso, além das mídias, importa conhecer os hábitos de consumo midiático das mulheres trans e travestis, as relações que estabelecem com as mídias e como experimentam suas existências e seus corpos no contato com elas, como se expressam através dos processos comunicacionais que vão fundar a cidadania transcomunicativa em transcomunicação.

CIDADANIA TRANSCOMUNICATIVA EM TRANSCOMUNICAÇÃO

A cidadania transcomunicativa é aqui pensada a partir da cidadania comunicativa. As articulações de mulheres transexuais e travestis nessa pesquisa permitem encontrar possibilidades de uma cidadania diferente que, mesmo a partir de realidades diversas em intersecções de raça e classe social, são pautadas por vontades, desejos e manifestos em comum. Essa construção de pautas conjuntas que abraçam diversidades de gêneros e partem de uma lógica transfeminista expandem o aspecto “comunicativo” nas lutas pela cidadania, exigindo um escopo mais abrangente e expansivo de luta.

Como argumenta Livia Saggin (2016, p. 164) “a conquista de possibilidades de expansão das necessidades comunicativas em exercícios políticos, cidadãos e comunitários, perpassados pelas

lógicas de democratização da comunicação são formadores das manifestações de cidadania comunicativa." São manifestações como essas, algumas feitas na Casa Florescer em que residem Flavia e Rihanna, outras na ONG Outros Olhares dirigida por Cléo e onde colabora Michelly, ou na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul onde trabalha Natasha, também se expandindo à escola no caso de Natália, que se convertem nos exercícios da cidadania transcomunicativa, reunindo experiências, corporalidades, tecnologias e processos comunicacionais para debater e efetivar uma cidadania inclusiva que possibilite o acesso aos direitos que são negados dentro de um cidadania generalizante e idealizada.

Dentre os aspectos da comunicação que permitem ampliar a cidadania transcomunicativa estão a midiaticização e a digitalização de corpos e identidades pela internet, um espaço que, de acordo com Manuel Castells (2013), descentraliza, interconecta e permite refletir processos pelos quais se constituem e elaboram experiências sociais. As tecnologias digitais passam a ser apropriadas pelas pessoas para autodefinição, autoafirmação e compartilhamento de suas visões de mundo. As experiências sociais, individuais e coletivas passam a internet e as redes, que desenvolvem e consolidam novas formas de se relacionar e se definir frente ao espaço público.

As corporalidades, então, passam a ser vividas e experienciadas nas dinâmicas dessa comunicação em rede, de lógicas próprias e articuladas em contextos particulares de relação com as tecnologias. Para Alisson Machado (2019), o corpo nos fluxos da sociabilidade digital não é simples representação dos indivíduos, mas pode ser interpretado como experiência viva na cultura, se convertendo em linguagem, uma experiência corporificada da presença no mundo. No caso das mulheres transexuais e travestis, pensando de acordo com Martin Hopenhayn (2013), é possível problematizar uma cidadania vulnerabilizada, uma vez que fazem parte de um grupo que frequentemente não tem suas necessidades básicas atendidas e são marginalizadas cultural e socialmente. Na sociedade, elas ocupam

espaços periféricos e têm seu acesso aos direitos básicos de cidadania dificultado em função do gênero. Politicamente, então, suas vidas também estariam em condições de precariedade. (BUTLER, 2015).

Essa cidadania vulnerabilizada ou precária é parte de uma negação da condição humana e de cidadania das pessoas que carregam no corpo marcas de existências que não estão dentro do padrão cisgênero normativo. Os corpos de mulheres, de pessoas negras, lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneras, não-binárias tendem a perder parte de sua condição cidadã porque são corpos políticos que enfrentam resistência dentro dos padrões políticos, sociais e econômicos. (BENTO, 2017).

Os corpos das mulheres transexuais e travestis são negados dentro do sistema de privilégios. Sua corporalidade transcomunicativa, com pautas carregadas no próprio corpo, faz com que, muitas vezes, ocupem a cidadania precarizada, porque mesmo movimentando a economia, compartilhando seus afetos e lutando por dignidade, são recebidas com violência e desamparo pelo CISTema. Como pensa Valéria Barcellos (2020), a norma é a própria anormalidade porque não reconhece as lutas das existências que são tão integrantes do mundo quanto qualquer outra pessoa.

A mulher trans é considerada a escória dessa sociedade e, quem nega isso, fecha os olhos para a existência dela. Mulheres trans se movimentam pelo mundo, e, talvez, até mudem as estruturas sociais. Possibilitam poucas mudanças, pois são impedidas de fazê-lo. Enquanto mulheres cis lutavam pela independência social, mulheres trans já estavam mil anos à frente, sendo postas fora de suas casas, tomando conta de suas vidas sozinhas. Mulheres trans movimentam a economia com seu empreendedorismo, que sempre é compulsório, e, agora mais do que nunca, é a realidade de muitas. Mulheres trans têm muito a dizer e ninguém para escutar. Seu corpo erotizado é, e sempre será, um corpo erotizado sem voz, assim funciona a anormalidade, a norma. Mulheres trans têm seu sofrimento comemorado e ninguém, absolutamente ninguém,

faz nada. Ser uma mulher trans é ser e não ser. É estar e não estar. É lutar e só lutar. (BARCELLOS, 2020, p. 75).

A cidadania não é universal e, por isso, precisamos de especificidades de cidadania dentro de grupos que, para garanti-la e exercê-la, superem o universalismo liberal excludente a fim de formarem um espaço operativo novo, único e abrangente. A cidadania transcomunicativa visa essa constituição, desde a reflexão sobre as existências trans, para encontrar espaço de acolhimento, de manifesto e união por pautas que não são priorizadas pelo poder hegemônico político, econômico e social. Ser, estar e lutar, como pensa Barcellos (2020), é caminho para romper a anormalidade da norma, problematizar outras cidadanias possíveis que não silenciem as diferenças, mas desestabilizem as legislações vigentes e o padrão de sociedade que restringe, constrange e dificulta a reflexão sobre a universalidade da cidadania. (Adrian GURZA LAVALLE, 2003).

O padrão não compreende as demandas dos corpos que divergem do instituído como “normal”, por isso a coletividade e as associações são força para unir-se por reconhecimento de diferenças e garantia de dignidade. A igualdade é simbólica, por isso reconhecer-se parte de um grupo de *status* social marginal, que existe e se une pela transgeneridade e materialidade em um corpo é o que torna possível lutar por uma cidadania que rompa com o genérico e normativo.

A cidadania transcomunicativa é conhecedora dos privilégios e não passa uma régua nos direitos e deveres de todes, porque não unifica e padroniza corpos, mas reconhece que as diferenças reunidas enfrentam as lógicas de opressão para uma vida digna em diversidades. A universalidade e a noção de igualdade geral, quando não reconhecidas as diferenças e seus direitos à vida e existência, reduzem, silenciam e excluem pessoas que estão fora do padrão do CISTema e das normas sociais vigentes pela hegemonia. Entender que existem pessoas privilegiadas e que outras são excluídas nas

lógicas de funcionamento das mídias colabora na reflexão sobre a cidadania e como ampliá-la para uma proposta transcomunicativa.

As mídias são uma dimensão constitutiva e configuradora de uma realidade social, portanto, a comunicação através delas deveria ser um direito. (Daniela MONJE *et al.*, 2009). De acordo com Leila Lima de Sousa (2021, p. 165), “a mídia atua ofertando lugares de referência, de identificação e de reconhecimento para os sujeitos e valida as interações sociais, as práticas de consumo e os modelos pelos quais os sujeitos serão vistos em sociedade”. Nesse sentido, as mulheres transexuais e travestis estabelecem relações entre suas trajetórias, existências e corporalidades a partir desses pontos de referências trazidos pelas mídias. Elas são fundantes de um pensamento que é formado a partir do que chega aos públicos que as consomem.

Assim, histórias que falam dessas pessoas trans e programas que as pautam através das mídias devem trazê-las como figuras centrais ou protagonistas, para que mostrem suas realidades com verossimilhança. Dessa forma, quando as trans são interlocutoras desses espaços, podem romper as narrativas tradicionais e contribuir para modificar o pensamento do CISTema hegemônico, gerando questionamentos, reflexões, indagando os silenciamentos de suas pautas, mostrando seus gêneros, complexificando os discursos e debatendo as hierarquias de poder e normatizações sociais. (SOUSA, 2021).

Nos espaços da internet, vozes transfeministas podem ser amplificadas para encontrar sororidades. (NASCIMENTO, 2021). As mídias, com espaços ampliados pela internet, são também dimensão de cidadania e, desse modo, as sororidades trans, como pensadas por Nascimento (2021), são possíveis através do que Jiani Bonin (2015) chama de “autorrepresentação do novo social”, na qual são favorecidas as visibilidades e projeções de sujeitos sociais e daquilo que almejam ser. Quando unidas em reconhecimento, as vozes transfeministas podem exercer cidadania transcomunicativa, sendo a mídia uma dimensão de construção do espaço de formação de

suas demandas e de identificação do grupo. As tecnologias e os novos aportes ampliam a potencialidade da cidadania transcomunicativa, que contrapõe a exclusão vigente, rompe barreiras existentes do espaço dominado pelo poder hegemônico e “se articula com a afirmação das diferenças, políticas de reconhecimento e de promoção da diversidade cultural”. (BONIN, 2015, p. 154).

Na internet, as redes se configuram como espaços de ação e emancipação dos sujeitos, mesmo em suas contradições. (MARTÍN-BARBERO, 2009). No entanto, problemas vinculados ao acesso, ao domínio das ferramentas e à interpretação das múltiplas tecnologias podem dificultar as apropriações digitais para construção da cidadania. Esta construção é fortalecida quando existe compartilhamento, sejam de lutas ou de necessidades cotidianas comuns; com a conexão pela internet, vozes antes silenciadas podem conquistar mais espaço, bem como o acesso a produções antes inacessíveis são possibilitadas. Experiências de vida podem ser trazidas à tona, o racismo, o machismo, a transfobia e o preconceito contestados, a própria norma pode ser contestada através da exposição dos estereótipos, padronizações e idealizações das corporalidades. (SOUSA, 2021).

As presenças das travestis e transexuais nas redes e nas mídias são formas de contestar estruturas estabelecidas, nas quais “as máquinas, pensadas e formatadas por pessoas, reproduzem a lógica e a estrutura de poder e de opressão dominantes nas sociedades. Reproduzem as violências e as representações midiáticas”. (SOUSA, 2021, p. 184). O corpo travesti, quando valorizado nas mídias, é político, sensível e tornado digno pela cidadania transcomunicativa. Ele quebra as barreiras do algoritmo que sempre fixa corpos padronizados nos espaços de busca, reproduzindo valores e representações hegemônicos. (Tarcizio SILVA, 2020). Reconhecer as limitações impostas aos corpos travestis e transexuais nas mídias permite adensar o conceito de cidadania comunicativa, entendendo que a cidadania precisa *transcender* o que foi instituído pela norma. A cidadania comunicativa, como propõe Morales Medina (2019, p. 125),

é um campo de disputa de sentidos, de construção política e simbólica, que opera na diversidade e pluralidade das subjetividades, singularidades e desejos assim como de corpos, saberes e discursos que nos permitem ressignificar a cidadania à procura de uma sociedade onde dialogam humanidades fragmentadas, fragilizadas e sensíveis.

As travestis e transexuais são produtoras de uma cidadania diferente, a partir de um lugar periférico na sociedade. Elas expõem demandas e evidenciam necessidades nas suas corporalidades, através de suas expressividades, vozes, discursos e manifestações, produzindo estratégias próprias de atuação política a partir de suas realidades. Elas nos possibilitam pensar a partir de suas experiências, problematizar uma outra cidadania que seja transcomunicativa, elaborada com elas e a partir delas.

Pensando com Efendy Maldonado (2013), a cidadania comunicativa é espaço de disputa cotidiana, mas as mulheres transexuais e travestis não estão em posição de igualdade social com quem goza de cidadania dentro das normas hegemônicas e cisgêneras. Suas relações estão num lugar periférico e, portanto, elas se encontram dentro de históricos coletivos de apagamentos de suas experiências comunicacionais, com problemas concretos não pautados midiaticamente e relacionadas à sexualidade e ao humor. Isso dificulta seu acesso às condições de dignidade da cidadania que poderiam garantir educação, moradia, salários dignos e aceitação social. O fato de serem vistas como seres abjetos diminui seus acessos a serviços básicos e à própria condição de *humanidade*. A invisibilidade midiática não condiz com a realidade social de mulheres trans que, quando visibilizadas nos poucos espaços em que entram, continuam marginalizadas.

Toda vez que uma mulher cisgênera impede a entrada de uma mulher trans no banheiro para fazer suas necessidades fisiológicas, ela enxerga muito bem essa mulher trans. Toda vez que um homem trans é questionado sobre sua genitália, ele é bem visível aos olhos de quem o questiona.

Toda vez que você nega emprego a uma pessoa trans, torna bem visível o lugar dela: longe dali. Toda vez que você sexualiza um corpo trans, você o torna bem visível aos seus desejos. Toda vez que você desmerece uma pessoa trans porque ela tira seu sustento através do trabalho sexual, você deixa bem visível o que você pensa e o lugar desta pessoa a teu ver. Toda vez que você desmerece pais ou mães trans, ou que têm o desejo de sê-lo, você deixa visível que nos quer ver sozinhas e sem família. Toda vez que um corpo trans morre com requintes de violência e crueldade e tu não dás a mínima, tu nos tornas bem visíveis a tudo que nos oprime e nos espera: a cova rasa e sem nome, ou com nome e gênero diferente do que reivindicamos. Toda vez que você nos nega os pronomes de tratamento corretos, tu tornas bem visível a nossa existência e atesta o quanto ela é errada e sem sentido. (BARCELLOS, 2020, p. 148).

Estar em diálogo com as travestis e transexuais para construir cidadania transcomunicativa dentro de um espaço de transcomunicação me permitiu entender que existência e sobrevivência não se equiparam, porque os privilégios oferecem condições diferentes para existir e/ou sobreviver. Ser cidadão ou cidadã dentro de um sistema implica estar de acordo com normas, o que no caso das travestis e transexuais é praticamente inviável, visto que o padrão vigente é cisgênero. Por mais que os recursos estéticos as padronizem relativamente, por vezes, sua condição periférica permanece porque não são respeitadas em seus nomes, suas corporalidades e formas de estar no mundo. No entanto, suas resistências e articulações políticas, como presentes nas mulheres dessa pesquisa, possibilitam a transcomunicação, entendendo que é através da compreensão da norma, e de suas tecnologias para operar, que conseguirão driblá-la. É o que discuto a seguir.

4

**PROCESSOS COMUNICACIONAIS
DE MULHERES TRANSEXUAIS
E TRAVESTIS NA CONSTRUÇÃO
DE CIDADANIA
TRANSCOMUNICATIVA**

No diálogo com as interlocutoras da pesquisa, esse capítulo reflete sobre suas autoidentificações, as produções de suas corporalidades e suas relações com as mídias, na perspectiva de construção de uma cidadania transcomunicativa. Assim, a partir dos contextos, das articulações teóricas e das imersões empíricas nos espaços das interlocutoras, aqui reúno os diálogos com seis mulheres transexuais e travestis - Cléo, Natasha, Natália, Michelly, Rihanna e Flavia – para conceber a cidadania transcomunicativa.

Após apresentadas as interlocutoras e os contextos em que se inserem, e depois de articular as proposições e os conceitos teóricos que constroem o livro, neste capítulo são organizados 3 subcapítulos de análise: o primeiro para entender as autoidentificações e produções de corporalidades das interlocutoras; o segundo para compreender as experiências e inspirações midiáticas delas nas afetações de suas corporalidades trans e travestis; e um terceiro para propor dimensões da cidadania transcomunicativa a partir dos diálogos com elas.

SER MULHER, SER TRANS, SER TRAVESTI: AS AUTOIDENTIFICAÇÕES E AS PRODUÇÕES DE CORPORALIDADES

“Tá pensando que travesti é bagunça?”, já indagava o jargão de Luana Muniz⁶³. Elas produzem seus corpos de maneira pensada, planejam como querem ser reconhecidas, dependendo dos recursos

63 Travesti do Rio de Janeiro, cuja frase ficou famosa após uma reportagem em que ela apareceu no programa *Profissão Repórter* em 2010. Na situação em que ela gritou a frase, discutia com um pretenso cliente que fez com que ela perdesse a paciência e o tempo enquanto trabalhava. Por sua personalidade forte e sempre defender a dignidade de outras colegas e amigas trans e travestis, ela ficou conhecida como Rainha da Lapa e faleceu aos 59 anos em 2017.

que dispõem. No entanto, é complexo entender como se constituem e como se referenciam. Há contradições na própria compreensão das identidades por elas mesmas, por vezes confundindo pronomes e contradizendo experiências. Ao conhecer mulheres transexuais e travestis com características tão singulares, noto que a politização e a formação de cada uma estão atravessadas por seus contextos e objetivos, e também por aquilo que possuem de oportunidades e/ou privilégios. A autoidentificação delas está relacionada às suas percepções de gênero constituídas por suas matrizes familiares, econômicas, midiáticas e sociais.

Michelly tem uma relação muito forte com seu corpo. Ela trabalha na prostituição e cultua seu corpo. Hoje ela se vê como *“um mulherão da porra! Nossa, aquele gurizinho, que todo mundo ria e zombava, se tornou esse mulherão aqui”*. Michelly se autoidentifica como travesti ou mulher trans, mas durante as conversas que tive com ela, na maior parte das vezes, se referenciava como travesti. Sua identificação com as *feminilidades* começou cedo.

Eu já me sentia diferente, desde pequena. Mas daí, quando eu fui crescendo e virando adolescente, lá pelos 13, 14 anos, eu já via que eu não era aquela pessoa... eu era a Michelly, mas no corpo errado. Naquela época, eu era Michael, mas o Michael não se identificava como Michael. Era o Michael só na capa, mas por dentro era uma mulher. A mente já era de mulher. Eu não me sentia bem com aquela roupa, aquele calção até o joelho, com camiseta... eu não me sentia bem. Por isso, eu falei pra minha família: “quando eu fizer 18 anos, vocês vão ter uma surpresa. Eu vou me transformar!” Com 16, 17, eu já tava começando a usar short curto, cabelo mais comprido... Já tava dando a entender pra minha família o que eu queria ser. Com 18 anos, ninguém me segurou mais. Virei travesti, virei Michelly e tô até hoje. (MICHELLY).

Identificando-se, algumas vezes como mulher e em outras como travesti, Michelly ora opera na lógica binária, e outras não. Ela teve aceitação dos irmãos, das irmãs e da mãe, mas o pai teve

dificuldades em aceitá-la: *"minha mãe sempre apoiou nós. O mais rancoroso era o meu pai, mas ele aprendeu a engolir que a gente é normal. Minha família aprendeu a me chamar de Michelly".* Sobre a mãe, ela recorda: *"a minha mãe sabia que eu ia ser travesti. Na verdade, quando eu me assumi, minha mãe achava que eu ia ser gay. Ela disse que já imaginava que eu ia ser, mas não que fosse me montar de mulher. Mas que se eu gostava assim, ela ia me amar da mesma forma."* Na família de Michelly, os homens têm um papel de comando e de responsáveis pelos negócios, nos quais demonstram força e poder. Ela reflete essas características em seu comportamento.

E eu aprendi a ser forte desde gurizinho, no tempo de escola, que eu sempre passava por muito bullying, preconceito. Mas eu nunca baixei a cabeça, eu sempre fui afrontosa, não levava desaforo de ninguém, porque ninguém é melhor do que ninguém. Minha família não me ensinou a ser mais do que ninguém, mas também não me ensinou a ser menos do que ninguém. Sempre me ensinaram a tratar a pessoa da forma que tratam a gente, nunca partir pra agressão, mas responder à altura da pessoa e até mais um pouco. Por isso que hoje em dia eu tenho muita amizade e as pessoas me respeitam porque eu sou faca na bota mesmo! Pra mim não tem, comigo é 8 ou 80. Se eu te perguntar uma coisa, é vamos ou não vamos, é sim ou não. Não tem essa história de depois, talvez. Eu gosto de sinceridade. (MICHELLY).

Trabalhando na rua, Michelly atende diferentes homens. Em sua trajetória familiar, também teve inspiração de outros homens. Ela vem de uma família de classe média baixa e não completou o ensino médio. Ela reproduz alguns estereótipos das *masculinidades*, mas apresenta-se com características das *feminilidades*. Ela constrói seu gênero a partir de características próprias, extrapolando o binário, operando nele em alguns momentos, mas também formando suas corporalidades pelas relações e inspirações familiares e midiáticas, como veremos no próximo subcapítulo.

Por mais que, teoricamente, tenhamos pensado as diferenças entre os termos “travesti” e “mulher trans”, relacionando com uma conotação mais política ou mais próxima das mulheridades/feminilidades, é preciso entender cada sujeita para, também, compreender o uso do termo atribuído àquela manifestação de corporalidade e processo de produção do seu corpo. Por exemplo, enquanto Luísa Marilac (2019) se autoidentifica travesti por pensar que tem gênero autônomo, nem homem, nem mulher, Flavia não se autoidentifica assim. Ela reconhece o termo como político, mas diz que, para ela, a palavra travesti “*remete à linha agressiva mesmo. [...] Geralmente, quando a gente vê uma menina falando ‘eu sou travesti’ é uma reafirmação de que ela era perigosa, de que ela era babadeira, de que ninguém podia mexer com ela*”. Michelly se autoafirma travesti, em parte por essa conotação, uma autodefesa contra as agressões que possa sofrer, mas Flavia prefere se afirmar como mulher trans: “*eu nunca coloquei a primeira calcinha porque eu queria ser travesti. Coloquei a primeira calcinha porque eu queria ser mulher, porque eu me reconhecia mulher*”. Em sentido parecido, Rihanna não se afirma travesti, mas mulher trans.

Ser mulher trans, pra mim, é ser real. É eu ser essa pessoa que acho que antes do meu nascimento já era internalizada. Sempre fui mulher. Acho que toda a mulher, quando a gente nasce, nasce nua, e a gente vai aprendendo os costumes com a sociedade, a se vestir, então toda mulher não nasce mulher, ela se torna mulher. E é o meu caso, eu me tornei essa mulher através do meu conhecimento, das vivências, e através do evoluir sempre. (RIHANNA).

Rihanna, inclusive, cita as reflexões de Simone de Beauvoir, ao pensar que a mulher se torna mulher a partir da cultura e dos costumes sociais. As duas mulheres que conheci e com quem conversei na Casa Florescer se identificam como mulheres, performando mulheridades. Elas diferem da constituição de uma corporalidade travesti porque não desejam carregar a ambivalência das corporalidades masculinas e femininas e nem se identificar como outro gênero,

elas manifestam mulheridades e feminilidades não interagindo com nenhum aspecto das masculinidades. Elas não operam dentro de um binarismo, mas manifestam suas mulheridades de uma forma singular, não se encontrando dentro do termo travesti por considerarem que ele carrega marcas políticas e que podem se relacionar, de algum modo, às masculinidades que não identificam nelas, que não fazem parte das suas corporalidades e identidades. Elas também preservam a relação com o termo “mulher” para serem chamadas nos pronomes femininos e serem reconhecidas como pessoas femininas.

Seus corpos são tecnologias que constroem para que façam sentido a elas e para que possam se apresentar da forma como se reconhecem. Ao refletir com Flavia e Rihanna, percebo que consideram que suas mulheridades são mais necessárias para que possam lidar com as próprias subjetividades de modo mais seguro. Elas estavam em condições de maior vulnerabilidade social, o que dentro do CISTema as deixa mais suscetíveis às violências. São corpos que, já considerados patológicos na norma cisgênera, recorrem à posição identitária como afirmação do ser mulher. Isso não as torna mais “reais” ou “verdadeiras” dentro das feminilidades em comparação às travestis, mas garante suas estabilidades emocional e psíquica e as fortalece para conquistarem suas próprias cidadanias. Suas formas de *comunicar* o corpo são diferentes das travestis, mas as pautas de luta por cidadanias se assemelham. Rihanna começou a se identificar mulher ainda criança, observando seu corpo:

A partir do momento que olho pra minha irmã e olho pra mim e penso assim: “nossa, meu corpo tem algo de errado, tem um órgão com que não me reconheço”. E quando começo a remeter a esse órgão, me submeto à mutilação, eu renego aquilo que não poderia existir, e fantasio outro órgão pelo qual tô lutando até hoje, e pelo sonho de fazer uma redesignação sexual. Acho que com 7 ou 8 anos eu já não me reconhecia como um ser masculino. (RIHANNA).

A cirurgia de redesignação sexual não é uma condicionante para ser mulher, mas é o desejo de algumas que nascem com pênis e querem manifestar no corpo a corporalidade de acordo com sua mulheridade/feminilidade. No caso de Rihanna, este desejo está relacionado ao seu passado e trajetória de identificação, porque de acordo com ela, no corpo: *"eu carrego todas minhas lutas, histórias, tristezas ao passar os tempos nas escolas, na sociedade em si, um olhar de sobrevivente, da Rihanna que passou por isso, mas conseguiu atingir isso, o nível que ela está por conta de ela ter passado por tudo isso e sobrevivido e lutado"*. Ver a vagina manifestada em seu corpo é uma espécie de prova da sua sobrevivência e compreensão de identidade, de que as lutas e a sobrevivência não foram em vão. No entanto, o que para ela é uma leitura que a aproxima mais de como é e se sente, para outras não é determinante.

Para Flavia, ser mulher *"é simplesmente ser o que você é e viver a sua vida. Não é uma coisa que a gente planeja, acontece"*. Ela ainda se aproxima de uma leitura hegemônica dos corpos trans, que colocam a travesti em posição marginal, agressiva ou relacionada ao sexo, assim como problematizou Barcellos (2020) sobre os corpos *"trans agressores"*. Flavia não quer ser vista dessa forma, nem destoa do que é ser mulher, portanto se define como tal. No entanto, pensando como Teresa de Lauretis (2019) de que o gênero é uma tecnologia que produz masculinidades e feminilidades a partir de dispositivos linguísticos, jurídicos e educativos, lembramos que os corpos não são naturais, mas artificiais e tecnológicos.

Nesse sentido, mesmo na autoidentificação como mulher transexual (e não travesti), Flavia entende que *"até a mulher cis também nasce nua e se torna mulher com o tempo. E são coisas que são designadas a nós como ser humano. [...] Colocado que ela tem vagina e ela vai crescer e vai ser uma menininha. E ela é educada como uma menininha, com coisas que só menininhas podem e não podem fazer"*. Percebo que as meninas trans, desde cedo, compreendem aquilo que muitas teóricas feministas traziam sobre a condição do gênero

ser educado, passado geracionalmente através de um sistema de produção dos sexos e numa norma cisgênera.

A educação de gênero binário é excludente quando não abarca outras possibilidades de corpos que não os hegemônicos, então buscar adequar a identidade com a norma cisgênera é um recurso que não pode ser visto como equivocado, uma vez que se é condicionada a isso. No caso das mulheres trans e travestis e no de Flavia, especificamente, o órgão genital é objeto de observação que destoa do que se é pregado como "correto" para os gêneros: *"é o contexto do gênero, do órgão genital, aí a gente cresce e vai compreendendo que talvez a nossa identidade não é aquela. Ela nos foi imposta muito no início pelo órgão genital, com o qual nós viemos, e depois pela sociedade mesmo e pela família"*. Como pensa Jaqueline Gomes de Jesus (2012), é o que acontece desde o momento da ultrassonografia ou do parto, ao identificar a genitália no corpo.

Flavia não vê problemas em se identificar como mulher transexual, mas busca deixar o seu corpo de acordo com as performances de mulheridades e feminilidades, diferente das travestis que não buscam adequar-se a um gênero dentro do binário homem ou mulher, mas como um gênero próprio e à parte dessa dialogia. Mesmo assim Flavia diz que *"a gente vai se identificando com outras coisas, com outras situações, com outro gênero, né?"*. Esse outro gênero está relacionado à fuga da norma que, apesar de combatida, pode ser seguida. Não há determinante natural feminino, muito menos corpo natural, então a categoria das mulheridades abarca corporalidades múltiplas que experimentam performances de feminilidades de forma legítima, uma *outridade* (NASCIMENTO, 2021) que se relaciona à identidade.

Reconhecendo-se tanto como mulheres transexuais ou travestis, Natália e Cléo são as que abrangem a maior distância etária na pesquisa (18 e 49 anos, em 2022). Ambas concordam com o cunho político do termo "travesti" e, por isso, se sentem incluídas

dentro dessa designação, mas também querem estar relacionadas à palavra “mulher” para serem reconhecidas como tais. Natália afirma: *“eu sou uma mulher transgênero, eu me sinto bem com o meu órgão genital. Se a pessoa quiser me chamar de travesti, eu também me sinto bem. Tem gente que não gosta de ser chamada de travesti, mas pra mim não me importo se chamarem travesti ou trans”*. Natália é de uma geração que acessa mais redes sociais digitais e tem acesso a conteúdo produzido por pessoas trans dentro das mídias, compreendendo ambos os usos dos termos travesti e mulher transexual.

O uso da palavra “travesti” ainda gera confusão na identificação por destoar do binário, não estar dentro do que se considera homem ou mulher. Pensando que somos formados num sistema normativo heterossexual e cisgênero, o recurso ao binário ainda é recorrente e demanda um processo de autoanálise e compreensão do sistema para rompê-lo. Natália, mesmo não se importando em ser chamada “travesti”, reflete que se encontra dentro do binário, da mesma forma que Flavia e Rihanna na sua identificação acompanhada do termo “mulher”.

Pessoas travestis sofrem mais com essa nomenclatura, pela relação que se deu com a marginalidade, em favelas ou lugares assim. Pessoas trans são pessoas que não se identificam com o gênero que foi dado ao nascimento. Existem as trans e não-binárias, que são pessoas que não se identificam com nenhum dos gêneros da binaridade. Eu me identifico binária, como mulher. Ser uma mulher trans é ser diferente de uma mulher cis, porque a gente é minoria. Na minha escola, tem eu e outra menina trans, o resto todas são cis. As pessoas sempre nos colocam como não-mulher de verdade, mulher falsa, homem de saia. A sociedade coloca essas coisas, a gente se sente bem mal. Pelos vários preconceitos que a gente sofre, muitas vezes não consegue se assumir ou falar. Quando a gente fala que é, tem que ter muita coragem. (NATÁLIA).

A construção da identidade e da corporalidade também produzem conhecimento e afetam quem está se relacionando com

a pessoa e sua manifestação de corpo, gênero e identidade. No caso das interlocutoras, emerge uma epistemologia trans e travesti que, por vezes, tem sido silenciada, uma vez que seus corpos têm sido rejeitados e combatidos. O processo de transição do gênero (daquele atribuído ao nascimento para o qual se identifica) costuma ocorrer junto com a autoidentificação. A partir do momento em que não se reconhece aquele corpo presente como algo condizente com o que se é, passa-se pela mudança para estar de acordo com aquilo que sente. A transição não é algo necessário, mas ajuda na formação de si mesma, do bem-estar e da preservação da saúde mental. A materialidade do corpo é elemento de afirmação e comunicação de si. A coragem é necessária porque estarão combatendo uma norma histórica, que desencadeia repressões e rejeições.

Não há idade e muito menos padrão para transicionar, dependendo do momento de vida de cada uma e das condições econômicas, materiais e de saúde mental para realização do processo. Cléo recorda que há um momento de luto na fase inicial da transição, principalmente em relação às pessoas próximas.

É difícil pra você fazer esse luto do menino que você conheceu. E pros pais é muito pior, porque o pai gerou e conviveu o tempo inteiro. E não é por maldade, eu entendo isso quando o pai não chama de "ela", não aceita logo de início. Não é por maldade, é difícil demais. A psicologia explica isso, né? Que pra eles aceitarem a menina, pra ela surgir, eles vão ter que matar o menino. É duro, é cruel. (CLÉO).

Há que considerar, nesse contexto, a patologização do corpo trans e travesti. É a norma cisgênera que não reconhece suas existências e, por isso, para quem está "adequade" a esse CISTema, conseguir entender a transição é um processo duro, que também está interseccionado pelas mídias que divulgam espancamentos, mortes, suicídios e marginalização de pessoas trans e travestis. Situações de abandono e desrespeito ocorrem, em parte, por essa não compreensão do que é "livre" da normatização e do binário. Iniciar um processo

de aceitação e transição das corporalidades pode ser doloroso por fragilizar as pessoas que passam por esse momento, como reflete Cléo sobre sua situação.

Eu tava muito fragilizada, eu tinha acabado de ser afastada do trabalho porque tava em depressão. Era início de transição, perdi emprego no mercado formal. Eu tava muito fragilizada, muito debilitada. Me aproximei do movimento LGBT como uma forma de buscar apoio, sabe? Com os teus semelhantes. Só que encontrei esse mundo assim, caótico. Tem alguns casos assim, sabe? Às vezes, o problema é delas. Eu digo que é uma falta de amor-próprio. Que necessidade eu tenho de ter um Outro pra me legitimar? Eu tô cagando e andando pra sociedade. Eu já nem me preocupo com isso. Eu não sou obrigada a representar os padrões que esperam de mim. Eu tô sempre estudando, buscando, indo além. (CLÉO).

Dentro dos próprios grupos de identificação, como o LGBT-QIAPN+, existem privilégios que são designados a partir da raça, da classe social e de marcadores interseccionados que podem gerar exclusões. Cléo não se sentiu abraçada pelo movimento LGBT-QIAPN+ na sua transição, com cerca de 30 anos. Ela viveu uma vida no “personagem masculino”, como ela chama, e isso deu a ela privilégios principalmente em relação ao trabalho, se colocando numa situação estável financeiramente. Após o início da transição, ela precisou recorrer à prostituição por falta de oportunidades de emprego e pela fragilização da sua condição. Desde a infância, existem determinações biológicas nos corpos, construindo-os a partir da norma cisgênera. No entanto, o que é atribuído a partir da genitália não é refletido a partir da sociedade, reproduzindo normas que provocam as dissidências e exclusões. Não se consideram existências e realidades diversas, mas se tenta impor um domínio sobre os corpos que não condizem com o que lhes é atribuído. Perder o emprego e a estabilidade financeira provocaram abalos emocionais, que a colocaram numa posição de busca por conhecimento, por se entender para poder se afirmar e conquistar outros espaços.

O imaginário midiático da travesti e da mulher transexual construído ao longo dos anos também faz pensar sobre a condição da própria interlocutora que vê, a partir dessa matriz midiática, um possível destino de depressão, tristeza ou prostituição, e precisa entender o funcionamento da sociedade a partir disso para romper com a reprodução dos padrões. A transição pode ser menos dolorosa quando há apoio e compreensão, como acontece com Natália que teve apoio da família e acompanhamento médico, mas é menos comum de acontecer. Flavia conta como sua transição começou: *"eu já sentia algumas coisas, mas não tinha muita certeza, pra ser sincera. Sentia que tinha uma menina ali querendo nascer, brotar, estava vindo, mas eu tentava segurar um pouquinho. A partir dos 16 anos foi quando a coisa aconteceu e não deu para segurar"*.

Quando Flavia começou a transicionar, trabalhava em uma corretora de seguros em Uberaba, Minas Gerais. Começou a tomar hormônios escondida e usava faixa para pressionar os seios que já começavam a se desenvolver. Nessa fase, *"os gerentes da empresa perceberam e eu fui demitida sem nenhuma razão, por corte de gastos, foi o que me disseram"*. O mesmo fato ocorrido com Cléo, aconteceu com Flavia: a demissão no início da transição. São momentos decisivos na vida de uma pessoa trans, que modificam sua estrutura emocional e corporal, e quando são rejeitadas, sofrem ainda mais pela *precarização* de suas existências. (BENTO, 2018). Flavia ainda lembra:

Nesse momento, eu já estava me hormonizando, fazendo minha terapia hormonal. Eu já tava deixando meu cabelo crescer. Foi um momento que eu já tinha realmente me decidido por isso. Tanto é que, assim, eu não tenho nenhuma frustração em relação ao menino que eu era antes, o "antes de você", como se diz. Antes de mim, era o Flávio. Só o que eu tenho por ele é muita gratidão, porque ele sustentou muito a barra para que hoje a Flavia pudesse estar aqui. (FLAVIA).

Para mulheres transexuais e travestis, há sempre um momento de transição, porque o gênero nunca é atribuído no nascimento delas,

ele é divergente daquele que elas reconhecem como o seu. Por isso, existe a corporalidade de um menino antes da transição. Quando conheci Natália, por exemplo, ela tinha outro nome e outra expressão de gênero durante o processo de compreensão e manifestação de sua corporalidade e identidade. Ela se assumiu mulher trans em agosto de 2019, mas antes precisou entender como se sentia.

Eu já tinha pensado e passado por outros momentos antes em que eu dizia "eu sou uma mulher trans". Depois disso, eu voltei a achar que era homem cis. No fundamental, eu tinha muitos colegas machistas, e eu queria provar pra eles que nem todos os gays eram afeminados, queria mostrar que podia ser um gay machão, mas eu era totalmente o que eu não sou. No Ensino Médio que eu consegui avançar pra ser mulher trans. Mas eu sempre fui trans, e meu pai sempre achou, porque sempre sabem. Eu sempre fui assim, na minha vida eu sempre achei: "ai, eu sou bi, não, eu sou mulher trans. Depois, eu sou gay". Finalmente, agora, é que consegui me descobrir. Porque eu nunca mais tive essa dúvida. Eu sou mulher trans. Na adolescência, foi muito vai e volta. Agora é isso. (NATÁLIA).

A conexão íntima com ela mesma fez Natália por vezes duvidar de sua identidade, algo que, como já nos fazia refletir Hall (2005), é algo instável e não fixo. A maneira como foi ensinada e educada para o gênero (a partir da norma cisgênera e heterossexual) fez com que ela se sentisse destoante, divergente socialmente. O essencialismo do gênero e a ideia de naturalização dos corpos fez com que fosse repreendida sem que conseguisse entender o que lhe designavam e atribuíam como "correto".

Quando eu ia no CTG [Centro de Tradições Gaúchas] me mandaram ser mais menino. Uma vez dancei o sarandeio [estilo de dança gaúcha] de um jeito de "menina". Meu pai tentava me padronizar, atribuindo coisas de menino, um padrão masculino. Uma vez, quando eu tinha 4 anos, coloquei um vestido da minha mãe e um sutiã e apanhei. Tinha um modo certo de falar, roupas que me davam e eu não podia escolher. Uma vez, com 6 anos, eu tava comendo

um picolé e quando eu chupava, me diziam que eu devia morder. Eu nunca questioneei muito essas coisas, foi meio que “naturalizado”, mas sempre tentaram me colocar num grupo masculino. (NATÁLIA).

A corporalidade trans que se manifestava nela estava em luta, disputa e se mostrava em constante (re)nascimento. A materialidade do seu corpo ainda se encontrava em formação, a partir daquilo que entendia culturalmente necessário para sua expressividade, para manifestar seus sentidos. (ROSÁRIO; AGUIAR, 2014). Ela se utiliza da indústria farmacológica e estética para se fazer corporalmente, para conectar alma, sentimento e matéria. Porém, antes de buscar esses recursos para modelar seu corpo, desde muito cedo, precisou desnaturalizar aquilo que era atribuído a ela numa generificação masculina. A menina trans estava “matando” o menino para que pudesse nascer num processo de entendimento que veio a partir do questionamento da norma que se manifestava em seus pensamentos, atos e comportamentos. De forma parecida, Rihanna foi se moldando na infância como menino *gay* até que conseguisse entender suas mulheridades e feminilidades.

Na minha infância, passei por muitas coisas que um homem gay passa, porque eu não nasci a mulher trans, me tornei. Ninguém nasce mulher, a gente se torna. E nesse termo a gente ouve muito “ai, você é um gay afeminado, você é viadinho, você é uma aberração, você não faz parte desse público”. E ouvindo isso eu vi que precisamos evoluir, fui entender que, hoje eu entendo que as pessoas não mereciam me ter naqueles espaços, as pessoas não mereciam ter a voz da Rihanna. Então, assim, quando eu me vejo, a Rihanna que sou hoje, e penso na minha infância, eu penso que se tivesse essa evolução que eu tenho hoje, eu teria ensinado a muitas pessoas o que é ser travesti, o que é ser mulher trans, e qual o diferencial de ser mulher trans ou ser travesti. (RIHANNA).

Ao sair de Ilhéus, na Bahia, Rihanna foi morar em São Paulo. Teve contato com a família até os 14 anos e, desde então, sempre

trabalhou e terminou o Ensino Médio. Sua transição começou antes de sair da Bahia, quando começou a se vestir mais *"afeminadinha"*, nas palavras dela: *"porém, no primeiro momento que eu me vesti, botei salto, que eu liberei aquela pessoa Rihanna, eu já fui atacada, quase fui morta por pessoas que não são empáticas e que não têm respeito ao próximo"*. Ela conta que foi atacada por *skin heads* e que tinha que tomar cuidado *"porque se me encontrasse sozinha, ia ser mais uma travesti ou mulher trans assassinada e morta, torturada por um tipo de grupo que não respeita e centraliza. Esses machos escrotos"*.

As interlocutoras dessa pesquisa não guardam ódio ou rancor por seu passado antes do (re)nascimento. Pelo contrário, elas costumam ter gratidão pelo tanto de dor e sofrimento que foi suportado na condição de menino *gay* para que conseguissem transicionar e se afirmar mulheres e/ou travestis, o que contradiz a patologização da transgeneridade propagada por instituições e órgãos médicos. Elas não sentem disforia ou fobia pelas genitálias, elas manifestam nas corporalidades suas formas de ser e modificam ou não o que querem para se expressarem de acordo com suas identidades.

No entanto, a condição patologizante e a violência contra corpos trans e travestis no Brasil é outro fator que contribui para a marginalização das interlocutoras que, por vezes, recorrem à *passabilidade* como recurso de proteção, ou que precisam estar unidas e articuladas para terem segurança. Além do processo de compreensão de si, é preciso enfrentar uma série de fatores sociais que as deixam à margem do sistema educacional, médico e econômico. Autoidentificar-se trans ou travesti, então, é uma atitude política, mas que carrega riscos. Nas trajetórias de Rihanna e Flavia, vemos que a violência e o abandono provocaram impactos em suas formas de estar no mundo, o que pode colaborar na tentativa de expressarem mais suas *mulheridades* na condição de integração social. Natália, inclusive, reflete que a *passabilidade* a faz sofrer menos preconceito.

No universo trans, existe a questão da passabilidade. Dizem que eu sou passável, que já pareço menina. As brancas são mais passáveis, porque a sociedade aceita mais as brancas, elas passam mais. As negras sofrem mesmo com a passabilidade. As mulheres trans ricas conseguem comprar o hormônio, ter um médico particular frequente, e as pobres não têm condições de ir ao médico. Tem também as que querem fazer cirurgia e não conseguem. Quando você toma hormônios, tem acompanhamento, chega num padrão, ganha traços femininos e passabilidade. Consegue sofrer menos preconceito. Quando tu é passável, é melhor para ser mais aceita, sofre menos transfobia. Tomar hormônio te padroniza e faz sofrer menos preconceito. (NATÁLIA).

O recurso à padronização corporal, como aponta Natália, é utilizado para estar dentro de uma rede que exclui menos, mas ainda assim é violenta. Não há garantias dentro da *passabilidade*, porque ela é também artificial, um recurso que dentro das corporalidades permite transitar com maior facilidade dentro de espaços que podem ser excludentes. O corpo da mulher trans ou travesti, quando usado como existência-resistência e agente transcomunicativo, pode não buscar os recursos das mulheridades padronizadas, mas também enfrenta outras resistências do poder hegemônico e da necrobiopolítica.

Ao utilizarem o corpo para comunicarem uma corporalidade padronizada, elas recorrem a uma tentativa de pertencer a um grupo menos combatido socialmente, produzem um corpo menos exposto à violência, mesmo que seja considerado abjeto. (BOURDIEU, 2013; BUTLER, 2009). Da mesma forma, o corpo *passável* está dentro daquilo que as mídias disseminam como padrão e pode conquistar um ideal mais próximo do que se considera a cidadania ou dignidade de existência. Flavia diz que "*o sonho de toda mulher trans, na verdade, é ser 'passável', pra ser bem sincera. É uma coisa que dói, que é tabu de falar, mas é verdade. Toda mulher trans quer ter uma certa passabilidade, no sentido de você andar na rua e talvez você não ser notada como travesti, e as pessoas acharem que você é uma mulher cis*".

No entanto, Natasha, que se autoidentifica como travesti, atuando inclusive nas frentes parlamentares da Assembleia Legislativa e concorrendo a cargos públicos por duas vezes, pensa que a *passabilidade* não é uma necessidade, mas que ajuda a não sofrer. Ela diz que *"querer ser uma mulher cis é um instinto de defesa inconsciente. Querer ter passabilidade é não querer sofrer. Porque as trans que não tem passabilidade sofrem todo dia na pele. E as que tem, às vezes, sofrem"*. Ao mesmo tempo em que é importante reconhecer-se travesti ou mulher trans para lutar e fazer serem garantidos os direitos e respeito a esses corpos, elas se *passam* por "mulheres cis" para conseguirem transitar socialmente com menos riscos de violência e preconceito.

De acordo com Natasha, *"isso é complicado, porque a gente tem uma relação no movimento do orgulho de ser trans e ser travesti. E não orgulho por parecer uma mulher cisgênero"*. Michelly também não tem a *passabilidade* como objetivo, mas entende o círculo de proteção que ela é capaz de oferecer: *"eu já tive esse sentimento de querer passar por mulher [cis], de ser o mais passável possível. Hoje em dia, não. Hoje em dia, eu escancaro mesmo, eu deixo bem nítido pro povo que eu sou travesti e não tenho vergonha, tenho orgulho"*.

Na prostituição, ela diz que os clientes a procuram por causa do pênis, e que ela se sente bem sendo assim, não sendo nem homem nem mulher, apesar de performar mais as *mulheridades*. Ela diz ser mais procurada do que mulheres cis para fazer programas, porque *"homem que procura travesti, não é pela bunda, pelo silicone no peito, pelo corpo escultural, é pelo pau mesmo. Porque, se homem quer mulher, ele pega em casa ou vai na maloca e pega uma racha. Homem já procura a gente por causa do pinto"*. Ainda assim, ela deseja ter um corpo próximo ao das mulheres cisgêneras.

A dimensão do sexo e do desejo se misturam a essa performatividade travesti de Michelly. Ela se enxerga mulher, mas entende que a genitália é um instrumento de trabalho e não se sente

desconfortável com ela. O gênero, então, transcende ao corpo e, na manifestação de sua corporalidade, se vê bem misturando atributos da cisnormatividade e transcendendo a elas, sem necessariamente precisar se encaixar dentro de uma norma. No entanto, ela compreende que tentar ter *passabilidade* é uma forma de entrar no jogo das cisgeneridades para conseguir emprego ou inserção social. De acordo com ela, as meninas se passam por mulher cis em função da dificuldade em transitar num corpo trans ou travesti.

Às vezes, pra conseguir um trabalho mais digno ou pelo medo de apanhar na rua. É mais pelo preconceito, pela transfobia. Eu vou ser bem sincera, e peço desculpa se tiver errada no que eu vou falar aqui. Uma gay não sofre tanto preconceito, nem uma lésbica como uma travesti. Pra uma gay e uma lésbica conseguir um emprego, é bem mais fácil. 99% fecham as portas pra ti. 1% te dá a vaga. (MICHELLY).

A questão do preconceito trazida por Michelly vem das suas tentativas consecutivas de buscar emprego fora da prostituição e não conseguir, porque não quer padronizar seu corpo dentro da lógica masculina ou feminina. Desse modo, penso que mesmo que esteja se padronizando, o corpo travesti e transexual é transcomunicante, transcende a uma comunicação padronizada do corpo, ele expressa algo que não é passivo às regulações do biopoder (PRECIADO, 2011) e, por mais que esteja dentro de uma manifestação de *mulheridade* padrão, ainda assim é contra-hegemônico por ser trans, fora do CISTema.

As normas são recriadas e reinventadas (MACHADO, 2019) e negociam com o necrobiopoder interseccionando traços na tentativa de superar a opressão. (NASCIMENTO, 2021). Ainda que busque a *passabilidade*, Flavia reconhece que "*talvez alguns riscos são diminuídos*"; mas não existem garantias. Ainda que esteja mais próxima do padrão hegemônico do que se considera a categoria generalizante de *mulher*, ela acha que não é completamente passável como cis e, referenciando a si mesma, diz: "*talvez vocês perceberiam que eu era*

*uma trans, mas que é uma trans 'feminina'". Ela já foi salva de violência por ser *passável*, então recorre a essa forma de comunicar seu corpo para se sentir mais confortável com seu gênero e corpo.*

Das vontades que ainda tem para expressar suas corporalidades, Flavia tem "*o desejo da cinturinha fina e do 'quadrilzão', da lipoescultura. Isso é um desejo que eu tenho, que eu sempre tive, na verdade. Porque eu sempre quis... como eu nasci... eu tinha aquela visão, eu me inspirei na mulher. Eu não queria ser travesti, eu queria ser mulher*". O desejo de Flavia, porém, não é apenas o de ser *passável* por segurança, mas de ter o corpo dos seus sonhos, que cultivou em seu imaginário e que a fará feliz. Ela não considera que isso venha das mídias ou por imposição social, mas de uma estética que busca para ela. Apesar de dizer que essa é uma vontade "própria", Flavia reproduz em sua fala o padrão de corpo imposto às mulheres pelas mídias hegemônicas e, mais recentemente, pelas redes sociais digitais. Há uma contradição que afeta a sua própria subjetividade e como ela é condicionada na construção de corporalidades. Ainda que ela tenha consciência da existência desse padrão – que parte da cisgneridade branca, magra e sem deficiências, como pensa Nascimento (2021) –, ele não é combatido além do seu discurso, e ela, no concreto de suas corporalidades, tenta construir um corpo padronizado hegemonicamente. As identificações com outros corpos, aqueles que inspiram Flavia e aos quais ela se refere, realmente acontecem, mas numa dimensão que vem sendo construída subjetivamente e internamente a partir dos referentes hegemônicos.

Acho que é uma estética que eu busco pra mim. Obviamente, eu já vi isso [o corpo padrão] externamente e é algo que eu gostaria de ter, que eu gostaria de ser também. Pode ser da mídia, pode ser de fotografia... Não há como você não ver coisas fora do seu mundo, fora de você. Em algum momento, a gente vai se identificar com alguém, não é que é imposto. É porque a gente vai se identificar com alguém. Então, um corpo com o qual eu me identificava e eu gostaria de trazer para mim é esse. Esse padrão

de beleza "verão", que eu acho que é o sonho de muitas mulheres. Eu não vou dizer que é errado, porque muito se fala do "tem que se aceitar". Sim, tem que se aceitar, mas eu acho que se você não se sente bem com tal coisa, muda. É uma questão de saúde mental também. Você tem que estar bem para si mesmo. E, se você não gosta e tem condições de transformar, transforma. Espero que Deus não me castigue, mas eu prezo a estética, eu prezo mesmo. (FLAVIA).

A transição do gênero, para mulheres trans e travestis, é uma forma de afirmação de identidade, de que o sentimento do ser mulher é também estampado no corpo. Se é mulher, também parece mulher, ainda que, por vezes, operando na lógica do binário e não transcendendo à visão hegemônica do gênero. O ato de expressar-se como é, dentro ou fora de um padrão de corpo hegemônico, é político e cidadão porque é uma forma de dialogar entre mente, corpo e alma num único ser.

A transição de Michelly começou com a indicação de amigas, que também tomavam hormônios e compartilhavam com ela: *"Daí eu comecei a tomar também, se nelas não fez mal, em mim não ia fazer também. Depois de um tempo, eu consultei um médico, mas o médico falou que não tinha problema, porque eu tomava os hormônios certos".* Esse processo começou aos 18 anos mas, assim como Natália, ela também teve etapas em que entrava em conflito de gênero.

Com 18 anos. Foi ali que eu comecei a me transformar. Mas aí tiveram contradições, idas e vindas... eu virava menino, cortava o cabelo, me vestia de homem. Do nada, surtava, deixava o cabelo crescer de novo, me vestia de mulher... Foi assim, até que do ano passado para cá, eu comecei a ver que eu era o que eu sou agora, Michelly Oliveira. (MICHELLY).

A transição, além de permitir expressar-se no gênero e na corporalidade que corresponde à identidade, é recurso para tentar não sofrer transfobia. Natália pensa que:

Uma mulher trans pode ser mais bonita que uma cis, mas a cis não é julgada com estereótipos do tipo “mulher de bigode”. Elas tentam encaixar atributos masculinos na mulher trans, coisas que uma mulher cis não passa. Eu acho que tenho um padrão de mulher cis porque sigo o que uma mulher cis faz para tentar ser mais feminina.” (NATÁLIA).

Assim como corpos cisgêneros, os transgêneros costumam recorrer à estética em sua produção, transmitindo mensagens através da maquiagem, da forma de expressar-se, copiando e reproduzindo padrões ou desviando deles. No entanto, há uma especificidade em corpos trans que os tornam transcomunicativos: a transição. Mesmo que ela não ocorra por medicalização, hormonização, cirurgias ou procedimentos estéticos, ocorre o uso de artifícios que quebram paradigmas normativos e não são usados como fantasia ou farsa, mas como parte de quem são, de suas identidades e realidades. É como a arte musical para Valéria Barcellos (2020) ou uma tela em branco para Luísa Marilac (2019). Essas corporalidades, de Cléo, Natasha, Michelly, Natália, Flavia e Rihanna, transicionaram para comunicarem ao mundo quem são. São corpos transcomunicantes. Não são corporalidades que transicionaram somente objetivando o reconhecimento de outrem, mas também que se manifestam para que as próprias interlocutoras saibam quem são e estejam vendo, na materialidade e artificialidade do seu ser, uma forma transcomunicativa de existência.

Na experiência de Rihanna, a transição permitiu a ela realizar a produção da sua própria corporalidade. Ela afirma que seus procedimentos estéticos e corporais são feitos a partir de suas vontades e não para que outres afirmem sua identidade. Porém, há também um processo de construção da corporalidade dentro de padronizações hegemônicas de beleza, que podem colaborar na sua autoaceitação, autoafirmação e bem-estar emocional, mas, ao mesmo tempo, geram uma reprodução daquilo que se espera de um corpo padronizado e inspirado na cisgeneridade. Esse corpo é feito por ela e para

ela, mas também está se formando dentro daquilo que é validado hegemonicamente como belo.

Para mim é importante a transição porque se eu sempre sonhei com esse corpo, não é desejo de realizar uma coisa para o outro, e nunca foi para o outro. Sempre foi para mim. Todo movimento que eu faço no meu corpo nunca é para o outro, ou porque quero que o outro me note, veja que eu tenho uma vagina, que eu tenho peito. Eu quero que a Rihanna se veja com peito, quero que a Rihanna se veja com a vagina, se sinta realizada fazendo todos os procedimentos que ela sonhou. Eu quero que a Rihanna, amanhã ou depois, coloque um biquíni e se sinta à vontade de ir para praia, na piscina. Essa é a minha necessidade. (RIHANNA).

Estando em uma fase de sua vida em que as condições financeiras e econômicas a colocam em posição marginalizada, Rihanna ainda não consegue realizar o sonho de transicionar com procedimentos cirúrgicos. Além da barreira do serviço público que dificulta o acesso de mulheres trans e travestis à hormonização gratuita, ainda há o custo dos procedimentos que estão alinhados à lógica do capital e sendo acessados por pessoas cisgêneras que detêm melhores condições econômicas. Como refleti anteriormente, não há ambulatórios especializados no atendimento de pessoas trans fora de Porto Alegre, por exemplo, que ainda tem um serviço precário. Para acessar esse serviço, as brechas precisam ser abertas para que as travestis e trans consigam injetar silicone, tomar hormônios ou ter atendimento de qualidade, o que faz com que recorram a processos clandestinos e perigosos. Rihanna teve ajuda de amigas trans e travestis para realizar seus primeiros processos de transição.

Na época, quando cheguei, se não tivesse peito nem bunda era um viadinho gay montado. E eu dizia que a mulher, antes de ter o peito e a bunda, ela tem que nascer aqui dentro. Então, eu internalizei a mulher, eu não padronizei ela como a sociedade padroniza a mulher: peituda, bunduda, pernã. Eu padronizei a mulher que eu queria

ser: a Rihanna. Aquela que ia passar por procedimento de acompanhamento médico, endócrino, porque eu já tomei hormônio por conta própria, mas eu quebrei minha cara. Passei mal, tive alguns efeitos colaterais, porém, a gente busca sempre melhorias, né? Eu fui buscando até acertar. Hoje eu faço acompanhamento médico, com endócrino e psicóloga. Porque para fazer uma cirurgia precisa de laudo psiquiátrico e psicológico da endócrino. A mulher trans não decide para si própria, ainda acham que é uma doença, que precisa de acompanhamento, que isso é loucura. Eu acho que loucos todos os seres humanos são, porque todos precisam de psicólogo, psiquiatra e de empatia com o outro. (RIHANNA).

Os procedimentos farmacológicos e hormonais, quando feitos sem acompanhamentos médicos, podem provocar reações adversas e dificultar o processo de transição, como a depressão de Flavia ou os efeitos colaterais em Rihanna. Porém, quando recorrem à medicina para o apoio nos processos de produção do corpo, se deparam com lógicas heteronormativas, que dificultam seu acesso à transição segura. Mesmo que a transgeneridade não seja considerada doença ou patologia, Rihanna ainda precisa passar por laudos médicos para realizar os procedimentos cirúrgicos que deseja pelo Sistema Único de Saúde. Como pensamos com Letícia Nascimento (2021), são os entraves jurídicos, médicos e morais que afastam as mulheres trans e travestis da autodeterminação de seus corpos, que tentam ser enquadrados e normatizados dentro do CIStema. Essas barreiras são impostas pela naturalização essencialista dos corpos biológicos, que só existem na norma cis-heteronormativa. Rihanna não odeia seu corpo ou o rejeita. Ela se autodefine como mulher trans e deseja realizar a redesignação sexual, mas não por um processo de disforia ou fobia, mas de encontro consigo mesma no próprio corpo.

Eu amo meu corpo, mas tudo na vida tem aquelas adaptações. Se eu puder mexer no meu corpo, eu vou mexer. Eu quero colocar minhas próteses, eu tomo hormônio e tenho uns “peitinhos”, mas eu quero ter meu silicone. Tem meu sonho que ainda não foi realizado, que é fazer a redesigna-

ção sexual. [...] Não largo mão dos meus sonhos porque o outro falou que é mutilação, que não precisa, mas eu ainda tenho a necessidade de ter isso, como qualquer outra pessoa tem necessidade de ter um emprego, de ter parceiro, de ter seu próprio negócio, e a vontade que eu tenho é fazer a minha redesignação sexual. (RIHANNA).

A transição pode ser feita por desejo e para manifestar as corporalidades de acordo com as identidades, como no caso de Rihanna. Porém, considerando o contexto farmacopornográfico, há os corpos travestis, como o de Michelly, que transicionam, em parte, para o trabalho na prostituição. Algumas são afetadas pelo imaginário cisgênero e heterossexual, que também constrói os corpos trans através da indústria pornográfica, estabelecendo padrões que tendem a ser reproduzidos por mulheres que fazem a transição, geralmente almejando um padrão cisnormativo, apesar de se reconhecerem travestis.

Não só pelo meu trabalho, mas pela minha autoestima. Quanto mais bonita tu tiver, mais tu vai tá em alta, mais vai chamar a atenção. Ou tu acha que um homem vai se atrair por uma bicha feia, mal cuidada? E o meu trabalho exige isso, quanto mais bela, mais tu ganha. Isso eu aprendi na rua. Antes eu não me aceitava. Antes, se eu ficasse magrinha, eu tinha que tá gorda para o povo me ver bem, porque se a gente tá magra, tá na pedra ou tá com HIV. E se tá gorda, é porque come que nem uma vaca, vai fazer um regime. Então, eu aprendi a me amar do jeito que eu sou. Eu entrei na academia com o propósito de ficar bombadona, que nem a Gracyanne Barbosa. Mas meu corpo reagiu diferente, eu comecei a ficar fitness, com um corpo slim. E eu comecei a priorizar aquilo. Porque o sonho de uma mulher é ter um corpo fitness, poder ir numa praia de biquini, não se estressar com aquela gordurinha aqui e ali. Por isso, hoje eu me cuido muito, porque chama a atenção e homem gosta de coisas assim. (MICHELLY).

No processo de transição, nem sempre o corpo reage de acordo com as expectativas das mulheres. Com Flavia, os hormônios

intensificaram a depressão e em Rihanna provocaram efeitos colaterais. Já Michelly, almejando um corpo musculoso e definindo, frequentava academia de forma sistemática para trabalhar a musculatura e atingir um padrão de corpo atraente na visão dela. Ela almeja um tipo de corporalidade próxima à cisgênera, e considera que os corpos gordos ou “mal cuidados” são feios. Essa lógica parte do padrão normativo masculino, percebido quando ela fala “*homem gosta de coisas assim*”. Por mais que também trabalhe seu corpo por ela mesma, Michelly quer ser desejada e ganhar dinheiro nas ruas, tendo o cuidado com o corpo como prioridade, malhando e utilizando recursos estéticos para formatá-lo dentro daquilo que considera desejável. Natasha faz essa relação entre a transição e a relação com o masculinismo.

O padrão é muito difícil de romper, porque quando você transiciona, você já está dentro do padrão. Porque as mulheres trans poderiam não transicionar com hormônio, ser a mulher que esse corpo quer, não a mulher que a indústria farmacêutica vai fazer eu ser. Mas é um debate muito complexo, porque aí tem a relação da liberdade dos corpos, e se eu prego essa liberdade, as mulheres trans podem transicionar, tomar bloqueador e fazer o que quiserem, mas o que eu luto é pra que tenham consciência sobre isso e não que não façam. A transição é pra você parecer algo, te ajudar a chegar naquele modelo de mulher padrão que você quer. Por isso que os hormônios e bloqueadores ajudam. Por que barba e pelo irritam tanto mulheres trans? Porque é um dos maiores símbolos da masculinidade, e é exatamente isso que você quer abandonar. A gente abriu mão do privilégio de ser um homem cis, até porque homem gay cis não sei se é privilégio. O privilégio é hétero. (NATASHA).

Falar sobre padronização de corpos, corporalidades e belezas demanda entender que cada interlocutora possui uma percepção sobre elas mesmas e quais são seus desejos e referências na formação delas mesmas. Buscar ou não uma padronização ou *passabilidade* não é uma questão de “problema” desde que estejam

conscientes do que buscam e de como se sentem em relação a isso, quais os objetivos em seus processos de transição. No entanto, a transcomunicação que parte de seus corpos está afetada por essas dimensões, porque parte das manifestações de suas corporalidades. Das interlocutoras, todas elas entendem qual a função dos procedimentos e estão refletindo a reprodução ou não dos padrões corporais. Elas tiveram que passar pelo processo de identificação dos seus corpos e, assim, conseguem projetar os corpos que desejam ter e como serão moldados.

Os padrões de beleza também variam de acordo com os tempos e os recursos financeiros dos quais dispõem as pessoas. Para realizar procedimentos estéticos, o custo costuma ser alto e, quanto maior o custo dos produtos, mais difícil é realizar cirurgias ou intervenções de forma segura. O gênero não é essencial, mas é produzido nos corpos. A cisgeneridade, enquanto sistema hegemônico, dita os padrões que podem ser reproduzidos por mulheres trans. Natasha também reflete sobre essa questão.

Eu tô com 32 anos e não tenho procedimento estético ainda, porque pra mim nunca fez diferença. Já fui casada, já namorei, e isso nunca foi algo que fosse um divisor de águas. Mas, se eu fosse uma garota de programa, provavelmente eu já teria feito o rosto, já teria botado silicone, já teria feito lipo, porque é a venda do corpo. E aí, o corpo tem padrão, um padrão de beleza. E a gente tem que lembrar que, na Grécia, o conceito de beleza era ligado ao objeto, não era ligado a seres humanos. Os objetos eram ligados à beleza. E quem são os objetos hoje na sociedade? São as mulheres, principalmente se você fala em trans, quando se fala em negra. São objetos. São descartáveis e utilizáveis. Essa lida do padrão de beleza é uma necessidade do capitalismo. Porque o padrão não foi do nada que surgiu, alguém criou e ditou. E quem ditou o padrão? Ele muda de tempos em tempos, então se voltarmos no tempo, é sempre a elite quem dita o padrão. Se a burguesia era majoritariamente gorda, o padrão era a gorda para a sociedade. A burguesia tinha acesso à comida. Com o tempo,

a burguesia do capitalismo nos séculos XX e XXI, o modelo é de mulher magra, alta ou mignon, depilada, de pele clara, cabelo de preferência liso, precisa ser padronizado. E as mulheres trans e travestis, para vender o corpo na esquina, não tem como vender o corpo dizendo “não, eu sou feminista, eu sou contra a depilação, porque eu acho que isso é uma imposição. Por que os homens não se depilam?” Não, elas vão fazer exatamente aquilo que elas precisam pra ganhar a vida. E isso não é uma questão de escolha, é uma questão de condição, né? [...] Então, assim, o capitalismo é aquilo que você tem pra apresentar, tem pra ser observado, pra ser exibido. Não é aquilo que você é. Aquilo que elas são, pouco importa para os caras. É uma vida de status, de imagem. (NATASHA).

Natasha nunca se prostituiu, assim como Natália e Rihanna, mas Cléo, Flavia e Michelly tiveram a experiência da prostituição. No entanto, todas elas têm uma relação muito afetiva com o corpo, tendo ele como um elemento de cidadania transcomunicativa, como veremos mais adiante, porque é sua ferramenta não apenas de luta e expressão, mas de materialização da identidade e de reconhecimento enquanto mulheres trans ou travestis. O corpo para elas tem uma dimensão diferente das mulheres cisgêneras, porque não lhes é “dado”, mas transicionado, construído e (re)nascido. O processo da transição é também de transcomunicação, porque transcende ao gênero atribuído ao nascimento, interconecta elementos (ou não) das feminilidades e mulheridades e intersecciona matrizes de produção que podem se combinar (ou não) às mídias, aos padrões hegemônicos e a procedimentos estéticos e de intervenção cirúrgica.

O procedimento de Natasha começou na adolescência, na relação com outras travestis. Natasha é travesti e se produz a partir das feminilidades encontradas em outras travestis.

Aos 13 anos, eu conheci uma travesti realmente de quadra. Eu morava no bairro Santo Afonso, em Novo Hamburgo, e elas se prostituíam perto da BR-116, não era muito longe da minha casa. Comecei a conversar e, dias depois,

eu fui na casa delas e elas me disseram que eu ia ser uma mulher travesti, era uma questão de tempo. Eu achava elas lindas. Elas tinham silicone industrial, tinham aqueles cor-pões, e elas começaram a me dar hormônio, anticoncep-cional, e eu comecei a tomar naquela relação de volunta-rianismo mesmo, "ai, vou tomar porque elas falaram que a pele fica bonita e tal". Com o tempo, começou a dar seio, o meu cabelo sempre cresceu muito rápido, mas cresceu mais rápido ainda, a forma masculina meio que foi desaparecendo porque eu tinha 13 anos, então não deu tempo de formar o corpo masculinizado. E eu descobri a tal da Benzoginoes-tril [hormônio feminino à base de estrogênio], que hoje não existe mais, mas era uma injeção, comecei a aplicar Perlutan [anticoncepcional injetável]. Aquilo foi me dando uma outra cara, praticamente aos 15 eu tava hormonizada em quase 2 anos de transição. Eu sempre fui muito segura de quem eu era, mas a transição foi muito insegura porque eu não tive recomendação médica nenhuma, então todo mundo que me mostrava uma injeção ou uma medicação, eu injetava ou eu tomava, sem prescrição médica nenhuma. Isso é muito arriscado, um risco muito grande de se fazer. (NATASHA).

A condição periférica da mulher trans ou da travesti (MORALES MEDINA, 2019) faz com que elas recorram aos procedimentos sem auxílio médico. Flavia também começou a tomar hormônios aos 14 anos, a partir de um amigo que tinha uma tia trans chegando da Itália. Em conversas, ele dizia que precisava transicionar cedo, porque "senão, você vai virar um monstro". A hormonização começou, assim como Natasha, na relação com outras mulheres trans, só que pelas redes sociais. Na época, por volta de 2008, ela começou a seguir indicação da tia desse amigo, mas também buscou o perfil no Orkut de uma das mulheres trans que admirava em sua cidade.

E aí eu perguntei para ela no Orkut: "O que vocês tomam pra ficar tão bonitas assim?". Daí ela falou assim: "ai, amiga, a gente toma Perlutan". Daí a gente foi conversando e ela me explicando. E eu fui fazendo o mesmo processo, sem ajuda da medicina porque na época a gente não tinha essa questão, nem incentivo e nem acesso. (FLAVIA)

Os hormônios à base de estrogênio ajudam o corpo a modificar sua estrutura física, mas também mexem com o aspecto emocional. Flavia lembra que *"se você tem muita probabilidade a ser uma pessoa que tem depressão, isso vai alterar e vai aumentar. Essa situação vai ficar mais intensa. Eu tive problema com a depressão na época"*. Com as alterações hormonais, Flavia começou a se sentir muito mal e cortou a terapia hormonal porque: *"me fazia muito mal no sentido de que toda vez que eu tomava muito hormônio, que eu fazia a terapia certinha, me batia muito a necessidade de fazer cirurgia de redesignação sexual. E aí, quando eu parava, eu já não sentia tanto essa necessidade"*. Ela se sente melhor com seu corpo sem o uso dos hormônios porque a experiência da hormonização fez ela perceber que *"eu continuava me sentindo Flavia, eu continuava me vendo como mulher, mas sem a necessidade de fazer vaginoplastia para afirmar isso. Hoje em dia, eu me vejo bem do jeito que eu sou. E esse processo hormonal trabalhava muito na minha mente de uma maneira um pouco negativa"*.

Para Flavia, a transição foi um momento chave de transformação. Antes de fazê-la ela foi um menino tímido, que não falava com as pessoas e, com a "morte" dele, ela perdeu medos: *"então, foi uma transformação mesmo! Não foi só na estética ou no gênero. Foi uma transformação de que 'eu vou ser feliz, custe o que custar, e ninguém vai poder me deter', sabe? Porque eu acho que como Flávio, eu me frustrava muito mais, eu me reservava"*. O medo ao qual ela se refere é o de ser reconhecida como mulher no corpo de menino: *"talvez eu nem me posicionasse tanto nesse período de 'boy', porque eu tinha medo de aparecer a outra parte, de as pessoas identificarem, de soar tão feminino assim"*.

Após a transição e o nascimento de Flavia, o corpo que ela produz está de acordo com sua identidade e seus sentimentos. Ela diz estar bem e se amar. Para ela, o processo de transicionar foi fundamental, apesar do percurso difícil da depressão.

O que foi pra mim não quer dizer que seja uma regra, que para outra tenha que ser a mesma coisa. Mas acho que quando você fala de transição, você tá falando de transformação. E alguma transformação deve existir neste período, entre o "ele" e o "ela", alguma coisa vai mudar. E precisa mudar. Pois, senão, essa pessoa vai sempre se sentir a mesma. Daí essa transformação vai vir daquilo que essa pessoa enxerga como necessário, não tem que ser algo ditado. Mas eu acho que tem que haver uma transformação em algum sentido. (FLAVIA).

Essa transformação da corporalidade trans e travesti, que segue ou rompe padrões, comunica sentidos e dialoga pela sua existência. A cumplicidade criada entre mim e as interlocutoras se deu no interesse por compreender seus corpos e histórias, que são importantes para elas, mas pouco ouvidas. Elas são as produtoras de seus corpos e conhecimentos que, em dialogia comigo, possibilitaram uma nova epistemologia, essa proposta de cidadania trans-comunicativa a partir de como se entendem, interpretam as mídias e produzem novos sentidos com suas corporalidades. Como disse Cléo em nosso primeiro encontro:

A partir do momento que a pessoa te vê ocupando um espaço, qualquer grupo estigmatizado, qualquer corpo estranho, qualquer ser que não esteja dentro dos padrões, a partir do momento que você convive com essa pessoa, que você vê ela, olha ela nos olhos, conversa com ela, há uma humanidade. Há uma humanização dessa relação e há um entendimento maior, há uma empatia maior. Há a possibilidade de se colocar no lugar do outro. Eu vejo isso com os clientes na rua, por exemplo, quando eles percebem que por trás daquela prostituta que tá ali tem uma mulher que pensa, outras questões além do sexo, do corpo, da aparência, há uma cumplicidade maior nessa relação. Há interesse e uma preocupação maior também dele contigo. (CLÉO).

Na época, eu ainda não havia estado na rua com ela e Michelly, não conhecia a Casa Florescer e tinha conhecimentos

limitados acerca dos seus universos. Não prevíamos as interferências da pandemia do COVID-19, estávamos ocupando o mesmo espaço e construindo a parceria que possibilitaria as continuidades da pesquisa. Nós demos o primeiro passo para o que, posteriormente, se tornaria a ideia do conceito de cidadania transcomunicativa. Minha perspectiva sobre corpos trans e travestis era limitada às mídias que consumia e a percepções que estavam mais próximas ao pensamento hegemônico do que das epistemologias trans e travestis. Com Cléo comecei a enxergar esses corpos usando as lentes do gênero, analisando não somente suas relações com as mídias, confrontando aquilo que me foi dito sobre elas, mas experimentando COM elas as possibilidades de uma outra cidadania A PARTIR das mulheres trans e travestis, afinal, como diz Cléo:

A pessoa humana que tá ali não é nenhuma supermodelo nem uma atriz, também não é escracho, não é a escória. Não é nenhuma dessas coisas. Ela não é uma deusa. É um ser humano como outro qualquer, mas as pessoas têm que te colocar num patamar desses. Ou como deusas divinas e maravilhosas, numa hora vem e beija nos teus pés, te lambendo dos pés à cabeça, te adorando como santa, ou outra hora te tratando como escracho, o cocô do cachorro. E por que não pode ter um olhar "normal"? Olhar a Cléo que pensa ou que não pensa, que fez qualquer coisa, que produz ou não produz, o ser humano que tem por trás, que ama, que sofre, que sorri, que é feliz, que chora, que sente fome, que sente frio, enfim, que se não pagar a prestação do apartamento vai ficar sem ter onde morar. Todas essas coisas, sabe? Essa humanidade que precisa trazer. Não essa adoração ou fetiche. A gente é sempre vista como entretenimento. (CLÉO).

A transfobia ainda é muito presente. Esse olhar de humanidade, de realidade e "normalidade" ainda não encontra espaço nas mídias, como veremos a seguir. Penso, ainda, que a visibilidade que as mulheres trans e travestis têm nas ruas é sintoma dessa falta de representatividade. O que se formou pelos fundamentalismos religiosos, pelo preconceito midiático, pela linguagem do jornalismo,

pelas atuações na televisão, enfim, pelos múltiplos *desserviços* que foram prestados a essas pessoas. Dentro dos feminismos, como também discutiremos mais adiante, as mulheres trans e travestis são vistas como à parte em algumas vertentes, não integradas nas lutas, o que gera disputas de sentidos que também podem ser disseminados midiaticamente.

Na boca de muitas mulheres, a gente não é trans ou mulher, é traveco, puto, putão, viadão, gay, aberração. Mulher que tá bem consigo, que é gostosa, não vai ter recalque com travesti. Porque elas não aceitam que um menino que virou mulher vá ter esse corpo, essa pele, essas pernas... (MICHELLY).

Não são apenas mulheres que as excluem por não entenderem os atributos das feminilidades e mulheridades performados pelas interlocutoras, mas isso está vinculado à estrutura patriarcal (que também pode ser reproduzida por mulheres). Michelly, por vezes, se sente um objeto comestível, considerando ser "*aberração pra muitos e desejo sexual pra outros. A gente só não é comida, em si mesmo, porque a gente não é comestível, sabe? Porque se desse pra comer, a gente era comida. Porque tem homem que Meu Deus, né? Não é um nem outro, é muitos!*"

Na tentativa de entender como as interlocutoras constroem suas corporalidades, passei a notar que as estruturas nas quais se fundaram, de família, crenças religiosas, classe social, compreensão dos gêneros, também formam seus gêneros e, conseqüentemente, a forma como interpretam as mídias a partir de suas experiências com elas. Os processos comunicacionais que emergem na expressão de suas corporalidades fazem a transcomunicação, que pode incluir diversas pessoas, mas trabalha para encontrar uma cidadania transcomunicativa, que combata as estruturas transfóbicas produzidas historicamente pelos meios de comunicação, pela política e pelos discursos sociais.

EXPERIÊNCIAS E INSPIRAÇÕES MIDIÁTICAS: AS AFETAÇÕES NAS CORPORALIDADES TRANS E TRAVESTIS

As mídias podem colaborar na visibilidade de mulheres trans e travestis, de acordo com Michelly, *"mostrando pro povo que a gente não é o que eles pensam. Que travesti não é só pra sexo, pra se prostituir. Travesti também tem talento, é só dar oportunidade e abrir portas"*. Ela é fã de novelas e programas esportivos, e se vê representada em poucos produtos midiáticos. Seu desejo é que as travestis sejam vistas com maior verossimilhança, porque segundo ela *"a gente não tá aqui por tá, a gente quer um espaço pra gente também porque a gente é ser humano. Não importa se nasci homem e me visto de mulher. Nada a ver. É como eu disse: a genital não define o que tu é. O que define o que tu é, é teu caráter e tua mente"*.

Das 6 interlocutoras dessa pesquisa, Michelly foi a que se mostrou mais afetada pelas mídias na construção de sua corporalidade. Sua autoidentificação como travesti é recente e, antes disso, ainda estava em fase de descoberta da sua expressão de gênero e corporalidade. Nesse processo de produção do corpo e identificação, suas principais referências são a cantora Joelma, a *influencer fitness* Gracyanne Barbosa, as ex-dançarinas do grupo É o Tchan! Scheila Carvalho e Scheila Mello, e a cantora Pablló Vittar. Com exceção de Pablló, todas são mulheres cisgêneras, enquanto Pablló é um homem cisgênero, *gay* e *drag queen*.

Porém, Michelly pensa que Pablló é trans: *"todo mundo diz que é drag queen, mas ninguém me tira da cabeça que ela é trans. [...] Ela podia ser no começo, mas hoje em dia, ela é uma mulher. Pega uma foto da Pablló Vittar há 5 anos atrás e pega uma de agora. Ela tá com cabelo comprido, corpão, não é drag queen"*. Pablló Vittar nunca assumiu publicamente ser mulher trans ou travesti, apesar de sua

figura midiática se apresentar sempre em *feminilidades* e numa personagem com atributos das *mulheridades*. Michelly se inspira muito em Pablo e diz que *"o nome da Pablo já faz eu me arrepiar! A Pablo Vittar. Olha o corpo dela, todo fitness, malhado"*. Michelly pode ver em Pablo a transcendência do gênero, a possibilidade de transitar entre performances que se apropriam do hegemonicamente considerado masculino ou feminino, sem necessariamente se caracterizar dentro do binarismo.

Imagem 43 - Pablo Vittar



Fonte: Divulgação (2019).

Na construção de sua corporalidade e de seu corpo, Michelly usa referências que considera terem “corpão”, o corpo *fitness* que tem matrizes midiáticas da sua infância: *“tinha o Gugu, o ‘Domingo Legal’ no SBT, eu tinha uns 6 anos de idade, ele chamava elas com aqueles shortinhos curtérrimos, aquele corpo escultural, aquela cinturinha! Eu faço aula de dança na academia, eu adoro botar minhas roupas curtinhas e dançar, me sentir uma estrela”*. Como estávamos refletindo, a cisgeneridade ainda é uma matriz de construção dos corpos, inclusive trans. A falta de referências midiáticas transgêneras faz com que a produção da corporalidade de Michelly seja mais afetada pela lógica cis, mas já conseguindo se ver em Pablllo, que performa o gênero borrando as fronteiras do cisnormativo mesmo se identificando como homem cisgênero.

Além disso, ela é fã dos corpos de Carnaval e sonha conhecer Evelyn, que foi rainha de bateria da escola de samba Mangueira. Ela tem uma trajetória no carnaval de sua cidade, quando ainda não tinha feito a transição: *“desfilei 5 anos no carnaval na Unidos de Sapi-ranga, como rainha da escola, Rainha Gay, naquela época. Fui Rainha Gay da Asa da Verdade, em Estância Velha. Fui Destaque de Chão, em Novo Hamburgo, e dancei à frente da bateria em São Sebastião do Cai”*. Como historicamente foram aparecendo nas mídias, os bailes de carnaval eram espaços nos quais se podia interpretar múltiplos papéis e ficaram conhecidos por darem vazão mais segura às travestis. O que antes era “personagem” se tornou definitivamente uma manifestação de gênero.

Rihanna diz não se influenciar pelas mídias na produção de seu corpo, porém, suas experiências midiáticas reforçam alguns padrões estéticos que ela reproduz em suas corporalidades, compreendendo que há normas cisgêneras que são copiadas pelas transgêneridades nela, num processo de fusão cultural. Ela diz: *“eu nunca me espelhei pra ter peito, pra ter bunda em outro artista. A Rihanna eu quero que esteja com o corpo assim, porque eu sei que não vou atingir esse corpo que a gente vê muitas vezes na mídia, existe muita*

maquiagem, muita produção por trás!" No entanto, para complementar essa fala, ela usa a referência de Beyoncé, mulher negra cis e cantora estadunidense que ela admira:

E quando a própria Beyoncé faz as coisas, a beleza dói, ela me inspira naquilo. As pessoas muito buscam a perfeição, a gente sabe que a perfeição traz muitas dores, muitas frustrações, tem muitos artistas que eu vejo que são frustrados, eles mesmo tendo fama são infelizes, sofrem de depressão. Então, eu fantasio naquelas pessoas que têm crescimento, que têm visão, mas visionária de corpo não, porque a gente nunca vai ter aquele corpo, e se tiver, ou pra melhor, ou para pior, então não faça essas comparativas. (RIHANNA).

Rihanna não quer se comparar ao corpo de Beyoncé, mas a traz como referência para pensar seu corpo, construído a partir de dores e de um processo de transição de gênero. A música *Pretty Hurts*⁶⁴, da cantora Beyoncé, fala sobre a busca pela padronização, de entrar num sistema hegemônico de beleza (cisgênera). O videoclipe mostra os bastidores de um concurso de beleza e a dificuldade de acessar esse espaço pela necessidade de formatar o corpo. Em certo trecho da música, traduzido por mim, ela canta "*perfeição é a doença da nação, é a alma que precisa de cirurgia*". Natasha também trouxe o exemplo dessa mesma música para pensar a relação do corpo travesti com a cisgeneridade e as dores que são provocadas (tanto em mulheres cis como trans) pela tentativa de adequação a esse padrão.

A Beyoncé fez a música Pretty Hurts, que a beleza dói, e ali ela conta uma relação cis de um concurso de beleza, mostra como ele é podre, umas coisas terríveis. A gente podia pegar essa música e fazer com uma mulher trans ou travesti. No início, sendo um menininho e se montando, mas ela se monta não como ela quer, mas como a sociedade determina que ela deva se montar. [...] Ela não quer ter o peso de ser linda o tempo todo, ela quer viver. Isso é uma

dor consciente, mas é uma dor que boa parte já normalizou, já foi normalizada. [...] Será que essas performances que a gente quer ter não são prejudiciais ao que a gente é? Porque toda performance foge da sua natureza. Estou performando algo que não sou. (NATASHA).

Pretty Hurts fala das dores de mulheres que querem ser bonitas de acordo com um padrão cisgênero; no entanto, as meninas trans e travestis conseguem se enxergar naquele processo porque também sentem a dor de não pertencerem a um corpo e buscá-lo em outro. Natasha ainda problematiza, indo além, pensando que as performances apresentadas no corpo podem servir para ocultar algo que está por dentro, pode mascarar uma depressão ou algum atributo físico que incomoda. A música, a arte e as mídias têm esse poder de representação porque, na dimensão do sensível, nos aproximam e geram identificação.

Cada interlocutora dessa pesquisa apresentou diferentes experiências e relações com as mídias ao longo de sua trajetória, mas algumas conexões foram estabelecidas entre elas, principalmente no que diz respeito às referências midiáticas. São poucas as representantes trans e travestis nas mídias, portanto, elas se repetem em algumas falas. É o caso de Roberta Close, trazida por Cléo e Flavia como alguém que as fez se reconhecerem, uma possibilidade de corporalidade mais próxima daquilo que entendiam estar dentro delas.

Quando era criança, eu tinha uns 7, 8 anos, eu perguntei pro meu tio se era possível uma pessoa nascer homem e morrer mulher. E aí ele falou assim "hoje em dia é". Daí eu falei "sério?". E aí foi quando ele me falou da Roberta Close. Foi a primeira mulher que eu me identifiquei mesmo, fora da família. Acho que foi nesse momento que eu me reconheci em algum lugar, em alguém, na verdade. Foi onde era mais parecido com a realidade que eu já estava vivendo na condição de criança. (FLAVIA).

Para Flavia, Roberta Close é "alguém que já tinha lutado bastante para poder fazer tudo aquilo que eu sonhava". A partir dessa

referência que apareceu nas mídias, ela foi procurando notícias a respeito dela, tentando entender e compreender o que ela tinha feito e como se deram as mudanças no corpo. No entanto, quando Flavia passou a entender ela mesma como mulher trans, o mesmo tio que a apresentou a Roberta não a compreendeu, e disse que Flavia poderia continuar sendo menino *gay*, mas que travesti e mulher trans tinham uma visão marginalizada. De acordo com ela,

Ele foi uma das pessoas que mais me reprimiram por ser trans. Porque ele me aceitava como gay, como menino que gosta de menino, que se relaciona como menino, que tem que trabalhar e conviver na sociedade como um menino. Ele não aceitava que eu me transformasse, o que pra mim era uma necessidade, não era uma opção. E ele não conseguiu entender. (FLAVIA).

Roberta Close é uma mulher considerada *passável* e que provocou confusões em quem a via por sua condição biológica de nascimento não corresponder ao corpo que ela apresentou às mídias. No caso de Flavia, ela se tornou uma referência a seguir, porque também nasceu na mesma condição de Roberta e almejava essa transformação. Porém, Roberta dispunha de recursos que não estavam ao alcance de Flavia naquele momento de sua vida, que precisou habitar o corpo do menino antes de poder desenvolver sua identidade e corporalidade de forma condizente com o que queria. Quando resolveu abrir seus conflitos e desejos, foi reprimida dentro de casa.

Ele [o tio que apresentou Roberta a Flavia] não compreendeu e ele me julgou bastante. E eu precisei sair de casa para poder ser a Flavia. Por isso, eu agradeço ao Flávio, porque o Flávio suportou todo esse tempo dentro daquele apartamento fechado. Então ele segurou muito a barra. Mas assim, eu tive que esperar porque eu queria terminar o ensino médio e eu não queria sair, porque eu já tinha noção dessa evasão escolar. Eu queria sair com pelo menos o mínimo, com o básico. Porque eu acho que o ensino fundamental e médio é o básico, é o mínimo que a gente tem que ter. Então, eu segurei para poder ter pelo

menos isso. E depois que eu conquisei isso, eu vazei para realmente ter minha liberdade. (FLAVIA).

Na própria autoidentificação, Flavia passou pelo conflito de não saber se poderia ser uma mulher transexual apesar de ter uma referência midiática (Roberta Close). Enquanto via aquela mulher ocupando espaço na televisão, também ouvia comentários transfóbicos e rejeição do corpo que não era considerado “mulher natural”. Esse bioessencialismo provocou repressão na própria manifestação de sua corporalidade, que se viu limitada enquanto não conseguiu transcender às possibilidades além da lógica binária. No momento em que conquistou maior independência financeira para realizar a transição, Flavia saiu de casa e abriu mão de outra característica que era importante para ela: o afeto familiar. Estar dentro da cisgeneridade era condição para que ela permanecesse (como homem *gay*), mas ela é mulher trans e, para isso, teria que seguir um caminho por conta própria, para tornar-se a mulher que é hoje.

O corpo de Roberta Close era um corpo com o qual Flavia se identificava, mas que na época estava distante. Além disso, aquela corporalidade expressa midiaticamente por Roberta se tornou fetiche, produto do poder farmacopornográfico, capa de revista erótica e com um discurso regulado pela cis-heteronormatividade que a considerava exótica, estranha, não natural. Esses marcadores fazem questionar a possibilidade de também ser alvo dessas caracterizações, sendo que a própria Roberta se afastou das mídias em função da transfobia.

As corporalidades transgêneras expostas nas mídias hegemônicas estão condicionadas ao olhar normativo cisgênero, que detém os recursos e capitais financeiros e simbólicos de produção dos conteúdos e mídias que são veiculados. Nesse sentido, as mídias contribuem na precarização dos corpos trans e travestis ao propagarem aquelas existências sob o olhar da cisgeneridade, fazendo perguntas transfóbicas, exotizando o corpo que é mostrado como

“anormal” e abjeto, explorando os sentimentos e as sensibilidades por lógicas comerciais.

O espaço midiático oferecido a Roberta Close não a tornou mais cidadã ou parte da sociedade, pelo contrário, a tornou uma farsa, um truque para enganar a norma que estava fixada na identidade cis-heterossexual. Apesar de abrir espaço e dar vazão aos sentimentos de pessoas como Flavia que conseguiam se relacionar com ela, foi uma pequena brecha, tapada pelos discursos transfóbicos que não permitiam a discussão da artificialidade do corpo e do gênero como performatividade fabricada além do binário. Além disso, Roberta teve seu corpo tornado abjeto mesmo que “normalizado” no padrão cisgênero, fazendo entender que os corpos trans que teriam espaço nas mídias seriam aqueles mais próximos da cis-normatividade. Cléo também apontou a presença de Roberta Close como uma referência para mulheres trans nas mídias, assim como Hebe, que também é uma referência para as duas.

Agora tem o seriado da Hebe, mostrando ela como defensora de gays, das trans, da Roberta Close, na época da censura. Fico pensando: será que outras pessoas não tentaram isso? Mas ela tinha poder de apresentadora, e era loira. Que bom que existe Madonna, existe Hebe, pelo menos saímos do limbo. Mas por que não é a pessoa que é trans, que tá todo dia lutando? (CLÉO).

Hebe Camargo foi uma personalidade de televisão que aproveitou de seus privilégios cisgêneros, em alguns momentos, para trazer à pauta a realidade de pessoas trans. Quando convidou Roberta Close para seu programa, a chamou de “a mulher mais linda do Brasil”, entendendo que ambas eram pessoas com *feminilidades* e *mulheridades*. Hebe se apresentava loira, era branca e conquistou espaço por ser a “queridinha” de Silvio Santos no SBT. Sobre Hebe, Flavia lembra que ela tinha uma forma de conduzir o programa e uma personalidade com a qual ela podia se identificar, além de pautar questões que diziam respeito às vidas trans, inclusive com a presença de Roberta Close.

Eu gostava da maneira da Hebe Camargo de se expressar, de conduzir as programações dela. E tinha, obviamente, uma Hebe em frente às câmeras e uma Hebe por trás das câmeras, porque muitas pessoas mencionam que ela era muito dura às vezes. E essa pessoa se parece um pouco comigo. Tem uma Flavia reflexiva, que é o canal que eu tenho no YouTube, que não tem muita gente ainda, tem 70 pessoas, mas eu sou grata por cada um que se inscreveu. Mas também tem uma Flavia que é mais autoritária, que faz parte de mim. Só que eu aprendi a adocicar as situações, em algum momento eu fui aprendendo a ser um pouco mais doce, mais paciente, mais calma. Mas a Hebe Camargo é uma pessoa que me chamou muita atenção, acho que é só ela. (FLAVIA).

Flavia ainda compara seu temperamento com o de Hebe, que a inspira para criação de seu canal no YouTube, Flavia Reflexiva⁶⁵, que abordarei mais à frente. Há outro elemento pensado por Cléo ao questionar “*por que não é a pessoa trans? Que tá todo dia lutando?*” aquela que apresenta os programas e traz as pautas trans. Hebe ou Madonna, como também citada por ela, podem ser pessoas que abrem debates acerca de suas existências, mas são corpos cisgêneros hegemônicos numa condição de privilégios econômicos. Mesmo que haja espaço para pessoas trans reais e não *transfake*, ainda assim Rihanna reflete que a presença das pessoas trans é maior, mas nem por isso menos marginal ou problemática em relação ao que tem sido feito historicamente.

Então, assim, a mídia hoje, a Globo, busca muito o espaço com mulheres trans e travestis no qual ela já mostrou aberrações, divulgou que mulher travesti rouba, que mulher travesti mata, que travesti era marginalizada, e hoje eles buscam outra visão. Porque eles viram que não é a travesti, é o ser humano. O filho do papai rico rouba, o político é rico e ele rouba, e é uma trans, ele não é um gay, não é, ele é o político. Quando as pessoas falam “olha, o político roubou”

não se caracterizam todos os políticos, é um ato de uma metade. Já quando é uma travesti, nós somos julgadas por aquela que aprontou, aquela pessoa que tem um caráter duvidoso. Então todas nós somos caracterizadas como a travesti que rouba, a travesti que não trabalha certo, aquela que faz coisa errada, aquela que se prostitui, que vai vender seu corpo... Eu nunca tive que acessar uma esquina, mas não desmereço aquela que passou pela esquina para que hoje eu e outras meninas e todos tivessem espaço para andar. Sangue foi derramado pra isso, e ainda tem sangue sendo derramado. (RIHANNA).

Rihanna incorre em certa ingenuidade ao pensar que as mídias, especialmente a Rede Globo, está vendo a travesti como ser humano, ignorando em sua fala os interesses comerciais da emissora, que está acompanhando demandas de públicos diversos e que essa inserção das visibilidades está relacionada às lutas de movimentos sociais e, principalmente, de questões que afetam patrocínios, investimentos e vendas de produtos, inclusive de marketing social. Além disso, se o público fica apenas com a visibilidade dos meios hegemônicos, não conhece as histórias reais das trans. É uma visibilidade em geral marginalizada, marcada, e sem abertura para mudar os estigmas ou estereótipos. Nas mídias, quando a realidade é mostrada em noticiários, por exemplo, Flavia diz que: *"Hoje, eles utilizam da nossa dor, da nossa história, da nossa esperança. É o que eles mais fazem. É só discurso"*.

Esse discurso, como pensado por Yvets Morales Medina (2019), tende a ser vitimista, reafirmando a posição marginal da travesti. Essas narrativas podem sensibilizar, por um lado, ou reforçar um estigma excludente que resulta em rejeição ou falta de empatia. A não normalização dos corpos trans, vistos pelas lentes da violência e da morte como coisas abjetas e combatidas, gera preocupação nas famílias, nos pais e no círculo afetivo de pessoas trans e travestis. Sobre esse aspecto de aceitação, Flavia reflete que:

Ainda é muito naquelas: “hoje eu te aceito, Flavinha. Hoje eu entendo porque a gente tá vendo que é normal”. Mas é sempre o externo. Isso não quer dizer que você vai ter um filho trans e que não vá doer do mesmo jeito, que você vá lidar do mesmo jeito porque a mídia mostrou que uma mulher trans é isso ou aquilo. Ainda não é normal, ainda não é algo que ninguém deseja. É difícil, bem difícil. (FLAVIA).

Existem, atualmente, mais produtos midiáticos com representação de pessoas trans, mas ainda está presente o *transfake*. O problema não é pessoas trans interpretarem pessoas cis, como a atriz Maria Clara Spinelli tem feito em alguns trabalhos recentes na televisão, mas pessoas cis interpretarem pessoas trans, ocupando espaço de empregos possíveis e sem dar verossimilhança às suas histórias. Corpos travestis e trans, por *não* estarem presentes nas mídias hegemônicas, *não* são afetados por eles na produção de suas corporalidades, que acabam tendo como referência outros corpos trans e travestis ou modelos cisgêneros de produção do corpo.

Natália gosta de assistir séries e lembra de algumas que trazem pessoas trans em suas narrativas:

Hoje em dia, a questão trans é mais elaborada do que antes. Em programas, eu não vejo muito não. [...] Em Pose mostra tudo. Na maioria, mostra a violência e a transfobia. Em filmes, colocam pessoas cis como pessoas trans. Não é uma coisa boa, porque o personagem, pelo ator, não sabe nem vivencia o que acontece. O ator, em si mesmo, não sabe se jogar no personagem. Por isso que Pose é diferente. (NATÁLIA).

Pose também é uma referência para Flavia, que considera a série interessante para a geração atual conhecer como se deu parte de uma história das mulheres trans e travestis, mesmo que seja em um contexto estadunidense. Apesar da série ter um elenco composto por mulheres trans, sem *transfake*, ainda assim Flavia considera estar mais distante da realidade vivida nas ruas, como algo romantizado. Mesmo que haja um contexto de preconceito e excludência na cidade

de Nova York das décadas 1980 e 1990, as histórias são *glamourizadas* ou tem “final feliz”, diferente do que é próximo da realidade dela.

Acho que ela [a série Pose] cria essa temática, traz essas coisas de “casas”, de rivalidades, é algo que representa um tempo mais antigo, 80, 90, mas eu não vou dizer que me representa, pra ser bem sincera. Tem algumas situações, como daquela menina, por exemplo, que faz programa e o cliente se apaixona por ela. Mas é uma coisa muito Netflix, muito romantizada. Coisas que talvez realmente possam acontecer, mas de uma maneira mais dura, mais trágica, sem muitos encantamentos. (FLAVIA).

A mulher trans ou travesti que tem a periferia como lugar de enunciação, já pensada por Morales Medina (2019), faz uma leitura das mídias a partir da sua condição. O que Flavia vê no modelo padronizado exposto em *Pose* também tem a ver com a sua forma de enxergar o mundo desde suas experiências e trajetória. Rihanna, em sentido parecido, a partir de suas relações com as mídias e de vida, pensa que *Pose* aborda as situações possíveis de ocorrer com mulheres trans e travestis de uma forma ridicularizada ou inverossímil.

Gostei da série da Pose, mas teve uma coisa que já não achei legal, que é a parte da violência, de esconder um corpo, essas coisas. [...] Aquela parte ali já não representa, não traz representatividade, é muita violência e ocultação de cadáver, não é legal ver aquela cena. Algumas séries também de mulheres trans que participam, pra mim muitas vezes é sugerida por diretores, você só pode mostrar até certas coisas, você não pode falar certas coisas, então ainda não tem nada que representam uma realidade de mulher travesti de verdade, que comente sua vida desde a sua infância até aqui, então nada tem representatividade grande ainda. Na minha vivência, não chega a me representar. (RIHANNA).

A série *Pose* é um dos produtos de mídias recentes que foi exaltado em grupos de mulheres trans nas redes sociais e midiáticas por trazer um elenco composto somente de mulheres trans

representando seus papéis. No entanto, é um recorte das situações vividas por frequentadoras de *ballrooms*, em Nova Iorque. São mulheres que se utilizam de espaços à noite para se unirem e performarem *shows* e desfiles dentro de um ambiente seguro, mas que durante o dia precisam enfrentar dificuldades em encontrar emprego, se prostituem e são abandonadas pelas famílias sanguíneas, formando outras famílias que chamam de “casas”. Na Espanha, a série *Veneno* traz a história de Cristina La Veneno desde a infância até o estrelato mundial e sua morte, acompanhando o processo de descoberta da identidade de gênero, transição, fama e abandono. No Brasil, ainda não temos nenhum produto que traga mulheres trans ou travestis em protagonismo nos canais hegemônicos, apesar delas já terem papéis e estarem sendo reduzidos os casos de *transfake*. Neste sentido, Natasha reflete que a realidade de mulheres trans ainda está mais próxima do que é representado por mulheres cisgêneras em situação de marginalidade social.

Não tem algo que aproxime da nossa realidade. Isso é muito relacionado ao capitalismo, de tentar vender uma ideia de que as ricas lutaram pra ser quem elas são, então todo mundo pode. E a gente sabe que nem todo mundo pode. Teve uma novela que a Camila Pitanga fazia uma garota de programa, Paraíso Tropical. Eu quero saber por que não fazem algo mostrando uma travesti na esquina com a vivência? Jogando pedra, ela tentando uma entrevista de emprego e a pessoa abertamente dizendo que não, ela indo no posto de saúde e sendo maltratada. Isso mexeria mais, isso faria com que as pessoas em casa olhassem e pensassem: “gente, elas passam por tudo isso?” Ela poderia começar na esquina, tentar sair e terminar a novela na esquina. Porque essa coisa de final feliz ainda não existe pra nós. Não tem final feliz pras meninas semianalfabetas que estão na esquina. Não tem. (NATASHA).

As histórias de luta reais das trans no Brasil não são trazidas pelas mídias televisivas hegemônicas. Do mesmo modo, há pouco material escrito por elas em bibliografias ou nas redes digitais. Nas

telenovelas, Michelly diz: *"o que eu vejo na novela, eu acho que não é tudo que a gente passa. Pras travestis aqui de fora, eles não mostram muito a nossa realidade. Eles não mostram como uma travesti vive, eles não mostram uma travesti se prostituindo na rua"*. Se não há uma visibilidade mais próxima da realidade, as mulheres trans e travestis têm dificuldades em conquistarem afetos e aliades, porque a transfobia persiste por elas estarem relacionadas à violência, às drogas e ao fetiche sexual. As dores, os problemas sociais, a dificuldade em conseguir emprego, a falta de acolhimento, o trabalho nas ruas, nada disso é abordado. Não há uma sensibilização nos públicos para suas vidas, que são consideradas descartáveis pela necrobiopolítica.

Michelly ainda destaca as novelas de Glória Perez como as que mais trouxeram representatividade trans. Além de *A Força do Querer* com Ivan e *Explode Coração* com Sarita, houve a personagem interpretada Maria Clara Spinelli em *Salve Jorge* que foi vítima de tráfico humano para prostituição na Turquia. Michelly teve contato com situações que envolviam pessoas e negócios perigosos, então ressaltou: *"não conheço nenhuma travesti que foi traficada, mas conheço travesti que foi colocada no tráfico como 'testa de lata', foi colocada à força. E eu, como vivi nesse mundo, eu não fui forçada, fui por vontade própria, mas eu conheço amigas minhas que foram obrigadas a entrar"*.

Os espaços dados às mulheres trans e travestis são sutis, não abrem uma discussão densa que permita entender os contextos que as envolvem, os processos de transição e a luta interna e psicológica pelas quais precisam passar antes da transição vista nos corpos e corporalidades. As mídias televisivas e jornalísticas, de modo geral, construíram narrativas rasas, que reforçaram mais estereótipos do que promoveram pautas e sugeriram possibilidades de transformação das realidades.

Porém, atualmente, está crescendo a popularização das redes sociais, como canais no YouTube e Instagram, dos quais Cléo⁶⁶, Flavia⁶⁷ e Natália já fazem uso para contar um pouco de suas histórias e seus trabalhos. Esses espaços abrem possibilidades para a construção de cidadania transcomunicativa, como problematizaremos mais adiante. No contato com as mídias hegemônicas, onde não se enxergam ou se sentem representadas, elas produzem seus corpos de outra forma, padronizando de um modo contra-hegemônico, um jeito singular que não é aquele acessado pelas classes dominantes e, em sua maioria, cisgênera. São corporalidades que estão dizendo que não há limitações caricaturadas para pessoas trans ou travestis e que elas também não dependem da cisgeneridade para se produzir. Elas podem romper ou flertar com o cisnormativo, encontrando sua liberdade na criação de si mesmas.

Em seus discursos, elas criticam os modos como as mídias constroem imaginários e representações sobre elas, reduzindo aos estereótipos e não mostrando suas realidades. Essa falha, de não contextualizar seus lugares periféricos e as múltiplas dimensões que constituem suas corporalidades além de um binário cisnormativo, limita as leituras feitas sobre as corporalidades e identidades trans e travestis por parte dos públicos que consomem essas mídias. Desde os espaços que ocupam, em geral marginalizados ou de disputa por inserção social, elas percebem esses problemas e refletem as possibilidades para outro tipo de visibilidade.

O problema é que a TV não representa a realidade LGBT. Porque o gay sempre é muito rico nas novelas, e eles ficam usando esses termos pejorativos de "biba" ou gay que é lacaio da patroa, essas coisas que são muito da cultura do atraso. É pra vender uma imagem de que o gay, ele

66 Canal da ONG Outros Olhares. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCp6uG0vz-007B96v_SCxAjw/videos. Acesso em: 11 fev. 2022.

67 Canal Flavia Reflexiva. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCHwBPoG1i6ZNE7ES-dhk1rA/videos>. Acesso em 11 fev. 2022.

nunca vai ser independente, ele vai sempre depender de uma relação cisnormativa pra que ele seja independente. (NATASHA).

A normatização cisgênera sobre corpos trans (e LGBTQIAPN+ em geral) provoca uma relação de dependência não somente financeira, mas simbólica, ao colocar que, para nos adequarmos socialmente, precisamos nos comportar, vestir e estar dentro de um conjunto de regras. Nem todas as mulheres trans ou travestis desejam seguir essa norma, mas algumas recorrem a ela como recurso de inserção em empregos, escolas, ambientes e espaços onde têm maior acessibilidade quando se aproximam da cisgeneridade.

Outra inspiração midiática de Flavia era Xuxa, por exemplo, por quem se diz apaixonada: *"até os 11 anos eu era fixada, muito louca pela Xuxa mesmo. Aí vem aquela 'Lua de Cristal', aquela música que traz uma letra que faz você entender e compreender que você nunca pode parar de sonhar, e que tudo é possível independente do que você almeja"*. Xuxa, no entanto, é uma mulher cisgênera e que ocupa uma posição privilegiada no padrão de beleza hegemônico, assim como Angélica e Eliana, apresentadoras de programas infantis na década de 1990. Todas são loiras e brancas. Flavia aponta que *"eram bem padronizados esses ídolos infantis. As principais eram três loiras de olho claro. Xuxa, Angélica e a Eliana, que também era uma gracinha"*. No entanto, Xuxa é quem Flavia considera que *"motivou várias pessoas, de uma certa maneira, com o trabalho dela"*. Xuxa também inspirou Rihanna, que diz que teve sua infância e adolescência marcada por ela e Eliana.

Na minha fase da adolescência era a Xuxa, né? A minha infância foi a Xuxa, era Eliana, era sempre aqueles personagens que a gente via, aquela mulher empoderada ali articulando com crianças, e aquilo pra mim era o mundo da minha imaginação, o melhor mundo que poderia existir, o mundo em que a Globo vinha, baixava e me pegava para me levar para outro universo. (RIHANNA).

Imagem 44 - Eliana, Xuxa e Angélica



Fonte: Divulgação (1999).

Os imaginários de construção de *mulheridades* para as mulheres trans, como Flavia e Rihanna, quando em contato com as mídias, eram o de mulheres cisgêneras loiras e brancas. As mulheres “padronizadas” eram o desejo das corporalidades delas, já que mulheres trans eram espetacularizadas no sentido pornográfico e eschachado, como ocorria com Roberta Close e nos programas de humor. Ainda hoje persistem estereótipos que tendem ao eschacho e ao ridículo em personagens trans na televisão, como o exemplo de Xana, na novela *Império*, de 2015, mas que foi reprisada durante a pandemia em 2021. Flavia recorda que era uma situação de *transfake* e sem nenhuma representatividade em relação às mulheres trans, que se tornaram motivo de chacota com a recepção da novela.

Eu acho humilhante, pra ser sincera. Porque virou palhaçada, muita chacota. Por exemplo, a “Xana” que você vê na novela... Se bem que no final da novela eles tentaram dar uma explicação praquela condição dela, que parece que era foragida, tem um contexto aí, algo nesse sentido. Mas um gay negro no Brasil, as pessoas assistem aquilo e ele vai receber o apelido de “Xana”. E uma travesti negra também talvez receba na rua um apelido de “Xana” por um hétero. O que só faz com que essas pessoas virem motivo de chacota. (FLAVIA).

Além do *transfake*, ocorre a exotização do corpo negro do ator Ailton Graça, intérprete de Xana. Esse tipo de representação na mídia reforça o que foi construído historicamente, sem um questionamento sobre a personagem e limitando-a à norma cisgênera. Xana ocupou um espaço em horário nobre sem discutir sua função cômica ou problematizar questões trans. Era humor sem crítica. Por outro lado, Flavia elenca o programa *Amor e Sexo*, apresentado por Fernanda Lima, na Rede Globo, como algo mais interessante na abordagem das temáticas trans e travestis. Sobre esse programa, ela pensa que tem mais abertura para diálogo em função do horário de exibição (perto das 23h) e da diversidade de convidadas.

No geral, eu acho que essa abertura que tem, o diálogo livre com o qual ela podia trabalhar, porque é algo que a própria emissora permitiu para aquele horário. E aí, ela falava de todos os sentidos, não há um dia especial, mas acho que todos os dias foram bem legais. Acho que ela conseguiu falar um pouco da situação de cada pessoa que se encontra na diversidade dentro desse programa. Ela trouxe trans, trouxe gays, drags. Ela não focou em um tema só, em um público apenas, em alguns temas e em outros menos. Eles conseguiram fazer com bastante equilíbrio, eles conseguiram dar atenção para todos. (FLAVIA).

As mulheres trans e travestis ainda não acessam espaços de horário livre na televisão, em que possam ser vistas por possíveis crianças que se identifiquem com elas, por exemplo, porque essas identidades não são consideradas “normais” pela norma hegemônica do CISTema. Quando aparecem, são em forma de comédia ou escracho.

Apesar de Flavia considerar *Amor e Sexo* como um programa com maior diversidade de temáticas, ainda assim é um programa voltado aos temas de sexualidade, o que incorre em tratamentos *sexualizados* da identidade trans e, inclusive, partindo de uma lógica de produção cisgênera que tende a caricaturar convidadas dentro de um espaço curto de exibição (cerca de 40 minutos por episódio semanal em cada temporada). Sem tanto tempo para aprofundar

dimensões complexas, era comum tratar as sexualidades e generidades em um modo regulado e normativo.

A vontade de se tornar *mulher* e de ser chamada *mulher*, no caso de uma mulher trans, pode se dar para ter posições de respeito, como as apresentadoras infantis admiradas por diversos públicos e que, desde cedo, criavam nas crianças trans como Flavia e Rihanna um imaginário doce, infantil, gentil e acolhedor. Também as performances de gêneros das *feminilidades* eram mais disseminadas pelas mulheres loiras e brancas, exacerbando os critérios de raça, como a referência de Britney Spears para Natasha.

A Band tinha um programa de música, era um top de cliques, com a Sabrina Parlatore. E ali eu comecei a ver a Britney Spears. Eu tinha uns 12 ou 13 anos, a Britney tava no ápice, era o "sonho americano". Aquele álbum dela, o Oops! I Did It Again, vendia muito aqui no Brasil. E aí comecei a ver a Britney, e ela era o padrão, a mulher da época. Eu era um menino, mas comecei a me ver na Britney Spears, com a barriguinha, aquele tanquinho, ela era uma boneca. Mas ao mesmo tempo eu não queria ser a Britney Spears, eu achava que era menino. Aí eu botava toalha e pano na cabeça pra fingir que tinha o cabelo grande, amarrava blusa aqui em cima. E quando eu fazia isso e me olhava no espelho, nas poucas vezes que me olhava no espelho, porque o espelho era uma relação de choque, entre o que eu era e o que eu queria ser. Parece que aquilo no espelho era mais palatável do que eu, do que o menino que eu era. (NATASHA).

Pensando com Butler (2016), os corpos trans e travestis não se conformam completamente com as normatizações às quais são impostos. Também não existe um gênero original, somos todes cópias (BUTLER, 2017), moldades por artifícios, ou seja, as mulheres trans como Natasha também se formam pelo arremedo e pela repetição subversiva de modos e jeitos de se expressar. Imitar a cantora que admira, como Natasha, comparar-se com uma apresentadora de postura firme como Flavia, se identificar com a cantora negra como

Rihanna, tudo isso é uma forma de fuga do CISTema, mas apelando ao cisnormativo, porque essa é a aparência que se têm como referência para imaginarem seu corpo.

A transgressão ao gênero binário é afrontosa ao CISTema e não tem referências nas mídias com as quais possa se identificar e desejar ser. Mesmo questionando o padrão hegemônico e cisnormativo que exclui suas manifestações de corporalidades, as interlocutoras não utilizam seus corpos como ato para essa contestação; contraditoriamente, elas caem em algumas armadilhas do CISTema, assumindo como delas um desejo de padronização que é perpassado historicamente por modelos cisgêneros. Assim, formam suas corporalidades de forma CISTemática, objetivando padronizações a partir dos consumos de produtos e mídias que também partem da lógica cisgênera, por vezes, ocultando uma potência política de contestação do CISTema através de suas construções corporais e identitárias.

Na mídia só mostra aquilo que eles querem mostrar, sempre ocultam a verdade, essa é a realidade, a mídia ela nunca vai expor totalmente, ela sempre vai ocultar aquilo que para ela não serve, que poderia servir para mim e para outras pessoas. Então não tem nenhuma representatividade de mídia. (RIHANNA).

Essa lógica de apenas mostrar o que interessa ao mercado está de acordo com o que pensa Machado (2019) sobre o consumo, ignorando que mulheres trans e travestis também são consumidoras de produtos por fazerem parte de uma minoria econômica. As mídias também exploram comercialmente os corpos trans e, se os corpos cis são mais desejáveis, são esses que aparecerão com maior frequência. Michelly recorda da personagem Britney, em *A Dona do Pedaço* (Globo, 2019), que era loira, branca e próxima de um padrão de corporalidade cisgênera. Ela se sentiu representada ao ver Britney.

A Britney, da "Dona do Pedaço" também teve uma infância muito turbulenta, tipo a minha, a não aceitação por muitos, mas a família apoiou. O namorado que foi uma briga até

descobrir que ela era uma travesti, que eu já passei por isso também. Ele esculachou ela, não quis mais. Depois ele se arrependeu e veio. Eu achei muito bonita a história dela, porque a história foi verdadeira. (MICHELLY).

Mesmo se vendo em Britney, Michelly reconhece que ela não representa a maioria das mulheres trans e travestis no Brasil. Suas histórias (dela e da personagem) se cruzam pela aceitação da família e a briga com o namorado, mas o corpo de Michelly e seus modos de vestir e expressar corporalidade são mais próximos de Nany People, segundo ela. O aparecimento de personagens transexuais e travestis oferece outras referências de corporalidades possíveis de copiar/arremedar, sugerindo que elas estão presentes em meios hegemônicos, com os quais as pessoas que assistem podem se referenciar. Ao normatizar uma personagem, é mais fácil fazê-la ser aceita, porque dialoga mais com aquilo que é considerado “correto” dentro da moralidade vigente. Britney era “familiar”, tinha emprego fixo, estudava, casou, o que a aproxima de um padrão de vida cis, o “sonho americano”. Porém, para a travesti que está se prostituindo nas ruas, esse sonho é distante porque sua aceitação social não acontece.

Na parte da aceitação, eu me identifico mais com ela. Mas na parte de falar o que pensa, não levar desaforo, eu me vejo na Nany, porque ela é debochada. Adoro! Eu acho que travesti tem que ser assim, porque já aguenta muita coisa. Se a pessoa não gosta de travesti, eu tenho uma frase que eu lembro até hoje da Cláudia Raia: “aceitar não é dever de todos, mas respeitar é”. Ninguém nasceu pra agradar ninguém. Tem tanta gente que eu não gosto nesse mundo aí, e eu não vou chegar batendo, ofendendo, eu simplesmente finjo que não existe na minha vida. Simples assim. (MICHELLY).

Externalizar o desejo de ter outro corpo que não aquele visto nas mídias hegemônicas é uma forma de exercer cidadania transcomunicativa, de legitimar por fora o que se é por dentro. Os arremedos, como pensados por Barcellos (2020), são parte das vivências trans e travestis, do entorno e dos conhecimentos delas, referências para se

tornarem quem são. O fato de carregarem modos de ser inspirados em padrões cisgêneros não necessariamente parte da vontade de ser cis ou *passável*, mas estão atravessados por aquilo que lhes foi ofertado como *feminilidade* e *mulheridade* por essas referências que tiveram, principalmente das mídias. O corpo que elas produzem não é cisgênero, é transgênero, e por mais que tenham leituras cisgêneras, produzem uma forma transcomunicativa de existência. O que elas não são, na verdade, são as leituras cisgêneras feitas sobre mulheres trans e travestis. Quando a cisgeneridade aborda a transvestigeneridade provoca erros grotescos, chacotas transfóbicas e ridiculariza corpos que estão lutando para serem vistos de forma digna. É o que reconhece Flavia com o que aconteceu com a personagem Xana, ou no programa vespertino *Fofocalizando*, do SBT, ou em *A Tarde é Sua*, da RedeTV!, que fazem *transfake*, como também reflete Flavia.

Eu vejo homens que se vestem de mulher e ficam fazendo palhaçada durante a tarde. Tem aquele programa "A Tarde é Sua" e tem aquela personagem gordinha, de óculos e peruca branca do "Fofocalizando". Então, assim, aquela pessoa não é uma travesti, uma transexual. É meio irônico, é a mesma coisa que Shakespeare fazia, que faziam nesse período, de a mulher não poder representar ela mesma e você pegar um homem e vestir ele de mulher para que ele pudesse representar a mulher. É o que eles fazem com a gente. A mulher trans, a travesti, ela existe, mas não pode representar ela mesma ou a sua geração. E daí eles pegam um homem e montam um personagem em cima daquele homem, para que talvez ele seja uma "micaretagem" numa representação do que nós somos. E a gente não é daquele jeito, sabe? Pode ter ali alguma semelhança, mas não é aquilo, aquilo não somos nós, aquilo é um personagem. Por que não trabalhar com pessoas reais? Por que não nos assumir? Porque a gente já se assumiu, mas a mídia ainda não. (FLAVIA).

Natasha reconhece que suas referências de mulheres não são transgêneras e que, mesmo seu corpo tendo se formado na relação com outras mulheres travestis, a cisgeneridade é um modelo de

cópia: "minhas referências são quase todas cis. Não tinha uma transexual norte-americana, e eu sempre fui uma consumidora dessa arte. É o que foi me vendido. E são todas mulheres cis, não tem espaço pra trans". Há, também, uma relação de desconhecimento das produções brasileiras com participações de mulheres trans e travestis. Cléo aponta algumas personagens históricas que apareciam na televisão, como vimos no capítulo de contextualização, a exemplo de Claudia Celeste.

Hoje, pra gente, é possível ver trans interpretando elas mesmas no cinema e nas telenovelas, protagonizando cenas tanto na TV quanto no cinema, enfim, em vários espaços que esses grupos, não somente trans, mas LGBTQs, negros, enfim, vários grupos que viviam à margem estão ocupando mais o centro da cena. A gente tem visto isso nos últimos tempos. Mas isso começou há um tempo atrás, com a Angela Leclery, e a Claudia Celeste, que foi a primeira atriz travesti a fazer uma telenovela do início ao fim. Na época da ditadura, ela começou fingindo ser uma mulher, logo descobriram, ela foi demitida, enfim, os anunciantes pressionaram. Tem muitas dessas histórias. A chacrete tava junto, a Veluma Brown, que foi uma travesti negra que foi chacrete do Chacrinha, grande comunicador. Imagina naquela época, ter uma travesti, negra ainda, dançando, confundindo os homens, seduzindo, em programa de TV, é muito significativo. Só, claro, que ninguém podia saber, ninguém sabia que ela era uma travesti, todo mundo achava que ela era mulher [cis]. Se fossem saber, ela perderia o emprego e seria perseguida. (CLÉO).

A arte é um elemento de construção do corpo trans. Ela é usada de forma transcomunicativa para expressar as realidades das interlocutoras, externando o interior. Ela transmite mensagens e signos nas corporalidades, ensinando e aprendendo sobre maneiras de existir e de ser. As primeiras referências travestis e transexuais nas mídias eram mascaradas pela cisgeneridade, tornando-as *passáveis* como recurso de proteção à censura ou de infiltração em produções que não podiam discutir suas pautas, deixando as personagens

misteriosas. Em geral, se exaltava a beleza e o talento para humor ou para a arte em produções ficcionais, mas em outros programas de não-ficção o corpo trans era espetacular e apelativo, relacionado à pornografia. Como falamos anteriormente, o corpo trans e travesti era, ainda, despido de afeto, carinho e amor nas suas performances midiáticas, se tornando abjeto e diferente. Esses reflexos históricos são vistos ainda hoje, por mais que exista maior inserção e reconhecimento dos corpos trans e travestis. Desde o privilégio cisgênero, romper com o *transfake* é uma forma de exercício cidadão e apoio às lutas trans, como reflete Cléo:

Se você é um diretor de teatro e você quer montar um espetáculo sobre esse universo, então contrate atores e atrizes trans, tenha no palco esse corpo, essa voz, essa energia, essa emoção, essa autenticidade, o que é verdadeiro. Lógico que elas podem interpretar também outras personagens além delas mesmas. Tem atrizes e atores maravilhosos, mas vamos começar por aí. É o mínimo que a gente tá pedindo, pra gente representar a nós mesmas. Entendeu? (CLÉO).

Em 2022, o programa *Big Brother Brasil* pautou questões que dizem respeito às vidas travestis através da participante Lina, de nome artístico Linn da Quebrada. Quando dialoguei com as interlocutoras, ela ainda não tinha sido escolhida, tampouco o programa havia começado. No entanto, sua participação foi debatida por pessoas trans nas redes sociais e em instituições como a ANTRA, que declarou apoio a ela. Lina teve uma postura carinhosa, de escuta e um bom relacionamento com as pessoas no programa. Ela se autoidentifica travesti, negra e que veio da periferia (da quebrada), provocando reflexões dentro do confinamento.

Ela tratava colegas cisgêneros com *outridade* e não como pertencentes a um gênero contrário ao dela. No entanto, a postura de parte de colegas cisgêneros exaltava seus privilégios frente a ela, sendo defendidos em redes sociais por outros públicos cisgêneros quando trocavam o pronome de tratamento ou provocavam situação

de exclusão com Lina, agindo de forma violenta. O privilégio cisgênero se acha em condição de “corpo natural” e na primeira semana do programa *BBB*, por exemplo, Lina não foi votada por ninguém para ser excluída da dinâmica no paredão, mas também não foi escolhida como aliada de participantes.

Lina carrega intersecções de raça, classe social e gênero que a posicionaram na marginalidade dentro da casa, mas ela se tornou símbolo de luta e representatividade para mulheres trans e travestis. Lina, inclusive, comunica através do seu corpo. Pessoas que não são visibilizadas nas mídias hegemônicas, como as travestis, podem comunicar em seus corpos suas demandas, como a tatuagem ELA de Linn, lembrando com qual pronome ela deve ser tratada. Mesmo assim, ela ainda passou por episódios em que foi chamada de “ele”. Quando falei com Michelly, Linn ainda não estava no *BBB*, mas uma outra mulher trans, Léo Aquilla, participou do *reality show* *A Fazenda*, na Rede Record. Michelly disse que “*uma travesti nunca chega na final*”, mas a representatividade foi importante.

Imagem 45 - Tatuagem “ELA” de Linn da Quebrada



Fonte: Divulgação (2021).

Lina representa muitas mulheres trans e travestis periféricas, mostrando possibilidades de produção do corpo diferentes do padrão hegemônico da cisgeneridade. Por mais que as interlocutoras afirmem que seus corpos tenham menos participação de referências midiáticas em suas produções, ainda assim, as referências que constituem suas trajetórias de relações com as mídias são mulheres cisgêneras, brancas, de cabelo claro. A cisgeneridade, enquanto padrão do CISTema, afeta as corporalidades e os imaginários. Roberta Close, transexual, era também uma mulher que se aproximava do padrão cisgênero de beleza e, por isso, esteve presente em tantos programas de televisão, mais pelo mistério e interesse do público pelo seu corpo do que por seus talentos e intelecto. Flavia também reflete sobre isso ao pensar se os meios de comunicação colaboraram ou não na abordagem sobre transexuais ao convidar Roberta Close para programas na época.

Quando trouxeram a Roberta Close para falar no Faus-tão, era puro marketing, era por Ibope. Então, a gente é sempre tratada dessa maneira. É como se você tivesse trazendo um bicho perigoso no cio para cima do palco. É o que o Silvio Santos fazia também, e muita gente via como oportunidade de mostrar sua arte, mas tem outras coisas. Como é que você põe uma pessoa para se apresentar no seu programa e aí, você sabe que ela tem o nome social, e aí você só julga ela como "ele", você chama ela de "João", se você desrespeita a pessoa? Eu acho que é muita tiração. (FLAVIA).

Essa é uma prática vinculada à falta de educação para o gênero que, desde as aparições de Roberta Close nas mídias, ainda não foi corrigida. Sílvia Santos, proprietário do SBT, também já incorreu em diversas acusações de machismo, misoginia, racismo e assédio, algo que foi sendo naturalizado e tornado comum em suas aparições midiáticas e seus comentários⁶⁸. As mídias, enquanto espaços

68

PACHECO, Paulo. Silvio Santos completa 89 anos no momento mais delicado da carreira. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2019/12/12/silvio-santos-completa-89-anos-no-momento-mais-delicado-da-carreira.htm>. Acesso em: 20 jan. 2022.

de possível cidadania, tratam os corpos trans mais como entretenimento do que na sua humanidade e complexidade. Nesse sentido, é difícil para as mulheres transexuais e travestis encontrarem algo, nas representações das mídias sobre mulheres transexuais e travestis, que as afete na produção de seus corpos. Nenhuma delas considera que as mídias colaboraram na formação de seus corpos. Porém, não considerarem essa afetação das mídias não indica que isso não tenha ocorrido, visto que em seus relatos de trajetórias com as mídias elas indicam a presença de algumas inspirações e admirações por personagens ou personalidades midiáticas. As mídias podem não oferecer referentes transgêneros, mas os cisgêneros afetam a produção de corporalidades trans. Assim, no contato com outras mulheres trans e travestis fora das mídias, as que dizem inspirar a produção dos seus corpos, elas reproduzem matrizes de referentes midiáticos cisgêneros que foram apropriados por essas corporalidades.

No meu crescimento, acho assim, hoje, a mídia, para mim, ela tanto ajuda a mulher trans como derruba. Então, assim, eu não posso aderir à mídia como meu crescimento pessoal, porque para mim construir a Rihanna que sou hoje, a mídia não me ajudou em nada. Porque, ao mesmo tempo que eu vejo pessoas crescer na mídia, eu vejo pessoas que cresceu na mídia que era como a Rihanna, e hoje nunca pensou nesses corpos. Infelizmente, se prendeu a um sistema falho, a um sistema podre e hoje não tem uma olhada de empatia. Viveu aquilo e não tem aquele olhar específico, deixou a mídia subir para cabeça porque, muitas vezes, a mídia ela sobe para cabeça e a pessoa esquece que o próximo necessita de um olhar, precisa de uma fala, porque eu não consigo ver a Pablllo Vittar como a minha representante. Vamos lá, a Pablllo não me representa como mulher trans e travesti, algumas das meninas que estão na mídia, a Danny Bond, a Liniker, a Glória Groove essas aí eu acho mais humildes, mas, assim, quando a pessoa sobe demais à mídia, ela não tem mais tempo de te ouvir, ela não tem mais tempo de discutir sobre a pauta. Muitas vezes, ela vai fazer aquilo que a mídia está em alta e está pedindo, vai fazer aquilo, se ela tá seguindo a direção

e diretores, de alguém que tá patrocinando, o que o patrocinador dela tá pedindo no momento. (RIHANNA).

A postura de Rihanna é de atenção aos interesses econômicos na exposição de pessoas trans nas mídias, que geralmente exploram essas pessoas sem dar atenção às suas demandas, vulnerabilidades, pautas e reais necessidades. Servindo para entreter, fazer rir ou dançar, sem espaço para dar a ver que essas corporalidades performáticas que conquistam espaço nas mídias são minorias privilegiadas, que não estão próximas da realidade das trans em situações econômicas marginais. Pablllo Vittar é inspiração para Michelly, mas para Rihanna não. O espaço midiático oferecido à Pablllo segue, também, uma lógica de mercado que, possivelmente, impõe condições para suas performances de gênero, fazendo com que Rihanna reflita sobre sua postura política e social e não apenas de estética corporal e apresentação física como Michelly. Rihanna segue pensando que:

[A trans famosa] Ela não vai seguir mais aquela voz daquela trans, que tá em vulnerabilidade, não vai seguir mais aquela voz daquela travesti que tá na esquina lá passando fome, que tá sendo agredida. Simplesmente, ela vai ter uma outra visão que a nossa mídia social, ela é muito boa para alavancar as pessoas, mas também é muito boa pra derrubar as pessoas, de expor as pessoas ao ridículo. E hoje, se eu falar para você que eu me sinto representada, por enquanto, eu só tenho a Érica Malunguinho, deputada. Só. Porque o resto da mídia... (RIHANNA).

Para Rihanna, como vemos, há *divergências entre personagens e pessoas reais trans. As personagens são poucas e, em geral, não dão a devida densidade* na construção dessas mulheres. Por outro lado, as representantes políticas estão mais próximas daquilo que é ser trans ou travesti, mas essas poucas representantes ainda estão em pequeno espaço de visibilidade fora das redes sociais. As vivências trans e travestis não são “levadas” ao público, elas precisam ser “buscadas” na internet ou fora dela. Desde um lugar periférico, as mulheres trans e travestis produzem discursos também e

flertam com a norma hegemônica de beleza na produção de seus corpos que, a partir das mídias, têm referentes principalmente cisgêneros. Isso pode fazer com que, na tentativa de copiarem o padrão hegemônico, desde uma condição de subalternidade, elas se tornem ainda mais escrachadas e ridicularizadas, considerando que os procedimentos estéticos e corporais vistos como “bem-feitos” são aqueles realizados por profissionais e materiais caros, aos quais as mulheres trans e travestis periféricas têm acesso dificultado em suas condições econômicas. Natasha reflete sobre a condição do privilégio entre pessoas trans e LGBTQIAPN+.

A relação de classe no movimento LGBT é um reflexo da sociedade. Os LGBTs brancos detêm o poder financeiro, a galera do pink money [exploração dos públicos LGBTQIAPN+ na lógica econômica capitalista], sou eu Natasha que consumo a arte norte-americana. Mas quando falo com a trans preta da favela ela conhece a Beyoncé, a referência que sobrou pra ela. Eu não. Eu tenho a Taylor Swift, tenho acesso a ler e olhar todo mundo. Isso influencia muito, as pessoas são inspiradas em grandes artistas. Só que a relação de privilégio é muito grande, porque eu tenho acesso, mas tem gente que não. (NATASHA).

Os privilégios são condicionantes na formação de corporalidades porque podem oferecer acesso a determinados produtos, espaços, direitos e formas de existir. As mulheres trans com quem conversei na Casa Florescer são negras e estão em situação de vulnerabilidade social. As do Rio Grande do Sul são brancas e tiveram acesso à escola e melhores situações econômicas. As mulheres mais velhas, de 28 anos ou mais, ainda tiveram as mídias televisivas hegemônicas como referentes na produção de seus corpos, ou seja, com uma matriz majoritariamente cisgênera. Enquanto isso, Natália e Michelly já acessam mais as redes sociais (Facebook, Instagram e YouTube) e possuem uma perspectiva mais próxima das corporalidades transgêneras. Ainda assim, há um referente cisgênero de corpo que permeia todas elas, visto que a norma cisgênera é a hegemônica nas mídias (sejam analógicas ou digitais).

Se olhamos em perspectiva histórica, já conquistamos maiores avanços na participação e presença de mulheres trans e travestis em novelas ou séries, por exemplo. Os modelos que estão presentes hoje ainda carregam estereótipos, mas têm espaço para serem problematizados ou adensados fora da televisão, em redes sociais ou na internet. As próprias empresas do entretenimento fazem consultas aos públicos e às mulheres trans e travestis para produzirem seus conteúdos. Recortes são feitos, mas sem o escracho exagerado livre de uma contestação como ocorria nas décadas antes de 2010. O corpo travesti e trans está presente em produtos produzidos pelas pessoas trans e por algumas das próprias interlocutoras dessa pesquisa.

Ainda que os referentes de produção do corpo travesti e trans nas mídias partam de uma matriz cisgênera, as mulheres trans e travestis dessa pesquisa também buscaram recursos para a formação de suas corporalidades e corpos com outras mulheres trans e travestis. Ou seja, os seus corpos foram feitos com colaboração de corpos mais próximos aos delas. Cléo, Natasha, Flavia, Rihanna e Michelly entraram em contato com outras mulheres trans que ensinaram o uso de hormônios, os recursos estéticos para transicionar e como consegui-los. Natália, mesmo tendo apoio dos pais e atendimento médico, também foi se descobrindo trans e os meios de transicionar na relação com amigas trans.

Ainda que hoje as trans e travestis ocupem mais o espaço midiático hegemônico da televisão, do cinema e da música, elas mantêm as relações entre suas comunidades de aliadas por Instagram, Facebook, WhatsApp e YouTube. Pessoas trans influenciadoras também respondem suas mensagens, atendem seus anseios e as representam melhor do que no passado, usando de uma lógica transcomunicativa que parte delas mesmas para se apresentarem em seus canais de mídias. Michelly diz não assistir muita televisão, mas que está sempre nas redes sociais.

Eu gosto de ver as coisas e tem muitos comentários que me prendem em certos assuntos, como histórias de amor de uma trans. É que a rede social, hoje em dia, ela mostra muito a verdade pra gente. Muitos não gostam de ver a verdade, porque a verdade incomoda. Enquanto tu tá ali falando a mentira, defendendo a pessoa, tu presta. No momento que tu bate de frente, tu passa a ser odiada. (MICHELLY).

As redes sociais mostram a “verdade” com limitações, mas muitos dos corpos e histórias que estão ali se aproximam mais das realidades das trans e travestis do que os apresentados em canais televisivos hegemônicos, por exemplo. Os comentários nas redes podem contestar as possíveis “mentiras” ou abrir discussões sobre determinados assuntos. Ou seja, quando acessam esses espaços, as mulheres trans e travestis conseguem concordar, discordar e dialogar, o que oferece certa sensação de inclusão e participação.

Os corpos trans que acessam as mídias sociais digitais estão se formando a partir de outros corpos trans que também partem de uma condição de periferia, que não são os corpos pregados como “normais” nas escolas, na igreja ou nas instituições. Eles não esperam ser um corpo “padronizado” dentro da lógica que não os aceita.

As corporalidades trans e travestis se fazem entendendo as técnicas farmacológicas, as produções independentes e/ou medicalizadas do corpo, o regime cis-heteronormativo, e reinventando as referências que possuem das mídias, sejam elas aproximadas do padrão cisgênero ou não. Elas entendem a importância do capital que opera na lógica financeira e dos investimentos que as padronizam através de cirurgias ou procedimentos, podendo ou não fazer uso desses recursos de acordo com seus desejos e possibilidades econômicas. Porém, há um desejo unânime em todas as interlocutoras: de se verem representadas dignamente nas mídias, que não podem mais olhar para elas de forma cisgênera. Para ser verdadeiramente aliada da luta trans, é preciso uma autocrítica sobre o que é feito para elas e que tipo de visibilidade elas estão tendo.

A gente vê muitas pessoas, e aí vai minha crítica aos pesquisadores, tanto da academia quanto das artes cênicas, do cinema, da televisão, do teatro, da moda, enfim, das várias áreas do entretenimento e do conhecimento. E eles dizem: “vamos fazer algo por elas, são tão interessantes e bacanas”. Sabe? Tentam trazer a temática para a pauta porque a gente sabe que isso vai enriquecer o currículo Lattes de um pesquisador, vai dar um Oscar de Melhor Ator ou Melhor Atriz para esse intérprete, vai dar lbope para o programa ou não. Mas, de fato, o que muda a vida dessa pessoa, desse sujeito, dessa população que vive à margem? (CLÉO).

Algumas interlocutoras refletem sobre, e outras produzem aquilo que tenho chamado de cidadania transcomunicativa, uma forma de trans-comunicar na busca pela cidadania das mulheres trans e travestis. A provocação de Cléo remete ao que efetivamente tem sido feito em termos legislativos, políticos, midiáticos, acadêmicos e sociais de integração das pessoas trans e travestis. Quando elas aparecem, como aparecem? Quem trabalha com elas, trabalha o quê? A partir delas mesmas, estão produzindo conteúdos midiáticos porque não se veem naquilo que produzem sobre elas. Cléo, inclusive, aponta a participação de pessoas pesquisadoras, como eu, na formação dessas propostas de mudança. Pautar suas demandas, trazer visibilidade às suas realidades e colaborar com seus projetos são parte de uma proposta de cidadania transcomunicativa, mas é preciso projetar, na dimensão concreta, o que efetivamente é transformado para a pessoa que está à margem e colaborando. A relevância social desse tipo de ação e pesquisa não é suficiente se não mudarmos as perspectivas em nossos espaços de luta e disputa por cidadania, nas dimensões de vida e trabalho, em que podemos usar das lógicas educacionais, midiáticas e investigativas para trans-formar outras pessoas (nas mídias, na escola e na universidade, em meu concreto mais específico) e combater as transfobias CISTemáticas.

Rihanna reflete que, dentro da Casa Florescer, o Instagram tem sido uma ferramenta útil de divulgação das demandas de meninas trans e travestis que lá residem. No entanto, também é alvo de comentários maldosos, dos quais ela busca se defender. Pelo Instagram da Florescer, ela participa de *lives* e, no perfil pessoal, publica fotos e momentos dela mesma. Ela diz: “*eu vou lá e vou falar mesmo, dar essa voz, porque, muitas vezes, tem relato que não tem nada a ver com a nossa vivência.*” Rihanna pretende crescer nas redes sociais, mas tem receio justamente pela transfobia que acontece nesses espaços e desestimula a continuidade do trabalho.

Fico com aquele receio de intoxicação, porque na mídia tem muita coisa tóxica, que você acaba levando e, quando você vai ver, mergulhou em algo que você não queria estar. Então eu tenho esse “vou ou não vou?”, esse receio. A mídia nos usa, nossa imagem, para ter algum tipo de conhecimento sobre esses corpos, mas de fato não agrega, porque não usa a minha voz mesmo, usa algumas pessoas que não têm a nossa vivência, mas e amanhã? Qual é a voz que eles vão usar? Outra, mais outra, mais outra. Infelizmente, a mídia não ajuda nada. (RIHANNA).

Cléo, Rihanna e Flavia demonstram receio de como as histórias de mulheres trans e travestis são construídas nas mídias, porque tendem a ser carregadas de marcas preconceituosas ou *transfake*. Porém, ao exporem suas histórias, colocarem seus rostos à frente para falar, sofrem com o mesmo preconceito e transfobia que provocam tristezas, dificuldades em continuar e vontade de não estar nesses espaços que não as recebem bem.

Os espaços das redes sociais, mesmo que permitam que qualquer pessoa crie um perfil e compartilhe conteúdo, ainda é dominado por diretrizes cisgêneras e públicos diversos que cometem crimes de transfobia *online*, além das próprias políticas dos aplicativos que são “sensíveis” a temáticas de nudez, prostituição, gênero e sexualidades, e que costumam fazer parte das discussões ou pautas trans. As próprias mídias que poderiam operar com maior

liberdade se tornam excludentes dentro de uma lógica de algoritmo cisgênero que, inclusive, dissemina e espalha mais conteúdo dentro das normatizações de corporalidades cis, como aponta Rihanna:

O Facebook não é LGBT, ele é cisgênero. No Instagram, todas as coisas não são sobre a gente, é voltado para todas as pessoas. Porém, tinha que ter uma política dentro desses aplicativos que fizesse esses permeios, sabe? Essa pauta de respeito. Que nem: "ah, tá vendo ali que teve ofensa com mulheres trans e travesti?", e boicotar aquela mídia. Mas tem deles que estimulam mais aquela mídia, sabe? Porque está dando lbope, e quanto mais lbope, mais eles veem que a imagem da outra pessoa tá sendo destruída, mais eles fantasiam e eles gostam. Então, assim, o Facebook, o WhatsApp, Instagram, muitos desses aplicativos já me agrediram de algumas formas, então, eu não sou muito influenciada por eles, porque eles não influenciam em nada. Porque existem muitas falas, muitos vídeos que não representam a minha pessoa e nem a comunidade que eu vejo e que às vezes tá na mídia, tá em alta. Já desapeguei dessa vontade de fazer alguma coisa por ali, a não ser que a gente faça uma movimentação e a gente tenha alguma coisa do próprio Instagram, do próprio Facebook, do próprio e-mail, do próprio criador do aplicativo para estar divulgando de fato a realidade, estar sendo ajudada pela própria pessoa que tá organizando. Se não, eu vou divulgar meu vídeo, mas o Facebook pode boicotar, o Instagram pode boicotar, pessoas ridículas vão entrar lá e vão colocar o que elas quiserem. E tá feito isso, fica por isso mesmo. Eu acho que tudo tem que ter uma política mais trabalhada e repensada pra esses corpos. (RIHANNA).

Desde a *vida real*, Cléo, Natália e Flavia passam a produzir seus próprios conteúdos, para compartilhar suas histórias. Essas narrativas se combinam com suas trajetórias midiáticas, suas relações e experimentações com as mídias. Podem estar imbricadas a matrizes e referências das telenovelas, dos videoclipes, dos programas que assistem e das formas como se veem (ou não) representadas. Padronizações e configurações, continuidades culturais, formatos,

estratégias, gêneros midiáticos, modelos e referências dessas interlocutoras geram processos comunicacionais. (MALDONADO, 2014).

A experimentação e os padrões estéticos, além da forma de comunicar dessas mulheres partem das suas próprias ambientações, situações de classe, interpretações e significações a partir das mídias. Como problematiza Maldonado (2014), as sujeitas comunicantes misturam formatos, vertentes, processos e possibilidades diversas no momento de *comunicar*. Elas constroem um pensamento social que pode usar estéticas do hegemônico, mas também contrapor o discurso dos poderes midiáticos. Natália, por exemplo, usa as redes sociais também para encontrar referências de pessoas trans.

Eu utilizo as redes pra passar o tempo. Como não tenho muitas pessoas pra conversar, isso é algo pra se fazer, mas às vezes isso me faz bem e outras não. Quando eu vejo uma menina muito linda, por exemplo, eu não me sinto igual a ela e fico mal. Eu uso internet e entro nas redes todos os dias, costumo ficar bastante tempo, de acordar até dormir. E gosto muito de ver coisas de pessoas trans, sigo muitas pessoas assim. Quando vejo e gosto, eu compartilho. Tenho amigas que fazem vídeos. (NATÁLIA).

O círculo de amizades de Natália é restrito e na própria escola ela sofreu transfobia quando iniciou a transição. Assim, ela usa bastante as redes e se conecta a outras pessoas trans. Fez amizades em Sapiranga e passou a seguir influenciadoras digitais trans, com quem se identificava durante seu processo. No entanto, a cisgeneridade ainda é responsável pela disseminação do corpo “perfeito” como problematizado por Natasha e Rihanna ao citarem a música *Pretty Hurts* e, nas redes sociais, o algoritmo entrega conteúdos baseados nesses corpos padronizados que não condizem com a realidade de uma menina trans de 18 anos. Portanto, a cisgeneridade desempenha papel de privilégio no poder hegemônico que não acolhe as transgeneridades, não as divulga, não as compartilha, e não entende as epistemologias e corporalidades das pessoas trans.

A problemática das redes sociais é constantemente reestruturada e atualizada, mas sua estrutura agregadora e de sociabilidade é fundante entre as pessoas, sendo uma forma de comunicar a sua identidade e fazer ver suas demandas e seus problemas pessoais. Manuel Castells (2013) reflete que as redes sociais da internet são um ambiente de visibilidade e manifestações de pessoas. Elas oferecem espaços de construção da autonomia, que são projetados a partir dos sentidos da vida, dos modos como se experimentam na sociedade e das múltiplas maneiras de criar conexões com as preocupações reais das pessoas.

Cléo é produtora de conteúdo audiovisual. Ela mesma grava e edita seu material, que compartilha no canal do *YouTube* da ONG *Outros Olhares*⁶⁹. Sem buscar protagonismo na rede, ela oferece espaço a todas as trans de Sapiroanga e da região onde mora. Há produções poéticas, reflexivas e que trazem com ela histórias, temáticas e pautas do universo do qual faz parte. Sem muitos recursos técnicos e financeiros, ela trabalha com os equipamentos que têm e conta com o apoio de pessoas amigas e colaboradoras para levar adiante seus projetos. A falta de visibilidade das trans é o que motiva Cléo a produzir seu próprio conteúdo a partir da sua realidade e do seu contexto, o que aprendeu em uma oficina popular.

Meu primeiro contato com audiovisual foi em uma oficina na TV Brasil, para o projeto Repórter Marginal. Aprendi macetes com Adobe Premiere, e uns programas. Queria levar o mundo que eu vivia e não tava sendo representado como eu via. Isso foi em 2008, na época da primeira conferência LGBT. Foi um momento importante, porque era o primeiro chefe de nação [Luiz Inácio Lula da Silva] a convocar e escutar essa população. Crescia a vontade de fazer alguma coisa. (CLÉO).

69

Link para o canal da *Outros Olhares* no *YouTube*, com produções de Cléo Soares: https://www.youtube.com/channel/UCp6uG0vz007B96v_SCxAjw. Acesso em: 3 fev. 2022.

Enquanto Natália busca apoio nas redes para aprender e entender o processo de transição do gênero, inspirada pelas influenciadoras digitais que acompanha, também começou a produzir alguns conteúdos no YouTube⁷⁰. Seu primeiro vídeo foi feito em 22 de junho de 2020, contando algumas características dela. Esses movimentos em rede são ambientes de desenvolvimento de uma autoconsciência coletiva e individual, como pensaria Castells (2013). Ao ver essas mulheres gravando vídeos, se fazendo presentes e trazendo suas próprias realidades, vemos que estão trabalhando para construir nestes espaços uma cidadania transcomunicativa. Os atos comunicacionais que acontecem nas redes sociais geram significados, ressignificam as mídias e abrem espaços de diálogo.

Então, por mais que ninguém reconheça teu trabalho, como você mesmo disse, "eu não conheço nenhuma liderança, eu não sei de nada, eu não vejo essas pessoas em lugar nenhum, eu não sabia, o grupo Outros Olhares eu tive que conhecer através de uma outra colega que nem é daqui", mas a gente continua fazendo as coisas. Só que é a passos lentos se você não tem recursos, né? Sem apoio, não tem como, sabe? (CLÉO).

Dentro dos meus contextos sociais, nunca tinha estado com uma mulher trans antes da pesquisa (não que eu soubesse, pelo menos). A primeira com quem tive contato mais próximo foi Natália, mas ela começou a transicionar em 2019, então a conheci ainda com "nome morto". Percebo, cada vez mais, que somos formadas a partir dos lugares em que estamos e circulamos. Nunca vi mulheres trans na universidade, na escola, no meu bairro, e nem na minha cidade. Certamente estavam ali, mas foi preciso recorrer às redes e a amigas cisgêneras para contatar Cléo e Natasha. As redes e os contextos midiáticos permitiram-me *desterritorializar*, como pensaria Hall (2003). É como uma migração de contexto, no qual entro em contato

70

Link para o canal Natnelli, com produção da Natália Cassinelli. Até o momento ela só compartilhou um vídeo, em 22 de junho de 2020: <https://www.youtube.com/channel/UCSSYGt9ccS-Gr4q-B-CmisgA>. Acesso em: 3 fev. 2022.

com outra cultura que, de alguma forma, faz parte da minha também, porque temos ideais e pautas de luta conjuntas.

Penso essa proposta de Hall (2003) como provocadora, numa espécie de atualização de suas reflexões sobre as migrações, porque é como se ocorresse essa “disjunção” que me faz sentir estrangeiro entre os contextos transgêneros, mas também gera uma identificação, um acolhimento e sensação de pertencimento, mesmo que não se saiba exatamente de onde vem. Aquilo que me forma enquanto pessoa também se mistura e se reconfigura ao estar em contato com as trans e leva novamente a refletir como a cultura é feita em produções simbólicas, incidindo na formação da própria identidade. Eu me vejo nessas mulheres, mesmo me reconhecendo *diferente*.

De modo nenhum quero igualar minhas dores ou mesmo tomar o lugar e as experiências delas, é mais um sentimento de “aliança”, uma sensação de compartilhamento, no qual podemos juntas abraçar as similaridades que nos aproximam. O tornar-se pesquisador, para mim, tem demandado reconhecimento da identidade, mas como ela não é fixa, pode formar-se em coletividade, se irmanando, transitando e encontrando laços e união, “afrouxando as fronteiras” que nos separam, hibridizando nossas culturas e comunidades.

Nesse processo, penso que as apropriações e ressignificações que essas sujeitas fazem das mídias geram novas formas de produzir conteúdos em outras mídias. As identidades e corporalidades, formadas a partir de, e em confronto com essas lógicas reproduzidas, assistidas e contestadas, integram as complexidades de mulheres trans e travestis cidadãs em processos de *receptividade comunicativa*. (MALDONADO, 2014). Elas experimentam modos de inter-relação sociocultural simbólica, nas combinações de mídias, culturas, realidades, sensibilidades e subjetividades, gerando múltiplas formas de transcomunicar.

Se os estilistas forem fazer uma coleção voltada pra essa população [trans], que contratem ou chamem modelos

dessa população, representantes dessa população pra estarem na passarela desfilando. E já fizeram, a Feevale já fez, teve até uma menina que desenvolveu uma coleção pra população trans e ela me pediu pra conseguir modelos pra desfilarem. E foi incrível. Eu saí da aula, porque eu estudava na Feevale nessa época, pra ir assistir ao desfile porque as meninas estavam lá desfilando. Eu cheguei, já tinham começado os desfiles todos e sentei num local que tava disponível. Os que estavam do meu lado só olharam e deram um sorrisinho, falaram alguma coisa, mas não perceberam nada, acho que tenho uma certa passabilidade e eles não perceberam que ali tava sentando uma trans, na plateia, pra assistir ao desfile. De certo, eles nunca imaginaram. Mas depois, quando começou o desfile da coleção, eles começaram a se sentir meio que incomodados com aqueles corpos que estavam no palco. Talvez elas [modelos] tivessem mais demarcadores no corpo delas que mostravam quem elas eram. E daí eles começaram a olhar pra mim, sabe? Com um olhar de deboche, pra ver se eu ia rir daquela situação. Olharam assim pra mim, com um olhar de desprezo, de desdém, com aqueles corpos que eles estavam vendo no palco. Só que dessa vez eu não sorri pra eles, eu levantei e comecei a aplaudir. Daí vários outros aplaudiram também. Daí mudou, sabe? Mudou aquela situação. Não sei se eles depois descobriram que eu era trans ou não. Talvez perturba e incomoda no início, sabe? Mas se alguém acha bonito e aplaude e, digamos assim, alguém legitima aquilo, quem sou eu pra achar que aquele corpo não pode estar ali? Que aquela pessoa não pode estar ali? (CLÉO).

A reivindicação da presença e respeito ao corpo trans também perpassa a *receptividade comunicativa*, porque através do contato e dessa visibilidade os sentidos e significados podem ser reimaginados e reconfigurados. Os corpos e gestos comunicam, produzem interpretações, fazem pensar, abrem um espaço para ver as trans como cidadãs, que falam, ensinam, aprendem, questionam, produzem e *vivem*. (MALDONADO, 2014). Ao entrar em choque com a normatividade, elas conquistam o espaço através da demonstração

de sua *humanidade*, de que produzem arte, que provocam sensações e podem habitar qualquer lugar social.

Em contexto digital, é preciso considerar que as interlocutoras da pesquisa são envolvidas em múltiplas lógicas que potencializam ou restringem estéticas, políticas e culturas. A cidadania precisa ser transformadora, de subversão das verdades totalitárias. (MALDONADO, 2015). O reconhecimento do gênero é também um exercício e uma prática de cidadania trans, porque demanda a visibilidade e o reconhecimento da identidade que sente. O *ser* cidadã independe da normatividade, não se funda nela. Então, não é a norma que pode dizer quem vive ou quem morre. Se as mulheres trans e travestis estão constituídas de valores históricos, identidades não fixas e uma capacidade *sentipensante*, elas têm a riqueza humana e, portanto, são cidadãs. Flavia expõe essa dimensão *sentipensante* da cidadania transcomunicativa em seu canal do YouTube, chamado *Flavia Reflexiva*. Sobre esse espaço, ela diz que serve para falar:

Sobre a minha história. Sobre o fato de não se paralisar. Meu trabalho no YouTube mesmo é mais como reflexão. Pra pessoas trans, pra pessoas talvez cis, mas que enfrentam alguma dificuldade ou que têm muitos medos. Por exemplo, eu tenho dois vídeos lá que eles são do ano passado, de quando eu tava morando na garagem da casa da minha tia. Então, tudo que eu falei nesses dois vídeos é o que eu estou vivendo hoje. De "movimente-se", de "corra atrás", "mete a cara mesmo", "se posicione". (FLAVIA).

Flavia diz que a motivação para seus vídeos é *"a felicidade, a noção de que eu tava vivendo uma vida que eu não queria viver. De que eu tinha sonhos e eu tinha muita vontade e muita energia para correr atrás disso, e eu não tava fazendo. E que a culpa não era tanto das pessoas"*. Ela estava em um momento da vida em que estava bem consigo mesma e queria mostrar sua vivência para, quem sabe, chamar atenção para a necessidade de emprego, de mudanças positivas. De acordo com ela, *"a sociedade dificulta bastante nossa trajetória, mas um dos problemas maiores são nossos medos, a gente*

se limita. Os riscos, as agressões, elas existem, mas se a gente ficar se limitando a isso, ficar se escondendo nessas cidadezinhas, onde a gente não é feliz, isso não vai ajudar". A postura de Flavia é de enfrentamento da transfobia e da não representação midiática. Ela sentia que não podia ficar parada frente a essa ausência e, por isso, quis mostrar sua história e, talvez, inspirar outras mulheres trans para que pudessem encontrar perspectivas melhores de vida.

Ninguém vai bater na porta da sua casa e falar "vem cá que eu vou te dar um emprego" ou "eu vou te colocar lá na faculdade que você quer fazer". Foram coisas que eu falei no vídeo e de uma certa maneira aquelas palavras entraram dentro de mim, eu estava internalizando aquilo novamente. Aquilo veio para mim de volta e eu estou fazendo isso, seguindo o meu próprio conselho. E aconteceu não porque eu planejei, porque eu acho que eu precisava de mais, se eu não fizesse, se eu não sáísse, se eu não buscasse, iam ser mais anos de infelicidade, mais anos de incerteza. Foi algo que eu necessitei fazer, eu precisei ter coragem para isso. É isso que eu tento passar pras pessoas, essa coragem. (FLAVIA).

O processo de produzir conteúdos para as mídias digitais também foi uma forma de encontro consigo mesma para Flavia, de se ouvir, se ver e internalizar que ela era cidadã, que podia reivindicar aquele espaço para ela, sua presença e fazer sua história ser contada. Ela propôs a ela mesma um ato político trans-formador que a tornou ciente de sua condição enquanto mulher trans, construindo uma nova possibilidade de luta, de cidadania transcomunicativa. Ela ocupou um espaço digital que poderia articular outras pessoas numa mesma luta, valorizando a sua existência.

Ela ainda pensa que é preciso saber aproveitar das alianças na construção dessa cidadania. Quando a procuram na Casa Florescer, ela pensa que precisa aproveitar também aquelas pessoas que querem saber sua história, "aproveitando das pessoas que se aproveitam de nós. Aproveitamos essas oportunidades. Quando eles vêm

buscar essa publicidade, aproveitar para expor as nossas necessidades". Ela entendeu a lógica das empresas e de pessoas que vinham até a casa explorar suas histórias e propôs subvertê-las a seu favor. Além de cuidar com quem se relaciona na casa, ela também usa o YouTube como canal para se expor, como relata:

Talvez, aquela sua exposição vai te trazer algum retorno, porque, às vezes, aquela empresa que vai em cima de você buscando o que você tem a oferecer no meio de midiático, ela não tá tão interessada em te ajudar como pessoa. Ela quer o seu rótulo, ela precisa de uma pessoa trans vulnerável para apresentar. Ela não quer saber quem a pessoa é, mas o que aquela pessoa faz com aqueles 30 minutos de oportunidade que vão definir. E é isso que eu faço hoje. (FLAVIA).

Natália, Flavia e Cléo estão desenvolvendo ações de conquista de cidadania transcomunicativa através das suas mídias sociais, principalmente do YouTube. Natasha está produzindo políticas e também usa suas redes para levantar pautas e questões sensíveis às pessoas LGBTQIAPN+. Rihanna e Michelly fazem parte de uma juventude trans que objetiva ganhar espaços desde uma condição periférica, mas potente por suas trajetórias serem fortes e modificarem contextos desde onde estão.

A cidadania transcomunicativa tem começado a emergir nas ações que promovem as rupturas do padrão hegemônico das corporalidades, não ignorando a padronização ou destruindo, mas pensando como se constituem e nos modos de comunicar que podem emancipar as pessoas trans da lógica estrutural opressora da necrobiopolítica. Essa proposta transcomunicativa se combina às propostas das interlocutoras, não apenas porque emerge dos diálogos com elas, mas porque pensa numa forma de comunicar que combina as multiplicidades das existências delas enquanto pessoas transcomunicativas.

As lutas por esta cidadania precisam ter caráter emancipatório, porque a fundação dela se dá na transformação social

contra-hegemônica. O prefixo “trans” corresponde a “ir além”. A proposta de uma cidadania transcomunicativa é pensada a partir de uma coletividade, da construção da reflexão sobre a constituição da pessoa enquanto cidadã, imbricado pelas vidas trans, não apenas de pessoas transgêneras, mas a partir das suas constituições múltiplas, complexas e transcendentais aos gêneros e binarismos. É a cidadania *indo além*, com questionamentos e reflexões para as continuidades desse livro.

DIMENSÕES DA CIDADANIA TRANSCOMUNICATIVA

A gente usou as armas que a gente tem, e a gente tá inventando novas armas pra se defender e tentar ocupar um lugar. A gente também quer ter um espaço no mercado, numa fábrica, numa farmácia, num hospital... A gente vê gays, vê lésbicas, mas quer ver uma travesti ali também. Lá na frente, a gente vai ser reconhecida, se Deus quiser. Acha que não dói, as pessoas gritarem “tu é uma vergonha pra família”, “tu não deveria ter nascido”, “vai virar homem”, “vai usar uma cueca”? Dói. Só que a gente já passou por tanta coisa que a gente é forte e aguenta no peito. Quantos dias eu passei feliz, só que por dentro, meu coração tava sangrando? O pior choro não é em lágrima, é o que fica dentro. (MICHELLY).

O percurso para refletir sobre dimensões vinculadas à construção da cidadania transcomunicativa iniciou com Cléo em nossas primeiras conversas sobre o universo trans e travesti. No jeito tranquilo de Cléo falar, em sua forma reflexiva de construir narrativas e elaborar ideias, foi com ela que percebi a epistemologia se formando e passei a ver **Cléo** como uma *epistemóloga/filósofa*. Recordava de Sartre, Bourdieu, García Canclini, Hall, Foucault... nossas conversas me levavam a filosofar junto com ela. E, assim, entendi que aquele

é um modo novo de comunicar, era um transcomunicar que ela me apresentava e começamos a pôr em prática. Enquanto eu me aprofundava teoricamente, Cléo me apresentava as realidades dela em sua trajetória de cinco décadas, de alguém que superou a expectativa média de vida de uma pessoa trans no Brasil. Ela me trouxe, além de ensinamentos sobre cidadania, uma proposta de aliança para a vida: *"tu sabes que tu vives numa sociedade, num mundo em que tu dependes do outro também. Você não tá ali sozinho. O que você faz, pode ter um retorno. Faça o seu melhor pra você e pro outro"*. Era o princípio de um trabalho coletivo que me transformou no pesquisador desse livro. Eu podia contar com ela e fazer o melhor por nós.

A segunda pessoa com quem dialoguei foi **Natasha**, que considero uma *articuladora política e formadora de alianças*. Com ela aprendi sobre as contradições dos bastidores da política, sobre as formas de se infiltrar no CISTema e construir relações produtivas, de encontrar brechas para legislar e trazer novas propostas de leis e projetos às pessoas LGBTQIAPN+. Desde sua posição na Assembleia Legislativa, tendo concorrido a três cargos políticos e promovendo eventos e articulações, Natasha me ajudou a desenvolver uma leitura crítica sobre a representação política que temos no Brasil e porque – e como – são necessárias articulações para aproveitar as brechas e se fazer vista para (trans)formar pessoas em cidadãs conscientes de suas lutas.

Enquanto isso, **Natália** demonstra a *esperança* da juventude trans que já tem mais acesso aos meios de comunicação e produz sua corporalidade com mais liberdade, tendo mais referentes midiáticos e mais próximos de sua realidade. Com uma vivência refletida a cada etapa e processo, perspectivando a concretização de sonhos com apoio familiar, sendo acolhida e objetivando a realização de sonhos, Natália está conseguindo ter acesso a direitos que outras mulheres que vieram antes dela não tiveram.

Na Casa Florescer, **Rihanna** foi quem me trouxe uma história de *resistência e de alçar voz* na conquista de espaços para mulheres trans e travestis. Ela me apresentou a reflexões importantes sobre a empregabilidade de pessoas trans, a dificuldade em obter autonomia no CISTema, a urgência da colaboração e solidariedade entre pessoas LGBTQIAPN+ e, principalmente, de tornar as agressões que nos são dirigidas em transgressões, de encontrar meios para tornar visíveis as demandas e pautas das pessoas trans na construção de cidadania transcomunicativa.

Flavia, *acolhedora e afetiva*, me mostrou a importância de conhecer direitos, ir atrás deles, não parar de lutar, e encontrar formas de trocar afetos durante o processo porque são eles que nos tornam *sentipensantes*. Ela me ensinou que a dureza da vida não nos define e que, pelo espaço em que nos rejeitaram, devemos aprender a importância do acolhimento. A luta pela cidadania é constante e fazer parte da sociedade depende de nós, pois, de acordo com ela: *"eu não fui incluída, eu me enfiei nessa sociedade, e dessa sociedade eu não aceito que ninguém tente me tirar"*.

Por fim, **Michelly** me trouxe o *conhecimento popular e das ruas*. Com sua postura firme, ela passou por uma infância de abandono do pai, mas teve acolhimento da família. Ela me recebeu em seu ponto de trabalho e deixou o dela de lado para acolher o meu, compartilhar seus conhecimentos e sua história. A trajetória de uma mulher jovem que almeja conquistar uma vida da qual ela precisou abdicar por não se sentir incluída nos espaços que frequentava, na escola, no mercado e nas ruas do centro da cidade, mas que sambou nas avenidas do carnaval e hoje desfila nas ruas com seu corpo produzido para trabalhar.

Em cada diálogo, pude perceber nas interlocutoras características proeminentes de cada uma, que se destacam a partir das suas corporalidades, das formas como expressam seus desejos. Pela maneira como contam suas histórias, me mostravam uma realidade

que no confronto com as teorias se aproximavam ou distanciavam. Havia elos entre elas e, por mais que uma tenha alguma característica mais saliente que outra, elas combinavam os elementos fundantes daquilo que agora chamo cidadania transcomunicativa, e que procuro elaborar neste subcapítulo.

Essa cidadania veio sendo construída em diálogos teóricos com pessoas professoras e pesquisadoras do grupo de pesquisa Processocom, como Efendy Maldonado, Jiani Bonin, Nísia Martins do Rosário, Yvets Morales Medina, Livia Saggin, Leila Sousa e Lisiane Aguiar, minhas referências fundamentais para pensar cidadania (trans)comunicativa; nos diálogos com Cicilia Peruzzo, Daniela Monje, Adela Cortina, Boaventura de Sousa Santos, Maria Cristina Mata, Manuel Castells, Néstor García Canclini, Jesús Martín-Barbero, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Thomas Humphrey Marshall, Maria da Glória Gohn; e também numa perspectiva de gênero e transfeminista com Marcia Veiga da Silva, Alisson Machado, Guacira Lopes Louro, Judith Butler, Berenice Bento, Martin Hopenhayn, Adrian Gurza Lavalle; e as pessoas trans Letícia Nascimento, Jaqueline Gomes de Jesus, Megg Rayara Gomes de Oliveira, Paul Preciado, Valéria Barcellos, Luísa Marilac, Amaira Moira e Jovanna Baby. Há outras pessoas e referências que me ajudaram a chegar nas perspectivas aqui trabalhadas, mas essas referências acima citadas foram as que se tornaram fundamentais no processo. O conhecimento e a reflexão sobre esse conceito não partem de uma jornada solitária de investigação, mas a partir do diálogo com as produções que ajudam a pensar novas possibilidades de cidadania, como a transcomunicativa, e com as interlocutoras, cujos saberes também alimentam sua construção.

A partir da compreensão de identidades e corporalidades, da análise das relações das interlocutoras com as mídias e das possibilidades que emergem para uma reflexão de cidadania a partir de suas experiências comunicacionais e midiáticas, penso a cidadania transcomunicativa. Essa é uma proposta que objetiva refletir sobre

as dimensões da cidadania transcomunicativa a partir dos modos de comunicar das mulheres trans e travestis, da forma como elas se constroem, que abarcam outras pessoas em processos comunicacionais que sejam inclusivos e trans-formam relações entre pessoas para questões de política, visibilidades midiáticas, demandas de luta e construção de colaborações solidárias para inserção social de quem está às margens do CISTema normativo e padronizado, combatendo a *necrobiopolítica* e o preconceito transfóbico e LGBTQIAPNfóbico.

Das características que saltaram aos meus olhos e à minha percepção durante os diálogos com as mulheres trans e travestis, sistematizo aqui dimensões vinculadas à construção da cidadania transcomunicativa – que pode incluir outras além destas. A cidadania transcomunicativa que emerge da reflexão e das práticas dessas interlocutoras é multidimensional. Destaco nesta análise as seguintes dimensões: 1) filosófica/epistemológica; 2) política; 3) popular/das ruas; 4) de resistência; 5) de esperança; e 6) dimensão afetiva.

A DIMENSÃO FILOSÓFICA/EPISTEMOLÓGICA

Existem dois processos de formação epistêmica necessários à cidadania transcomunicativa: o autoconhecimento das mulheres trans e travestis sobre elas mesmas, que pode ser desenvolvido a partir de processos educacionais⁷¹ de gênero no interior de coletivos e movimentos e auxiliado por outras instâncias da sociedade, das mídias e das instituições educacionais; e o conhecimento das realidades trans por parte das pessoas cisgêneras, que pode ser também potencializado pelas mídias e instituições educacionais, quando pautado de modo aprofundado e refletido a questão do gênero, e as histórias das mulheres trans de forma verossímil, sensível e reflexiva.

71

Pensando a educomunicação de acordo com Livia Saggin (2016), como uma proposta crítica que se dá através do diálogo e da reflexão.

Entre as demandas das interlocutoras, existe a necessidade de se discutir gênero desde cedo, porque esse tipo de debate provoca uma abertura para o diálogo, para que possam se entender e explorar suas identidades e corporalidades. Antes de começar o processo de transição, o autoconhecimento das suas vontades, desejos e identificações auxilia na afirmação de si perante a sociedade e, principalmente, a família. O acolhimento será facilitado se houver compreensão dessas identidades, para a qual podem contribuir as mídias e as escolas.

As redes sociais digitais permitem que aquelas que tenham acesso possam encontrar referências por conta própria, solucionando dúvidas ou aprendendo mais sobre a transgeneridade. No entanto, essas referências ainda são buscadas num contexto isolado, geralmente quando estão sozinhas e sem incentivo da escola ou da família. As questões de gênero emergem sutilmente, mais nas universidades do que na educação básica, e nas mídias hegemônicas com recortes simplistas e estereotipados.

Os referentes trans nas mídias ajudam outras meninas trans na construção de suas identidades e corporalidades. Consequentemente, na formação de epistemologias trans e travestis, quando refletem suas transições e compartilham através dos meios que têm disponíveis e onde podem disponibilizar, como um canal do YouTube.

Já lemos na escola textos sobre LGBTs, mas nunca sobre trans. Eu busquei sozinha e aprendi bastante coisa nos canais do YouTube e na série Pose. Aprendi também que existem muitos preconceitos. Acho muito importante a pessoa contar como ela vive, a vivência dela. Pose mostrou como as mulheres trans são e, no YouTube, a Mandy Candy⁷² contou o que passou e me fez pensar na minha história. A gente precisa falar sobre os tipos de gênero, de sexualidade, sentir que isso não é algo errado. Eu queria

ter vivido isso e não pude na minha infância. As crianças LGBTs precisam disso. (NATÁLIA).

As demandas das interlocutoras vêm no sentido de uma visibilidade que dê existência às múltiplas dimensões e realidades das pessoas trans e travestis, de uma proximidade e abertura para discussão, para que a epistemologia delas seja validada nos espaços públicos, que seja possível *serem* sujeitas trans e travestis em qualquer espaço social. Natália reflete que não teve em sua infância uma referência ou algum meio no qual pudesse se enxergar, mas na adolescência já conseguiu se aproximar daquilo que sentia intimamente sobre sua identidade e corporalidade por uma série de TV e uma influenciadora digital. Michelly, que está nas ruas, reclama que as pessoas não conhecem as travestis, que precisam se fortalecer para não sucumbirem aos xingamentos e transfobia que passam, porque os passantes não conseguem se colocar *na pele* delas.

Eu acho que seria importante pro povo saber a verdade sobre nós, que a gente não é aquilo que eles pensam, que eles mencionam. Que por trás de nós, do nosso rosto feliz, dessa alegria, muitas vezes, por dentro nós estamos chorando. Só que a gente tem que ser forte. Porque se nos deixarmos abater, ninguém vai vir ajudar nós. Nós temos que fazer por nós mesmas. Acho que o povo tinha que entender mais que ser uma travesti não é fácil. Eu queria que a pessoa que julga uma travesti se colocasse na pele da gente uma semana, fosse pra beirada de uma faixa. (MICHELLY).

Uma das principais motivações para pensar a cidadania transcomunicativa é a própria relação que tive com as interlocutoras. Antes delas, me questionava como era possível não ter tido contato com o conhecimento que elas produzem. E, quando tive, por que era considerado “baixo”, “proibido”, “pecaminoso”? O rompimento com os paradigmas binários e cisnormativos do meu próprio ser já me provocava para a criação de uma forma comunicativa de levar adiante um olhar real, da rua, da vida dessas pessoas para a universidade, a escola e as mídias, meus espaços de formação e profissão.

No mínimo, para os locais que posso acessar. É uma forma de inserir, formar alianças e abrir brechas para que elas estejam comigo, para que seus conhecimentos sejam valorizados e que se construa cidadania dessa forma transcomunicativa.

O sofrimento das pessoas trans pode ser compreendido quando elas mesmas se veem em produtos, materiais e referências que as auxiliam na produção de seus corpos, identidades e saberes. Sensibilizar a cisgeneridade com as epistemologias trans e travestis é um caminho para combater a transfobia. Flavia pensa que uma educação de gênero e das abordagens transgêneras, o compartilhamento das epistemologias travestis e trans em espaços institucionais e na escola, *"me ajudaria a me descobrir como pessoa trans de forma natural, de que isso acontece no ciclo da nossa vida. Ajudaria no sentido de outros alunos poderem assistir aquilo e compreender o que tava acontecendo com a gente naquele momento. Eles conseguiriam me entender mais"*.

Sobre a Casa Florescer ela critica, também, a falta de uma orientação ou preparo para conhecimento de leis, materiais e formações de gênero, visto que é voltado para pessoas trans e travestis. A educação de gênero é uma forma de preparação para combater transfobia, para poder expressar sua identidade e corporalidade, compreender como e porque a sociedade exclui desde dentro dos poderes hegemônicos e das mídias, e de que forma promover acolhimento com garantias de autonomia. Flavia reflete que, dentro dos poucos direitos e espaços para pessoas trans, ainda há pouca informação que circula e chega até elas sobre o que podem fazer para exercerem a sua cidadania. Ser acolhida e estar fora das ruas não as retira da situação de vulnerabilidade, porque enquanto não souberem como gerir suas próprias vidas para sair dessa condição, permanecerão dentro de um CISTema que exerce *necrobiopolítica* sobre seus corpos.

A partir do momento que um serviço como esse é oferecido, eu acho que deveria ser mais bem pensado nessa situação de que eles deveriam nos ensinar quais são os nossos direitos e promover esse tipo de educação aqui dentro também. Porque a gente não precisa ser vítima só lá fora, a gente pode ser vítima dentro do próprio abrigo. Não estou dizendo que isso acontece, mas pode vir a acontecer, tanto aqui como em qualquer outro lugar. Não quer dizer que você não está mais em vulnerabilidade. Você está acolhida, mas de que maneira este acolhimento vai ser dado? [...] Eu acho que essas coisas devem estar na cabeça das meninas o tempo todo. É um direito nosso. Isso aqui não foi construído porque alguém teve a boa ação. É porque cansaram de nos ver morrer, a gente cansou de se ver morrer. Então, instrumentos ligados aos direitos LGBTQIAPN+ começaram a lutar por esses espaços. E hoje temos empresas que cuidam, que gerem esse espaço. Só que esse espaço é nosso e a gente tem que lutar para preservar e lutar para que seja feito da maneira correta. (FLAVIA).

A crítica de Flavia ao sistema educacional é semelhante à que faz Natasha, que pensa que há distância entre o ambiente acadêmico e as mulheres trans que estão na rua trabalhando na prostituição e não conseguem acessar espaços de privilégio educativo ou econômico, por exemplo, o que reforça também o que Michelly fala sobre não saberem de sua dor ou dos tipos de situação pelos quais passam as mulheres na beira da faixa (rodovia). Esses espaços de educação são portas de acesso ao conhecimento que pode ser compartilhado nas mídias e ajudar a construir cidadania transcomunicativa.

O academicismo no movimento LGBT eu acho bacana, a valorização da intelectualidade LGBT. Mas o academicismo acaba dividindo as classes entre quem tem acesso e quem está na rua. Sempre cuidei pra não ficar muito “acadêmica” a ponto de não estar do lado de quem realmente precisa. Porque se eu for ajudar quem eu conheço, é muito fácil. Mas não, eu quero ajudar as gurias que estão lá na Farrapos, estão aqui em Novo Hamburgo atrás do Colégio 25 de Julho, porque as pessoas passam e jogam pedras, jogam tijolo nelas ali. (NATASHA).

Penso, porém, que a academia também pode ocupar o espaço das ruas. Aliás, para que haja cidadania transcomunicativa é fundamental estar ao lado das mulheres trans e travestis, seja nas ruas ou na universidade. Reconhecer os privilégios de classe e engajar-se na luta por reconhecimento destas pessoas. Livia Saggin (2016) colabora com esta reflexão, ao pensar que a existência dessas pessoas e suas comunidades tem aumento de poder social quando seus conhecimentos se fazem presentes nos meios de comunicação.

Estar com as interlocutoras me fez entender algo que Natasha disse: *“não há como falar de lutas de classes, de libertação do povo, se você não falar das especificidades desse povo”*. Estar na casa de Cléo, na quadra com ela e Michelly, no evento organizado por Natasha, na casa de acolhimento onde estavam Rihanna e Flavia, no lar de Natália, em todos esses espaços em que elas me receberam e que agora são compartilhados no campo da Comunicação, através desse livro. Reflito sobre essa possibilidade transcomunicativa enquanto homem que detém os privilégios da cisgeneridade, cuja identidade *gay* se aproxima das lutas LGBTQIAPN+, também enfrentadas por pessoas trans, mas ciente das pontes que devo criar com elas para efetivar uma nova cidadania para todes nós.

Todas as mulheres trans e travestis com quem dialoguei, sem exceção, foram acolhedoras e me apresentaram a conhecimentos novos, a formas de ver o mundo que não eram parte da minha realidade. Podiam até estar no meu imaginário, mas um imaginário permeado pela norma cisgênera. Rihanna me trazia para junto dela na luta, com ressalvas sobre o respeito e a compreensão das subjetividades trans, entendendo que as formas *sentipensantes* delas são únicas.

Eu ouço muitas falas assim: “ah, o gay branco não me representa”. Pode me representar sim, desde que ele entenda as minhas dores, desde que respeite as minhas vivências e as minhas questões. Não fiquei brincando de bonequinha, não fiquei brincando de “eu sou a menininha de casa que quer ir para rua porque eu quero”. Não, a Rihanna teve que

passar por vários processos para que ela tivesse hoje na Casa Florescer, para que hoje ela tivesse um acesso de tá do lado de um homem cisgênero, estar do lado de dois gays. Existe um processo para mim tá aqui com vocês. Então, não foi só a luta gay que teve visibilidade, a nossa vida que tem que ter, porque muitas de nós teve o nosso sangue derramado como vários gays já morreram, como várias lésbicas que já morreram. (RIHANNA).

Rihanna destaca algo importante sobre as nossas lutas, se pensarmos dentro do escopo da sigla LGBTQIAPN+. As pautas privilegiam certos corpos, como bem problematizou Letícia Nascimento (2021) ao propor o transfeminismo junto com Jaqueline Gomes de Jesus (2014), na falta de um feminismo inclusivo às pessoas trans. Homens *gays* cisgêneros (e brancos, em sua maioria) tomaram a frente dos movimentos, como também trouxe à discussão Jovanna Baby (2021), que fundou a ASTRAL em função disso.

Nesse contexto de privilégio (masculino, cis, branco) apagaram e, por vezes, excluíram as lésbicas, trans, bissexuais, intersexuais, assexuais e outras pessoas do coletivo. Em sentido parecido, as mulheres feministas de grupos radicais (que, em algumas situações, inclusive, são organizados por lésbicas) desconsideraram as mulheridades e feminilidades de mulheres trans e travestis. Assim, pode haver receio e cuidado na forma como se formam essas alianças, porque a produção do conhecimento trans tem sido tratada com um olhar que não considera suas trajetórias e não entende seus (trans)gêneros.

A construção da cidadania transcomunicativa requer o reconhecimento das existências e das histórias das mulheres trans e travestis, trazendo o conhecimento delas como construtor e colaborador da episteme; incluí-las na luta, principalmente porque é a partir delas (e em conjunto) que se pode avançar na concepção e realização desta cidadania. O conhecimento aqui concebido é construto colaborativo, inclusivo, formador de sabedorias que dialogam. Não pode existir uma régua que verticalize ou hierarquize as vidas

que importam, é preciso trabalhar na construção de conhecimento horizontal e dialógico, não-binário, combinar realidades, histórias e perspectivas para trans-formar.

É muita lamentação, como se a vida de um fosse muito mais importante do que a vida do outro. Eu acho que, da mesma maneira que vocês hoje vieram nos conhecer melhor, de uma maneira mais formal, de uma maneira mais contextualizada, conhecer essas realidades, isso também é uma maneira de puxar a gente pelas mãos. “Eu posso não te ajudar aqui, você, a Flavia, mas eu vou levar sua história lá para frente”. Algum resultado isso vai dar e você vai impactar pessoas com o que eu estou te dizendo hoje. Então, é uma maneira de colaboração que a gente tem também. De conscientização, de desmistificação do que as pessoas imaginam, do que as pessoas veem, do que elas estão acostumadas. (FLAVIA).

Ao entendermos as corporalidades trans e travestis, notarmos a dificuldade de inserção delas na sociedade, com problemas de dignidade pelos quais não passam as pessoas privilegiadas, percebemos que a cidadania plena (CORTINA, 2005) não existe, ela é utópica e distante para muitas pessoas. A vidas dessas pessoas, daquelas que não estão ocupando espaços de poder, que sofrem com o escracho, a patologização e a erotização, não é considerada e problematizada porque, dentro da *necrobipolítica*, são vidas ignoradas pelo CISTema e postas à margem. Lutar e trabalhar para a construção de formas mais densas, críticas e “humanas” de abordagem de pessoas transgêneras nas mídias e no sistema educacional é um aspecto importante na construção da cidadania transcomunicativa.

Acho que as pessoas riem porque nunca sentiram na pele, não se questionam, sei lá. E eu acho que com essa humanização, com essa normatização ou normalização, eu acho que tornam esses corpos mais “normais”, “naturalizados” e diminui a violência. Eu acredito muito nisso, sabe? Porque a gente vive os extremos, porque o corpo de uma trans, a figura de uma trans, a presença de uma trans, ela nunca passa despercebida. (CLÉO).

Como reflete Cléo, a presença de uma trans dificilmente passará despercebida, mesmo com *passabilidade*. Existem muitos entraves à cidadania delas que a perspectiva de uma cidadania transcomunicativa deve levar em conta. Dificuldade na obtenção de documentos, de acesso aos hormônios, de convivência, de espaço midiático humano, de um reconhecimento de vida digna, não há garantia de uma vida plena somente pelo que se entende convencionalmente por cidadania. (CORTINA, 2005). A aceitação social, nas palavras de Michelly, é uma conquista: *"hoje eu me sinto [incluída na sociedade] porque fiz o povo me aceitar. Não é porque é travesti, porque é gay, porque é negro, branco, gordo, magro. Acho que são todos iguais, são todos seres humanos. Quando a gente morrer, vai tudo pra um buraco só"*. (MICHELLY).

Cada pessoa carrega suas marcas no corpo, interseccionadas, expressas em corporalidades e na identidade. Travestis e transexuais são, assim como outras corporalidades, dignas de expressarem-se como se sentem bem consigo mesmas. No entanto, por serem considerados os corpos exóticos do padrão normativo, cis, são caçadas e combatidas, algo que a cidadania transcomunicativa visa enfrentar ao desenvolver formas de comunicar seus corpos com liberdade e com respeito à sua capacidade *sentipensante* e epistemológica.

Flavia ainda ressalta que *"a cidadania para a mulher trans, ela minimamente existe. A mulher trans ela não vive, ela sobrevive. É como um bichinho que tem a sua vida cada vez mais caçada, sabe? Como se o ser humano fosse uma fauna e a mulher trans fosse a raça mais caçada"*. É contra esse contexto de caça e morte de mulheres trans e travestis que se funda a cidadania transcomunicativa como recurso epistemológico e filosófico que traz as suas sabedorias à dimensão cidadã e de luta política.

A DIMENSÃO POLÍTICA

A dimensão política permite a construção da cidadania transcomunicativa desde uma esfera de poder legislativo e normativo, que permeia a sociedade nas garantias de direitos e deveres, de organização social e inclusão das diversidades humanas. Essa dimensão reflete as identidades e corporalidades também como mediação política, perpassada pelo midiático, mas em processos comunicacionais que colaboram na produção da cidadania. São corpos comunicantes que atuam, resistem e constroem as possibilidades de uma nova sociedade politizada e educada para o gênero.

A política enquanto formadora de cidadania transcomunicativa também está no fazer cotidiano (CERTEAU, 1994), nas táticas que as interlocutoras usam para resistirem e usarem suas corporalidades para contestação do CISTema. Essa dimensão política está interconectada com as demais dimensões, porque a própria manifestação do corpo trans já se configura como ato político. No entanto, dentro da perspectiva dimensional política que trago para esse item, ela está mais direcionada às questões de leis, políticas públicas, programas de acesso à cidadania e na tentativa de pensar ampliações para a *práxis* política, que ainda carece da união e articulação dessas mulheres trans e travestis para disputarem seu espaço de cidadania transcomunicativa. Também reflito que essa cidadania transcomunicativa que proponho dentro da dimensão política se dá em movimentos sociais articulados, em propostas transfeministas, que precisam ser organizadas a fim de que sua disputa gere exercícios efetivos de prática cidadã e transcomunicacional.

O sistema *necrobiopolítico*, como vínhamos pensando antes, marginaliza e opera decidindo quem vive ou morre dentro do CISTema político. Vidas trans que estão fora da padronização hegemônica de corpos são, na comparação de Natasha, aquelas destinadas à morte ainda que não seja em campos de concentração. A sutileza

das redes de poder político funciona dificultando acessos, abandonando, gerando expulsões, proibições e LGBTfobia. Ainda que no Brasil existam as 4 jurisprudências que autorizam casamento, adoção, criminalização da LGBTfobia e mudança do registro de identidade, não são suficientes para efetivá-las sem uma educação política de gênero como vimos na dimensão epistemológica. As mulheres trans e travestis precisam estar cientes de seus direitos, mas a sociedade precisa também respeitar e atender a esses direitos sem gerar constrangimentos ou resistências.

O Brasil não tem campo de concentração, mas nos mata de outras formas. Não deixando a gente ter acesso à educação, à saúde, nos mandando embora de casa muito cedo, a gente vai morrendo a cada dia de várias formas. Tem crimes na humanidade contra LGBTs e a gente não consegue fazer um enfrentamento real porque a crise de representatividade é muito alta e muito forte. (NATASHA).

Um dos principais empecilhos na construção de cidadania transcomunicativa é a falta de representatividade nas esferas de poder político legislativo. Sem pessoas com vivências trans e travestis, sem pautas que objetivem direitos e enfrentamentos por elas, é difícil construir leis e garantias. Na política, nas mídias e em outros âmbitos da sociedade, a marginalização das pessoas trans se relaciona à dificuldade de acesso delas a estas esferas, e se materializa na evasão escolar, na dificuldade em eleger quantidade significativa de pessoas trans, no espectro conservador e na invisibilidade midiática. Uma das problemáticas centrais desse livro era contextualizar elementos relativos às existências midiáticas das mulheres trans e travestis; a fala de Flavia nos permite ver que ela não se vê representada nas mídias. Ela está mais próxima daquelas mulheres que ocupam os espaços políticos do que os midiáticos, porque não se identifica com as “palhaçadas”, a forma rasa e estereotipada retratada nas mídias.

É que a gente não é representada dessa maneira. Você falou de representatividade trans na mídia, eu não me sinto

representada por ninguém. Mais pela Erika Hilton, como eu disse, porque ela é uma pessoa que se apresenta de maneira mais concreta e de uma maneira toda informada e tal. São pessoas assim que eu admiro. O artista, o que pula, que vira cambalhota, que canta, o que agacha, o que abre as pernas, que rebola, isso a sociedade já tá cansada de ver e eu também já cansei de ver. Tá enjoativo, tá chato, tá fútil. Não me representa mesmo. São pessoas assim que me representam, pessoas mais sérias. E é nesses lugares que eu acho importante que a gente consiga entrar, acessar e ser aceita. E se a gente não for aceita, a gente vai se infiltrar. E é o que eu falo, eu me infiltrei na sociedade e dela eu não vou sair. Daqui eu estou buscando a minha ascensão para cada vez mais, quero que mais pessoas, mais mulheres trans façam a mesma coisa. Para que essas pessoas consigam ver a gente com mais respeito, porque existe, existe mulher trans entendida, existe mulher trans formada, existe mulher trans estudiosa. A gente não é somente a vagabunda que eles pintam. (FLAVIA).

A construção da cidadania não se dá somente no terreno da política, mas também no campo comunicacional; ela precisa acontecer também nas mídias. A reprodução da chacota e do escárnio, como apontado por Flavia, não colabora na formação do respeito às trajetórias trans e para o compromisso político com suas vidas. A cidadania transcomunicativa está vinculada a um modo de comunicar as condições de cidadãs delas, em suas múltiplas identidades e corporalidades, para ser exercida de modo mais integrador possível dentro da sociedade. De acordo com Flavia, para acessar e ser aceita nos espaços, ela reflete sobre essa condição mais “séria”, de poder não ser vista com o estereótipo da “vagabunda”, mas como uma mulher cidadã.

No contexto do Rio Grande do Sul, Natasha reflete que “a falta de representatividade é gigante. O público LGBT não se vê nesse regime político, pessoas LGBTs não se veem representadas. A gente tem vozes que são amigas, irmãs, que ecoam”. São mulheres cisgêneras, em geral, as vozes amigas apontadas por Natasha, que levantam

pautas interessantes às pessoas LGBTQIAPN+, como Luciana Genro, com quem Natasha trabalha na Assembleia Legislativa, e que foi responsável por produzir relatórios e materiais de auxílio a essas pessoas. Natália pensa em conformidade com Natasha, ao dizer que:

A política é péssima, não tá nem aí para o povo, e para as pessoas trans é pior ainda. Não gosto da política atual, minhas amigas concordam comigo e meus pais também pensam assim. Eu sinto que existe muito esquecimento da gente. Ninguém nunca lembrou de nós e parece que não estamos existindo. Com esse presidente [Jair Bolsonaro] preconceituoso, somos excluídas e as pessoas seguem ele. (NATÁLIA).

Governos tendem a ser reflexo de uma parte significativa da sociedade. O neoliberalismo e o capitalismo reforçam as estruturas do poder hegemônico no Brasil, no qual as elites detentoras do capital simbólico e controle de instituições direcionam os pensamentos vigentes na estrutura. Em função disso, temos esse pequeno número de representantes trans e a não discussão de gênero em espaços de grande visibilidade. Porém, a representatividade crescente hoje também é sintoma da emergência de novas mulheres trans e travestis politizadas, educadas para o gênero e que têm suas vozes alçadas a outros patamares, aproveitando as brechas do CISTema.

As desigualdades provocadas pela falta de políticas públicas e legislações inclusivas perpetuam a necrobiolítica que torna o Brasil perigoso para pessoas trans. A crise democrática pela qual passamos, alertada por Levitsky e Zibllat (2018) e Manuel Castells (2017), colabora na eleição de regimes autoritários de poder, com governantes acrílicos e destruidores do bem-estar social. Assim como os massacres indígenas, a escravidão e as políticas excludentes da necrobiopolítica, as trans e travestis também são exploradas sexualmente e usadas num CISTema de abjeção do seu corpo que serve às fantasias e fetiches. Corpos matáveis, como pensa Bento (2018), porque são a materialização daquilo que quem está no poder não deseja *ser e ver*.

A política do governo 2019-2022, então, não serviu às demandas das mulheres trans e travestis. Por isso, a necessidade de desenvolver lutas por cidadania transcomunicativa que elevem suas forças e as façam aparecer para contarem suas histórias e lutar por suas pautas, reivindicações e políticas públicas que as considerem. Elas formam estratégias, meios de acessar o poder que têm funcionado, como Érika Hilton, eleita vereadora mais votada da cidade de São Paulo e, em 2022, deputada. São exemplos que servem às mulheres para comunicarem suas pautas. No entanto, para aquelas que mais sofrem com a marginalização e o estigma, as leis não são acessíveis. Michelly reflete, neste sentido, que *"a única lei que eu conheço é o pedaço de pau pra descer o cacete nos outros, é só assim que eles vão respeitar. Porque lei não resolve nada, pode até existir, mas eles deixam lá o caso 300 anos. Se um dia eles quiserem mover aquele caso, eles movem. Senão, eles tão nem aí"*.

Constantemente expostas aos espaços "subalternos", as mulheres trans passam por negação de direitos e violações de suas identidades. Natália e Flavia disseram já terem sido expulsas do banheiro feminino; Rihanna disse ter sido constrangida em ambiente comercial; Michelly e Cléo foram barradas ao tentar entrar em um restaurante; e Natasha foi obrigada a se *masculinizar* em um emprego. A política (partidária) é espaço de difícil acesso às pessoas trans e, vinculado a isso, outros espaços também negam seus direitos à cidadania, colocando-as em situação de violência, preconceito e agressão. Não ocupando espaços públicos e comuns, elas continuam silenciadas e suas vidas não são levadas em consideração na hora de pautar direitos básicos à humanidade. Quando são atacadas com agressividade, a lógica da violência é perpetuada, como Michelly aponta ao dizer que o "pedaço de pau" é sua lei. Flavia demonstra se incomodar em não poder expressar outras demandas além da inserção social, que suas epistemologias e conhecimentos outros que não a luta por cidadania não sejam escutados e pensados. Para ela, enquanto as mulheres trans e travestis não forem incluídas, suas falas se limitam a gênero, sexualidade e diversidade.

Nós devemos ser vistas como pessoas normais, como partes da sociedade. E a gente tem o direito de opinar, tem consciência e inteligência o suficiente para fazer isso, para falar de coisas que não sejam somente do nosso público em si. São tribos discutindo coisas da sociedade como um todo. Essas temáticas eu creio que seja saudável que fossem variadas. Claro que, em certos momentos, puxar essa "sardinha", a trans falando da sexualidade, da diversidade, da dificuldade de encontrar emprego, isso realmente é algo que a gente não vai poder parar de falar por muito tempo, até que a coisa comece a melhorar. Mas também dar essa oportunidade para essas pessoas demonstrarem suas aptidões para qualquer coisa. (FLAVIA).

Estar em vulnerabilidade econômica, social e afetiva demanda que, primeiramente, se busquem condições mínimas para a autonomia. A cidadania transcomunicativa requer que as mulheres trans e travestis possam exercer concretamente seus direitos e comunicá-los sem a instabilidade financeira e social. Suas estratégias precisam ser constantes, entendendo seus contextos e traçando possíveis soluções. No entanto, a própria situação de marginalidade econômica dificulta o acesso aos conteúdos que poderiam auxiliá-las nessa libertação e autonomia, como tecnologias, livros, artes e espaços de reflexão e debate sobre cidadania.

Eu acho que as pessoas deveriam ter a noção de que nós não somos tão vulneráveis. Eu acho que quando você garante pra um opressor que aquela pessoa é vulnerável, e os dados mostram que ela realmente é vulnerável, como o país que mais mata travestis no mundo, eu acho que, cada vez mais, essas pessoas vão ter certeza da impunidade, cada vez mais esses opressores vão estar ali fazendo mal para elas. [...] Tem situações, mas de alguma maneira reafirmar para esses opressores que a gente não tá mais tão em vulnerabilidade assim. Eles têm que ter algum medo da gente, deixar de ser aquela travesti com gilete na língua. O que é uma gilete na língua perto de uma bala? Quando você corre mais riscos, acho que você deveria ser tratada de uma maneira diferente e ter direito a coisas

diferentes, que possam te proteger e garantir sua integridade física. (FLAVIA).

Ao dizer que os opressores precisam ter medo das travestis e das mulheres trans, Flavia reforça a importância da luta para ter um aparato educativo e garantias que as façam se sentirem seguras. Leis, oportunidades de emprego, acesso à cultura, garantia de efetivação da criminalização da LGBTfobia, especificidades de direitos que as aproximem da cidadania. A Casa Florescer, por exemplo, oferece um mínimo espaço de inserção social após a saída das meninas, porque as prepara para autoaceitação como mulheres (na convivência umas com as outras e assistência psicológica) e também auxilia a conseguirem finalizar estudos e conseguirem emprego formal para maior autonomia. No entanto, após a saída, ainda assim não é garantido a elas que conseguirão se inserir como as pessoas cisgêneras, porque não detêm esse privilégio que é valorizado no CISTema social vigente.

Nesse sentido, as alianças são fundamentais para que sejam fortalecidos os vínculos entre quem detém alguns privilégios e elas, para que em conjunto seja formada essa cidadania transcomunicativa. A socialização das epistemologias trans, das competências, sabedorias, culturas, históricos e produções de mídias dessas mulheres trans e travestis é fortalecida com os irmanamentos LGBTQIAPN+.

Eu comecei a perceber que a luta não é individual, não basta eu ser livre, não adianta eu casar e ter minha vida, e o movimento LGBT que se foda. Não, porque se esse movimento se ralar, eu tô completamente vulnerável. É uma relação de consciência. [...] Eu sempre fui meio amparada, mas também sempre fui muito tática, sabendo onde eu podia andar e onde não podia. Mas, eu penso, se dentro do movimento político e estudantil eu demorei pra despertar, eu imagino as outras meninas que não são de movimento, que estão na esquina desde adolescente. É muito difícil pra que elas despertem também, pra que não deixem que entiquem com elas. Isso é desconstrução e militância. (NATASHA).

Pude compreender isso entre os privilégios de raça e classe na relação com as interlocutoras. Natasha, Cléo e Natália são mulheres brancas, que tiveram acesso à escolarização e, no caso das duas primeiras, empregos formais/fixos. As três vêm de uma situação econômica familiar mais confortável e, como Cléo fez sua transição após sair de casa, nenhuma sofreu com o abandono. Nesse contexto, elas puderam desfrutar de alguns privilégios (principalmente relacionados à empregabilidade e inserção social) graças a essas condições de maior estabilidade. Mesmo assim, após a transição, Cléo ainda sofreu com a vulnerabilidade social em decorrência da falta de oportunidades no mercado formal de empregos, tendo que recorrer à prostituição por algum tempo.

Rihanna, Flavia e Michelly passaram por questões de abandono e desamparo econômico. Rihanna e Flavia são mulheres negras que vieram de outro estado para São Paulo, onde se encontraram em situação de rua até acessar a Casa Florescer. Michelly não se autodeclara negra, mas se encontrou em situação econômica vulnerável após os negócios da família serem desfeitos e ela precisar reorganizar seu trabalho. Flavia concluiu os estudos de nível médio e ingressou no ensino superior. Rihanna terminou o Ensino Médio em São Paulo, após sair da Bahia. Michelly saiu da escola pela transfobia de colegas e um professor que não soube conduzir sua defesa, mas quer finalizar os estudos e se tornar policial. Michelly conta: *"já trabalhei num atelier. Fiquei 2 anos e meio. Eu saí por motivo de transfobia. Eu queria me assumir naquela época, quando eu fiz 18. Eu comecei a trabalhar com 16 e eu queria me assumir, mas não tinha como"*. Michelly já tentou trabalhar em outros espaços, mas pensa que o preconceito é o grande empecilho numa cidade pequena de colonização majoritariamente europeia como Sapiranga.

Tão precisando de serviços gerais numa fábrica. Ninguém nunca trabalhou na vida. Chega uma lésbica, um gay, um negro, uma mulher trans e um homem branco. Pra quem que eles vão dar a vaga? Pro homem branco. Tu acha que eles vão querer essa incomodação? Foi como aconteceu

comigo no X Supermercado [nome original trocado]. E dizer que não existe preconceito? Pra um bom entendedor, meia palavra basta. [...] Porque esse povo fala uma coisa quando precisa de ti e quando não precisa mais, te dá um pé na bunda. Se eu tivesse a oportunidade de estar num cargo mais... eu ia querer ajudar todo mundo, ajudar minhas amigas, tirar elas da rua. Se eu falei que vou fazer, vou fazer então. A gente já tá cansada de querer um emprego digno e o povo virar a cara pra gente ou simplesmente jogar nosso currículo fora. Acham que a gente não tem talento, só falta espaço. (MICHELLY).

Em fevereiro de 2022, Michelly passou por outra situação em que não foi contratada em uma fábrica de massas em Sapiranga por transfobia. Passou em todos os processos seletivos, mas foi dispensada ao entregar sua documentação (ainda sem retificação de nome). Quando conversamos em agosto de 2021, ela disse não ter feito os documentos quando perguntei: *"ainda não. Esse negócio de trocar nome eu sei que é bom pra ter respeito, mas eu não dou bola pra isso. Isso não me aflige em nada"*. No entanto, o emprego formal ainda demanda alguns aspectos de burocracia para ser efetivado. Não existem garantias, mas é um passo para se conquistar maior espaço. Flavia reflete sobre isso, dizendo que mesmo tendo a documentação toda retificada, não há garantia de emprego, apesar de esse tipo de direito à cidadania ajudar.

É mais um conforto pessoal, mesmo. É lógico que vão notar em algum momento que você é uma pessoa trans. Aí vamos ver como é que essa empresa se comporta quando ela sabe realmente que você é trans. A mudança de nome não é uma garantia de que sua vida vai mudar. É igual a menina que faz mudança de sexo, não é uma garantia que a vida dela vai mudar, porque tem outras coisas. Mas é algo que deixa a gente um pouco mais confortável. (FLAVIA).

A vontade de retificação do nome em Michelly existia, mas ela ainda não tinha feito porque não tinha precisado. Natália, para conseguir a certidão de nascimento em Sapiranga, também passou por constrangimentos, tendo que ir acompanhada do pai e da mãe

para agilizar o processo. Um dos primeiros movimentos feitos por Natália, ainda durante a transição, foi o registro do nome social para alteração dos documentos. De acordo com ela:

A gente tinha que nascer com o nome social, não oficial, e poder escolher um quando crescer. É muito difícil retificar o nome. Além disso, o nome social é uma garantia preventiva ao preconceito e à exclusão. Ano passado, na escola, minhas colegas disseram que só me chamariam de Natália se eu tivesse a carteira de identidade, no registro. (NATÁLIA).

O registro de nome social é trabalhoso e, em alguns casos, gera constrangimento a pessoas trans que não encontram profissionais com o devido preparo nos centros de registros ou cartórios, passando por situações de transfobia. No entanto, ele é importante para alguns processos, além do auxílio médico para transição. No sistema capitalista, as mulheres trans e travestis dependem do dinheiro para comprarem hormônios, perucas, roupas, acessórios e demais materiais que permitem sua identificação e performance de gênero. O mercado formal, porém, costuma aceitar quem não transiciona (e se submete à masculinização) ou já está com *passabilidade*, excluindo ainda mais aquelas que não têm acesso aos recursos que possibilitam sua transição e já estão marginalizadas.

Dentro desse contexto, a comunicação das políticas às quais as pessoas trans podem acessar e aquelas que ainda precisam ser elaboradas na construção da sua cidadania colaboram para a construção da cidadania transcomunicativa. Lembramos do que Nascimento (2021) disse sobre o gênero ser um discurso materializado estilisticamente em performances diversas, ou seja, cada pessoa tem direito a expressar suas corporalidades e identidades sem que sofra preconceito ou exclusão em detrimento de suas competências e saberes. Numa cidade como São Paulo, há uma diversidade de público maior, que compreende as performances de gênero e pautas de Érika Hilton para elegê-la. Porém, ainda há poucos recursos

para que ela, sozinha na Câmara de Vereadores ou de Deputados, consiga investimentos públicos. Assim, espaços como a Casa Florescer dependem, também, de parcerias privadas e outras iniciativas individuais.

Se tratando de autonomia e de empregabilidade, tem muitas meninas trans que também passaram do ensino médio, que foram para faculdade. Umas conseguiram terminar, ter conhecimento e não podem ter oportunidade, de que a trans pudesse entrar no mercado de trabalho, que a travesti também, ter essa luta, essa resistência e pode estar contribuindo nessa área. Não só: "Ah, eu vou expor essa realidade dela e vocês ajudam" ou o pix que você faz hoje que não vai ter o ano inteiro. A ajuda que você dá hoje, ela vai servir para hoje ou para amanhã, ou até depois de amanhã, mas ela não vai servir para o resto da vida. Então, a gente precisa de muito mais que isso, muito mais visões, muito mais olhar. Então, assim que o primeiro passo, a escola, como que a empresa pode ajudar ela? Se ela quer fazer uma faculdade, como que a faculdade pode ajudar a outra trans a ingressar na faculdade? Como que o nosso Enem, a nossa política pode estar agregando mais a diversidade, essas mulheres trans e travestis? (RIHANNA).

Rihanna questiona as instituições, as iniciativas e os próprios auxílios que são medidas para cobrir uma necessidade urgente, mas sem perspectivar uma solução. Cotas universitárias e de emprego, valorização de suas formações, olhar de empatia e dimensão contextual das realidades são propostas que dialogam com a cidadania transcomunicativa para serem efetivadas, numa dimensão política que requer alianças, fortalezas e união, primeiro das trans, depois de LGBTQIAPN+ e, também, de toda a sociedade.

Em Sapiranga os gays são desunidos, os LGBTs são desunidos, mas eu não vejo isso, só me aproximo de pessoas que têm energia boa. Eu não vejo porque não me permito estar num ambiente tóxico. Não tenho que me equiparar, tenho compromisso comigo mesma, pra ser melhor do que já fui ontem, pra me superar, os meus

medos, a minha procrastinação, a minha preguiça. O teu maior rival nessa história toda é você mesmo. Se você tá preocupado com isso, o resto que se dane. (CLÉO).

As lutas LGBTQIAPN+ têm se dispersado por múltiplos fatores. As mulheres trans e travestis têm se articulado mais, mas ainda não o suficiente para conquistar espaços de cidadania. As conquistas da cidadania transcomunicativa são urgentes e precisam emergir das ruas, das suas realidades e dos contextos onde estamos. Afinal, como me disse Michelly, a travesti que me fez pensar sobre a próxima dimensão desse conceito: *"eu acho que o povo LGBT tem que ser unido. Gay, lésbica, travesti tem que mostrar pra sociedade que a gente é mais forte. O povo vai querer afrontar um bando de travesti, um bando de gay? Não vai"*.

A DIMENSÃO POPULAR E DAS RUAS

Os movimentos sociais de pessoas trans pautam as necessidades e demandas delas desde suas fundações. Como vimos com Jovanna Baby (2021), essas articulações surgem da necessidade de tornarem visíveis as perseguições e a falta de segurança de mulheres trans e travestis nas ruas. Muitas trabalhando na prostituição, eram espancadas e alvos de violência. Infelizmente, o contexto do Brasil não mudou tanto desde então. Mesmo com maior visibilidade midiática dessas pessoas, a inverossimilhança das narrativas LGBTQIAPN+ não colabora para uma efetiva cidadania transcomunicativa, trabalhando apenas um recorte de realidade economicamente interessante aos conglomerados midiáticos. Esses recortes ainda costumam ser redutores porque se adequam ao que é hegemonicamente aceito socialmente, sem o compromisso de uma pauta social trans-formadora.

Como escreveu bell hooks (2019), a sororidade é uma arma poderosa, e é na união das mulheres trans e travestis nas ruas que

emerge a dimensão popular da cidadania transcomunicativa. A exotização do corpo travesti e trans, a precariedade de seus espaços de habitação, a marginalidade econômica e o abandono que as deixa, muitas vezes, em situação de rua, faz com que seus conhecimentos, em parte, se fundem nas ruas. Mesmo as interlocutoras mais privilegiadas com quem dialoguei tiveram contato com mulheres trans ou travestis em condições de vida precária. Michelly, que nunca esteve em situação de rua, tem ela como seu lugar de trabalho. Flavia e Rihanna foram acolhidas em um abrigo para não permanecerem nas ruas. Cléo opera uma ONG que auxilia mulheres em vulnerabilidade. Natasha está em contato direto em razão de seu trabalho. E Natália é amiga de algumas meninas que trabalham na prostituição. Os saberes e as epistemologias travestis e transexuais são, assim, em parte, fundados por uma dimensão popular e das ruas.

Esses saberes se articulam, se unem e se desunem, porque são realidades que se diferem dentro de suas corporalidades, identidades e oportunidades. De outros estados, Flavia e Rihanna carregam marcas de Minas Gerais e da Bahia, mas foram para São Paulo. Cléo, Natália e Michelly moram em Sapiranga, mas circulam em espaços diferentes dos que pude ter acesso. Há grupos diferentes entre as travestis, as trans e os gays, por exemplo, mas nós temos pautas que interessam a todes, porque somos alvos da necrobiopolítica e, apesar de a rua ser o espaço de muitos, ela também é o lugar mais perigoso para nós. Por isso, o saber popular que há tanto tempo tem sido deixado de lado dos debates acadêmicos considerados “eruditos” deve ser reconhecido como necessário às nossas cidadanias e, especialmente, à cidadania transcomunicativa. A união começa pela solidariedade.

A galera ainda é muito independente e individualista. A necessidade do tempo, do bolsonarismo, faz com que as gurias [trans] se unam mais, mas, assim, as de programa vão se unir com as de programa, e as que não são de programa também. E é isso, é essa ponte que a gente precisa criar. Entender que elas estão vulneráveis, elas são

vulnerabilizadas nas esquinas, mas não quer dizer que eu Natasha não vá ser espancada um dia em Porto Alegre. Até porque quem vai me espancar, ou vai ser porque eu sou abertamente socialista e sou contra o regime e o Presidente, ou vão me espancar pelo fato de eu ser uma mulher transexual que tem feito denúncia e falado sobre coisas que são debates sobre gênero. Ninguém tá a salvo, e acho que as gurias começaram a entender um pouco isso. O ódio não escolhe a vítima, ele faz a vítima. Então, quando a vítima é trans, não importa o que ela seja ou onde ela esteja, o que importa é que ela seja trans. (NATASHA).

As vivências das interlocutoras se combinam com as ruas. Nesse espaço de resistência ou de trabalho, porém, elas ficam expostas à violência. Michelly reflete que não há amor por elas nas ruas, que aquele ponto onde vende seu corpo é para o sexo: *"o ponto ali é conhecidíssimo. O homem que vem chegar ali não vem dizer 'quero amor' porque não tem amor. Se eu quero amor, faço com meu namorado em casa, chamo um homem no Face e marco num motel de fazer amor. Ali, nós estamos na rua num ponto de trabalho".* O espaço delas ali, enquanto trabalham, não é de militância, mas ocorrem uniões e compreensões. Mesmo que haja disputa pelo ponto e pelos clientes entre as trabalhadoras do sexo, há também cumplicidade para sobreviver à violência e à transfobia. Há um entendimento de que o sofrimento é similar e que, por estarem ali, estão expostas ao mesmo tipo de preconceito.

A gente começou a ser unida, coisa que a gente não era. Nós éramos uma concorrência. Era uma "eu tenho mais bunda que você, meu cabelo é mais bonito que o teu, eu botei silicone, eu tenho plásticas, eu ganho mais, eu sou linda e tu não é, tu é feia, teu cabelo é duro". Não, se tu é travesti, são tudo igual. Passam o mesmo preconceito que a outra vai passar. (MICHELLY).

A disputa pela beleza padronizada faz parte das mulheres trans e travestis na prostituição, como dialogamos com Michelly. No entanto, o que é rivalidade de trabalho se torna cumplicidade no

momento de defesa. Por diversas vezes, o ponto em que a maioria das meninas trabalha em Sapiranga já foi alvo de denúncias e fofocas nas redes sociais. Cléo contou de uma situação em que uma mulher foi reclamar sobre o trabalho delas naquela região no Facebook e acabou sendo “esculachada” publicamente. As mulheres trans e travestis se unem nesses espaços para “exercer sua justiça” o que, pode-se dizer, é também um espaço de disputa cidadã e cumplicidade formada das ruas.

Eu sou uma que dá no meio. Os que falam mal são os que procuram a gente. Isso não difama a gente, deixa a gente mais famosa. Porque, do nada, um vai lá e faz um comentário transfóbico e, do nada, chove travesti. Até que eles bloqueiem todo mundo e acabem com o grupo. Toda vez que dá tendel, eu bato boca e xingo todo mundo. Eles me bloqueiam em tudo. (MICHELLY).

Os espaços de sociabilidade midiática, no entanto, pelo que noto com as interlocutoras, são extensões do que vivem em espaços físicos, dos grupos nos quais se organizam e das amizades (ou disputas) que fazem no concreto das ruas. Até mesmo na Florescer, as cumplicidades estabelecidas pelas mulheres na casa de acolhimento se mostram mais fortes no cotidiano real do que nas mídias sociais. Os encontros, as reuniões e o debate coletivo são os dispositivos educadores delas para o gênero e para a autonomia social. Do mesmo modo, acontecem as articulações em movimentos sociais que saem em luta pela representatividade trans, como a ONG Outros Olhares, de Cléo Soares. A realidade das ruas não fica apenas no ponto de trabalho ou nos movimentos sociais, mas nas exclusões, deboches, risos e, como também vi na Casa Florescer, em muitas situações de uso de drogas e depressão.

O trabalho da ONG é empoderar, de alguma maneira, essas populações [LGBTQIAPN+], mais especificamente a população trans, levando informações através dos vários meios, seja nas mídias sociais, sejam nas conversas informais, porque eu sempre estou na companhia delas. A gente

sempre faz jantas, a gente tenta interagir socialmente com as famílias delas. A gente trabalha a autoestima, a gente sempre leva as notícias do que tá acontecendo na questão de Direitos, os espaços que as outras estão conquistando. A gente discute muito sobre isso, pra elas saberem que elas podem sair dali da rua do Star [boate em Sapiranga] e transitar em qualquer outro espaço. Só que é difícil fazer esse movimento, porque muitas delas ainda moram nas ruas, algumas delas são usuárias do crack. E há um problema muito grande com essa população específica, que muitas são rejeitadas de casa logo cedo, e fica esse vazio, essa necessidade de talvez representar esses padrões heteronormativos, de ter um marido, de ter alguém que ame, que assuma elas socialmente ou pra família, sabe? E daí entra qualquer um filho da puta na vida delas, em um momento, que dá isso ilusoriamente pra elas, mas em contrapartida vão aos poucos levando elas pra um mundo caótico, obscuro, do suicídio e das drogas. E dependem do corpo delas, do faturamento delas, pra sustentar o próprio vício. (CLÉO).

A rua também acolhe em alguns aspectos e provoca movimentos de inserção. Na própria Casa Florescer, algumas mulheres formavam cumplicidades nas ruas e trocavam o abrigo pelo espaço na rua. Ter noção da cidadania e buscar efetivá-la é um recurso possível na luta por dignidade dessas pessoas, porém, não é a escolha de todas e, portanto, é preciso respeitá-las. O espaço das ruas e a falta de afetividade no acolhimento é causa, muitas vezes, de ilusões, da busca desesperada por uma relação amorosa, pela sensação de culpa por ser quem é. Cléo já apontava isso quando refletia sobre as mulheres que atendia na ONG. A falta de entendimento e conhecimento dos direitos e programas sociais às quais podem ter acesso dificulta essa independência e autonomia relativa. Michelly, apesar de mostrar uma postura autoconfiante e segura, também passava por conflitos de idas e vindas com um namorado, por quem se sentia desvalorizada e, ao mesmo tempo, de quem não conseguia se desapegar.

O que falta em muitas travestis é autoestima e confiança. Porque se tu tá na rua, todas ganham, não importa se mais ou menos, todas ganham. O homem que é “travequeiro” sai com todas, ele não tá nem aí. O homem que já tá numa rua procurando travesti é porque é “travequeiro”, pode ter certeza que já passou por Taquara, Parobé, Nova Hartz, Novo Hamburgo... homem que é rodado. Tem muitos homens que vêm de outras cidades procurar a gente aqui, porque não querem que a mulher descubra. (MICHELLY).

Os “travequeiros” a quem Michelly se refere são homens que saem com travestis por sexo. Ela me disse que, geralmente, são casados ou pessoas importantes de outras cidades que buscam elas na clandestinidade para não serem descobertos. Esses homens, porém, são também perigosos, porque possuem poder e influência e podem agir violentamente com elas. Assim, a união das trabalhadoras do ponto é importante para oferecer mais segurança e, também, monitorar possíveis situações de perigo.

A sobrevivência delas depende, às vezes, dessa sororidade. Em Sapiranga, a situação delas, por vezes, é vista com ignorância por parte das pessoas (inclusive minha, antes de estar efetivamente na rua com elas). Foi nesse contato que entendi a cidadania como dimensão vinculada à formação de grupos, e movimentos sociais, com diferenças de pautas, mas necessidade de articulação aos espaços de poder mais próximos, articulando as semelhanças entre gays e trans, como é o nosso caso. Trazer esse conhecimento das ruas faz com que a construção da cidadania transcomunicativa ganhe um referente concreto para seu exercício e tire o estigma que, como diz Michelly, surge por falta de conhecê-las melhor.

Porque nós na boca do povo temos fama de barraqueira, brigona. Na boca do povo, nós só nos vestimos como puta pra fazer programa. Travesti rouba. Travesti usa droga. Travesti vai fazer sexo no banheiro. Mas não tem nada a ver isso. Deviam abrir mais as portas para a gente, conhecer melhor a gente. (MICHELLY).

As pessoas na rua são invisibilizadas e não são consideradas pelas esferas de poder político hegemônico. As infiltrações partem das ruas, como é o caso de Érika Hilton que também esteve em situação de rua e trabalhou na prostituição. Ela se tornou um ícone da resistência para mulheres trans e travestis em São Paulo porque tem *vivência* das situações nas quais a maioria se encontra. O desconhecimento das realidades é empecilho ao exercício de uma cidadania transcomunicativa, os estereótipos e preconceitos não colaboram para a construção de reconhecimento e para a inclusão das demandas destas mulheres. Não é possível comparar as vivências de rua com nenhum outro trabalho, tampouco avaliar essas pessoas como “vagabundas”, sem entender as questões estruturais que as colocam em situação subalterna, assim como suas dimensões psicológicas e capacidades *sentipensantes*. Michelly se sente incomodada quando questionam porque ela não sai da prostituição, mesmo ela já tendo participado de três processos seletivos diferentes e sendo dispensada por preconceito.

E ainda tem muitas que trabalham em fábrica, dizem que tu tá lá porque tu quer. Não julga o meu trabalho pelo teu porque não tem nada a ver. Um homem tem chance de conseguir uma vaga numa fábrica, uma mulher também, mas uma travesti não tem chance. Acho que o povo tinha que entender mais nosso lado. Saber que a nossa vida não é fácil, que ser travesti não é fácil, que a gente não é assim porque a gente quer. (MICHELLY).

As lutas que partem do conhecimento das ruas criam uma ambiência de resistência, se fortalecem. Não basta saber da precariedade das vidas, que muitas pessoas trans são assassinadas brutalmente e deixadas para morrer nas ruas, ou trazer o conceito de necrobiopolítica para explicar as operações dessa política de vida e morte. É preciso também construir uma convergência de pautas e enfrentamentos. Desde o conhecimento das interlocutoras, entendi que as lutas precisam ser enfrentadas uma a uma dentro da luta coletiva.

Primeiro a gente tem que se unir entre nós mesmas. Porque aí, uma vai lá e briga por uma coisa, a outra vai lá e

briga por outra. Não! Todas vão lá e brigam pela mesma coisa, depois todas brigam pela outra coisa. Porque quando a gente vai juntas, a maioria tem mais vozes, a maioria tem mais como conseguir. Se for só uma pessoa no sol, não vai fazer verão. Então, precisa sair primeiro essa união nossa e, depois, daquela pessoa que vai ouvir, que vai ser ouvinte, que tenha empatia, tenha respeito. Porque quando a gente vai fazer alguma questão, um questionamento, é porque a gente já sentiu muito na pele. Para a gente fazer essas cobranças – porque a gente não faz cobrança à toa – a gente é vitimizada, a gente é agredida, e a gente vai correr atrás sempre de ver o que tá, será que eu tô falhando? Ou será que o sistema é que não fala sobre esses corpos? (RIHANNA).

A cidadania transcomunicativa se faz com essa colaboração, com essa força de resistência e de empatia. Rihanna me chamou atenção para o fato de que elas precisam estar articuladas para chamar atenção das demais pessoas. Suas corporalidades transcomunicantes geram questionamentos sobre o CISTema, que silencia ao invés de pautar. A realidade delas então tem essa dimensão das ruas, que as ensinam para que possam nos ensinar pela transcomunicação.

A DIMENSÃO DA RESISTÊNCIA

Resistir também é falar, expressar indignação e devolver as repressões e violências com crítica e embate. A rua forma resistências, mas é a partir do diálogo que se constitui um espaço de compartilhamento. Como pensa bell hooks (2019), a fala gera identificação e, no envolvimento de pessoas interlocutoras, se constrói esse espaço que pode ser de reflexão e resistência. Penso a dimensão da resistência na cidadania transcomunicativa junto com a feminista bell hooks (2019), que, apesar de trabalhar num contexto de feminismo negro, colabora para pensar as falas das interlocutoras indo além do “direito à expressão”, mas como ato de resistência, coragem e gesto político que desafia a dominação.

Corpos trans têm um modo específico de comunicar cidadania, mesmo com suas particularidades, porque combinam elementos que afrontam normas estabelecidas de uma forma visual e expressiva, mexem com a estrutura social fundada no binário e reivindicam um espaço que, historicamente, não puderam ocupar. Uma cidadania transcomunicativa emerge desses corpos quando convergem em demandas e repleto de diferenças físicas e subjetivas, diferenças essas que destacam uma força singular pautada pelo elemento de sororidade, que passa a transbordar e transitar pelas feminilidades (com outras mulheres cisgêneras e trans) e, também, pelas masculinidades aliadas.

Na Casa Florescer, Rihanna se destaca por encabeçar as discussões quando estão em alguma atividade, *live* ou curso. Ela pensa que a voz que representa o abrigo deve ser das suas moradoras e não apenas da gestão. Para ela, a conquista de um espaço depende dessa postura de resistência e enfrentamento do CISTema.

Existem muitas que se acomodam com feijão e com arroz. Eu falo: o feijão e o arroz a gente pode conseguir até na esquina, porém, a gente tem que fazer valer a pena. Se a casa é voltada para pessoas trans e travestis, a gente tem que lutar para que esse seja sempre um espaço acolhedor, seja sempre um espaço que nos respeite, seja sempre um espaço que eu me sinta bem. Porque, se eu não me sentir confortável aqui, eu não vou me sentir confortável se ainda não tenho minha casa. Porque na minha casa, lógico que eu vou me sentir muito confortável, né? Bem à vontade. Enquanto não tenho, essa minha casa é aqui, que eu vou fazer meu espaço. É aqui que eu vou lutar para que quando eu sair, outras entrem aqui e tenham um espaço diferente, tenham um acolhimento diferente. Então, a política vai começar por aqui. Eu falo para as meninas, se vai ter algum congresso tem que reunir todo mundo. Todo mundo tem que ter voz. Se só eu tiver voz, alguma coisa tá acontecendo de errado, estou sendo privilegiada. Por que só eu tenho voz nessa casa? E as outras 29? E as outras ficam aonde? Se só a gente não tiver voz, é porque então esse espaço não é nosso, é deles. Porque quem tem

que ter voz aqui dentro é a gente, não é a gestão. Se só a gestão tiver voz e falar por nós, tem algo de errado com o sistema, então o sistema é só para gestão, não tá aberto para travesti, pra mulher trans. (RIHANNA).

O diálogo, na construção das resistências, é fundamental. Utilizando da dialogia, é possível enfrentar com crítica o CISTema, num exercício de cidadania científica desde os espaços acadêmicos, mas em par de igualdade com os conhecimentos das ruas. O “erguer a voz”, como pensa hooks (2019), já é um enfrentamento ao ser feito por uma mulher trans como Rihanna. Negra, pobre e em situação de vulnerabilidade, a sua voz é potente para transcomunicar e resistir aos ambientes opressivos. Esse é seu privilégio conquistado dentro da Casa Florescer: o direito à voz, à autoridade e a representar suas colegas.

Como a gente fala, nossa luta é diária. Então, todo dia quando eu vou na UBS [Unidade Básica de Saúde], todo dia quando eu vou no posto de saúde, ou acessar algum espaço da prefeitura, alguma coisa que eu preciso de um órgão público, às vezes, eu tenho que já ir pronta, porque eu vou ser violentada verbalmente. Eu posso ser violentada, tendo meu direito violado. Então, assim, você tem que tá preparada, porque alguma coisa pode acontecer. Só por eu estar ali, só por eu ser mulher trans ou só por estar uma travesti junto comigo. Então, assim, eu sempre vou estar pronta. Quando eu vejo que vai vir alguma violação, eu já tenho uma cartilha dos meus direitos. Essa lei aqui me garante isso, essa outra lei me garante isso. Então, se você violar essa lei, eu tô no meu direito. (RIHANNA).

Rihanna diz andar com uma cartilha sobre seus direitos para evitar que passe por constrangimentos. Enquanto conversávamos, ela me disse que conhece algumas leis, inclusive, pelo número. Esse mecanismo, segundo ela, é para responder a possíveis pessoas que tentem oprimi-la ou violar seus direitos. Ela já concluiu a escola, já retificou o nome e se articula com algumas empresas parceiras da Casa Florescer para conquistar sua autonomia, demonstrando saber

que a cidadania precisa ser conquistada em processos transcomunicativos, dialogando, questionando e mostrando sua realidade para quem se dispõe ao diálogo.

No encontro com Natasha, em Porto Alegre, também foram distribuídas cartilhas compilando as leis direcionadas às pessoas LGBTQIAPN+, denotando a importância de sabermos quais nossos direitos e de carregá-los junto conosco. A iniciativa das pessoas representantes políticas deve ser de dialogia e conscientização, colaborando no processo educativo que fortaleça essa dimensão da resistência. A transcomunicação é um caminho para dialogar, para operar nas lutas para que as pessoas trans possam usar o banheiro sem constrangimentos, possam ter direito ao nome e seguir lutando por aquilo que já é “normalizado” para pessoas cis e tão fundamental para as trans.

É bizarro porque a gente tem que estar disputando e debatendo coisas que deveriam ser normais, né? Você ter direito a um nome, você ter direito a usar o banheiro. São coisas básicas que a gente nem deveria estar lutando. Em pleno 2020, não deveríamos estar lutando por isso ainda. E cada vez mais a gente retrocede. Daqui a pouco, a gente vai estar lutando pelo direito de sair na rua de novo. (NATASHA).

Como vimos antes, as ruas são espaços formadores para muitas pessoas trans, mas também perigosos. Além disso, o preconceito que sofrem também é catalisador para a evasão escolar. Natasha, que teve alguns privilégios (ainda antes da transição nesse período escolar), disse que na escola nunca enfrentou resistência: “na escola, nunca enfrentei resistência interna. Meu pai faleceu em 2004 e minha mãe sabia. Sempre fui muito segura no que falava e quem me intimava eu não deixava ir longe, as meninas também me defendiam”. Porém, essa é uma realidade diferente da de Natália, por exemplo, que ingressou no ensino médio em fase de transição:

Sair da escola fundamental e de Sapiranga para me assumir trans foi diferente. Aqui [em Sapiranga] não teria como.

Na nova escola tem muita diversidade, muita gente, até um hétero padrão me tratou super bem. Não sofro muito preconceito porque minha turma me respeita bastante, só tem uma menina específica que fica me chamando pelo "nome morto". (NATÁLIA).

Dados de pesquisa realizada pela AGLGBT evidenciam, como vimos na contextualização desse livro, que mais de metade das pessoas LGBTQs evadem da escola por sofrerem agressões por sua expressão de gênero. Michelly desistiu da escola por sofrer violências verbais em função do gênero. Rihanna terminou a escola em São Paulo, depois de desistir na Bahia. Cléo e Flavia concluíram a escola antes da transição efetivamente. Essa situação constitui um obstáculo à cidadania transcomunicativa, porque não se abre um espaço de formação para que elas reflitam sobre seus gêneros, recebam acolhimento e dialoguem sobre suas necessidades. A casa, a escola, as ruas, todos esses locais que deveriam ser de formação das subjetividades e compreensão das corporalidades e identidades; o assédio constante e as violências são limitadoras da livre expressão e da manutenção de saúde física e mental.

Na rua, quando tô caminhando, os homens começam a assoviar e chamar. Os caras ficam me chamando no Facebook e no Instagram, e é num sentido muito ruim, porque é assédio. Só porque nos sentimos mais sozinhas, eles acham que têm mais chance de pegar a gente, pensam que a gente é mais fácil. São os travequeiros, que dão em cima de todas as mulheres trans, só querem as trans porque acham que a gente é carente. (NATÁLIA).

O imaginário construído sobre as pessoas trans é trazido nessa fala de Natália, que reflete sobre o constante assédio e a relação que homens fazem com a carência, como se as mulheres trans dependessem de alguém (geralmente cis) que validasse suas existências. São situações que partem do constante abandono e marginalização, como se elas estivessem à disposição para serem "pegas".

Numa dimensão de resistência da cidadania transcomunicativa, o diálogo é um caminho que torna as interlocutoras protagonistas dos processos. No caso desse livro, compartilhamos visões sobre a construção da cidadania transcomunicativa, a partir delas, de mim, e das nossas referências.

Na realidade, a cidadania quem faz sou eu. Ninguém me fez cidadã, eu não busco que o outro me aceite na rua, eu busco que ele me respeite. Desde quando a gente entende o que é política, eu entendo que no mundo político não sou cidadã merecedora de qualquer espaço, porque a própria política, ela permeia isso. Então, assim, quando eu vou na rua eu não fico pensando no que a sociedade acha ou adere na pessoa. Eu só sei que eu sou cidadã, que eu voto, eu sei que eu faço o meu papel de votar, eu faço o meu papel de tá sempre inserida na sociedade contribuindo com imposto. Mas eu sei que a sociedade sempre vai querer boicotar alguns dos meus acessos. É o que me faz cidadã, porque se eu fosse esperar pelo outro, eu sou a vagabunda, eu sou aquilo que não presta, aquela que se veste vulgarizada se eu quero vestir a roupa curta. Mas eu exerço meu papel. (RIHANNA).

A busca por conhecer a política, por parte de Rihanna, a faz praticar seus deveres e cobrar seus direitos. A justiça pensada por Butler (2017) também me faz refletir sobre como Rihanna, em situação de vulnerabilidade, teve sua vida *precarizada* pelo CISTema, mas tenta compreendê-lo constantemente para questionar e subverter seu funcionamento. Ela reúne as colegas que se aproximam dela em aliança (BUTLER, 2017) para formar a dimensão de resistência da cidadania transcomunicativa, levando adiante a sua formação para formar outras mulheres trans e travestis na luta por cidadania, fundamentando sua indignação, manifestando seus interesses e resistindo à *necrobiopolítica*. Ela está ciente de que sua condição de acolhida na Casa Florescer é temporária, mas também forma articulações nesse espaço que a mantém relativamente segura para fortalecer alianças e alçar voz para conquistar outros espaços de acolhida e possibilidades de empregabilidade, escolaridade e dignidade.

Muitas têm a garra, tem muitas que depois de passar pela reflexão, depois de falar, depois de articular com elas, muitas querem lutar sim a favor daquilo, a favor do que é melhor. "O que é melhor para Rihanna? O que é melhor para ti? O que é melhor para Alexia?" Aí, nisso a gente tem que articular na melhoria. É isso? Então a Rihanna já se sentiu muito calada, eu já me senti em momentos que eu não pude abrir minha boca, e se hoje eu posso abrir a boca, eu vou falar aquilo que me incomoda, eu vou falar as minhas questões, minhas dores, e se eu posso falar não há mais quem me cale da minha verdade. Lógico, que eu viva a verdade do outro e não viva só as minhas verdades, sendo que também, às vezes, pode ser falha, mas se a gente se unir todo mundo, a gente pode chegar num grande potencial. (RIHANNA).

Rihanna entende que não é somente a sua voz que pode ter validade, ciente da prática dialógica, como pensa Paulo Freire (2018) na construção de uma educação libertadora. Ela é base para formar novos conhecimentos, ampliando outras vozes, formando estratégias e ferramentas para resistir e combater opressões. No entanto, ela precisou ser reivindicada por ela mesma após momentos em que se sentiu sozinha. Agora que foi conquistada, ela quer conscientizar e reunir outras vozes performativas, corpos em luta (BUTLER, 2017) que ocupem espaços públicos, que demandem espaços habitáveis para elas além do protesto. Em aliança, formamos a episteme, a política, o público e a resistência dessa cidadania transcomunicativa, construída também em fundamentos de esperança e afeto. A resistência é para fazer mudanças e agir na esperança.

A DIMENSÃO DA ESPERANÇA

Aos poucos e lentamente, as mídias trazem maior visibilidade às mulheres transexuais e travestis. Da mesma forma, as interlocutoras também experimentam possibilidades de maior autonomia e conquistas de direitos básicos. Alguns vislumbres de mudanças

surgem, possibilitando que a dimensão da esperança se constitua. Neste contexto, o acesso à educação para o gênero, a criação de novos espaços de acolhimento, os debates públicos (nas mídias, na política e na economia) sobre suas pautas e direitos e, principalmente, uma conscientização coletiva estão sendo construídos a partir das lutas das mulheres trans e travestis.

A esperança ativa é movimento para a cidadania transcomunicativa, para colocá-la em ação. Sem perspectivas futuras, a cidadania transcomunicativa não existiria, porque ela ainda demanda colaborações e expectativas para se concretizar, reconhecendo os talentos, conhecimentos e despertando a crítica. Como diz Michelly, *"eu acho que tem vários meios que o povo pode perceber que a gente tem talento, que a gente tem futuro. Basta o povo abrir a mente e dar um voto de confiança"*. Esse voto de confiança, aliás, é algo que possibilitaria que ela realizasse um de seus sonhos: *"o meu sonho é ser uma policial trans. Tapar a boca do Rio Grande do Sul. Quem disse que o Rio Grande do Sul não pode ter uma policial travesti? Pode sim! E eu quero. Ou, senão, eu vou entrar pra dança de vez. São meus dois sonhos"*. Michelly diz que imagina um futuro fora da prostituição, depois de acabar os estudos e poder ter uma vida mais tranquila e estável.

Eu me enxergo dentro da minha própria casa, com meu emprego, minha carteira assinada, sendo respeitada pelo povo, sendo tratada do jeito que eu quero ser, não precisar depender da prostituição. A gente quer ir trabalhar, chegar em casa e descansar sem tá se preocupando, ser vista como uma pessoa normal, não como uma aberração. Chegar em um lugar e não ser olhada diferente. Que acabem com as palavras ofensivas que chamam a gente, que a gente possa passar na rua despercebida, sem mexerem com a gente. (MICHELLY)

O sonho de Michelly não representa o sonho de todas as travestis, mas indica os princípios de dignidade humana e de cidadania como vínhamos pensando. É uma idealização da vida plena, podendo ter mais escolhas e sem limitações de profissão ou

comportamento a partir do seu gênero. Ao tomar consciência de que entender seu gênero é também uma forma de cidadania, de permitir-se *ser* em sociedade, passa-se a reconhecer que há problemas e questões específicas relacionadas a um determinado grupo social (pertencente àquele gênero). Então, é possível fazer algo para que essas demandas e vontades sejam pensadas, refletidas e, sempre que possível, efetivadas.

Flavia pensa que a mudança está na educação, na forma como os gêneros são ensinados, apresentados e explicados, porque a aceitação e o acolhimento passam a ser mais eficazes quando se há entendimento e quebra dos estereótipos. Ela sente que uma mudança está acontecendo nesse momento, mas é preciso que as transexuais e travestis estejam presentes nessa trans-formação que constrói a cidadania transcomunicativa. O questionamento sobre a aceitação das pessoas trans também leva à reflexão sobre o que esperar das próximas gerações, que já têm maior acesso a dispositivos digitais de educação. Quando pessoas trans acessam os meios de comunicação, constroem narrativas que podem oferecer esperança às gerações futuras, para que pessoas trans se identifiquem e se informem sobre suas expressões de gênero, e pessoas cis entendam com maior dimensão suas realidades.

Por que não é aceito? Por que é agressivo ser travesti, ser transexual? Você aceitar um homem afeminado é uma coisa. Você aceitar um homem vestido de mulheres, de peito, é muito agressivo. A sociedade não foi construída para aceitar. Os ancestrais, as pessoas que vieram antes, eles não trabalharam isso na mente dos seus filhos, de que eles deveriam aceitar as pessoas, de que eles deveriam entender que a diversidade chegaria um dia. E ela já chegou. Esse trabalho de aceitação, de educação, de compreender esses diferentes, ele tá sendo feito a partir de agora. Talvez nos nossos anos 2000... 2015/2020 para frente, essas crianças de hoje, talvez no futuro elas vão ter uma percepção diferente, uma aceitação diferente, um respeito diferente, porque agora que tá sendo falado

sobre isso. Antigamente, a gente era só a travesti de esquina, que andava com a gilete debaixo da língua e, pelo amor de Deus, nem mexe com aquele veado. Era só isso que a gente era. E as coisas estão começando a mudar a partir de agora. Nós somos a mudança, participamos dessa mudança. (FLAVIA).

A mudança das realidades sociais começa com a conquista do respeito e da dignidade. Samantha foi uma das mulheres que conheci na Casa Florescer, mas já havia saído para sua autonomia financeira. Ela trabalha em uma lanchonete e mora com o namorado. Para Samantha: *"poder ir no banco e sacar dinheiro é um sentimento muito importante, de ser parte da sociedade, poder pagar seu aluguel, se sentir cidadã com uma coisa tão pequena. Você vê que faz algo que outra pessoa faz. Ir no mercado, comprar uma calça, fazer coisas que outra pessoa faz"*. Ela visitava a casa para conversar com algumas pessoas, em busca de auxílio, porque estava passando por situações de dependência emocional e abusos do parceiro. Na conversa que tivemos, ela me fez perceber como entender os processos emocionais internos é importante para a autonomia, para não se permitir ser explorada. Ao mesmo tempo em que sofre esses abusos, ela é uma das mulheres que conseguiu sair da dependência química, das ruas, conseguir um emprego fixo e alugar a própria casa, pagando suas contas.

A dimensão de marginalidade econômica, porém, ainda permeia as trajetórias das trans e travestis que depositam suas esperanças, em parte, na independência financeira para (sobre)viver. Em sentido parecido, as mídias precisam parar de explorar o lado glamouroso e escrachado para que seja possível entender os contextos reais nos quais se funda a cidadania transcomunicativa. A esperança também é depositada nesse recurso de visibilidade, que precisa se tornar mais cidadão e que, inclusive, pessoas trans possam ocupar posições de poder midiático, como refletiu Flavia quando questionei como gostaria de se ver nas mídias.

No telejornal, com certeza, seria numa situação de respeito, num cargo muito almejado por todas as pessoas, principalmente pela civilização heterossexual e cis. Demonstrando que realmente a gente já conquistou um espaço e que são espaços importantes. Não só uma questão de conquistar espaço, porque quando a gente fala de conquistas, geralmente, são espaços muito limitados. E, como eu disse, eu sou uma pessoa que gosta de quebrar barreiras e muros, então eu tenho vários muros ainda que eu quero pular e quebrar. Mas nesse sentido do lado profissional, do jornalismo, eu acho que talvez um dia a gente possa ver uma mulher trans sentada ao lado de alguém que tenha o mesmo peso e mesma presença que o William Bonner no Jornal Nacional. Uma garota do tempo eu não penso tanto porque ainda é algo muito sexualizado. Como a gente é muito estigmatizada, por essa questão da sexualidade... Pode acontecer, não é algo que não possa acontecer, inclusive deve, mas não é algo que me despertaria alegria, que eu falaria "Ó, meu Deus! Tô chocada!". Algo que realmente seja visto com seriedade e com respeito. Ou até mesmo uma apresentadora de programa de auditório. (FLAVIA).

Quando conversamos na Florescer, Flavia cursava radiologia para ter um retorno financeiro mais rápido. Porém, em janeiro de 2022, quando conversamos por telefone, ela me disse estar cursando o que sempre quis: Jornalismo. Essa oportunidade se tornou viável após ela conseguir também um estágio em uma empresa de viagens. Ela sonha que, se não for ela, algum dia verá uma mulher trans jornalista em posição de destaque nas mídias.

Apesar de Cléo e Flavia terem passado pela depressão e das histórias das interlocutoras terem se cruzado em aspectos de marginalidade, pobreza e transfobia, há esperança nas falas de todas elas. Sonhos que podem ser realizados se efetivarmos uma cidadania transcomunicativa, se elas tiverem espaço para comunicarem – e realizarem – seus planejamentos. Esperar, no entanto, não é somente expectativa. É ter vontade de construir o que virá, como Rihanna que se propõe a lutar – e comunicar a luta – constantemente.

Eu mesma faço a minha cidadania, eu mesma luto para ter nossos direitos sempre agregados, mas nem toda ONG, nem todos os projetos fazem a mesma coisa, nem toda sociedade respeita a travesti, nem todos os espaços de ser acolhedor é acolhedor para travestis. (RIHANNA)

Os espaços de acolhida e as ONGs de auxílio a pessoas em situação de vulnerabilidade social nem sempre assessoram no planejamento da autonomia. A cidadania dentro de espaços como a Casa Florescer acontece em conjunto com o despertar de consciência política das mulheres trans. Por isso, é tão pequena a taxa de mulheres trans e travestis que saem de lá com emprego e outro lugar para morar fora das ruas e do abrigo. Os direitos, quando não são conhecidos e efetivados, colaboram para que estas mulheres retornem à exclusão. A esperança parte da organização, das lutas por reconhecimento e compreensão da realidade para que possa ser mudada nas mídias, nas instituições e nas vivências.

Olha, a gente precisaria de organização política. Que nem pessoas que realmente vai fazer valer a pena e vai fazer valer tudo aquilo que eu ou outra menina fizemos para levar em pauta. Porque, assim, colocar na mídia a gente coloca. A gente faz várias coisas na mídia, mas se você for ver Instagram, TikTok, essas coisas, eles só querem ver o lado de dar risada. O lado que dá risada, dá Ibope. O lado que conta a minha realidade, a minha história, que eu tô na rua passando fome, que eu preciso disso, não dá Ibope. Por quê? Porque as pessoas "ah, não trabalha porque não quer", "tá na rua porque quer". A pessoa não busca saber quem é Rihanna, se a Rihanna tá com transtorno mental, se ela anda passando por algum problema de depressão, de suicídio, disso, daquilo, e cansou da vida, sabe? Então, assim, a mídia a gente já faz, só que a mídia, para nos agregar, tem que ser uma mídia certa, uma mídia que fala assim: "nossa, ela colocou isso aqui e eu, como um grande organizador, vou divulgar essa voz dessa Rihanna, vou divulgar a voz da Samantha, vou divulgar a voz da Ale-xia". Se existem pessoas com essas vozes, que divulgassem essas vozes, permeando o político, pelo nosso país.

Eu seria mais ouvida, outras pessoas seriam ouvidas. A televisão, quando vem aqui perguntar: “como é que é a Casa Florescer?”, “Ah, é um espaço que agrega mulheres trans e travestis”, “E você se sente confortável por viver na Casa Florescer?”, “No momento é uma estabilidade boa, mas será que é isso que eu quero?”. Eu responder que tá sendo bom, não tá dizendo que tá me agregando. No momento, está me fazendo ainda bem, mas a gente pode pensar em outros meios, pode pensar em outras demandas, não só ficar nesse mundinho, não só ficar nesse sistema. [...] Não, tem que falar só aquilo que a mídia pede, porque se a gente falar outra coisa, a gente já é cortado, a gente vê que não passa, só passa aquilo que eles querem falar. [...] Então, muita mídia pode ajudar, mas muita mídia pode atrapalhar. E muita mídia fantasia, maquia essas meninas, e não tem nada de maquiagem. É só passar água no rosto e ver a realidade. (RIHANNA).

A dimensão da esperança também é cultivada nas mídias, quando as corporalidades trans e travestis expressam suas realidades e compartilham suas experiências. Rihanna não é muito ativa nas redes sociais, mas nos espaços que frequenta presencialmente sempre toma iniciativa para falar e formar alianças. Flavia, por outro lado, em seu canal do YouTube, expõe sua realidade para gerar aproximação, mostrar suas frustrações, em processos comunicacionais que têm como objetivo final a esperança, oferecer uma perspectiva do concreto a outras pessoas que possam se identificar com as vivências dela. Inspirada por outras mulheres trans e travestis que fizeram o mesmo, como Érika Hilton, ela transforma uma rede de lutas que agrega a sua filosofia, sua ação política, sua vivência das ruas, sua resistência e sua esperança.

É como eu te disse, através do que eu apresento na internet, eu tento mostrar pra essas pessoas, principalmente para as que já me conheceram, para as que já dividiram o espaço de uma esquina comigo, que é possível. Que é com muita luta, que é com dificuldade, mas que é possível. Com muita garra, muito esforço, muita coragem. Eu tento apresentar nesse canal que é possível mudar, que é pro nosso

próprio bem, que a gente não pode ter medo. O medo já acompanha a gente, quando a gente vai para a esquina já vai com muito medo de morrer, de não voltar mais. E você vai vivenciando só esse medo que não vai trazer nada de bom. Então, vai vivenciar um medo que você tá arriscando, mas que vai te trazer algo que seja mais promissor pro futuro. [...] Eu abro a minha intimidade para que essas pessoas possam se enxergar em mim também. Como eu disse, falar da prostituição pra mim é algo muito constrangedor, mas eu sinto como obrigação de que é importante abrir isso. Pode até me prejudicar, inclusive, pra mim que tô tentando uma ascensão profissional. Mas eu mostro isso porque eu acho que as pessoas precisam se verem em mim, uma coisa que é real. [...] A Erika [Hilton], por exemplo, ela já falou que viveu barbaridades aqui nas regiões de São Paulo. Já trabalhou em avenidas, já correu, já bateu e essa é uma realidade mais próxima da gente. Inclusive, foi até assistindo um pouco dessas entrevistas dela que eu acho que também me deu um pouco mais de coragem. Então, é isso também que eu tento passar pras pessoas. (FLAVIA).

Lembro de Carlos Rodrigues Brandão (2014) ao pensar sobre a fala da Flavia, sobre uma ampliação do círculo do outro-próximo, de que a comunicação é oposta à lógica do interesse, de que o diálogo deve construir saberes não utilitários, mas de emancipação e libertação. Na dimensão do afeto, assim, cada ser deve ser visto como uma fonte original do saber, abraçando modos de vida que antecipem um outro mundo possível. Flavia quer contar a sua realidade para que outras pessoas que se encontrem em situação parecida possam ter uma referência para lidar, enfrentar e resistir com afetos.

A DIMENSÃO DO AFETO

Quem mais me instigou na formação da dimensão do afeto foi Flavia. Não que as outras interlocutoras sejam menos afetuosas, mas Flavia foi receptiva, me acolheu dentro da casa de acolhimento e demonstra estar praticando as dimensões da cidadania

transcomunicativa. Quando agradei por me receber e conversar, ela disse: *"essa questão de receber as pessoas, é uma questão de visão minha mesmo. Porque durante esse processo eu posso conhecer pessoas que podem me ajudar além daqui também, criar esses vínculos externos"*. O afeto foi se construindo desde os primeiros diálogos, quando ela me contou um pouco da sua trajetória, vinda de Uberaba. Ela ama Minas Gerais, mas diz que *"as pessoas são boas e generosas, mas principalmente em questão de empresas, não abrem oportunidades, não abrem mão de certos costumes e padrões. É um lugar que você é acolhida de certas maneiras, mas de outra simplesmente não tem opções"*. Ela foi para São Paulo em busca de *"algum progresso de uma maneira mais livre, mais espontânea"*. Antes de abrir um salão de beleza (e falir na pandemia), ela trabalhou numa corretora de seguros, trabalhando com bens de luxo.

Sério! Tinha seguro de tudo ali, pra carro, moto, avião, bezerro, cavalo... E o seguro do cavalo era 300, 400 mil reais. A morte de um bicho desse numa fazenda não fica em vão, a nossa fica, né? São realidades que são chocantes mesmo. Um bicho é muito melhor tratado que muita gente. Talvez porque ele vá proporcionar pra essas pessoas valores que vão ter mais utilidade mesmo. (FLAVIA).

Dentro do capitalismo e da necrobiopolítica, os corpos trans e travestis valem menos que um bezerro ou um cavalo. Flavia recebia diariamente essa demanda de trabalho. Porém, quando conseguiu sua independência financeira abrindo um salão de beleza, teve que vender tudo por menos que o valor dos seguros que fazia e fechar por não conseguir se manter durante a pandemia de Covid. Seus bens se resumiam a quase nada e ela precisou recorrer à Casa Florescer em São Paulo. Antes disso, porém, na realidade das ruas, precisou recorrer à prostituição, algo que não gostou, fica constrangida em falar, mas contou para que conseguisse explicar a dimensão que o afeto tem em sua história. As mídias podem colaborar na produção de cidadania transcomunicativa quando se há espaço para esse tipo de discussão, partindo das mulheres trans.

Eu falo disso num vídeo. De que maneira você vê a sociedade e de que maneira a sociedade vê você? Eu falo exatamente disso. Eu acho que a maneira como as pessoas me veem... as pessoas que realmente me conhecem e o que eu já ouvi dessas pessoas, vou usar elas como sociedade, é que eu sou uma pessoa que eu luto bastante pelo que eu quero, que eu sou uma pessoa centrada, tenho foco e que eu sou muito corajosa. Eu acho que é dessa maneira que as pessoas me veem. E eu me vejo dessa forma também. (FLAVIA).

Flavia intersecciona dimensões da cidadania transcomunicativa: ela reflete sobre seus processos; é politizada; traz consigo o conhecimento das ruas e popular; formou bases de resistência para seguir e enfrentar as dificuldades; cultivava a esperança; e é afetiva. Ela me relatou como se fortaleceu em cada adversidade que surgiu em sua vida, mas como manteve uma postura firme sobre aonde queria chegar.

Eu pretendo sair já com meu salário mensal, com a minha vida pelo menos encaminhada e já segura por pelo menos 1 ano e meio. A minha esperança é essa, de sair realmente com um emprego e de poder me manter. Não aquela coisa de trabalhar num lugar incerto, mas já num ambiente que me proporcione essa segurança. E saber que por pelo menos um ano eu vou ter aquela garantia ali, aquela autonomia. (FLAVIA).

Ela trilhou o caminho que desejava, no entanto, existe uma lógica neoliberal que opera disputando o sentido da cidadania transcomunicativa na trajetória de Flavia. Ela conseguiu sair para sua autonomia, comunicando, recebendo, acolhendo e dialogando, performando sem medo suas corporalidades e agindo com solidariedade. Saiu da Casa Florescer e conquistou seu emprego e lugar para morar, mas ainda entendendo que exercer cidadania é viver dentro de uma espécie de "sonho americano", no qual as condições de vida plena são pensadas como bens, independência financeira e possibilidade de consumir e adquirir.

Além disso, ela tem outro sonho: cruzar a fronteira do México para os Estados Unidos. Em 2018, ela teve um relacionamento com uma pessoa que a levou para conhecer o México. Foi sua primeira visita ao mar. Ainda que exista na fala de Flavia uma sensibilidade, uma articulação potente de reflexões sobre as operações do sistema normativo de gênero, ela aspira uma padronização de corpo e de vida que remete ao imaginário de “liberdade” condicionada ao dinheiro. Sua condição de marginalidade econômica pode fazer com que ela deseje melhores expectativas financeiras e de autonomia, mas, ainda assim, sem romper com a lógica do capital e da meritocracia, limitando a perspectiva da cidadania como algo que deveria ser dada por direito e não conquistada por luta que, no caso de pessoas trans e LGBTQIAPN+, é ainda mais difícil de alcançar. A própria simbologia da travessia da fronteira México-Estados Unidos é paradigmática para pensar esses “sonhos americanos”.

E naquele momento, quando eu cheguei lá, em Tijuana, México, e aí foi a primeira vez que eu conheci a praia. Foi a primeira e única praia de mar que eu já vi na minha vida, foi lá. Aquele momento eu realmente nunca esqueci, eu nunca vou esquecer. De eu olhar pro mar e ver uma imensidão, e de perceber que o mundo é cheio de possibilidades. E eu realmente nunca fui o tipo de pessoa que se autolimitava. Eu sempre busquei não me limitar, muito pelo contrário. Mas quando eu vi aquele mar, aquele horizonte daquele tamanho, eu fiquei encantada. Eu falei “nossa, se eu cheguei até aqui, então até onde mais eu posso chegar?”. Pra mim, aquilo foi uma chance que Deus mesmo, o Divino, me deu de compreender que nada era impossível. Que ele me levaria até aquele lugar, mas que me traria de volta pra que eu tivesse mais vontade de lutar e de mostrar isso pras pessoas também. Mas uma coisa que mexeu bastante comigo, foi quando eu vi o muro, e até andando na cidade ali naquele pedaço, tinha realmente um muro. Então, ali eu percebi que a partir dali eu não podia passar. Apesar de toda a imensidão, tinha um limite, tinha algo que ainda bloqueava e era contra aquilo que eu deveria lutar. Então, meu maior sonho realmente era pisar nos Estados Unidos e falar “Chega, caralho! Cruzei o muro!” (FLAVIA).

A dimensão do afeto se constrói nessa percepção de infinitude, de que trocas e relações são chaves para aberturas de outros mundos possíveis. As dimensões da cidadania transcomunicativa se cruzam para construir comunidades de luta, mas a partir das diferenças, como pensa também Audre Lorde (2019). Inspirado pelo transfeminismo, que também acolhe e demanda afetos nas construções de suas pautas, penso a cidadania transcomunicativa de maneira integrativa, acolhedora e com um potencial político que parte dos afetos construídos em performances de corporalidades e identidades trans e travestis.

As interlocutoras me fizeram entender que a falta de afeto é a chave de traumas e relações. São dificuldades que encontram para exercerem a cidadania transcomunicativa: não valorização de suas epistemologias; falta de políticas para elas; resistência às suas existências; preconceito à ocupação de seus espaços nas ruas; fechamento de oportunidades que abalam suas esperanças; e a falta de compreensão e de afeto que as expulsa de casa, as coloca em situação de marginalidade econômica e provoca doenças e abalos às suas corporalidades e identidades.

Sensibilizar para a necessidade do afeto demanda, também, compromissos midiáticos, para que suas histórias (e epistemologias) ganhem maior dimensão, para que políticas sejam pensadas e feitas. Além disso, o apagamento das histórias reais, das ruas, não ajuda porque força a estereotipia limitante, que resulta em preconceito e transfobia. Assim, considero o afeto um elemento catalisador, sem ele a cidadania transcomunicativa não pode ser construída. É preciso postura dialógica e de escuta. As interlocutoras sofrem mais a exclusão por não serem ouvidas e não conseguirem espaço para expressarem suas demandas.

Reconhecer e entender o pacto da cisgeneridade permite desfazê-lo como referência para pensar transgeneridades, mas isso se faz com a criação do laço de afeto que não verticaliza as relações. Pensando com Butler (2017), é preciso dialogar e entender as

divergências que existem entre pessoas cis e trans, e qual o lugar que cada uma ocupa na estrutura do poder. Assim, encontramos os pontos de convergência e divergência para formarmos juntas as pontes necessárias para construir a cidadania transcomunicativa.

Levando em consideração as individualidades das interlocutoras – e de todo o universo de mulheres trans e travestis –, reflito também que as formações políticas e midiáticas delas não partem dos mesmos pontos, mas convergem em demandas similares por reconhecimento, respeito, sororidade e afetividade. Nas falas percebemos também que privilégios são reconhecidos, como as interseções de raça e classe social.

Na Casa Florescer e na ONG Outros Olhares também presenciei a articulação cidadã das travestis e trans durante a pandemia do coronavírus. Elas se acolhiam mutuamente, auxiliavam e compartilhavam espaços. Demandas de doações e trocas de alimentos, vestimentas e maquiagens, faziam parte tanto da realidade em Sapiranga quanto na Casa Florescer. Como refleti em todo esse livro, o afeto permeia as relações de transexuais e travestis com quem tive contato.

Essas dimensões da cidadania transcomunicativa são trabalhadas com os conhecimentos produzidos pelas interlocutoras, com o compromisso de pensar contradições, dialogias, transcendências aos gêneros, limitações e potências reflexivas. Não penso a cidadania transcomunicativa como um conjunto de conquistas individuais, como foi pontuado em falas de interlocutoras da pesquisa em alguns momentos, mas como um campo de disputa constante em que não há espera, apesar de haver esperança. Nós formamos juntas uma possibilidade conceitual para pensar formas de sermos incluídes socialmente e efetivarmos direitos que nos conduzam a melhores condições de dignidade. Da falta de afeto que a elas foi destinado, delas eu o recebi. É por isso que conhecer, mapear e entender suas necessidades se tornou importante para mim, afetado e acolhido, me propondo a refletir e a construir com elas essa cidadania transcomunicativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O MEU TRANS-TORNAR

Nós somos históricas, né? Somos nós que somos loucas, mas é claro. Se não nos dão (ou nos dão) o mínimo possível para nos mantermos vivas, nos dão o mínimo ou quase nenhum afeto, aí dizem que nós temos um “transtorno de identidade de gênero”. Mas nós não vamos dar esse gostinho a vocês. Porque eu não sou louca, posso estar louca, mas serei o meu próprio transtornar. Eu vou continuar me transtornando, me movimentando e me tornando tantas outras que já serei um transtorno para as suas teses. Eu serei o transtorno aos termos que vocês criaram. Porque, desculpa, continuamos em obras. Vou continuar em obras por muito tempo. E o transtorno será todo de vocês. Com todo prazer.

Linn da Quebrada no documentário *Bixa Travesty*

Nenhuma pesquisa é fácil ou simples e cada pesquisador ou pesquisadora enfrenta seus demônios pessoais na construção de uma tese. Comecei o doutorado em 2018, logo após a defesa da dissertação, ainda inseguro em relação à temática que abordaria e como conduziria a investigação. Nos dois primeiros anos, cursando as disciplinas, fui formando meu repertório, entendendo o que era, efetivamente, a epistemologia e a importância do diário de campo na minha vida, o qual acesso nesse momento para reviver a trajetória da tese.

Jamais imaginaria que ganharia um prêmio por esse trabalho e que ele seria convertido em livro gratuitamente como parte de uma premiação, através do reconhecimento da Editora Pimenta Cultural. Foram mais de 10 anos pesquisando como parte do grupo de pesquisa Processocom. Fui indicado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCC) da Unisinos

ao Prêmio Capes de Tese. O objetivo era colaborar com a cidadania para pessoas transexuais e travestis, mas sentir a valorização desse trabalho foi um presente que, muito mais do que eu, as co-construtoras dessa pesquisa merecem.

São as histórias delas que conto aqui, alinhadas às descobertas que me propus no Doutorado, mas que sobressaem ao espaço acadêmico. A escrita desse material, por vezes, é formal, é difícil de compreender, demanda repertórios, contextos e teorias para fazer sentido, mas ela cumpre um propósito: provocar reflexões trans-formadoras. Se aqui você chegou, é porque teve coragem para trilhar esse caminho comigo. A jornada foi exaustiva, dura, difícil, mas sublimou em leveza, realização e alegrias. Saber que contribuo, de alguma forma, para melhorar a vida de outras pessoas é meu maior prêmio.

O livro está sendo publicado em 2023, mas se construiu entre 2018 e 2022, período em que enfrentamos políticas difíceis para pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil, um governo que não se preocupou com nossas vidas e gerenciou mal a crise sanitária de COVID-19. Enfrentamos o fechamento do PPGCC da Unisinos após a conquista da nota 7 (melhor do Brasil). Vivenciar as realidades das mulheres transexuais e travestis junto a elas, que me permitiram adentrar suas vidas, também foi doloroso e libertador. Recuperar a trajetória que possibilitou chegar ao final deste livro me faz ter certeza de que um dos meus papéis nesse mundo é compartilhar possibilidades, esperanças, afetos e conhecimentos para que você, quem me lê, também produza novos saberes.

Voltando ao início do Doutorado, em 2018, me dediquei quase exclusivamente às disciplinas e aos compromissos acadêmicos, como eventos e publicações que ainda vinham da dissertação. Em 2019 foi o momento de recuperar o projeto de tese para desenvolver efetivamente a nova proposta. A viagem para participar do evento IAMCR em Madrid, na Espanha, mexeu emocionalmente comigo, porque estive lá na mesma semana em que ocorria a Semana do

Orgulho LGBTQIAPN+. Nas ruas, em contato com aquelas pessoas que compartilhavam muitos sentimentos e demandas comigo, percebi que ainda nos faltavam tantos direitos e que, mesmo em um grande coletivo naquele momento, éramos alvos do preconceito.

A partir de então, resolvi trocar toda a proposta de pesquisa para o Seminário de Tese. Em poucos meses (de agosto a outubro), reestruturei um projeto para pensar a produção de mídias e políticas a partir dos grupos LGBTQIAPN+ em redes sociais da internet, algo que ainda não me satisfazia, mas se adequava mais à minha vontade investigativa no momento. Após as considerações do Seminário de Tese, fui percebendo a proeminência das postagens nos grupos de pessoas trans, com objetivos mais pedagógicos de gênero, dialógicos de construção de pautas e de resistência à política que vinham tomando um rumo conservador e excludente.

Assim, o trabalho vinculado à nova proposta de pesquisa passou a se dar a partir de dezembro de 2019, sendo que os primeiros diálogos com as interlocutoras aconteceram em janeiro de 2020, dois meses antes da pandemia de coronavírus chegar ao Brasil. Presencialmente, até aquele momento, eu só tinha falado com Cléo e Natasha, sendo que Natália eu conhecia antes da tese (e da transição). A pandemia acendeu as minhas inseguranças sobre a viabilidade da pesquisa, que agora tinha o projeto alinhado como eu queria, no contato com as pessoas que vinham transformando completamente meu modo de enxergar o mundo, provocando, instigando e despertando a vontade de pesquisar.

No contexto da COVID-19, após as crises e os medos iniciais, decidi não desistir, reconfigurar para encontros digitais aquilo que tinha preparado e planejado para fazer nos contextos concretos das interlocutoras. Realizamos outras entrevistas por chamadas de vídeo e seguí com a pesquisa teórica e o acompanhamento das produções delas e das organizações nas redes digitais. A qualificação da tese, em outubro de 2020, trouxe outros redimensionamentos possíveis

e, em todos eles, eu sentia a necessidade de estar com as mulheres trans e travestis, em seus contextos concretos de vida e relações para adensar minhas percepções sobre o contexto empírico.

Ainda em outubro de 2020, participei de uma seleção para Doutorado Sanduíche pelo programa Capes/PRINT para realizar seis meses do curso na Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), na Espanha, e fui aprovado em dezembro de 2020, com previsão de saída para março de 2021 e retorno em agosto de 2021. Realizei a reconfiguração da proposta da tese em um projeto que seria viabilizado na Espanha. Com a viagem planejada e pronto para sair, deparei-me com o auge da pandemia no Brasil exatamente no período da saída, entre final de fevereiro e início de março de 2021. Com as fronteiras fechadas, fiquei “em espera” até que fosse possível obter liberação do consulado espanhol. Novamente, em uma possibilidade de adiamento da viagem, programei e replanejei o projeto para realização entre outubro de 2021 e março de 2022, o que também não foi viável devido às burocracias necessárias para viabilizar o Sanduíche em pouco tempo.

Nesse tempo, ainda sem saber se seria possível ou não realizar o sanduíche, permaneci em contato com Cléo, Natasha e Natália, pensando em outras mulheres possíveis para participarem da tese. Ao perceber que a saída à Espanha não seria possível, planejei uma das sugestões que dei à banca de qualificação e que foi incentivada pelas professoras: uma imersão no único lar de acolhimento institucionalizado exclusivo para mulheres trans e travestis do Brasil, a Casa Florescer, em São Paulo. A viagem foi planejada para o final de julho, período em que teria certeza de não ser mais viável a realização do doutorado no exterior.

A Espanha era um sonho de infância, da tese e de vida. Desde a iniciação científica, projetava que, quando chegasse ao Doutorado, gostaria de estudar na Espanha pelos exemplos trazidos de outros e outras colegas da Unisinos. Lá também existem diversas políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+ e, especificamente, às

mulheres trans e travestis, o que me permitiria adensar os contextos da tese. Também haviam relações entre os grupos de pesquisa do qual participo no Brasil e os de Barcelona, o que seria relevante para um projeto de internacionalização do Programa de Pós-Graduação da Unisinos. A impossibilidade de realizar o doutorado sanduíche me trouxe uma frustração que causou alguns “bloqueios” na fluidez da escrita e das movimentações por algum tempo, principalmente pelas constantes incertezas e reconfigurações do planejamento da tese.

Porém, meu modo de pesquisar é constante e, nas inquietações do percurso, planejei a viagem para São Paulo, onde fui acolhido também pelas mulheres da Casa Florescer. O texto da tese não é suficiente para descrever e falar da experiência que tive na cidade. O choque profundo ao encontrar tantas pessoas em situação de rua, dormindo e vivendo sob pontes, marquises, viadutos, bancos e ainda em contexto perigoso da pandemia, me abalou emocionalmente de modo profundo. Do mesmo modo, os contextos e as vivências das mulheres na Casa são muito mais intensos e complexos do que se possa descrever, o que me fez demorar algum tempo após a chegada para digerir o que ouvi e conseguir trabalhar da melhor forma com os relatos e observações coletados para a tese.

Diversas percepções do que vivi e refleti lá não chegaram a integrar a escrita dessa pesquisa, assim como relatos de outras mulheres com quem conversei, porque precisei me ater aos objetivos e lidar com as limitações de tempo para a construção da tese. Algumas questões, como a da negritude trans, tiveram que ser menos exploradas porque considero um debate denso, profundo e que, teoricamente, não conseguiria dar conta em vista do conjunto de novos percursos teóricos que eu estava trilhando. Também não pude explorar mais a Pajubá⁷³ como forma de transcomunicação, essa linguagem

73

A Pajubá, também conhecida como “diálogo de bonecas”, é uma linguagem criada, principalmente, por travestis que viviam da prostituição noturna e precisavam se defender de ataques da polícia e da sociedade. (SILVA, 2021).

utilizada por algumas das mulheres (em palavras esparsas pelas interlocutoras) que eu precisava perguntar o que significava.

Além disso, a problematização do prefixo “trans”, usado em trans-formar, trans-tornar, transgredir e transcender, me fez entender que não poderia ser usado de forma irrefletida nesse texto. Porém, “trans” significa “ir além” e considero que fui muito além de mim mesmo nessa trajetória. Como trouxe na epígrafe desse livro, “eu matei o Júnior”, eu me “trans-formei” e me “trans-tornei”, não em uma pessoa trans, mas como pesquisador, aliado de suas lutas e amigo. Fui além do que era e me tornei outro, me formei outro e renasci diversas vezes até escrever essas linhas de considerações finais.

A partir dessa retomada do percurso investigativo até aqui, entendo que a proposta final desse livro de, *em diálogo com mulheres transexuais e travestis, entender a constituição de suas identidades e corporalidades, em processos comunicacionais e midiáticos, na perspectiva de construção da cidadania transcomunicativa*, só foi possível por eu já ter contato, conhecer e vir trabalhando em perspectiva transmetodológica. A transmetodologia é parte da minha trajetória investigativa desde quando ingressei no Grupo de Pesquisa Processocom, em 2012. Conseguir me ancorar em uma proposta metodológica que permite fluir entre diversos campos, dialogando com uma perspectiva antropológica, comunicacional e social, que se articula com a comunicação na perspectiva da cidadania (e também dialoga com outros campos) me deu maior segurança para percorrer o percurso desse livro, apesar de ser um desafio difícil e instável visto as tantas transformações pelas quais ela passou. Também enfrentei o desafio de trabalhar com uma proposta tão cara aos grupos dos quais faço parte, a cidadania comunicativa, e de tentar contribuir com esta perspectiva vinculando-a à realidade das mulheres trans e travestis.

A escolha por fazer entrevistas imersivas e em profundidade foi um recurso interessante porque permitiu a construção dos *afetos*

na pesquisa. O acolhimento mútuo – entre mim e as interlocutoras – possibilitou transgredir os limites das perguntas do roteiro semiestruturado, dando a ver mais sobre a vida e o empírico, o que refleti nas análises em diálogo com a teoria. Estar no espaço das sujeitas também ampliou a minha perspectiva sobre elas, o que tornou a percepção mais contextualizada. O afeto se tornou uma chave para a dimensão *sentipensante* da pesquisa, que tanto as interlocutoras da Florescer quanto as de Sapiiranga despertaram em mim. Como pessoas que me acolheram e ensinaram tanto do que eu não sabia, de um novo universo concreto e possível de trans-formação, suas capacidades *sentipensantes* dialogaram com a minha desde os afetos para formar esse livro.

A cidadania transcomunicativa, enquanto perspectiva conceitual e a busca para pensar suas dimensões, efetivamente emergiu após a conversa com todas as seis interlocutoras, depois da decupagem das entrevistas, da leitura e revisão do diário de campo, e posteriores análises dos materiais coletados. Antes disso, ela era só uma ideia possível, mas que demandava concretude para ser vista em operacionalização. Há, também, um compromisso com elas, porque mesmo no acolhimento que me proporcionavam e na construção dos afetos, elas, sutilmente, em suas falas, me alertavam no sentido de “veja bem o que vai fazer com isso que digo”. Essa reflexão que faço agora, do percurso metodológico, também é parte da transmetodologia, que permite esse espaço de avaliação reflexiva das escolhas, estratégias e confrontos da pesquisa.

Considerando o objetivo geral do livro de, *em diálogo com mulheres transexuais e travestis, entender a constituição de suas identidades e corporalidades, a partir dos processos comunicacionais e midiáticos, e seus vínculos com a construção da cidadania transcomunicativa*, penso que há alguns pontos a serem destacados. Primeiro, que as mídias e as relações das interlocutoras com elas afetam a construção de suas corporalidades e identidades em vários sentidos, oferecendo referentes e modelos estéticos e identitários,

mas também colaborando para estereotipar, estigmatizar e afetar a construção das suas identidades e autoestima.

As mídias também afetam as suas percepções de cidadania. Elas entendem que a cidadania plena, nos moldes tradicionais de justiça e garantias de direitos, não funciona para elas ainda. Os direitos aos quais podem ter acesso, que são poucos, precisam ser disputados, demandados com esforço, em processos burocráticos e, muitas vezes, que não são resolvidos e efetivados. Essas dificuldades são alimentadas também pelos estereótipos e imagens equivocadas que são criadas delas a partir das mídias.

As mídias não representam suas realidades de vivências e, portanto, não se identificam (no corpo e na identidade) com o que é apresentado sobre elas. Porém, as mulheres cisgêneras são um padrão de beleza buscado em alguns casos, porque é a matriz de produção do corpo das *mulheridades* e *feminilidades*, imbricadas numa lógica CISTêmica. Essa não visibilidade do corpo trans se converte em resistência e vontade de ver uma forma mais cidadã dos corpos e existências trans. Elas desejam participar das produções de mídias sobre elas e, portanto, produzem também materiais e tentam ocupar espaços onde possam falar sobre elas mesmas.

Suas corporalidades, ao adentrarem nesses ambientes de socialização e compartilhamento, começam a colocar em ação uma perspectiva de construção da cidadania transcomunicativa, porque elas utilizam suas próprias expressões e identidades para contarem suas histórias e demandas. A politização e o conhecimento de direitos não é o mesmo entre as interlocutoras, algumas demonstram ser mais ou menos informadas, mas entendo que os locais que ocupam e os interesses futuros as levam a buscar esses conteúdos para que consigam se inserir mais ou menos na sociedade.

As mídias hegemônicas, que disseminam corpos cisgêneros padronizados, afetam as mulheres trans e travestis participantes

desta pesquisa em suas corporalidades, mas pela não identificação e pela tentativa de compreensão do CISTema para que sejam incluídas em suas próprias *feminilidades* e *mulheridades* desviantes da cisgenderidade. Em alguns momentos, elas se aproximam do padrão cisgênero, mas em outros se afastam, em um recurso que pode fazê-las alcançar posições de poder para alçarem suas vozes e provocarem reflexões. A tentativa de ascensão a espaços de poder hegemônico ainda permeia uma *feminilidade* performática mais próxima das *mulheridades* cisgêneras.

A educação sobre gênero é uma necessidade atual para que se desenvolva a proposta da cidadania transcomunicativa, a fim de que as mulheres trans e travestis acessem direitos e possam representar a elas mesmas sem sofrerem violências e agressões. Suas corporalidades, identidades e formas de produzir conhecimento precisam penetrar nos processos comunicacionais e midiáticos hegemônicos e não hegemônicos para que sejam vistas e efetivem a cidadania transcomunicativa, feita com suas corporalidades, seus processos comunicacionais e relações/inserções nas mídias.

Ao contextualizar aspectos relativos às articulações de mulheres transexuais e travestis na organização de movimentos sociais e políticos, as visibilidades midiáticas e as relações com o cenário político e econômico brasileiro, compreendemos que a necessidade de construção da cidadania transcomunicativa parte de uma invisibilidade midiática histórica de pessoas trans e travestis. Construídas no imaginário das mídias como pessoas caricaturadas e limitadas aos extremos do riso ou da tristeza, recentemente elas vêm ganhando uma representação mais densa, que parte das manifestações das pessoas trans na dimensão concreta da realidade, articulando-se em movimentos sociais e de questionamento das visibilidades e pautas. As interlocutoras disseram se sentir pouco representadas nos estereótipos das personagens em programas de televisão, mas que emerge maior protagonismo de mulheres trans e travestis nas redes

da internet, como o YouTube, onde Cléo, Natália e Flavia já compartilharam materiais produzidos por elas.

No cenário político, a articulação dos grupos encabeçados e organizados por mulheres trans e travestis vêm se mostrando mais pedagógica, compartilhando materiais relevantes para fazer pensar sobre transgeneridade (e cisgeneridade), privilégios e exclusões históricas, além de abrir espaço para que trans e travestis cheguem às esferas de poder político para levarem adiante pautas relevantes a elas. As violências contra pessoas trans ainda são sistemáticas e cruéis e os movimentos sociais se fortalecem na resistência e luta contra essa necrobiopolítica, na contramão da representação política hegemônica e da falta de apoios econômicos e de incentivos às políticas públicas.

Quando estive na Casa Florescer, observei a marginalização econômica dessas mulheres e, ao circular por São Paulo, percebi que existem muitas travestis e trans em situação de rua por abandono, falta de afeto e em busca de oportunidades. Confrontando os dados e as experiências que tive com elas, percebo que há poucas oportunidades para que saiam da marginalidade e, quando existem, demandam que suas corporalidades sejam alteradas em procedimentos masculinizadores ou invisibilizadores. A necrobiopolítica é exercida nas sutilezas do poder, normatizando as pessoas trans ou excluindo-as do CISTema. No entanto, a apropriação das mídias e dos espaços de produção do conhecimento, permite fortalecer resistências e lutas pela cidadania transcomunicativa, ao explorar as brechas para lutar por maior dignidade e respeito a essas vidas, para que expressem suas corporalidades sem que sejam agredidas.

Situando elementos comunicacionais que constituem as existências e cidadanias das mulheres transexuais e travestis a partir da imersão em encontros, cenários e espaços onde se discutem suas demandas e pautas de lutas, percebi que haviam fortes articulações e propostas para mudanças, mas que o apoio – assim como os grupos

de construção das pautas – era pequeno em comparação a outras organizações e movimentos. As mulheres trans e travestis com quem conversei aprenderam desde cedo a entenderem seus corpos e corporalidades para poderem se expressar na cisnormatividade. Desde a infância, os confrontos com o espelho e o questionamento da norma as constituíram como sujeitas *sentipensantes*, internalizando e indagando o processo de construção de si mesmas. Isso fez com que algumas, durante certo tempo, performassem elementos das masculinidades para circular sofrendo menos preconceito, em contraposição ao que sentiam no íntimo, nas suas sensibilidades identitárias. A forma de comunicar das interlocutoras era transcomunicativa porque carregavam elementos comunicacionais de suas existências, singularidades que formavam uma percepção diferente da sociedade, a partir do olhar transgênero, com lentes diferentes daquelas que formam o padrão normativo cisgênero.

O corpo travesti que performa buscas de alianças na política, como Natasha, é diferente do corpo de Michelly que objetiva atrair clientes na rua quando está trabalhando. As corporalidades reflexivas e tranquilas expressas por Flavia, Natália e Cléo ao refletirem sobre suas trajetórias e buscas por cidadania são diferentes da de Rihanna, que tem uma postura mais combativa. São jeitos e formas de transcomunicar que partem das suas identidades trans, assumidas, vividas e lutadas para se afirmar. Não há padronização nessas corporalidades, mas alguns elementos comunicacionais convergem na percepção que fazem das mídias e de como suas corporalidades são afetadas por elas.

Quando *reconstituí com mulheres transexuais e travestis suas trajetórias comunicacionais e relações com as mídias para compreender como elas participam da formação de suas identidades e corporalidades*, percebi que a grande maioria de seus referentes eram cisgêneros, assim como os meus. Houve uma cumplicidade no encontro das referências com aquelas de idade semelhante à minha, como as apresentadoras infantis ou programas com protagonismo de mulheres.

A busca daquele padrão de mulheridades cisgêneras ocorre pela falta das corporalidades trans nas referências midiáticas. Ainda assim, para produção dos seus corpos, elas compartilham as transições com outras mulheres trans e travestis. Entendi que a produção do corpo pode almejar (ou não) um padrão cisgênero, mas a sororidade se dá com mulheres trans e travestis, que sabem e entendem qual o processo de transição do gênero e as manifestações nas corporalidades, quais hormônios tomar, quais cirurgias fazer, quais procedimentos estéticos buscar. A transcomunicação é feita entre pessoas trans na compreensão das identidades e corporalidades e os referentes midiáticos, que estavam também próximos das cisgeneridades, funcionam como elemento de análise para entender que o corpo é laboratório e que seus gêneros não precisam performar dentro de uma formatação única.

Por fim, ao *interpretar experiências e sentidos colhidos nos diálogos com as mulheres transexuais e travestis para elucidar e refletir dimensões vinculadas à construção da cidadania transcomunicativa*, entendi que uma tese é mais que a construção de um texto ou de uma epistemologia, é uma dimensão sistematizadora – e sintetizadora – de existências múltiplas, um universo de diálogo e compreensão de um recorte do mundo que, no caso dessa pesquisa, realizou um experimento de trans-formação colaborativa.

A concepção de dimensões que envolvem a construção da cidadania transcomunicativa só foi possível, efetivamente, após o contato, diálogo e as trocas com as interlocutoras; desse modo, as experiências e os sentidos interpretados a partir das conversas foram formadores dessa proposta. A proposta de cidadania transcomunicativa, apesar de epistemologicamente surgir com a tese que virou livro, já tem vislumbres de experimentos com as interlocutoras.

São múltiplas as dimensões performadas por elas, mas podem ser refletidos alguns aspectos das suas trajetórias. **Flavia** por buscar concretizar seus objetivos, traçando pequenas metas que

levaram ela a conseguir autonomia logo após eu a ter conhecido na Casa Florescer. **Cléo** por colaborar sistematicamente para politizar e ensinar as mulheres que participam de sua ONG e das suas proximidades, apresentando-as a direitos, projetos e políticas públicas que elas possam acessar, além de articular ações para ajudar aquelas em desamparo econômico, afetivo e social. **Michelly** porque não desiste de sonhar com uma perspectiva melhor para ela, usando a rua como manifestação de suas corporalidades e construção de suas percepções. **Natália** por ir atrás de cada um dos seus direitos, validando todas as garantias que as outras pessoas trans conquistaram para que sua geração pudesse se expressar com maior autonomia e liberdade. **Rihanna** na conquista de espaço e construção de alianças dentro da Casa Florescer para acolher outras pessoas, manifestar as suas necessidades e elaborar as pautas que quer levar adiante quando sair do abrigo. **Natasha** está nos espaços de formação política, elaborando, fiscalizando e trabalhando pela efetivação dos direitos já existentes, mas conscientizando outras mulheres trans e travestis a irem atrás de suas cidadanias. Importante ressaltar que essa cidadania é transcomunicativa porque parte das interlocutoras e são exercidas em razão de suas corporalidades e identidades.

As falas das interlocutoras permitiram descrever e analisar suas autoidentificações e produções de corporalidades, suas experiências e inspirações midiáticas e, a partir dessas relações, a construção da cidadania transcomunicativa. Em diálogo com as teorias, principalmente as elaboradas por mulheres trans e travestis, consegui refletir sobre as diversidades possíveis de gêneros e transgêneros. O cuidado epistemológico nessa etapa e, principalmente, o compromisso ético e o respeito às suas autoidentificações e performances de gênero foi desafiador por lidar com um conceito tão complexo e de recente desenvolvimento.

Em determinados momentos, as colaboradoras se chamavam mulher trans, em outros de travestis. Houve também trocas de pronomes, contradições, falas que não puderam ser utilizadas a

pedido delas e que demandaram estratégias para não fazerem falta no relato de suas vivências e experiências. A pesquisa com mulheres transexuais e travestis é desafiadora, mas necessária. As mulheres com quem dialoguei possuem uma dimensão profunda da compreensão delas mesmas, complexidades singulares no entendimento de suas identidades que (des)orientam a lógica em que operam diversos sistemas educacionais, midiáticos, sociais, porque transgridem aquilo que é ensinado, mostrado e apresentado nas escolas, nos meios de comunicação, nas igrejas, enfim, em uma grande gama de vivência e experiência social.

Talvez a proposta de entender as dimensões envolvidas na construção da cidadania transcomunicativa não esteja completamente bem alinhada, mas ela não é de forma alguma uma proposta pronta. O vai e vem aos achados (e perdidos) da pesquisa me fizeram perceber a complexidade dela. Apesar do conceito ter suas dimensões e premissas, ainda assim existe um universo que cada interlocutora possui para colaborar dentro de cada dimensão. Assim, há muitas idas e vindas possíveis dentro das teorias, contextos e falas que não poderiam ser articuladas de outra forma que não pela transmetodologia, que permite continuar trabalhando com elas, redimensionando, aprofundando e transcendendo à própria proposta inicial que aqui desenvolvi de pensar a cidadania transcomunicativa.

Depois de “matar o Júnior” eu me trans-tornei pesquisador, me construí outro, uma pessoa que objetiva seguir construindo possibilidades de cidadania transcomunicativa, junto às interlocutoras e outras mulheres trans e travestis, transcendendo os limites do conceito e abraçando todes que quiserem fazer parte dessa proposta. Já não sou o mesmo que ingressou na universidade há 10 anos, me trans-formei, com trocadilhos e sem trocadilhos, sendo que minha formação cidadã se adensou, efetivamente, dentro dos espaços dos grupos e coletivos de pesquisa, especialmente o Processocom e a Rede AmLat, da Unisinos e dos afetos construídos nesses ambientes.

Nesse percurso e nesses espaços (agora pedindo licença para usos de prefixos “trans”), entendi a relevância das dimensões epistêmicas, filosóficas, políticas, populares, das ruas, na resistência, com esperança e afetos. Aprendi e refleti nas aulas e discussões, e vivenciei com as interlocutoras. Como bem alertou Linn da Quebrada, ela e outras mulheres trans e travestis são o trans-torno da tese, do livro e do desafio de pensar a cidadania transcomunicativa assumido nesta pesquisa, grandemente responsáveis pela minha trans-formação pedagógica, educativa e comunicacional. O que aqui foi criado, desenvolvido e estruturado dentro – e fora – da rigidez e formalidade acadêmica, junto com elas, será o transtorno de outras teses e livros, de outras pessoas que embarcarem na aventura constante de se trans-formarem para construir cidadania transcomunicativa.

POSFÁCIO

Por Lins Robalo

*Assistente Social, Mestra em Ciências Sociais e Vereadora em São Borja/RS
Coordenadora do Movimento Social Girassol, Amigos na Diversidade*

Início esse desafio de escrever o posfácio do livro do hoje Professor da Unipampa, Paulo Júnior Melo da Luz, que recebe o título "*Cidadania Transcomunicativa: processos comunicacionais de mulheres transexuais e travestis*". Realmente, me sinto tomada por inúmeras questões. Primeiro, pensar em um sistema de comunicação que emergja dos corpos sistematicamente invisibilizados, por si só, é o maior desafio. Aí, sou tomada por dividir essas reflexões com inúmeras outras potentes mulheres trans e, mais ainda, dividir a leitura, como boas recepcionistas para o convite, com minha amiga de longa data Cleo Soares, produtora de uma metodologia de comunicação trans. E perceber que estou postulando parte das reflexões, compartilhando a página com outra amiga de longa data, a Vereadora Regininha, da cidade de Rio Grande.

Sou tomada pelo desafio de registrar minhas impressões sobre algo tão potente, que vai além de nossas existências, pois registra o olhar do quanto temos existido sem nunca de fato existir, o quanto temos resistido para construir uma narrativa efetiva sobre nossos corpos e nossas vivências. Muitas vezes, não nos percebemos diante de tudo que estamos vivendo, pois há em nossas existências a constante corrida para darmos conta de efetivamente aproveitar cada instante para pintar o caminho, abrir a mata e conduzir nossas próximas gerações para um lugar melhor do que estamos ocupando.

Eu gosto de acreditar que nada é por acaso e que qualquer ruptura é necessária para que consigamos abrir espaço para entrar nesse núcleo protegido pela cisheteronorma, que se defende dos

corpos dissidentes e que criam paredes de desafio às nossas existências e que, de alguma forma, estamos superando. Sendo conduzidas pela resistência à “praga gay” (HIV/AIDS) compulsoriamente depositada em nossas existências nas décadas de 70 e 80. Sendo defendidas e protegidas, de alguma forma, de salto alto e silicone industrial nas vivências políticas dos anos 90, que dividiam a luta por existência com a industrialização compulsória e capitalista dos nossos corpos no universo da prostituição.

Ainda assim, posso dizer, com certeza, que somos o resultado de uma transcomunicação efetiva entre nossas ancestrais, que resistiram ao aparato hegemônico e que, no decorrer desses mais de 50 anos, conseguiram efetivamente reivindicar nossos corpos e dar a eles a construção de uma narrativa potente de existência no mundo da heteronorma.

O livro nos coloca no lugar da produção de nosso saber, a partir das nossas histórias e de nossos rabiscos comunicacionais. Digo rabiscos porque ainda testamos metodologias, formas e instrumentos para efetivar nossa existência dentro do conjunto coletivo cotidiano chamado sociedade.

No próprio título do livro encontramos inúmeras categorias do sistema que ainda se risca e rabisca com base em modelos definidos pela hegemonia e padrão de existência. Categorias como cidadania, comunicação, mulheres e as próprias vivências trans, que subdividem-se em transexuais e travestis. Dois lugares potentes que, ao serem revisitados para a discussão, por si só fomentam nossa reflexão sobre a necessidade das suas existências, muito mais pelo desejo do sistema cishetero do que da diversidade de nossas vivências.

Quem de nós não gostaria de um dia ser o centro efetivo da discussão sobre sistemas de comunicação, reconhecendo em nós sistemas culturais, um grupo específico de cultura que tem nas suas gírias, nas suas vivências, nas suas próprias existências, signos, símbolos e sentidos de continuidade? Reconhecer que temos sistemas

de uma conexão que passa memória, história e cultura, vindo de nossas antepassadas, que nos ensinam os caminhos a serem seguidos para romper com os padrões perversos das existências compulsórias e que, livres, possamos, enfim, ver a verdade de quem somos e traçar caminhos para seguirmos construindo nossas vitórias.

Finalizo meu convite à leitura do livro dizendo que ele pactua conosco um momento de reflexão sobre esse sistema e materializa o que já sabemos sobre nossas existências: a de que estamos espalhadas por muitos lugares, diferentes, distantes e culturalmente diversas. Porém, originariamente, ao nos reconhecemos no universo trans, recebemos informações comunicacionais da memória trans que habita em cada uma. Esse marcador ativa em nós os mesmos anseios de que é hora de reconectarmos nossos caminhos e reencontrarmos nossas irmãs para seguirmos as lutas e transformações. Porque eu só sou o resultado da luta de mulheres trans que habitaram a sociedade nos anos 70, 80 e 90, abrindo caminho para que ocupemos espaços hoje com o compromisso de abrir outros para as próximas gerações que saberão, assim como eu, reconhecer a transcomunicação deixada por mim quando eu aqui não habitar mais.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2001.
- BAITELLO JÚNIOR, Norval. **A era da iconofagia**. São Paulo: Hacker Editores, 2005.
- BARCELLOS, Valéria. **Transradioativa: você me conhece porque tem medo ou tem medo porque me conhece?** São Paulo: Monocó Literatura LGBTQ+, 2020.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008.
- _____. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197/10>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- _____. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017.
- _____. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 53, p. 1-16, 2018.
- BONIN, Jiani Adriana. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy *et al.* **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19-42.
- _____. A pesquisa exploratória na construção de investigações comunicacionais com foco na recepção. *In*: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do. (Orgs). **Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em comunicação**. Florianópolis: Insular, 2013. p. 23-42.

_____. Desafios na construção de pesquisas de recepção em mídias digitais em perspectiva transmetodológica. *In*: BRIGNOL, Liliane Dutra; BORELLI, Viviane. **Pesquisa em recepção**: relatos da Segunda Jornada Gaúcha. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2015. p. 25-29.

BOSI, Eclea. Entre a opinião e o estereótipo. *In*: _____. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 113-126.

BOURDIEU, Pierre. **A profissão de sociólogo**. Preliminares epistemológicas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2013.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **El oficio de sociólogo**: presupuestos epistemológicos. 5. ed. Madrid: Siglo XXI, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Aprender o amor**: sobre um afeto que se aprende a viver. São Paulo: Papyrus, 2014.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo". Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. Desdiagnosticando o gênero. **Physis**, Revista de Saúde Coletiva, v. 19, n. 1, p. 95-126, 2009.

_____. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. Alianças queer e políticas anti-guerra. **Bagoas**, Natal, n. 16, p. 29-49, 2017.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

- _____. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COMPARATO, Doc. **Da criação ao roteiro**. São Paulo: Summus, 2009.
- CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.
- CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *In*: VV. AA. **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.
- DANTAS, Sílvia. As séries no contexto das produções teleficcionais nacionais: uma aproximação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 37, 2014, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos...** Paraná: Intercom, 2014. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1699-1.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.
- DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. Campinas: Papius, 1995.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. São Paulo: Edições Graal, 2010.
- _____. Topologias. Tradução de Rodrigo García. **Fractal**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 48, p. 39-40, jan./mar. 2008.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.
- _____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática docente. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Consumidores e Cidadãos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilização no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GROSFUGUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea**, Niterói, v. 2, n. 2, p. 337-362, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/86>. Acesso em: 10 jan. 2022.

GURZA LAVALLE, Adrian. Cidadania, igualdade e diferença. **Lua Nova**, v. 59, n. 59, p. 75-94, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: D P&A, 2005.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: TADEU, Tomaz. **Antropologia do ciborgue: vestígios do pós-humano**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. hooks, bell. **Erguer a voz**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

_____. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOPENHAYN, Martin. A cidadania vulnerabilizada na América Latina. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 5-18, 2013.

JAPIASSU, Hilton. A epistemología crítica. *In*: _____. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 137-158.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **O protesto na festa: política e carnavalização nas paradas do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)**. 2010. 194 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2010.

_____. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012.

_____. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. **Revista Docência e Cibercultura**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan./abr. 2019.

KAAS, Hailey. Similaridades e divergências entre as correntes Feminista Tradicional/ Mainstream e o Transfeminismo. *In*: BENTO, Berenice; SILVA, Antônio Vladimir Félix. **Desfazendo gênero**: subjetividade, cidadania, transfeminismo. Natal: EDUFRRN, 2015.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru: EDUSC, 2001.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2017.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo**: Antropologia e sociedade. São Paulo: Papius, 2008.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LUZ, Paulo Júnior Melo da Luz. **Alice no país da cocaína**: a recepção das personagens latinas narcotraficantes da série Queen of the South. 2018. 222 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2018.

MACHADO, Alisson. **Toda trabalhada na wi-fi**: cotidiano travestis em trajetórias digitais. 2019. 198 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2019.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pesquisa em Comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. *In*: _____. **Metodologias de pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 277-303.

_____. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins. **Perspectivas metodológicas em comunicação**: novos desafios na prática investigativa. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013. p. 31-57.

_____. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy *et al.* **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**: processos receptivos, cidadania e dimensão digital. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014. p. 31-57.

_____. **Epistemología de la comunicación**: análisis de la vertiente Mattelart en América Latina. Quito: Ciespal, 2015.

_____. Transmetodología, cidadania comunicativa e transformação tecnocultural. **Intexto**, Porto Alegre, n. 34, p. 713-727, set./dez. 2015b.

_____. Desafios ético-políticos no exercício da cidadania científica em Comunicação. **Intercom - RBCC**, São Paulo, v. 44, n. 3, p.161-173, set./dez. 2021.

MARILAC, Luísa; QUEIROZ, Nana. **Eu, Travesti**: memórias de Luísa Marilac. Rio de Janeiro: Record, 2019.

MARQUES, Tiago Soares. **Branquitude e formação de professores de história**: narrativas e representações de docentes em universidades do Rio Grande do Sul. 2022. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2022.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

MATA, Cristina. Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras** - estudos midiáticos, São Leopoldo, v. 3, n. 1, jan./abr. 2006.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Espanha: Melusina, 2011.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista**: o diálogo possível. 4. ed. São Paulo: Ática, 2001.

MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2013.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse pura?** São Paulo: Hoo Editora, 2018.

MONJE, Daniela *et al.* Cuidanía comunicativa: aproximaciones conceptuales y aportes metodológicos. *In:* PADILLA FERNANDÉZ, Adrian. **Metodologías transformadoras Tejiendo la red em comunicación, educación, ciudadanía e integración en América Latina**. Caracas: Fondo editorial CEPAO:UNESR, 2009. p. 179-199.

MORALES MEDINA, Deicy Yvets. **O corpo travesti**: a memória dos sujeitos comunicantes, Brasil. 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2019.

MORIN, Edgar. **O método**: volume 3, o conhecimento do conhecimento. Lisboa: Europa-América, 1986.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Curitiba: Prismas, 2017.

PAVAN, Maria Ângela; VELOSO, Maria do Socorro. Identidade, histórias de vida e memória: um exercício de comunicação audiovisual. *In:* MALDONADO, Alberto Efendy; SÁ BARRETO, Virgínia; LACERDA, Juciano. **Comunicação, educação e cidadania**: saberes e vivências em teorias e pesquisa na América Latina. Natal/João Pessoa: UFRN/UFPB, 2011. p. 325-340.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo da aids. São Paulo: Annablume, 2009.

PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. A comunicação no desenvolvimento comunitário e local, com cibercultur@. *In:* ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – COMPÓS, 21, 2012, Juiz de Fora. **Anais eletrônicos...** Juiz de Fora: Compós, 2012. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1803.pdf. Acesso em: 21 fev. 2022.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In:* ALMEIDA, Heloísa; SZWKI, José. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berleandis & Verrecchia, 2009.

_____. Recriando a (categoria) mulher? *In:* ALGRANTI, Leila Mezan; PISCITELLI, Adriana; GOLDANI, Ana Maria. **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002. p. 7-42.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

_____. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. Rio de Janeiro: N-1 Edições, 2018.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2016.

RODRIGUES, Ana Flor Fernandes. **O que são epistemologias travestis**. Pernambuco, 2 jul. 2020. Instagram: @tdetravesti. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CCKL0sWHa79/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ROSÁRIO, Nísia Martins do. Corpo em tempos de pósmodernidade: semiose ilimitada. *In*: DORNELLES, Beatriz (org.). **Mídia, imprensa e as novas tecnologias**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____. A via da complementariedade: reflexões sobre a análise dos sentidos e seus percursos metodológicos. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy *et al.* **Metodologias de pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 43-65.

_____. AGUIAR, Lisiane Machado. Implosão mediática: corporalidades nas configurações de sentidos da linguagem. **Significação**: Revista de Cultura Audiovisual, São Paulo, v. 41, n. 42, p. 166185, dez. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/82572>. Acesso em: 2 fev. 2022.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SAGGIN, Livia Freo. **Educomunicação, mídias digitais e cidadania**: apropriações de oficinas educacionais por jovens da vila Diehl na produção do blog Semeando Ideias. 2016. 328 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2016.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da identidade paulistana. 2012. 160 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Fernanda Nascimento da. **Bicha (nem tão) má**: representações da homossexualidade na telenovela Amor à Vida. 2015. 226 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 2015.

SILVA, Jovanna Baby Cardoso da. **Bajubá Odara**: resumo histórico do nascimento do movimento de travestis do Brasil. Picos: Fonatrans, 2021.

SILVA, Tarcízio. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código. *In*: _____. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais**: Olhares afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraRUA, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: _____. (Org.). **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 73-102.

SILVA, Yuna Vitória Santana da. A cisgeneridade e o complexo do “apesar de”. **Medium**, 25 nov. 2019. Disponível em: <https://yunavitria.medium.com/a-cisgeneridade-e-o-complexo-do-apesar-de-be41a1c72e51>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SOUSA, Leila Lima de. **Aprender-sendo**: cidadania comunicativa e existências comunicacionais de mulheres negras de Codó e Imperatriz, no Instagram. 2021. 412 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2021.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEIGA DA SILVA, Márcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

_____. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. 2015. 276 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2015.

VERAS, Elias Ferreira. **Travestis**: carne, tinta e papel. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.).

Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
p. 85-95.

SOBRE O AUTOR



Foto: Camila Rodrigues Pereira

Paulo Júnior Melo da Luz

Doutor/PhD e Mestre em Ciências da Comunicação, bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, Júnior é apaixonado pelas palavras e pelos escritos. Sente que sua vocação é ouvir e contar histórias, construindo possibilidades de um mundo melhor através da comunicação.

Desde criança, é curioso por aprender. Aos 5 anos começou a ler e logo decidiu que seria escritor. Depois de se tornar Doutor, agora publica seu primeiro livro acadêmico. Seus interesses de pesquisa são: gêneros, sexualidades, identidades culturais, novelas, séries de televisão e cidadania transcomunicativa.

Natural de Sapiranga/RS, atualmente trabalha como Professor do curso de Relações Públicas na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), campus São Borja/RS.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4506453000384262>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2857-0019>

E-mail: juniormelodaluz@hotmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

aceitação familiar 120

acolhimento 10, 11, 67, 71, 73, 80, 86, 89, 91, 92, 93, 103, 132, 136, 195, 232, 282, 306, 313, 316, 318, 319, 320, 338, 339, 343, 346, 349, 350, 355, 364, 367

autoidentificações 20, 188, 198, 238, 373

B

burocracias 364

C

cidadania 12, 15, 17, 19, 20, 23, 24, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 42, 46, 47, 49, 50, 55, 57, 59, 60, 64, 65, 68, 69, 72, 76, 84, 89, 103, 107, 116, 120, 154, 155, 163, 172, 177, 178, 179, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 252, 263, 266, 267, 268, 283, 289, 295, 300, 305, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 328, 329, 330, 332, 333, 334, 335, 336, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 362, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 377, 379, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 389

cidadania transcomunicativa 12, 15, 17, 19, 20, 24, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 42, 46, 49, 50, 55, 57, 60, 64, 65, 68, 69, 72, 103, 178, 179, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 263, 266, 267, 268, 283, 289, 300, 305, 308, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 317, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 328, 329, 330, 333, 334, 335, 336, 340, 341, 342, 343, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 355, 356, 357, 359, 360, 366, 367, 368, 369, 370, 372, 373, 374, 375, 389

cisgeneridade 19, 24, 28, 29, 70, 148, 159, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 192, 195, 214, 257, 262, 271, 272, 275, 283, 284, 290, 291, 294, 303, 318, 320, 359, 369, 370, 387

cisgêneros 28, 171, 172, 174, 184, 192, 202, 203, 220, 257, 276, 277, 279, 288, 290, 292, 295, 297, 321, 368, 371

comportamento 70, 208, 240, 350

comunicação 17, 22, 27, 31, 33, 34, 35, 43, 49, 53, 57, 60, 63, 64, 74, 89, 103, 148, 152, 179, 207, 209, 211, 212, 213, 219, 226, 227, 228, 230, 233, 246, 254, 268, 294, 312, 320, 333, 350, 355, 366, 374, 376, 377, 379, 383, 384, 385, 386, 389

contexto 19, 28, 32, 42, 48, 53, 54, 63, 64, 80, 108, 109, 114, 115, 126, 145, 146, 160, 171, 180, 185, 205, 244, 246, 260, 279, 285, 304, 305, 308, 316, 321, 323, 326, 331, 333, 335, 342, 349, 363, 364, 365, 381

contexto nacional 63, 109

contextos sociais 305

corpo feminino 199

corporalidade 31, 182, 187, 191, 196, 201, 207, 209, 210, 222, 231, 241, 243, 245, 249, 250, 252, 254, 256, 257, 261, 266, 269, 271, 273, 274, 275, 288, 289, 312, 317, 318

corporalidades 19, 20, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 41, 42, 49, 50, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 72, 97, 136, 142, 143, 169, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 189, 194, 206, 208, 209, 210, 214, 218, 219, 226, 230, 233, 234, 235, 236, 238, 240, 241, 242, 244, 247, 251, 252, 255, 257, 260, 261, 262, 266, 268, 269, 271, 275, 279, 282, 283, 285, 288, 289, 291, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 302, 303, 306, 310, 313, 314, 316, 322, 323, 324, 326, 333, 336, 342, 346, 354, 357, 359, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 386

corpos 19, 23, 28, 29, 30, 31, 32, 44, 50, 61, 65, 79, 96, 97, 138, 140, 143, 146, 148, 149, 158, 159, 163, 167, 169, 170, 172, 173, 174, 178, 181, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 224, 225, 226, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 238, 242, 243, 244, 246, 247, 249, 251, 253, 255, 257, 259, 260, 261, 262, 266, 267, 271, 275, 276, 277, 278, 279, 282, 283, 284, 287, 288, 290, 292, 293,

294, 295, 297, 298, 299, 301, 302, 303, 307, 318,
321, 322, 323, 324, 342, 343, 348, 356, 368, 371,
372, 376, 377

Corpos transcomunicativos 207

covid-19 42, 102, 136, 267, 362, 363

crise sanitária 362

D

demônios pessoais 361

diário de campo 54, 68, 78, 110, 361, 367

dimensões contextuais 51, 108

direitos 19, 29, 68, 120, 141, 150, 151, 153, 158, 159, 168, 169, 174,
185, 192, 216, 223, 224, 228, 229, 230, 231, 232,
253, 297, 312, 313, 318, 319, 324, 325, 328, 329,
330, 339, 344, 345, 347, 348, 349, 353, 360, 363,
368, 369, 373, 379

direitos LGBTQIAPN+ 29, 319

E

economia 159, 161, 175, 186, 213, 231, 349, 386

epistemologia 50, 53, 55, 56, 68, 104, 177, 246, 266, 311, 317, 361,
372, 379

erotismo 181

espaços de poder 35, 185, 322, 340, 369

expressão de gênero 29, 153, 154, 194, 249, 269, 346

F

feminilidades 19, 30, 31, 137, 180, 186, 188, 189, 194, 196, 197,
198, 199, 200, 201, 219, 225, 239, 240, 241, 242,
243, 244, 250, 263, 268, 270, 276, 287, 321, 343,
368, 369

G

gênero 19, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 35, 40, 44, 45, 46, 47, 48,
49, 52, 57, 61, 63, 66, 68, 69, 70, 71, 79, 81, 93, 112,
127, 128, 136, 137, 138, 142, 145, 147, 148, 149, 150,
151, 152, 153, 154, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 166,
169, 171, 172, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184,
185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196,
198, 199, 201, 203, 204, 205, 206, 209, 210, 211, 213,
214, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 231,
236, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248,
249, 254, 255, 256, 262, 263, 265, 267, 269, 270,

271, 272, 276, 281, 287, 288, 292, 293, 294, 296,
301, 305, 308, 314, 315, 316, 318, 324, 325, 327,
328, 333, 337, 338, 346, 349, 350, 358, 361, 363,
369, 372, 373, 379, 380, 381, 382, 383, 385, 387

I

identidade 24, 26, 32, 35, 44, 51, 53, 66, 68, 69, 70, 127, 131, 132,
134, 136, 137, 138, 145, 146, 147, 149, 151, 152, 153,
154, 157, 162, 163, 164, 172, 175, 177, 182, 183, 187,
188, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 201, 205, 211,
221, 222, 223, 243, 244, 245, 246, 249, 256, 257,
263, 265, 274, 276, 281, 286, 304, 306, 308, 317,
318, 320, 323, 325, 333, 361, 368, 380, 381, 382,
386, 387

identidade de gênero 24, 26, 127, 136, 137, 145, 147, 149, 151, 152,
154, 157, 162, 164, 183, 188, 195, 211, 222, 281, 361,
382

identidades trans 28, 31, 61, 165, 193, 198, 225, 283, 359, 371

identificação de gênero 194, 206, 214

interlocutoras 20, 24, 25, 26, 28, 30, 33, 34, 35, 39, 40, 43, 44,
45, 55, 64, 66, 68, 102, 103, 104, 179, 233, 238, 246,
251, 257, 262, 266, 268, 269, 288, 291, 292, 294,
298, 299, 300, 303, 308, 310, 313, 314, 315, 316, 317,
320, 324, 331, 336, 337, 338, 341, 342, 347, 348,
352, 355, 359, 360, 363, 366, 367, 368, 369, 371,
372, 373, 374, 375

L

lar de acolhimento 67, 92, 103, 364

legado 17, 156

legislações 48, 108, 232, 327

LGBTQIAPN+ 19, 29, 35, 47, 48, 49, 64, 65, 72, 80, 81, 89, 108, 109,
114, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 126, 127, 130, 135,
141, 142, 144, 147, 150, 151, 154, 156, 159, 163, 164,
166, 167, 169, 173, 174, 176, 177, 203, 205, 223, 229,
247, 284, 297, 310, 312, 313, 319, 320, 321, 327, 330,
334, 335, 338, 345, 358, 362, 363, 364

M

machismo 182, 200, 206, 234, 294

masculinidades 31, 45, 186, 194, 196, 197, 198, 240, 242, 243,
343, 371

matrizes familiares 239

- metodologia 18, 54, 84, 106, 376
- mídia 64, 111, 144, 146, 148, 150, 209, 219, 233, 255, 271, 277, 279, 286, 288, 290, 295, 296, 301, 302, 325, 353, 354, 383, 387
- mídias 17, 19, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 44, 45, 46, 49, 50, 54, 55, 60, 61, 63, 65, 69, 70, 71, 74, 76, 81, 89, 97, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 124, 126, 127, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 169, 170, 174, 177, 179, 203, 211, 213, 216, 217, 219, 223, 224, 229, 233, 234, 238, 245, 246, 252, 255, 263, 266, 267, 268, 269, 271, 273, 274, 275, 276, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 285, 288, 289, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 306, 309, 310, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 322, 325, 326, 330, 338, 348, 349, 351, 352, 353, 354, 356, 363, 367, 368, 369, 370, 371, 380, 386
- mídias hegemônicas 34, 40, 49, 108, 112, 255, 275, 279, 283, 289, 293, 316, 368
- movimentos sociais 19, 29, 36, 110, 155, 156, 169, 174, 224, 227, 278, 324, 335, 338, 340, 369, 370, 380
- mulher 22, 24, 26, 27, 30, 52, 70, 79, 83, 90, 91, 92, 93, 97, 98, 100, 101, 102, 110, 119, 120, 123, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 136, 139, 148, 155, 180, 182, 183, 185, 187, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 204, 206, 208, 214, 221, 223, 225, 231, 232, 235, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 284, 287, 290, 291, 293, 294, 295, 305, 309, 313, 323, 326, 331, 337, 338, 340, 341, 344, 352, 373, 385, 388
- mulheres trans e travestis 19, 21, 26, 27, 30, 32, 33, 34, 40, 42, 43, 45, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 57, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 75, 76, 86, 89, 91, 98, 103, 104, 106, 127, 139, 143, 148, 185, 192, 198, 209, 217, 219, 228, 229, 244, 256, 258, 259, 263, 267, 268, 269, 277, 279, 280, 282, 286, 288, 289, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 306, 308, 313, 315, 320, 321, 323, 324, 325, 327, 328, 329, 330, 333, 334, 335, 337, 338, 341, 347, 349, 353, 354, 360, 364, 365, 366, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375
- Mulheres transexuais 44
- mulheridades 19, 30, 31, 179, 180, 186, 189, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 219, 225, 241, 242, 244, 250, 251, 252, 253, 255, 263, 268, 270, 276, 285, 321, 368, 369, 372
- N**
- necrobiopolítica 223
- normas hegemônicas 145, 171, 217, 235
- normatividade 30, 184, 307, 308
- P**
- papéis de gênero 160, 218
- patriarcado 182, 184
- performatividade 181, 190, 191, 194, 211, 253, 276
- pertencimento 21, 22, 136, 205, 306
- Pessoas trans 27, 211, 245, 298
- pessoas transexuais 211
- política 20, 21, 22, 32, 33, 34, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 57, 59, 61, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 75, 76, 78, 81, 83, 92, 104, 106, 108, 144, 145, 148, 162, 163, 168, 170, 172, 173, 174, 176, 186, 189, 194, 195, 212, 213, 216, 225, 226, 227, 228, 235, 241, 251, 268, 288, 296, 302, 312, 315, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 334, 341, 343, 347, 348, 349, 353, 354, 363, 370, 371, 373, 382, 386
- políticas 19, 27, 28, 30, 33, 46, 47, 48, 49, 51, 57, 74, 76, 78, 108, 110, 144, 152, 158, 162, 164, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 193, 197, 201, 212, 218, 224, 225, 226, 234, 236, 242, 296, 301, 308, 310, 324, 327, 328, 333, 345, 359, 360, 362, 363, 370, 373, 375, 377, 380, 382
- políticas públicas 27, 46, 47, 48, 49, 57, 76, 158, 170, 197, 212, 324, 327, 328, 370, 373
- produções de corporalidades 20, 214, 238, 373
- produções de mídias 24, 54, 330, 368
- produções midiáticas 19, 81, 108, 109
- professor 10, 17, 90, 152, 331
- pronomes de gênero 136, 163, 188, 192, 236, 239, 242, 373
- prostituição 26, 29, 68, 74, 82, 83, 113, 143, 155, 156, 157, 176, 195, 224, 239, 247, 248, 253, 254, 260, 263, 282, 301, 319, 331, 335, 336, 337, 341, 349, 355, 356, 365, 377

publicidade 21

R

representações 19, 114, 147, 186, 211, 225, 234, 283, 295, 384, 387

S

saberes 28, 33, 35, 40, 52, 60, 65, 68, 147, 160, 180, 183, 184, 228, 235, 314, 318, 333, 336, 355, 362, 381, 385

sexismo 172, 182, 200, 206, 212

sexualidade 79, 122, 126, 138, 142, 180, 181, 184, 193, 199, 211, 226, 235, 286, 316, 328, 329, 352, 379, 383

sofrimento 24, 231, 251, 318, 337

sororidade 173, 335, 340, 343, 360, 372

T

transcomunicação 19, 211, 217, 229, 236, 262, 263, 268, 342, 345, 365, 372, 377, 378

trans e travestis 19, 21, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 40, 41, 42, 43, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 57, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 75, 76, 84, 86, 89, 91, 98, 103, 104, 106, 108, 109, 127, 132, 138, 139, 140, 143, 148, 149, 155, 156, 158, 162, 172, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 192, 198, 201, 209, 210, 217, 219, 228, 229, 238, 244, 246, 251, 256, 258, 259, 263, 267, 268, 269, 273, 275, 277, 278, 279, 280, 282, 283, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 306, 308, 313, 315, 316, 317, 318, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 327, 328, 329, 330, 333, 334, 335, 337, 338, 341, 343, 347, 349, 351, 353, 354, 356, 359, 360, 364, 365, 366, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375

transexuais 15, 17, 19, 20, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 36, 39, 44, 48, 49, 50, 59, 60, 61, 64, 67, 69, 86, 107, 108, 109, 110, 113, 126, 127, 129, 134, 136, 142, 144, 152, 155, 156, 157, 171, 173, 179, 180, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 192, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 204, 205, 208, 210, 211, 212, 213, 217, 218, 219, 222, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 244, 248, 289, 291, 294, 295, 323, 336, 348, 350, 360, 362, 366, 367, 369, 370, 371, 372, 374, 376, 377, 382

transfake 21, 29, 34, 111, 112, 113, 119, 126, 128, 129, 130, 133, 277, 279, 281, 285, 286, 290, 292, 301

transfeminismo 29, 172, 173, 182, 213, 225, 226, 227, 321, 359, 383

transformação 17, 56, 65, 108, 131, 137, 162, 174, 195, 202, 265, 266, 274, 282, 310, 384

transgeneridade 19, 179, 184, 185, 186, 187, 203, 213, 232, 251, 259, 316, 370, 382

transição de gênero 272

transmetodologia 18, 40, 50, 54, 65, 74, 106, 366, 367, 374

transvestigeneridades 180, 187, 194

travestis 15, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 75, 76, 84, 86, 89, 91, 96, 98, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 113, 117, 126, 127, 128, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 148, 149, 152, 155, 156, 157, 158, 162, 163, 164, 166, 169, 171, 172, 173, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 222, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 242, 244, 245, 246, 248, 251, 256, 258, 259, 260, 263, 267, 268, 269, 271, 273, 275, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 306, 308, 313, 315, 316, 317, 318, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 327, 328, 329, 330, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 340, 341, 343, 347, 348, 349, 350, 351, 353, 354, 356, 359, 360, 362, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 379, 382, 383, 386, 387

V

violências 25, 26, 70, 140, 149, 176, 187, 192, 202, 205, 212, 216, 234, 242, 342, 346, 369, 370

visibilidade 19, 27, 28, 34, 48, 71, 81, 93, 110, 112, 126, 129, 135, 138, 139, 150, 167, 214, 229, 267, 269, 278, 282, 283, 296, 299, 300, 304, 307, 308, 317, 321, 327, 335, 348, 351, 368

visibilidades 33, 35, 36, 43, 65, 106, 174, 222, 233, 278, 315, 369

www.PIMENTACULTURAL.com

CIDADANIA

TRANS COMUNICATIVA

PROCESSOS COMUNICACIONAIS
DE MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS

